



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**  
**LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO**

**DEYSIANE FARIAS PONTES**

**A ATUAÇÃO E EXPANSÃO DA EMPRESA KROTON EDUCACIONAL  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Brasília, abril de 2020.



DEYSIANE FARIAS PONTES

**A ATUAÇÃO E EXPANSÃO DA EMPRESA KROTON EDUCACIONAL  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília para o curso de Doutorado, como exigência para a obtenção ao título de Doutora em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Abádia da Silva.

Brasília, abril de 2020.

DEYSIANE FARIAS PONTES

**A ATUAÇÃO E EXPANSÃO DA EMPRESA KROTON EDUCACIONAL  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília para o curso de Doutorado, como exigência para a obtenção ao título de Doutora em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Abádia da Silva.

Aprovada em: 28 fevereiro 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Maria Abádia da Silva (Orientadora)  
Universidade de Brasília – UnB

Profa. Dra. Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva  
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Rodrigo da Silva Pereira  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Lúcio Gomes Dantas  
Universidade Católica de Brasília – UCB

P814a Pontes, Deysiane Farias.

A atuação e expansão da empresa Kroton Educacional na Educação Básica / Deysiane Farias Pontes. – Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

219 f. : il. ; 30cm.

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2020.

Orientadora: Maria Abádia da Silva.

1. Educação Básica. 2. Privatização. 3. Kroton Educacional. 4. Política Educacional. 5. Gestão Escolar I. Silva, Maria Abadia da. II. Título.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela  
tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que guia os passos dos educadores que depositam fé e propósito de vida por um mundo com mais justiça social e solidariedade.

A minha família, que sempre foi exemplo de trabalho e união. Aqui cito o nome de todos pela importância que cada um tem na minha vida: Valdimiro Pontes, Marília Farias Pontes, Alessandro Farias Pontes, Patrícia Farias Pontes, Laura Pontes Ferreira, Maísa Pontes Ferreira e Wandemberg Paiva Ferreira.

Aos meus colegas da Universidade de Brasília e do Grupo Águia o importante apoio nos momentos de estudo, em especial à colega Liana Roquette, que começou a caminhada do doutorado na mesma época em que eu comecei, e à Marcela Paolis.

À Profa. Dra. Maria Abádia da Silva, orientadora, que reforça o compromisso com a qualidade da educação e com a qualidade do trabalho acadêmico. Agradeço, ainda, à FAP-DF o apoio prestado.

Aos meus amigos e educadores do Marista pela missão compartilhada em todos os momentos, a todos os colegas da Coordenação Educacional.

Aos amigos que Brasília me deu e que permaneceram ao meu lado durante a caminhada nesses quatro anos de doutorado, em especial a Oniodi Gregolin, Elano Moreira Silveira Torres, Roberta Thaianne Torres de Abreu e Moreira, Francisco Otávio Dantas Moura, Frederico Pereira Estefani e Marília Milhomen Souza.

Com carinho, agradeço aos amigos cordimarianos que trilharam a educação básica comigo, em especial Eduardo Espíndola, Tatiana Aquino, Diva Tavares, Juliana Cavalcante, Ana Karine Gurgel e Débora Saraiva.

A Flávio Mariz, amigo e companheiro.

## RESUMO

PONTES, Deysiane Farias. **A atuação e expansão da empresa Kroton Educacional na educação básica.** 2020. 219 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

Esta tese elege como objeto de investigação o processo de atuação e expansão da empresa privada com fins lucrativos Kroton Educacional, na provisão de serviço privado com foco na educação básica brasileira, de 2008 a 2018. Parte do problema: o modelo de gestão educacional adotado pela Kroton Educacional, advindo da lógica empresarial privada capitalista, traz implicações para a gestão da educação básica. A educação, nesse modelo, torna-se uma mercadoria que visa ao lucro e se distancia do “preparo [da pessoa] para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. Foram eleitos os seguintes objetivos específicos: a) analisar o movimento da Kroton e da *holding* Saber e a expansão do mercado privado na educação básica; b) desvelar as formas de atuação da Kroton por meio das fusões e das aquisições de empresas privadas; c) apreender como o modelo de gestão educacional da Kroton interfere na educação básica, por meio da atuação da *holding* Saber. Fundamenta-se na matriz teórico-metodológica, no materialismo histórico-dialético, assim como nos conceitos de privatização e contradição, para apreender a relação entre setor público e setor privado. Ao analisarmos os documentos da empresa Kroton Educacional, assumimos as seguintes dimensões da privatização da educação básica: gestão, desenho curricular e oferta de matrícula. No percurso, emergiram mais duas dimensões: política e financeira. As grandes instituições privadas com fins lucrativos da área educacional formam uma rede política que busca transformar a educação básica no Brasil em produto e tirar dela a maior rentabilidade, levando para o centro da política educacional a lógica gerencialista, em sinergia com o sistema sociometabólico do capital e alinhada ao neoliberalismo. Apontam-se como resultados: atuação multifacetada no processo de privatização, com frente de atuação diversificada por meio das dimensões de venda de desenho curricular, gestão escolar e oferta de serviços e produtos; expansão dos negócios da Kroton na educação básica também com a atuação na dimensão de articulação política em redes de empresários, em prol da privatização da educação básica pública; financeirização da educação básica por meio da atração de investidores nacionais e internacionais como mais uma forma de privatização que opera com o capital fictício. A educação básica foi eleita como mais um nicho de mercado da Kroton que tenta subverter a educação básica pública em mercadoria e negócio rentável.

**Palavras-chave:** educação básica, privatização, Kroton Educacional, política educacional, gestão escolar.

## ABSTRACT

PONTES, Deysiane Farias. **The performance and expansion of Kroton Educacional in Basic Education**. 2020. 219 f. Thesis (Doctorate) – Faculty of Education, University of Brasília, Brasília, 2020.

This thesis has as its object of investigation the process of performance and expansion of the private for-profit company Kroton Educacional, in the provision of private service focusing on Brazilian Basic Education, from 2008 to 2018. Part of the problem: the model of educational management adopted by Kroton Educacional, arising from the capitalist private business logic, has implications for the management of Basic Education. The following specific objectives were elected: a) to analyze the movement of Kroton and the holding company Saber and the expansion of the private market in public basic education; b) unveil Kroton's ways of operating through mergers and acquisitions of private companies; c) learn how Kroton's educational management model interferes in public basic education, through the performance of the Saber holding company. The theoretical-methodological matrix of this research project is based on historical-dialectical materialism, as well as the concepts of privatization and contradiction, to understand the relationship between public and private. When analyzing the documents of the company Kroton Educacional, we assume the following dimensions of the privatization of Basic Education: management, curriculum design and right offer. Along the way, two more dimensions emerged: political and financial. The big companies in the educational area form a political network that seeks to transform Basic Education in Brazil into a product and make it as profitable as possible, taking the managerialist logic to the center of educational policy, in synergy with the metabolic system of capital and ideologically aligned to neoliberalism. They point out as results: multifaceted performance in the privatization process, with a diversified performance front through the dimensions of sales of curriculum design, school management and offer of services and products; Kroton expands its business in basic education also by acting in the dimension of political articulation in networks of entrepreneurs, in favor of the privatization of public basic education; financialization of basic education through the attraction of national and international investors as another form of privatization that operates with fictitious capital. Basic education was chosen as another market niche by Kroton that tries to subvert public basic education into merchandise and profitable business.

**Keywords:** basic education, privatization, Kroton Educacional, Educational Policy, school management.



## RESUMEN

PONTES, Deysiane Farias. **El desempeño y expansión de Kroton Educacional en Educación Básica**. 2020. 219 f. Tesis (Doctorado) – Facultad de Educación, Universidad de Brasilia, Brasilia, 2020.

Esta tesis tiene como objeto de investigación el proceso de desempeño y expansión de la empresa privada con fines de lucro Kroton Educacional, en la prestación de servicios privados centrados en la Educación Básica brasileña, de 2008 a 2018. Parte del problema: el modelo de gestión educativa adoptado por Kroton Educacional, que surge de la lógica capitalista de los negocios privados, tiene implicaciones para la gestión de la Educación Básica. Se eligieron los siguientes objetivos específicos: a) analizar el movimiento de Kroton y el holding Sabre y la expansión del mercado privado en la educación básica pública; b) desvelar las formas de operar de Kroton a través de fusiones y adquisiciones de empresas privadas; c) aprenda cómo el modelo de gestión educativa de Kroton interfiere en la educación básica pública, a través del desempeño de la compañía holding Sabre. La matriz teórico-metodológica de este proyecto de investigación se basa en el materialismo histórico-dialéctico, así como en los conceptos de privatización y contradicción, para comprender la relación entre lo público y lo privado. Al analizar los documentos de la empresa Kroton Educacional, asumimos las siguientes dimensiones de la privatización de la Educación Básica: gestión, diseño curricular y oferta adecuada. En el camino, surgieron dos dimensiones más: política y financiera. Las grandes empresas en el área educativa forman una red política que busca transformar la Educación Básica en Brasil en un producto y hacerlo lo más rentable posible, llevando la lógica gerencialista al centro de la política educativa, en sinergia con el sistema sociometabólico del capital y alineado ideológicamente. al neoliberalismo. Señalan como resultados: desempeño multifacético en el proceso de privatización, con un frente de desempeño diversificado a través de las dimensiones de ventas de diseño curricular, gestión escolar y oferta de servicios y productos; Kroton amplía su negocio en educación básica también actuando en la dimensión de articulación política en redes de empresarios, a favor de la privatización de la educación básica pública; financiarización de la educación básica a través de la atracción de inversionistas nacionales e internacionales como otra forma de privatización que opera con capital ficticio. Kroton eligió la educación básica como otro nicho de mercado que intenta subvertir la educación básica pública en mercancías y negocios rentables.

**Palabras clave:** educación básica, privatización, Kroton Educational, Política educativa, gestión escolar.

## RÉSUMÉ

PONTES, Deysiane Farias. **La performance et l'expansion de Kroton Educacional dans l'éducation de base.** 2019. 219 f. Thèse (doctorat) – Faculté d'éducation, Université de Brasilia, Brasilia, 2019.

Cette thèse a pour objet d'investigation le processus de performance et d'expansion de l'entreprise privée à but lucratif Kroton Educacional, dans la prestation de services privés axés sur l'éducation de base brésilienne, de 2008 à 2018. Une partie du problème: le modèle de gestion de l'éducation adopté par Kroton Educacional, issu de la logique des affaires privées capitalistes, a des implications pour la gestion de l'éducation de base. Les objectifs spécifiques suivants ont été choisis: a) analyser le mouvement de Kroton et de la société holding Sabre et l'expansion du marché privé dans l'enseignement public de base; b) dévoiler les modes de fonctionnement de Kroton par le biais de fusions et d'acquisitions de sociétés privées; c) apprendre comment le modèle de gestion de l'éducation de Kroton interfère dans l'enseignement public de base, à travers la performance de la holding Sabre. La matrice théorique-méthodologique de ce projet de recherche est basée sur le matérialisme historico-dialectique, ainsi que sur les concepts de privatisation et de contradiction, pour comprendre la relation entre public et privé. Lorsque nous analysons les documents de la société Kroton Educacional, nous supposons les dimensions suivantes de la privatisation de l'éducation de base: gestion, conception des programmes et bonne offre. En cours de route, deux autres dimensions ont émergé: politique et financière. Ils indiquent comme résultats: une performance multiforme dans le processus de privatisation, avec un front de performance diversifié à travers les dimensions de la vente de la conception des programmes, la gestion des écoles et l'offre de services et de produits; Kroton étend son activité dans l'enseignement de base également en agissant dans la dimension de l'articulation politique dans les réseaux d'entrepreneurs, en faveur de la privatisation de l'enseignement public de base; la financiarisation de l'éducation de base par l'attraction d'investisseurs nationaux et internationaux comme une autre forme de privatisation qui fonctionne avec un capital fictif. L'éducation de base a été choisie comme une autre niche du marché par Kroton qui essaie de transformer l'éducation de base publique en marchandise et en affaires rentables.

**Mots-clés:** éducation de base, privatisation, Kroton Educational, Politique éducative, gestion scolaire.

## LISTA DE SIGLAS

|        |  |
|--------|--|
| ABE    | Aliança Brasileira pela Educação   |
| ABE    | Associação Brasileira de Educação  |
| ADE    | Arranjos de Desenvolvimento de Educação  |
| BM     | Banco Mundial  |
| Cade   | Conselho Administrativo de Defesa Econômica  |
| Capes  | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                          |
| CGE    | Ciclo de Gestão de Ensino  |
| CGPM   | Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Município de Ouro Preto |
| CNE    | Conselho Nacional de Educação  |
| CNI    | Confederação Nacional da Indústria   |
| COC    | Cursos Osvaldo Cruz  |
| Cofins | Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social                        |
| CSLL   | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido  |
| CVM    | Comissão de Valores Mobiliários  |
| ECA    | Estatuto da Criança e do Adolescente   |
| Enem   | Exame Nacional do Ensino Médio   |
| Fies   | Fundo de Financiamento ao Estudante da Educação Superior                             |
| FMI    | Fundo Monetário Internacional  |
| FMU    | Faculdades Metropolitanas Unidas   |
| FNDE   | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  |
| GATS   | Acordo Geral para o Comércio em Serviços   |
| Ideb   | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica   |
| IDH    | Índice de Desenvolvimento Humano   |
| IES    | Instituição de ensino superior   |
| IMC    | International Meal Company   |
| Inep   | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira               |
| IPO    | Oferta Pública Inicial   |
| IRPJ   | Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas   |
| LBI    | Lei Brasileira de Inclusão   |
| LDB    | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional                                       |

|          |   |
|----------|---|
| MEC      | Ministério da Educação  |
| NGP      | Nova Gestão Pública   |
| OAB      | Ordem dos Advogados do Brasil   |
| OCDE     | Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico                   |
| OMC      | Organização Mundial do Comércio   |
| ONG      | Organização não governamental   |
| PDE      | Plano de Desenvolvimento da Educação                                      |
| PEP      | Parcelamento Estudantil Privado   |
| PIS      | Programa de Integração Social   |
| Pisa     | Programa Internacional de Avaliação dos Alunos                            |
| PMPCI    | Programa Municipal de Parcerias, Concessões e Investimentos               |
| PNE      | Plano Nacional de Educação  |
| PNLD     | Plano Nacional do Livro Didático  |
| Preal    | Programa de Promoção das Reformas Educacionais na América Latina e Caribe |
| Pronatec | Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego                             |
| Prouni   | Programa Universidade para Todos  |
| Saeb     | Sistema de Avaliação da Educação Básica                                   |
| SEB      | Secretaria de Educação Básica   |
| Secadi   | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  |
| SGI      | Sistema de Gestão Integrada   |
| SisFies  | Sistema Informatizado do Fies   |
| SNE      | Sistema Nacional Articulado de Educação                                   |
| SRI      | Secretaria de Relações Institucionais                                     |
| UEA      | Universidade do Estado do Amazonas  |
| Uesp     | União das Escolas Superiores Sobral Pinto                                 |
| UFA      | Universidade Federal do Amazonas  |
| UFC      | Universidade Federal do Ceará   |
| UnB      | Universidade de Brasília  |
| Unesco   | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura      |
| Unibero  | Centro Universitário Ibero-Americano                                      |
| Unic     | União das Escolas Superiores de Rondonópolis                              |
| Uniderp  | Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal     |
| Unime    | União Metropolitana de Educação e Cultura                                 |

Unir      Universidade de Cuiabá  
Uniradial      Centro Universitário Radial  
Unopar      Universidade Norte do Paraná

## LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

|   |          |
|---|----------|
| Quadro 1 — Principais documentos analisados no desenvolvimento da pesquisa.....   | 15       |
| Quadro 2 — Termos (“nós”) associados às dimensões da privatização da Educação Básica escolhidos por essa pesquisa .....                     | 79 e 106 |
| Quadro 3 — Programa 5S .....  | 86       |
| Quadro 4 — Empresas associadas, serviços e produtos da Kroton por dimensão da privatização .....  | 91       |
| Quadro 5 — Jovens financiados pelo movimento RenovaBR que foram eleitos em 2018 ...   | 129      |
|   |          |
| Tabela 1 — Número de matrículas na educação básica 2008-2018: ensino regular, especial e/ou educação de jovens e adultos (EJA).....         | 39       |
| Tabela 2 — Síntese do número de matrículas da educação básica 2008-2018 por dependência pública e privada .....                             | 39-40    |
| Tabela 3 — Número de estabelecimentos da educação básica 2008-2018 por localização e dependência administrativa.....                        | 41       |
| Tabela 4 — Síntese do número de estabelecimentos da educação básica 2008-2018 por dependência pública e privada .....                       | 42       |
| Tabela 5 — Número de estabelecimentos da educação básica 2010-2018 com biblioteca por dependência pública e privada .....                   | 43       |
| Tabela 6 — Número de estabelecimentos da educação básica 2010-2018 com laboratório de ciências por dependência pública e privada.....       | 44       |
| Tabela 7 — Número de estabelecimentos da educação básica 2010-2018 com quadra de esportes por dependência pública e privada.....            | 45       |
| Tabela 8 — Número de estabelecimentos da educação básica 2010-2018 com sala de atendimento especial por dependência pública e privada ..... | 46-47    |
| Tabela 9 — PNLD 2018 – Valores de aquisição por Editora.....  | 96-97    |
|   |          |
| Figura 1 — Elementos públicos e privados constitutivos da primeira LDB (Lei 4.024/1961) .....   | 22       |
| Figura 2 — Elementos públicos e privados constitutivos da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus (Lei 5.692/1971).....                          | 24       |
| Figura 3 — Elementos públicos e privados constitutivos da LDB (Lei 9.394/1996).....   | 30       |
| Figura 4 — Trajetória da Kroton Educacional – 1966 a 2018.....  | 55       |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 5 — Três dimensões da privatização da educação básica.....                        | 76  |
| Figura 6 — Diferenciais do projeto Sistema Integrado de Gestão .....                     | 84  |
| Figura 7 — Produtos e serviços da Kroton para as escolas privadas .....                  | 92  |
| Figura 8 — Produtos e serviços da Kroton para as escolas públicas .....                  | 94  |
| Figura 9 — Cinco dimensões da privatização da educação básica .....                      | 112 |
| Figura 10 — Abrangência de atuação da Advent International 2018 .....                    | 115 |
| Figura 11 — Composição acionária Kroton Educacional .....                                | 116 |
| Figura 12 — Trajetória política Walfrido dos Mares Guia (fundador do Curso Pitágoras)... | 128 |
| Figura 13 — Rede de articulações políticas dos sócios-fundadores da Kroton .....         | 130 |
| Figura 14 — Dimensões da privatização da educação básica .....                           | 130 |





## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>1</b>  |
| Proposição do objeto de investigação.....   | 2         |
| Estudos sobre a educação básica pública como um direito social.....   | 4         |
| Premissas, questões e objetivos específicos .....   | 7         |
| Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa: materialismo histórico-dialético .....  | 9         |
| Procedimentos metodológicos, categorias e documentos.....   | 13        |
| Estrutura e organização da tese .....   | 16        |
| <br>  |           |
| <b>1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL .....</b>  | <b>17</b> |
| <br>  |           |
| 1.1 Conjuntura da privatização da educação básica pública no Brasil de 1960 a 1990 .....  | 21        |
| 1.2 Políticas de privatização neoliberal na educação na década de 1990.....   | 26        |
| 1.3 Elementos da crise estrutural de 2008 do capitalismo no contexto educacional brasileiro   | 32        |
| 1.4 Expansão da oferta privada na educação básica no Brasil .....   | 37        |
| 1.5 Parcerias público-privadas na educação básica no Brasil .....   | 48        |
| 1.6 Considerações parciais .....  | 52        |
| <br>  |           |
| <b>2 KROTON EDUCACIONAL: GÊNESE, ESTRUTURAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO NO MERCADO EDUCACIONAL DE 1966 A 2018 .....</b>               | <b>54</b> |
| <br>  |           |
| 2.1 Histórico da Kroton Educacional: gênese, formas de atuação e organização .....  | 56        |
| 2.2 A expansão da Kroton na educação básica.....  | 63        |
| 2.3 Considerações parciais .....  | 71        |
| <br>  |           |
| <b>3 DIMENSÕES DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO ESCOLAR, DESENHO CURRICULAR E OFERTA PRIVADA DE MATRÍCULA E SERVIÇOS.....</b> | <b>73</b> |
| <br>  |           |
| 3.1 Metodologia, procedimentos de organização e sistematização dos documentos .....   | 74        |

|  |            |
|--|------------|
| 3.2 <i>Ethos</i> da gestão corporativa privada para gestão das escolas públicas .....  | 79         |
| 3.3 A privatização via venda de desenho curricular .....   | 87         |
| 3.4 Oferta privada de matrícula e serviços na educação básica .....  | 98         |
| 3.5 Considerações parciais .....   | 100        |
| <br>   |            |
| <b>4 ARTICULAÇÃO POLÍTICA E FINANCEIRIZAÇÃO NA PRIVATIZAÇÃO DA<br/>EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DO ESTUDO DA KROTON EDUCACIONAL ...</b>  | <b>104</b> |
| <br>   |            |
| 4.1 A dialética da ordem e da desordem na privatização da educação básica .....  | 106        |
| 4.2 A privatização da educação básica permeada pela dimensão financeira .....  | 113        |
| 4.3 Dimensão da articulação política na privatização da educação básica .....  | 120        |
| <br>   |            |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>132</b> |
| <br>   |            |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>142</b> |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 1 — Quadro de teses e dissertações sobre o tema .....</b>   | <b>157</b> |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 2 — Quadro de documentos da Kroton Educacional analisados .....</b>   | <b>158</b> |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 3 — <i>A Carta do Caminho</i> – Aliança Brasileira pela Educação .....</b>  | <b>165</b> |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 4 — Ata da 52<sup>a</sup> reunião, extraordinária, da Comissão de educação, cultura e<br/>esporte da 2<sup>a</sup> sessão legislativa ordinária da 55<sup>a</sup> legislatura, realizada em 7 de dezembro<br/>de 2016, quarta-feira, no senado federal, plenário n° 9 .....</b> | <b>168</b> |
| <br>   |            |
| <b>ANEXO 5 — Critérios PNLD .....</b>  | <b>205</b> |

## INTRODUÇÃO

Esta tese é fruto de pesquisas e estudos vinculados ao grupo de pesquisa Organismos Internacionais e Gestão da Educação Básica – ÁGUIA e pertence à linha de pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Nesse recorte, elege-se como objeto de investigação o processo de atuação e expansão da empresa privada Kroton Educacional, na provisão de serviço privado com foco na educação básica brasileira, de 2008 a 2018. Busca-se, assim, contribuir com análises e interpretações em torno das políticas, dos programas, das ações e dos discursos privatistas que direcionam a Educação Básica pública para o campo do setor privado.

O interesse pela gestão educacional se deu quando iniciei a carreira como educadora em escolas no estado do Ceará. A minha trajetória acadêmica começou com a graduação em Letras – Português Literatura na Universidade Federal do Ceará (UFC) e, posteriormente, avançou para o mestrado em Literatura Brasileira, com foco na obra de Lima Barreto, na linha de pesquisa voltada para estudos de literatura e sociedade, o que me deu a oportunidade de discutir a representação artística com base em um viés histórico, crítico e dialético. O engajamento e a visão crítica da sociedade presentes na obra de Lima Barreto, jornalista e literato, foram também motivadores por mais direitos e menos desigualdade social.

Como educadora desse tempo, vejo uma reorganização dos grandes grupos empresariais com fins lucrativos com interesses na educação básica. O mercado privado da educação visa à rentabilidade (fins lucrativos), e as formas de organização e estratégias são revistas e reinventadas ao longo dos tempos. Os movimentos de compras, fusões, aquisições e grandes negociações estão cada vez mais evidentes desde os anos 2000. A movimentação dos grupos que consolidaram a expansão na educação superior, agora, com mais ênfase, organiza novos modos de atuação e expansão também na educação básica. Os movimentos do capital privado com fins lucrativos na educação denotam que o capitalismo enfrenta crises sistêmicas e, ao mesmo tempo, encontra formas de expansão e maior lucro, por meio da oferta de serviços e bens consumíveis.

## Proposição do objeto de investigação

Desde a década de 1990, as reformas educacionais brasileiras foram efetuadas a partir do modelo neoliberal<sup>1</sup> de flexibilização do sistema de ensino, com a finalidade de reduzir os gastos e implementar parcerias com instituições privadas para fomentar a competitividade de mercado (CHAVES, 2010; OLIVEIRA, 2009). Essas reformas se iniciaram com a educação superior e estão em todas as modalidades de ensino, com o objetivo de reduzir os gastos públicos com educação, como preconizam as recomendações do Banco Mundial (BM) aos países latino-americanos. Dos anos de 1990 em diante, o contexto educacional intensifica a ideia de escola-empresa, baseada em filosofias de qualidade total, meritocracia e produtividade, sustentada pelo pressuposto da educação como objeto de mercado (FERREIRA; GUGLIANO, 2000).

Neste contexto em que a educação básica pública se tornou um bem disputado pelos economistas, empresários, investidores privados e por políticas públicas governamentais, veem-se uma maior interferência e constantes atos e ações de empresas privadas nessa área. Assim, a educação básica se torna um produto rentável que atrai o investimento de grandes grupos empresariais por meio também do incentivo estatal.

Estamos em um tempo de atuação e expansão de grandes empresas privadas, consolidadas na educação superior, sobre o mercado privado da educação básica no Brasil como estratégia de ampliação dos lucros e do valor de mercado. Na última década, a empresa Kroton Educacional adotou diversas estratégias de expansão, entre elas: abertura de capital no mercado de balcão da bolsa de valores; fusão e aquisição de outras empresas privadas; modelo de gestão baseado no baixo custo operacional e na alta lucratividade financeira; venda de produtos

---

<sup>1</sup> “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. O Estado Neoliberal, assim, deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.” (HARVEY, 2008, p. 8).

educacionais para o mercado público e o mercado privado; incidência nas políticas públicas na área educacional; criação da *holding*<sup>2</sup> Saber.

Na política educacional, observam-se fusões e aquisições entre escolas privadas e, assim, coloca-se como o problema de pesquisa: o modelo de gestão educacional adotado pela Kroton Educacional, advindo da lógica empresarial privada capitalista, traz implicações para a gestão da educação básica. A educação, nesse modelo, torna-se uma mercadoria que visa ao lucro acima da premissa de “preparo [da pessoa] para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

Desde o ano de 1990, a mercantilização da educação no Brasil tem um braço de operacionalização na inserção das tecnologias da informação e da comunicação nas empresas e na educação. Segundo Romualdo Oliveira (2009), passaram a ser ofertados com mais frequência cursos a distância e foram disponibilizados materiais instrucionais como livros, apostilas, *softwares* e base de dados de publicações científicas. Nota-se também nessa época o surgimento de consultorias que passam a ofertar o serviço de assessorias de empresas educacionais e gestão de recursos e investimentos na área. Outros fatores que marcam a década de 1990, em termos de mercantilização educacional, são maior investimento em *marketing*, fusões e aquisições, como estratégias de abordagens mais agressivas, com foco na popularização do ensino por meio da oferta de cursos de educação superior, em especial, *on-line* e educação a distância.

Desde 2007, as empresas de capital aberto<sup>3</sup> na área educacional no Brasil começam a ocupar o mercado, entre elas a Anhanguera, Estácio de Sá e Kroton Educacional. Esse movimento do capital foi cercado de muitas expectativas, notícias sobre negociações e elevados investimentos de capital financeiro externo. A partir dessa época, vê-se a tendência de transformar as universidades e os centros universitários privados em conglomerados ou *holdings*. As instituições de educação superior passam por uma reformulação em termos de autonomia, gestão operacional, financeira e acadêmica, com foco em lucratividade e expansão

---

<sup>2</sup> Termo usado em contabilidade para denotar a empresa que possui, como atividade principal, a participação acionária em uma ou mais empresas. A maior fonte de receita dessas empresas são dividendos provenientes das empresas nas quais a companhia *holding* tem participações. É bastante comum a criação deste tipo de companhia por motivos fiscais.

<sup>3</sup> Focando no mercado brasileiro, são empresas cujos valores mobiliários, como ações, por exemplo, estão registrados na CVM e estão admitidos à negociação no mercado de títulos e valores mobiliários, de bolsa ou de balcão. A CVM pode classificar as companhias de capital aberto em categorias, conforme as espécies e classes dos valores mobiliários por elas emitidos, negociados nesses mercados. As companhias de capital aberto se sujeitam ao cumprimento de uma série de normas com relação a demonstrações financeiras, fatos relevantes, parecer de auditores etc.

do serviço. Nesse interregno florescem concepções dirigidas para flexibilidade, competitividade, parcerias público-privadas, terceirizações e contratos de gestão com a promessa de captar mais recursos financeiros e mais autonomia.

Os conglomerados de empresas passam a ter uma *holding* que organiza os demais grupos comprados ou fundidos. Alguns exemplos desse movimento de consolidação e expansão de grandes grupos empresariais foram a compra do Centro Universitário Ibero-Americano (Unibero) pela Anhanguera Educacional (2007), a compra do Centro Universitário Radial (Uniradial) pela Estácio de Sá (2007) e a compra do Centro de Ensino Atenas Maranhense pela Kroton Educacional (2007) (CARVALHO, 2013).

Com base nessa constatação de formação de grandes grupos privados empresariais na educação superior e na confirmação da mesma tendência em movimento de expansão na educação básica, este estudo elege três premissas teóricas como posicionamento teórico e epistemológico. A intenção é, também, demarcar o campo teórico-filosófico que se assume para o desenvolvimento do estudo, visto que a trajetória da pesquisa permite enxergar no movimento internacional, no seio dessas relações, um projeto econômico conservador de sociabilidade do capital, com incidência nas relações políticas, jurídicas e sociais.

### **Estudos sobre a educação básica pública como um direito social**

No Brasil, a educação básica é composta dos segmentos educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e constitui um direito humano e social previsto no art. 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988, com especificação no art. 205, segundo o qual a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Assim, a educação básica no Brasil deve ser obrigatória, gratuita e de qualidade, com responsabilização das autoridades competentes caso esse direito seja negado ao cidadão brasileiro. No entanto, a mesma Constituição Federal de 1988 legalizou a prestação de serviço privado na área educacional, reforçado na Lei n. 9.394/1996 – de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cujo art. 3º termina como um dos princípios “V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”, e assim regulamentou a possibilidade de expansão do ensino privado, justificada pela necessidade de aumento da oferta educacional.

Desde 2016, empresas do ramo da educação superior estão dando passos largos no avanço sobre a educação básica no Brasil. Grandes grupos empresariais, que têm ações na bolsa de valores e estão consolidados na educação superior, fizeram aquisições e anunciam ações estruturadas de maior entrada na educação básica. Para analisar tal movimento, busca-se

evidenciar brevemente o cenário da educação superior privada em números para contextualizar a origem desses grupos empresariais da educação superior que, agora, passam a investir na educação básica privada e na pública.

O Relatório de Sustentabilidade da Kroton Educacional 2016 afirma que a empresa iniciou suas atividades em 1966, na cidade de Belo Horizonte, quando quatro professores criaram um curso preparatório para jovens que estavam prestando vestibular e tentando o acesso à educação superior. Em 2018, a marca Pitágoras completou 52 anos de existência.

Em 2016, a Kroton tinha aproximadamente 230 mil alunos na educação básica por meio da adoção do seu sistema de ensino (material didático, produtos e assessoria) em 669 escolas associadas. Na educação superior, são 909 mil alunos distribuídos em 1.969 cursos de graduação presenciais e 240 cursos de graduação a distância, com 910 polos credenciados e distribuídos em 629 cidades em todos os estados brasileiros. A Kroton ainda conta com: 31.458 alunos em pós-graduação *lato sensu* e 572 alunos em pós-graduação *stricto sensu*; 2 mil alunos no Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); 52 mil alunos em cursos preparatórios para concursos públicos e exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); 93 mil alunos matriculados nos cursos livres e de idiomas (KROTON, 2016).

Nesse processo de expansão do setor empresarial privado, exige-se fazer o registro do que a legislação prescreve sobre a natureza das instituições. São elas: instituições privadas com fins lucrativos, instituições privadas sem fins lucrativos, confessionais, comunitárias e filantrópicas. Ainda que agrupadas sob o termo privado<sup>4</sup>, cada uma delas possui objetivos, finalidades e normativas específicas no fornecimento e na provisão da educação no país.

No entanto, após a Constituição Federal de 1988 e a Lei n. 9.394/1996 (LDB), surgiram algumas implicações para a educação básica: I. crescente centralização da educação como caminho para o desenvolvimento econômico e a formação para o trabalho; II. manutenção da estratégia de dualidade social evidenciada na educação privada gerida por grandes empresas e na educação pública desprovida de incentivos suficientes para a qualidade; III. implementação de reformas educativas que beneficiam o crescimento das instituições privadas e indicam uma tendência de oligopolização da oferta educacional e mercantilização da educação, baseada na hegemonia de grupos privados, de modo que a educação passa ser um objeto de lucratividade (FERREIRA; GUGLIANO, 2000; OLIVEIRA, 2009; SANTOS, 2017).

---

<sup>4</sup> Sobre os conflitos entre setor privado e setor público: Luiz Antonio Cunha com as obras *A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: do Império à República* (2018) e *O Projeto Reacionário de Educação* (2018).

Conforme Ribeiro (2006) e Siqueira (2004), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio apontam a educação como serviço, portanto esta entra na condição de objeto de comércio, apesar de suas diferentes dimensões em relação às demais mercadorias, ou seja, tornou-se passível de negociação e portabilidade. Sob esse cenário, a privatização da educação básica representa a inserção de empresas privadas na formação do mercado educacional global com geração de lucros em países em desenvolvimento.

Nesse campo, as empresas que monopolizam o mercado educacional ampliam outras oportunidades de empreendimento com o mercado editorial de vendas de materiais didático-pedagógicos, bem como ocorre a incorporação de empresas do ramo editorial que se fundem aos conglomerados privados, originando uma reconfiguração no domínio do fluxo de livros didáticos.

Assim, a educação básica brasileira vem sendo alvo de interesses econômicos, em um modelo de escola que reproduz a lógica do mercado privado por meio de diversas estratégias: ampliação da oferta de matrículas nas escolas privadas; venda de materiais didáticos e assessorias de ensino privados para o poder público; incidência nos projetos de lei para contemplar a formação de um cidadão trabalhador do sistema capitalista, entre outras estratégias de mercado. Acredita-se, ainda, que a condução das estratégias de privatização da educação básica no Brasil produz o agravamento da dualidade da escola pública (LIBÂNEO, 2012). Nesse contexto, há uma estratégia de privatização do direito à educação básica pública de qualidade e, ao mesmo tempo, nota-se o incentivo à expansão do mercado privado de ensino. Observa-se um processo de aceleração da oferta privada de uma educação de massa, voltada para a formação de sujeitos trabalhadores competitivos e consumidores para o sistema capitalista.

Esse movimento empresarial e comercial fez com que nos aproximássemos do seguinte problema de investigação: o modelo de gestão educacional adotado pela Kroton Educacional e as várias dimensões da privatização, advindos da lógica empresarial privada capitalista, trazem implicações para a gestão da educação básica. A educação, nesse modelo, torna-se uma mercadoria que visa ao lucro e se distancia da premissa de “preparo [da pessoa] para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

Os serviços, os produtos e a gestão corporativa empresarial advindos da lógica empresarial privada capitalista conduzem a educação básica pública aos processos de privatização? Como o *ethos* privado altera o direito à educação pública de qualidade social para



todos? A referida empresa assume o modelo de negócio *low cost* (baixo custo ou somente com recursos essenciais) e *high performance* (alto desempenho financeiro ou lucro) aplicado na educação básica, a qual, nesse modelo, torna-se uma mercadoria, um objeto que visa ao lucro acima da formação cidadã dos sujeitos.

Para fins de delimitação do objeto, buscaram-se também os estudos acadêmicos vinculados às linhas de pesquisa que assumem o materialismo histórico como método científico e a forma como estes estão se debruçando sobre o tema da privatização e comercialização da educação pública no Brasil. Com base no quadro de teses e dissertações mapeadas (Anexo I) constata-se a relevância acadêmica, política e social da atuação de empresas privadas na área educacional no Brasil. Deste modo, intenta-se um esforço neste estudo para que se distinga dos demais por analisar formas e estratégias de mercado de uma empresa consolidada na educação superior que, agora, organiza uma nova expansão sobre a educação básica, por meio do estudo da Kroton Educacional e da criação da sua *holding* Saber em 2018.

### **Premissas, questões e objetivos específicos**

Neste sentido, assume-se, na **primeira premissa teórica**, que a interferência do capital internacional, em parceria com empresas privadas no Brasil, é articulada pelo Estado como provedor das políticas necessárias para a educação nacional, de forma a ampliar o mercado privado na educação. A parceria público-privada é o par dialético que subverte a educação básica pública em um espaço de disputa de mercado. A educação vista como mercadoria tornou-se objeto de exploração e gera lucro, favorecendo o mercado privado. Assim, cria-se uma ambiência de favorecimento do setor privado empresarial, resguardando a exploração do trabalhador ao discriminar o tipo de educação e um quantum tolerável de acesso aos bens culturais.

Com base na **segunda premissa**, o capitalismo subverte o valor de uso em valor de mercado e transforma em mercadoria até o direito à educação pública de qualidade para todos. A expansão dos grupos empresariais, em um movimento de oligopolização, denota um avanço da lógica privada sobre o bem público. Nesse movimento, a educação pública deixa de ser um direito, ainda que continue prescrito na legislação, e torna-se um serviço ou produto privado, sendo regida pela racionalidade gerencialista e por seus instrumentos: contratos, avaliações externas, notas, *rankings* e índices de produtividade.

Conforme a **terceira premissa**, as ações planejadas por grandes grupos empresariais e seus especialistas formulam estratégias de apropriação da educação básica

pública adequada ao projeto de sociabilidade do grande capital internacional. As crises estruturais do capital fazem com que o sistema capitalista busque novas formas de retomar a expansão e lucratividade. Após as crises dos modelos de produção fordistas e tayloristas, vê-se a reestruturação do capital com base em um modelo flexível de produção, no qual o trabalhador é levado ao máximo da exploração, especialização e flexibilização de diversas atividades produtivas ao mesmo tempo. A cada modelo de produção que o capital subverte para superação da sua crise estrutural, disputam-se as finalidades e a gestão educacional voltada para a conformação de processos administrativos, técnicos e pedagógicos centrados na formação de indivíduos empreendedores competitivos, consumidores e produtivos no mercado de trabalho.

Em consonância com as três premissas teóricas assumidas nesta tese, assume-se também a matriz teórico-metodológica fundamentada no materialismo histórico, pois acredita-se que a história se constrói com base no modo pelo qual os homens estabelecem as formas de existência e em como reproduzem ou perpetuam as relações de apropriação do trabalho e dos meios de produção (MARX; ENGELS, 1986). Assim, busca-se desvelar na realidade concreta as relações engendradas pelos interesses do capital, por meio da análise do modelo de expansão e de atuação da empresa privada Kroton com interesses na educação básica brasileira, firmados sob a lógica da oligopolização do mercado educacional brasileiro e sob discursos, ações e práticas em defesa do mercado livre.

Desse modo, elege-se como objetivo principal analisar o processo de atuação e expansão da empresa privada Kroton Educacional no Brasil em direção à educação básica, de 2008 a 2018. Nesta direção, busca-se investigar como o grupo empresarial Kroton Educacional se organiza para subverter a educação básica brasileira em serviços e produtos lucrativos. Seguem-se os objetivos específicos:

- analisar o movimento da Kroton e da *holding* Saber e a expansão do mercado privado na educação básica;
- desvelar as formas de atuação da Kroton por meio das fusões e das aquisições de empresas privadas;
- apreender como o modelo de gestão educacional da Kroton interfere na educação básica pública, por meio da atuação da *holding* Saber.

Nesse sentido, propomos as questões de pesquisa apresentadas a seguir.

- Na dinâmica de reprodução do capital, como a empresa privada Kroton se movimenta em direção ao processo de privatização da educação básica?

- Quais são as principais formas de atuação e expansão comercial da Kroton na educação básica?
- Como o setor privado lucrativo amplia serviços e produtos no setor público dentro da ordem constitucional?
- Como ocorre a formação e composição das redes de articulações política e econômica com a Kroton e as demais redes, como o Todos pela Educação?
- Como se configuram os grupos de empresários e investidores associados com a Kroton Educacional?

Portanto, a tese proposta pode ser descrita da seguinte maneira: a Kroton Educacional, empresa de capital aberto, atua na educação básica pública com vistas a expandir suas atividades comerciais em articulação com o Estado brasileiro e dentro do ordenamento jurídico e constitucional. A interferência de empresas privadas com fins lucrativos na educação básica decorre de um processo articulado entre Estado, redes políticas e instituições da área educacional com vistas à difusão do projeto de sociabilidade do capital que se apropria da educação básica como nicho de negócios rentáveis para manutenção das classes sociais. A privatização ancorada em pressupostos político-ideológicos e econômicos orienta a redução da provisão da educação básica pública e, ao mesmo tempo, serve aos interesses do setor privado com anuência do Estado neoliberal.

### **Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa: materialismo histórico-dialético**

Neste estudo, entendem-se categorias como formas de conhecimento sobre a apropriação da realidade e sistematização dos modos de ser no mundo pelo sujeito pesquisador. É possível operacionalizar diferentes conceitos, teorias e paradigmas na busca por desvelar a realidade. A categoria difere do conceito, que é uma representação dos objetos e fenômenos pela consciência. Assim, para o marxismo, a categoria é o concreto pensado sobre os modos de ser na realidade; enquanto o conceito representa linguisticamente o pensamento ou um conjunto de ideias sobre um objeto. A educação básica é um objeto que pode ser conceituado, definido. Para entender as formas de ser da educação básica, ou seja, para esta ser compreendida na sua realidade, temos de operar diferentes categorias do método, como a contradição, a totalidade e o movimento, bem como as categorias que emergem do objeto educação básica, neste caso a privatização da educação básica pública.

Sem uma reflexão profunda sobre as categorias, não podemos falar em cientificidade, epistemologia, método de pesquisa e criação ou até mesmo em inovação na epistemologia marxista. Afinal, as categorias em Marx estão em constante movimento no próprio campo de pesquisa. Para Kopnin (1978), em *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*, é essencial entender o sistema de categorias como propulsor de novos conhecimentos, sem a separação entre raciocínio e fenômeno, sujeito pesquisador e objeto estudado, ambos os pares em movimento.

Como pressuposto teórico-filosófico, as categorias teóricas e epistemológicas contribuem para analisar como as condições materiais estabelecem as determinações que condicionam a consciência. Assim, temos como perspectiva teórica e metodológica os estudos de Karl Marx sobre a crítica da economia política e o processo de constituição da teoria social, com especial formulação das condições materiais de produção na sociedade capitalista.

A teoria marxista é um campo epistemológico das ciências sociais que dialoga com as teorias econômicas à época e a elas se contrapõe, ao analisar a essência e sair da análise da aparência, em especial, do modo de produção capitalista em diferentes momentos históricos. O método, em Marx, é “uma longa elaboração teórica”, na qual a teoria é a “reprodução do ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa” (NETTO, 2012, p. 16).

A teoria marxista parte do concreto, das condições materiais da vida. Para Karl Marx (1859), “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso”. Assim, o ponto de partida da observação é a realidade concreta, determinada historicamente, isto é, a realidade interpretada não como uma abstração fragmentada, mas como uma forma total de relações. Por isso, o marxismo busca desvelar as múltiplas determinações da realidade, tendo a totalidade e a dialética como premissas.

De acordo com o método materialista histórico-dialético, assume-se que é possível apreender os processos constitutivos da realidade em sucessivas aproximações, entendendo os traços e os fatores determinantes de um objeto na análise diacrônica e sincrônica dos movimentos dessa realidade (HUNGARO, 2014). E essas sucessivas abstrações podem ser reorganizadas no pensamento por meio das categorias da linha de pesquisa, perspectiva política e teórica materialista.

Considerar que a vida material determina as condições de consciência não é um método que simplifica ou rotula os processos, mas sim que busca entender o processo histórico-social que determina a gênese do objeto de estudo. Marx considera a importância da análise documental ou dos dados, lembrando que um dado isolado não tem o significado do real. No

método histórico-dialético, vai-se além da aparência dos dados e fatos isolados para se chegar, por meio das mediações (relações entre as determinações), à essência ontológica do objeto de estudo, que está em constante movimento histórico. “Investigar para Marx é buscar essas determinações do objeto. O conhecimento do objeto é tanto maior quanto maiores forem as determinações encontradas, ou seja, quanto mais se satura o objeto com determinações mais é o conhecimento a respeito dele” (HUNGARO, 2014, p. 71).

Assim, as políticas públicas educacionais são formuladas no seio de uma sociedade de bases materiais capitalistas, que se tornam um espaço de disputas e consentimentos. “Ou, ainda, implica o reconhecimento de que há em tal sociedade espaços hegemônicos do capital e, por sua vez, a possibilidade de contra-hegemonia e, assim, a educação seria um espaço de constantes disputas” (OLIVEIRA, 2003, p. 17).

Também no campo de disputas, de acordo com os dados do Censo da educação superior (2016), divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), atualizado em 4 de abril de 2018, no ano de 2016 foram ofertados 34.366 cursos de graduação, com 8.052.254 estudantes matriculados, em 2.407 instituições, das quais 87,7% são privadas. Chega-se, assim, ao número de 14% da população brasileira com acesso à educação superior, um índice considerado baixo por ser menor do que 30% da população geral. Sabe-se que a oferta privada da educação superior é respaldada pela Constituição Federal de 1988, o que faz a fronteira entre serviço público e serviço privado na educação brasileira ser mais fluida e cada vez mais pendente para o mercado privado.

As formas de sociabilidade do capital, a reestruturação produtiva, a disseminação das tecnologias de comunicação e informação, as redes sociais, as mídias, os processos de globalização e as proposições dos organismos internacionais também são elementos cruciais para compreender o movimento internacional de constituição do mercado global de educação e suas engrenagens no país. Dessa forma, a presente pesquisa pressupõe que as discussões sobre o movimento de privatização da educação básica são parte de uma rede e de grandes grupos econômicos de investidores e podem contribuir para desvelar algumas condições impostas pelo metabolismo de acumulação do sistema capitalista, entre as quais: as contradições do real; as forças neoliberais que impulsionam a privatização da educação; a precarização das relações de trabalho docente; a adesão ao novo modelo de gestão pública, entre outras.

Dos estudos materialistas, apreendeu-se o movimento dialético para analisar a atuação e a expansão da Kroton Educacional, considerando os processos históricos, políticos e sociais.

Nessa linha, a categoria marxista da contradição é essencial, pois

Na contradição consideramos todos os antagonismos, as ligações com a realidade circundante, reencontrando sua unidade e seu movimento [...] só depois de concluída a espiral de análise dialética, terá início o processo de comparação, buscando compreender criticamente os resultados e comparando-os, também, a luz da totalidade do real em que se inserem [...] (MARTINI, 1996, p. 35).

As categorias do método são as interpretações que levamos conosco para o campo de pesquisa, na busca das categorias do objeto, sem nos limitarmos, e, sim, ofertando-nos um sistema que estuda o ser e as formas de conhecimento a partir da “atividade do homem”. (KOPNIN, 1978). A totalidade e a contradição articulam-se em um todo dialético como categorias do método que subsidiam o desvelamento das categorias do próprio objeto da presente tese. Assim, as contribuições do materialismo histórico continuam atuais para as pesquisas humanas e sociais, uma vez que explicitam o ser social em suas relações.

Nesse contexto, a matriz de estudos materialistas dialéticos nos impulsiona a registrar a consolidação da Kroton Educacional na educação superior e a priorizar a análise das formas de atuação e expansão sobre a educação básica entre 2008 e 2018. Nessa linha, a categoria que emergiu do objeto é a privatização, pois apreende os antagonismos, as nuances, as contradições e as ligações com a realidade circundante, reencontrando sua unidade e seu movimento, “[...] e só depois de concluída a espiral de análise dialética, tem início o processo de apreensão, buscando compreender criticamente os resultados e comparando-os, também, à luz da totalidade do real em que se inserem [...]” (MARTINI, 1996, p. 35).

Optamos pela **categoria privatização** para, por meio do método de investigação, explicitar como, nas engrenagens estruturais da economia, as políticas sociais — entre elas, as educacionais — foram/são tomadas e apanhadas como partes estratégicas de acumulação do capital. A história das políticas e das instituições educacionais expressa os movimentos do capital e as concepções relacionadas aos processos hegemônicos de dominação ideológica que atendem aos padrões de sociabilidade do sistema capitalista.

Em relação ao objeto de estudo com foco na privatização da educação básica no Brasil de 2008 a 2018, elegemos um conjunto de documentos que incluem dados, relatórios, legislações, atas de conselho administrativo, estatutos, demonstrações financeiras, decretos, mapas, *sites* oficiais e plataformas *on-line* que compuseram a realidade, e daí extraíram-se as categorias com as quais, por sucessivos movimentos de aproximação, análise e interpretação dos fatos observados, tentou-se captar as formas de atuação e expansão da empresa no mercado.

Para explicar a escolha da categoria do objeto privatização da educação básica, retoma-se a definição do conceito de mercantilização que se refere à atribuição de um valor mensurável e econômico ao direito à educação (GADOTTI, 2010). Desse modo, a lógica mercantil pode estar presente em espaço público ou privado, transformando tudo em mercadoria. Por sua vez, a privatização refere-se a um processo que afeta a educação básica e regular no Brasil, com a expansão de escolas privadas lucrativas, em consonância com a financeirização e a liberalização da educação (PINO, 2018).

Entende-se, aqui, por privatização da educação básica um fenômeno multifacetado que confronta o paradigma do direito à educação básica pública para todos em um novo nicho de mercado lucrativo, operado pela lógica capitalista, por meio de diferentes formas: venda de desenho curricular; venda de serviços e matrícula direta; disputa sobre a concepção de gestão escolar; formação de redes de articulação política; e venda de capital fictício<sup>5</sup> para grupos de investidores.

Outra categoria do método que compõe o referencial teórico escolhido é a **contradição**, pois compreende-se que as unidades do real se inter-relacionam e só têm sentido se analisadas dentro da história e por meio das relações sociais. Busca-se analisar o que há de particular e o que é universal no fato estudado para se entender a totalidade. Que sistema de valores humanos, que princípios e finalidades as formas de atuação e a expansão da empresa privada Kroton engendram na educação básica pública?

### **Procedimentos metodológicos, categorias e documentos**

Optamos por um estudo histórico documental como forma de apreender o objeto proposto, situado na teoria crítica do materialismo histórico-dialético. Trata-se de um esforço acadêmico trabalhar com documentos oficiais e legislações, pois eles:

- trazem sujeitos como governos, empresários, investidores, redes políticas, grupos que agiram e agem nas disputas sociais;

---

<sup>5</sup> Em consonância com Mollo (1989, p. 67): “a autonomia da circulação em relação à produção é então explicitada no capital fictício em três sentidos: a) referindo-se ao capital financeiro como uma função de um capital particular, o capital fictício, tal como o capital financeiro, está restrito à fase de circulação, uma das fases que define o ciclo completo de reprodução do capital, separada da fase da produção; b) derivado do capital de empréstimos produtor de juros [capital portador de juros]: tendo este um preço sem relação direta com o valor, o capital fictício não tem mais esta relação; c) como uma forma através da qual o capital monetário é emprestado levando em consideração que a acumulação do capital monetário não é sempre um índice de acumulação de capital real. O desenvolvimento do capital fictício pode se reproduzir sem estreita relação com a acumulação de capital real. Tal autonomia faz do capital fictício um caso real de divergência entre preços e valores, quer dizer uma expressão da autonomia da circulação em relação à produção” (SABADINI, 2013, p. 585, nossa tradução).

- oferecem possibilidades de apreensão de novas interpretações nas diversas áreas das ciências humanas e sociais, bem como na área de estudos das políticas educacionais;
- explicitam e ocultam atos e ações do real;
- constituem-se como parte do todo e não todo do objeto estudado;
- resultam de um contexto histórico, jurídico, econômico, social e cultural em movimento real.

Como movimento dessa pesquisa, em uma primeira fase, a análise documental iniciou-se com a seleção dos documentos, com base em fontes oficiais e empresariais que registram e explicitam conteúdos sobre as ações da empresa. Os critérios de escolha dos documentos da Kroton Educacional foram:

- documentos públicos para toda a sociedade e de acesso livre;
- documentos oficiais da empresa Kroton que foram entregues para a Comissão de Valores Econômicos como requisitos para venda de ações na bolsa de valores;
- documentos da empresa Kroton do ano de 2008 a 2018;
- textos dos *sites*, cartas e relatos de audiências públicas com fontes oficiais;
- documentos que expressam ou explicam as ações de forma técnica e não contábil ou financeira.

Nesse momento, buscou-se apreender simultaneamente as engrenagens do metabolismo e da sociabilidade do capital e realizou-se a leitura de autores como Stephen J. Ball, István Mészáros, Olinda Evangelista, Virgínia Fontes, Rodrigo Pereira, Vera Peroni, Dermeval Saviani, Luiz Carlos de Freitas, Theresa Adrião, Maria Abádia da Silva, Christian Laval, entre outros.

Em um segundo momento, após seleção e análise preliminar do *corpus* documental da empresa Kroton, passou-se para a fase da organização, classificação e sistematização de informações relevantes sobre as formas de privatização da educação básica. É a etapa da pesquisa em que emerge o movimento “[...] de reunir todas as partes — elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave novamente” (CELLARD, 2008, p. 303). Realizaram-se a primeira leitura



e o fichamento dos principais documentos com base na seleção feita dos documentos da Kroton Educacional.

Em um terceiro momento, passou-se, então, para a fase seguinte de cruzamentos, elaboração, criação de quadros, tabelas e texto crítico interpretativo. Assim, os estudos historiográficos de Faria Filho (1998) apontam que a legislação pode ser analisada como resultado das disputas entre forças ou grupos na definição de finalidades e objetivos da educação básica. Após o primeiro movimento de sistematização, fez-se o uso do programa NVivo, dada a grande quantidade e diversidade de documentos e relatórios. Procedeu-se à apreensão dos “nós”, entendidos aqui como os principais termos por dimensão da privatização, para localização dos trechos significativos nos documentos. Esse procedimento permitiu uma aproximação mais estreita com as dimensões da privatização e todas as citações dos “nós” eleitos por esta pesquisa. Novamente, retornou-se aos autores e às fontes documentais e à legislação para explicitar as formas de atuação e expansão da Kroton por meio das dimensões financeiras e de articulação política.

#### **Quadro 1 — Principais documentos analisados no desenvolvimento da pesquisa**

| Nome do documento   | Tipo                      | Ano de publicação |
|---|---------------------------|-------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ata de reunião do Conselho de Administração</li> <li>▪ Atas da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas</li> <li>▪ Estatuto social</li> <li>▪ Relatórios de sustentabilidade</li> <li>▪ Demonstrações financeiras</li> <li>▪ Apresentações institucionais</li> <li>▪ Manifestos e cartas de posicionamento</li> </ul>  | Kroton Educacional        | 2008 a 2018       |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Constituição Federal de 1988</li> <li>▪ Lei n. 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</li> <li>▪ Decretos n. 2.306, de 1997; n. 3.860, de 2001; n. 6.094, de 2007 (Decreto PDE).</li> <li>▪ Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – licitações do livro didático</li> <li>▪ Audiência do Senado Federal</li> </ul> | Leis e decretos nacionais | 1988 a 2018       |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atos e resoluções sobre as instituições Kroton, Estácio, Anhanguera, Somos, Torpon, PAR, SEB</li> </ul>  | Cade                      | 2008 a 2018       |

Fonte: elaboração própria.

## Estrutura e organização da tese

A tese foi estruturada com os capítulos descritos a seguir.

- **Capítulo 1 – Elementos históricos da privatização da educação básica no Brasil**

Apresenta a formação social e composição dos grupos e das forças políticas na provisão da educação básica pública no país, com dados educacionais, legislação educacional e estudos bibliográficos sobre os embates entre setores privado e público na provisão da educação básica.

- **Capítulo 2 – Kroton Educacional: gênese, estruturação, organização e consolidação no mercado educacional de 1966 a 2018**

Busca construir um histórico da empresa Kroton com periodização e caracterização das formas de atuação da empresa, inserindo-a na dinâmica do capital e no cenário da educação básica nacional.

- **Capítulo 3 – Dimensões da privatização na educação básica: gestão escolar, desenho curricular e oferta de matrículas e serviços**

Propõe apreender e desvelar as três dimensões da privatização: gestão escolar, desenho curricular e oferta de matrículas e serviços, com base no estudo documental da Kroton Educacional.

- **Capítulo 4 – Articulação política e financeirização na privatização da educação básica a partir do estudo da Kroton Educacional**

Apresenta e analisa mais duas dimensões da privatização da educação básica associada à formação de redes de grandes empresas para incidência política e financeira como mais duas formas de obtenção de lucros e venda da educação em ações ofertadas no balcão da bolsa de valores. As negociações e transações financeiras levam a forma dinheiro-dinheiro. Então, sendo empresa estruturada e organizada com capital aberto, com foco no lucro, o capital forja e busca subverter a educação básica pública em um mercado de venda de produtos, de aplicações em ações e títulos rentáveis para o capital.

## 1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Neste capítulo, busca-se analisar elementos da privatização da educação no Brasil, como continuidade ao debate entre o público e o privado na educação brasileira, com base no contexto histórico-político-social e econômico. A educação, aqui, é vista como um direito público subjetivo<sup>6</sup>, que também é reconfigurado de acordo com uma dada realidade situada no espaço e no tempo, imersa em uma sociedade contraditória com forças hegemônicas divergentes e disputas por um projeto de nação e sociabilidade.

Para aproximar das múltiplas faces da privatização da educação básica e entender como as forças e os grupos empresariais se organizam, propõem-se, no presente capítulo, as questões a seguir.

- Na dinâmica de reprodução do capital, como a empresa privada Kroton Educacional se movimenta em direção ao processo de privatização da educação básica?
- Como a Kroton Educacional, empresa com fins lucrativos, amplia a oferta de serviços e produtos ao setor público dentro da ordem constitucional?
- Quais são as principais formas de atuação e expansão comercial da Kroton na educação básica pública?

Sabe-se que a educação tem um papel na consolidação de qualquer projeto societário e é reconhecida como um direito humano e social. A educação não é capaz de mudar sozinha o sistema capitalista, nem mesmo é a força primária que o consolida. A educação escolar e institucionalizada é utilizada para conformar e produzir os consensos necessários à manutenção do capital, bem como para a internalização dos valores e comportamentos que asseguram a produtividade e legitimam a hegemonia do grupo dominante (MÉSZÁROS, 2008). Desse modo, a educação básica pública é um território de disputa política, social e econômica. Os grandes grupos empresariais veem na área educacional mais um campo de obtenção de lucro,

---

<sup>6</sup> Definimos direito público subjetivo como: “Este reconhecimento positivado, dentro de um Estado Democrático de Direito, tem atrás de si um longo caminho percorrido. Da instrução própria das primeiras letras no Império, reservada apenas aos cidadãos, ao ensino primário de quatro anos nos estados da Velha República, do ensino primário obrigatório e gratuito na Constituição de 1934 à sua extensão para oito anos em 1967, derrubando a barreira dos exames de admissão, chegamos ao direito público subjetivo e ao novo conceito ora analisado” (FÁVERO, 1996; CURY, 2000 apud CURY, 2008, p. 295).

venda de produtos e serviços, fato que atrai um amplo interesse e investimento das empresas e das instituições financeiras.

Ao pesquisarmos as formas de atuação e o processo de expansão da empresa Kroton Educacional, por meio da *holding* Saber, na provisão de serviço privado e produtos com foco na educação brasileira, entre 2008 a 2018, estamos acompanhando também o movimento de privatização da educação básica e a disputa pelo projeto de sociabilidade no Brasil. E, desse modo, tenta-se identificar ao longo desta tese a atuação da empresa Kroton Educacional nas três dimensões de privatização: oferta de vagas para matrícula em escolas privadas com fins lucrativos; venda de produtos e serviços educacionais para instituições privadas e públicas; oferecimento de assessorias aos gestores municipais e estaduais da educação a partir do *ethos* gerencialista.

A metodologia adotada neste capítulo fundamenta-se nas referências bibliográficas, entre elas: Harvey (2014), Mészáros (2018), Laval (2019), Saviani (2013), Libâneo (2012), Ball (2012; 2014), Peroni (2015), Pereira (2016), para compreensão do processo de privatização no contexto da educação básica pública; bem como leis, políticas, dados oficiais e documentos dos organismos internacionais e as respectivas implicações na educação básica.

Assim, escolhemos trabalhar e analisar os aspectos históricos da privatização na educação básica. Para tanto, na primeira parte, apuramos alguns aspectos históricos da privatização da educação, desde o marco histórico do Manifesto dos Pioneiros (1932), Constituição Federal (1988), LDB (Lei n. 9.394/1996) até 2018, com foco na regulamentação da oferta privada. Na segunda parte do capítulo, contextualizamos a expansão da oferta privada na educação básica entre 2008 a 2018, com base nos dados do Censo Escolar (2008 a 2018).

O termo “privatização”, como qualquer outro, é polissêmico e tem seu significado construído historicamente, com alterações no tempo e no espaço, de maneira anacrônica e diacrônica. Por isso, situamos pela abordagem histórica os elementos decisivos de tensões, conflitos e dissensos, além de seguirmos o método histórico-dialético de investigação. Nessa teia histórica, vemos a correlação de forças ou grupos que se manifestam sobre as formas de privatização. Ao mesmo tempo, emergiram outros pares dialéticos, a saber: conservadores e liberais, público e privado, privatistas e publicistas.

No entanto, dois conceitos importantes nessa discussão da privatização da educação são a secularização e a laicidade. A secularização tem seu significado atrelado ao processo cultural (modos de agir, pensar, perceber, reagir socialmente). Em especial, no mundo Ocidental, as instituições sociais, ancoradas em preceitos transcendentais, e religiosas

empreendem, procuram a racionalidade e a ciência para interpretar ações e feitos. Já a laicidade é o processo de afastamento da Igreja da posição principal nas decisões. O Estado passa a ter mais autonomia e imparcialidade no que concerne às instituições religiosas, considerando todas as matrizes religiosas desde que respeitem a esfera pública e legal. Desse modo, o Estado dispensa a religião para manter a coesão social (CUNHA, 2016).

Na Primeira República, Machado de Assis foi o redator de um decreto que separou as esferas religiosa e estatal. É na observação tanto da secularização da sociedade brasileira como do advento de preceitos mais modernos na cultura e na laicidade do Estado que iremos observar os fluxos e contrafluxos das instituições privadas e religiosas na educação e o embate entre setor público e privado quando tratamos do direito público à educação básica.

Embora tenhamos escolhido, como percurso histórico, iniciar a análise pelas disputas entre os defensores das escolas públicas e aqueles que defendem as escolas privadas a partir da década de 1960, reconhecemos que 1930 é um marco do debate entre educação pública e educação privada.

No Brasil, após a década de 30, concomitante ao processo de intervenção do Estado na esfera econômica, como principal agente do desenvolvimento, ocorreu uma tendência de privatização da esfera pública. Mas o processo de interpenetração entre essas esferas caracterizou-se por um duplo prejuízo da esfera pública, pois tanto a intervenção do Estado na área econômica quanto do setor privado na esfera pública favorecera primordialmente interesses privados e não públicos (PINHEIRO, 1996, p. 258).

Com o advento da industrialização e a cultura modernista, em 1930, como medida implantada pelo Governo Provisório que depôs o então presidente Washington Luís e foi assumido por Getúlio Vargas, houve a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, com a gestão ministerial de Francisco Campos. Dentre os decretos lançados em 1931, destacamos: Decreto n. 19.850 – Criação do Conselho Nacional de Educação; Decreto n. 19.890 – Organização do Ensino Secundário; Decreto n. 19.941 – Reestabelecendo o Ensino Religioso nas escolas (SAVIANI, 2013). Naquele momento, ao atender reivindicação da Igreja Católica, oficialmente tem-se, no currículo das escolas de educação básica, o retorno do ensino religioso, que havia sido retido pela Constituição de 1891.

Até então, o conflito entre católicos e renovadores (escolanovistas) ainda não estava deflagrado, pois ambos os grupos participavam da Associação Brasileira de Educação (ABE). A partir da IV Conferência Nacional de Educação, realizada no final de 1931 e organizada pelo intelectual católico Fernando Magalhães, ocorreu a ruptura dos dois grupos:

católicos saem da ABE, e os escolanovistas lançam o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932. Como um movimento de resposta, foi criada a Confederação Católica Brasileira de Educação (1933), cuja principal pauta era o combate ao movimento de laicização do ensino público (SAVIANI, 2013).

Um dos pontos mais criticados pelos renovadores era a desvinculação das políticas educacionais e reformas econômicas da época que não refletiam o então processo de modernização intelectual e industrial da República Brasileira. Vemos uma disputa de projeto de sociedade e de sociabilidade, já influenciado pelo movimento de secularização e laicização do Estado. Enquanto renovadores lutavam por uma educação não religiosa e laica, os grupos conservadores e católicos faziam movimentações contra a perspectiva da educação popular. Outro aspecto foi a proposta dos renovadores por uma educação que não segregasse os estudantes por sexo ou condição social, contrariando os preceitos da educação pregada pelos grupos conservadores.

O contexto de criação da Assembleia Nacional Constituinte em 1933, comissão responsável pela nova proposta constitucional, foi marcado por disputas entre conservadores e liberais. A política interna getulista foi, dicotomicamente, conciliadora com os setores produtivos e com a classe trabalhadora. As elites dominantes, empresários da indústria, estavam dispostas a financiar o desenvolvimento econômico industrial do país. Ao mesmo tempo, o governo de caráter populista e nacionalista, teve um grande apoio dos trabalhadores com a concessão de direitos trabalhistas. Preservando a postura de conciliação de diferentes interesses, o governo manteve as diretrizes de centralização da educação pública e, ao mesmo tempo, reconheceu, em termos legais, os estabelecimentos privados de ensino sob a suplementação, se necessária, do Estado (CARVALHO, 2012). Em 1934, assume o ministro Gustavo Capanema, que se aproximou da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e inclinou-se também para os valores cristãos preconizados pela Igreja Católica. Assim, esta época, de 1932 a 1947, ficou conhecida como uma “modernização conservadora” (SAVIANI, 2013; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002).

Em 1946, após o fim do Estado Novo, no Governo de Gaspar Dutra, assume o ministro Clemente Mariani, que continuou em clara adesão às frentes conservadoras e iniciou o projeto da LDB. No entanto, o projeto apresentado recebeu uma crítica contundente do antigo ministro da Educação, Gustavo Capanema, em 1949, que conseguiu o arquivamento do projeto por seis anos. Em 1956, o grupo de parlamentares retomou os debates sobre o projeto da LDB, e o conflito entre escolas privadas e escolas públicas ficou mais evidente. Primeiro, o embate foi em torno da figura de Anísio Teixeira, então presidente do Inep e da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), acusado de trazer princípios pedagógicos de John Dewey associados ao marxismo. O Conselho Diretor da ABE saiu em defesa de Anísio Teixeira e esclareceu que as ideias de Dewey não se coadunavam com o marxismo. Depois, o debate ganhou um novo rosto com o deputado Carlos Lacerda, que, em 1958, passou a defender os interesses das escolas privadas e da Igreja Católica. Assim, o debate girava em torno dos conservadores (escolas privadas e Igreja Católica) e dos grupos que defendiam a escola pública (liberais-idealistas, liberais-pragmatistas e renovadores e socialistas (SAVIANI, 2013).

### **1.1 Conjuntura da privatização da educação básica pública no Brasil de 1960 a 1990**

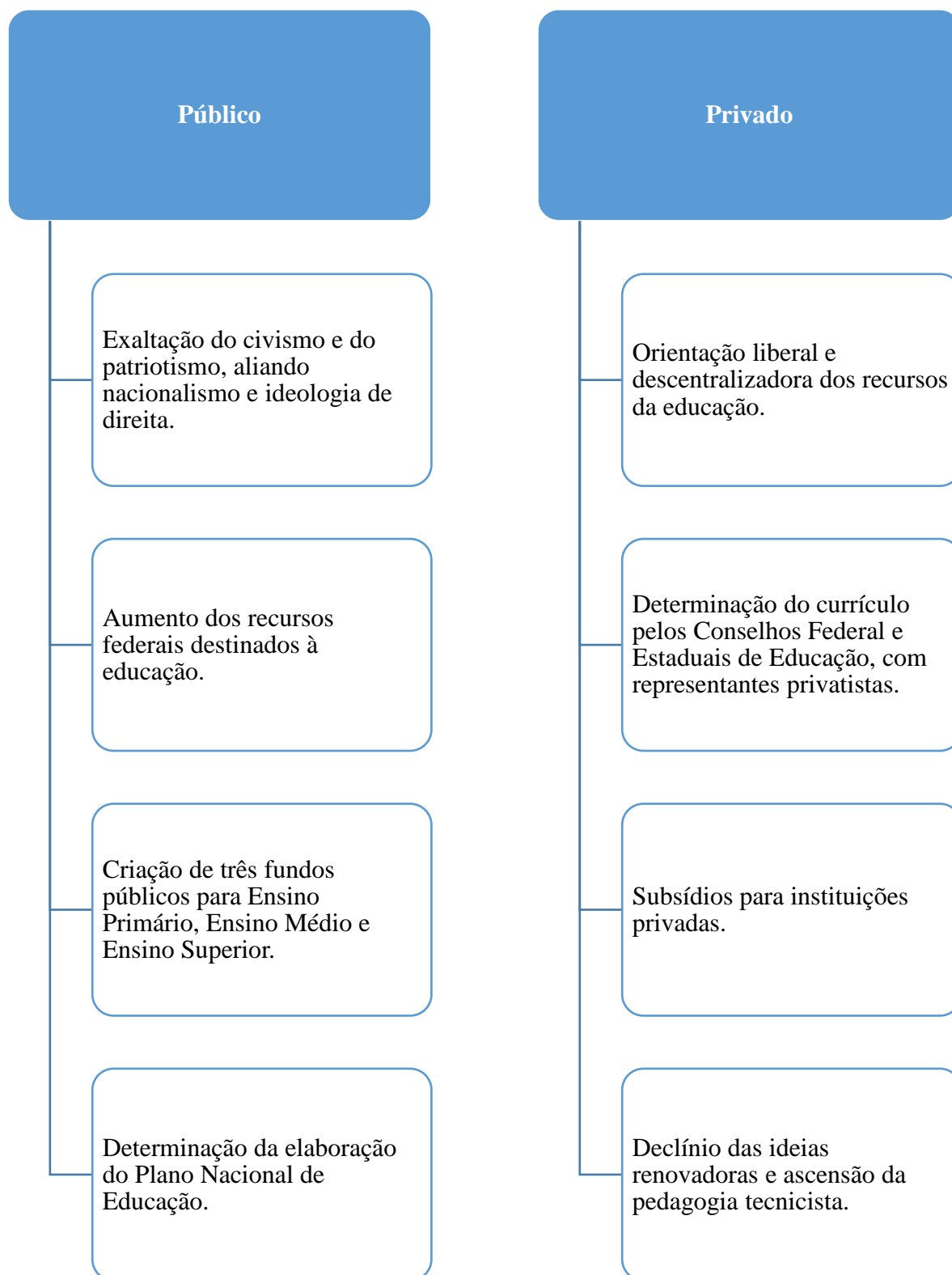
Em dezembro de 1958, um grupo de defensores das escolas públicas lançou o “Manifesto dos educadores: mais uma vez convocados”, que, entre outros pontos, defendeu a universalização da escola pública e os recursos públicos para a educação pública<sup>7</sup>. Dizia ser contra o monopólio estatal na educação, defendendo a liberação e a regulamentação das escolas privadas. Nesse momento, a pedagogia nova, defendida pelos renovadores, já tinha espaço nos órgãos públicos, nas mídias e nas revistas da época, pautando a concepção de educação, de homem e de sociabilidade. E nesse movimento de circulação das ideias da Escola Nova que cresceram as manifestações da pedagogia católica cristã, renovando preceitos pedagógicos e mantendo os valores cristãos e morais (SAVIANI, 2013).

Nessa ambiência, temos a aprovação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, considerada de orientação liberal e de característica descentralizadora. Temos também a criação do Conselho Federal de Educação em 1962.

---

<sup>7</sup> Sobre os conflitos entre católicos e liberais, temos: Cunha (2016), Severino (1986) e Cury (1988).

**Figura 1 — Elementos públicos e privados constitutivos da primeira LDB (Lei 4.024/1961)**





Aqui, destaca-se a importância do Conselho Federal de Educação como instância voltada para o movimento privatista da educação básica à época, tendo em vista que as nomeações advinham da articulação entre o movimento das escolas privadas e o governo federal, concedendo brechas para esses grupos privados com fins lucrativos.

Os membros desses conselhos, nomeados livremente pelo presidente da República e pelos governadores dos Estados, não só podiam recair em pessoas escolhidas mediante pressão e articulação privada, menos visíveis para as forças político-partidárias, como também os conselheiros ficavam expostos a pressões e atrativos de diversas espécies. Conseguido o controle dessas instâncias do Estado, a expansão do ensino privado foi muito intensa após o Golpe de 1964, processando à velocidade tão mais alta quanto maior a taxa de lucratividade média em cada nível de ensino. As afinidades políticas eletivas entre os governos militares e os dirigentes das instituições privadas de ensino fez com que o Conselho Federal de Educação assumisse uma feição crescentemente privatista (CUNHA apud COMISSÃO DA VERDADE).

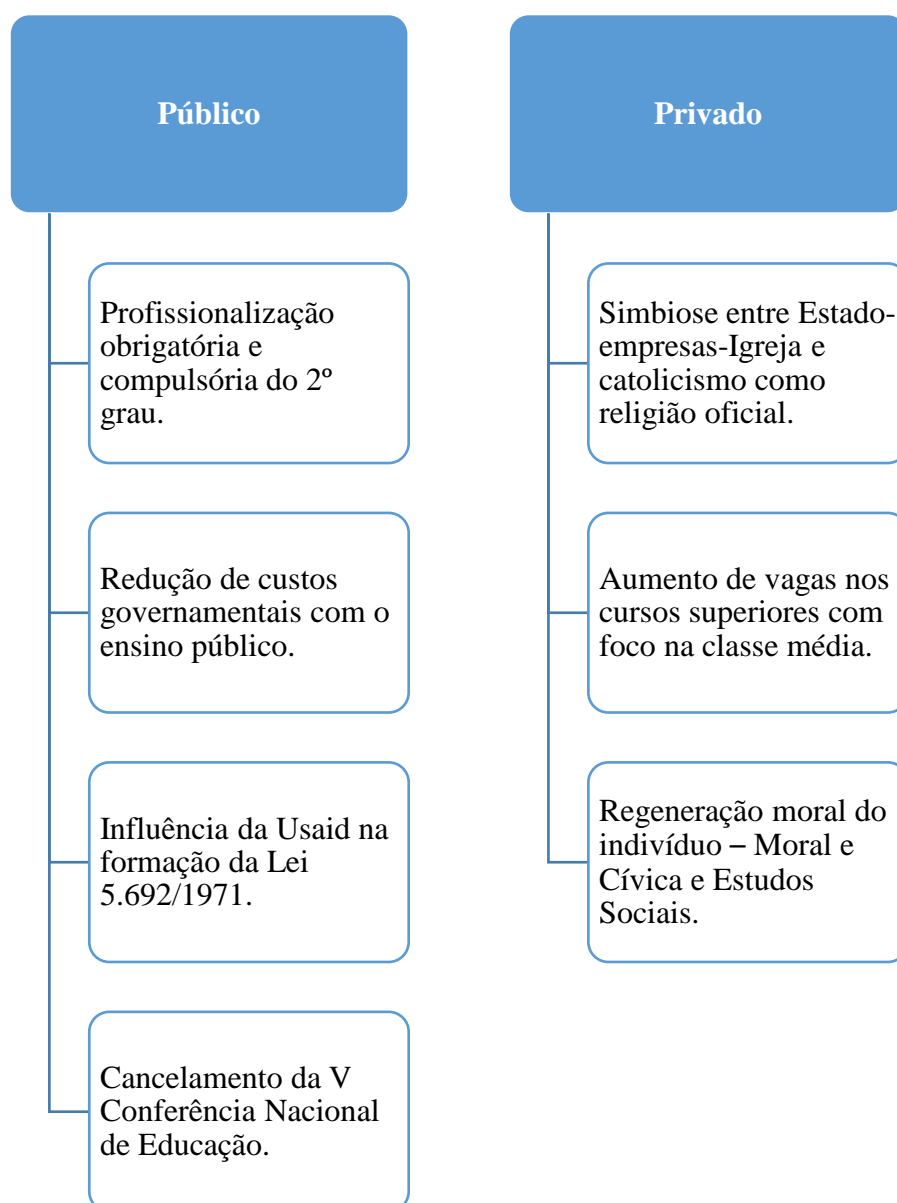
Em pleno golpe militar, no governo do general Emílio Médici e do ministro da Educação Jarbas Passarinho, temos a promulgação da Reforma do Ensino 1º e 2º graus – Lei 5.692/1971, a qual tornou o ensino técnico obrigatório, sob influência do mito do desenvolvimentista industrial. A terminalidade dos estudos a partir da conclusão da formação profissional e a redução dos gastos públicos com o Ensino Básico eram um dos principais objetivos da nova legislação educacional. Cabe destacar, aqui, a influência da United States for International Development (Usaid) que, durante a década de 1960, financiou projetos educacionais no Brasil com foco na reforma do Ensino Médio voltado para a profissionalização em 1971.

Nesse período, houve um aquecimento da economia, da indústria e do comércio com empresas multinacionais e serviços que demandaram profissionais especializados para os expedientes da vida urbana. Foi nesse movimento que ocorreu uma valorização da escola privada embalada pelas pressões das oligarquias urbanas sobre o Estado para abrir mais espaço para o setor lucrativo. Ao mesmo tempo, ocorreu uma desvalorização do ensino público ao instituir dois períodos e ao permitir dupla jornada para professores. Outro ponto relevante foi que a laicidade do Estado passou a sofrer novo impacto com a declaração do catolicismo como religião oficial do Brasil na época dos militares no governo (CUNHA, 2016).

Cabe destacar que foi nesse contexto histórico da década de 1960, de maior pressão por abertura de mais espaço para o setor privado lucrativo, que os professores futuros criadores da Kroton fundaram um curso preparatório para vestibular, que, posteriormente, veio a se chamar de Colégio Pitágoras. É no ínterim dessa discussão de abertura de mercado privado

e da retórica de acesso à educação superior que ainda para pouquíssimos brasileiros surgem os cursos privados para formar os estudantes de classe média e de classe alta para fazerem os exames exigidos e, assim, seguirem ocupando as vagas públicas na educação superior. Na outra ponta, com o advento da educação tecnicista, os trabalhadores urbanos foram direcionados para a educação profissional.

**Figura 2 — Elementos públicos e privados constitutivos da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus (Lei 5.692/1971)**



Fonte: Cunha (2014); Shiroma, Moraes e Evangelista (2002).

Depois de duras críticas do próprio setor das escolas privadas no que tangia à obrigatoriedade e à compulsoriedade do ensino profissionalizante no então chamado 2º grau, que foi considerado um fracasso educacional, foi promulgada a Lei n. 7.044/1982, que atenuou

e substituiu o termo “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho”. Assim, as ações que informassem os estudantes sobre educação superior e profissões tendiam para a “preparação para o trabalho”. As escolas de elite seguiam preparando os jovens com poderio econômico para os exames de entrada nas universidades, e os exames tornaram-se mais rigorosos e com fases eliminatórias e classificatórias.

Nesse contexto da ditadura, vemos um descompasso entre laicidade e secularização. Enquanto o Estado torna-se ora mais próximo, ora distante da Igreja Católica, regredindo na laicidade, a cultura aprofunda a secularização e anda a passos largos no caminho da liberdade, dos movimentos feministas, dos sindicatos, da mobilização dos educadores nas conferências, do movimento em prol da educação popular, da contracultura na arte, dos meios de comunicação em massa propagando novas formas de sociabilidade, do protesto dos estudantes por mais educação, entre outros.

Até mesmo dentro da Igreja Católica, ocorreram embates contra as tendências mais conservadoras cuja expressão foi a teologia da libertação. E, mais uma vez, esse embate de forças conservadoras e renovadoras se encontra na disputa pelo projeto de sociedade, de homem e de educação nacional, e o foco agora ocorreu nas discussões da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, no debate que antecedeu a Lei n. 9.394/1996.

O movimento para a expansão do setor privado com ou sem fins lucrativos conviveu sem sobressaltos com o crescente número de analfabetos no país<sup>8</sup>. Desde a composição do Conselho Federal de Educação, houve uma aproximação do governo federal com este setor, que se apresentava por meio dos grupos de empresários com fins lucrativos.

Inconformados, movimentos sociais e populares, associações e entidades sindicais reuniram reivindicações que foram inscritas na Constituição Federal de 1988 com consolidação da pauta de direitos sociais, civis e políticos concedidos ou fomentados por um sistema público de proteção social aos brasileiros. O art. 170 diz que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, entre outros, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, em uma ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, que tem por fim assegurar a todos uma existência digna e cidadã.

Os conceitos de cidadania e direitos sociais são construídos historicamente e variam de acordo com o espaço e o tempo da política de cada país. Assim, a concepção de cidadania no Brasil fica associada à classe trabalhadora e aos direitos trabalhistas concedidos.

---

<sup>8</sup> Em 1970, o Brasil tinha 33,7% da população com a idade de 15 anos ou mais considerada analfabeta (18 milhões de brasileiros analfabetos). Fonte: Censo demográfico (IBGE).

Vê-se que no Brasil a forma de manifestação desse Estado provedor de políticas é bem diferente da conceituação europeia, tendo em vista que o nosso capitalismo industrial foi tardio, gerando uma incompletude na concessão de direitos sociais na perspectiva seletiva e excludente.

Assim, vemos que os movimentos sociais conquistaram algumas vitórias nas disputas em torno da Constituição Federal de 1988. Para a área educacional, o art. 205 da Constituição Federal consolidou a educação como um “[...] direito de todos e dever do Estado e da família” e estabeleceu que “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Em contraponto, a Constituição Federal de 1988, no art. 213, destaca o financiamento de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, abrindo espaço para diferentes formas de privatização e oferta privada da educação.

## 1.2 Políticas de privatização neoliberal na educação na década de 1990

O movimento global de privatização da educação se intensificou nos anos de 1990, com base no neoconservadorismo (SAVIANI, 2013) e na reestruturação do Estado capitalista. As estratégias estatais aplicadas em convergência com os interesses de instituições internacionais — como o BM<sup>9</sup>, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco<sup>10</sup>), a Organização Mundial de Comércio (OMC<sup>11</sup>) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE<sup>12</sup>) — influenciaram de forma expressiva as políticas educacionais na América Latina e no Brasil.

Nesse contexto de intervenção do capital estrangeiro e consentimento das nações em desenvolvimento, as proposições políticas advindas do BM, da Unesco e da OCDE focalizam os preceitos da economia com a promessa de erradicação da pobreza e inserção do

---

<sup>9</sup> O BM, desde a década de 1990, possui influência sobre as políticas educacionais aplicadas no Brasil. Nas últimas duas décadas, tem ocorrido uma maior interação entre esse organismo e o governo brasileiro, tendo-se, como exemplo, a elaboração do documento “*Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda*” (2011), que trata da proposta do BM para as políticas educacionais brasileiras.

<sup>10</sup> A Unesco influencia as políticas educacionais brasileiras com ações voltadas para a implantação do Censo Escolar, do Sistema de Avaliação da Educação Básica, do Exame Nacional do Ensino Médio e do Exame Nacional de Cursos.

<sup>11</sup> Desde 2001, a Organização Mundial do Comércio (OMC) tem mantido um esforço para a implantação do Acordo Geral para o Comércio em Serviços (GATS), cuja finalidade é regulamentar as atividades associadas aos serviços. Nesse contexto, a educação foi determinada como serviço prestado dentro de um contexto de mercado.

<sup>12</sup> Nos anos 1980, a OCDE influenciou as políticas educacionais brasileiras. A partir dos anos 1990, a educação adquire maior importância no âmbito das formas de atuação da OCDE com a criação de projetos e programas com a finalidade de determinar o crescimento econômico trazendo para as políticas educativas a questão da aquisição de competências para o mercado de trabalho (PEREIRA DA SILVA, 2016).

pobre trabalhador no mercado de trabalho. Observa-se aqui que esses organismos carregam e transportam o capital internacional por grandes empresas e investidores.

Durante o governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), a educação deu destaque preponderante para as empresas do setor privado educacional, das instituições filantrópicas, das *think tanks* e demais redes políticas. Estas últimas são definidas como “um tipo social novo”, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e movimentos. Constituem “comunidades políticas, geralmente, baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e soluções” (BALL, 2012, p. 29). Assim, reconhece que cada vez mais se fortalece a lógica de atuação em rede, como o caso da instituição Atlas ([www.atlasnetwork.org](http://www.atlasnetwork.org)), que reúne mais de 400 organizações de mercado livre de 80 países com o objetivo de promover a liberdade, movimentando financiamentos de mais de US\$ 20 milhões (BALL, 2012).

Vê-se, assim, uma tendência explícita de deslocamento do Estado nacional desenvolvimentista para um Estado capitalista neoliberal, pouco afeto aos direitos sociais conquistados pela luta de classe entre trabalhadores, movimentos sociais de diversos segmentos da sociedade civil (SILVA, 2002). Nesse período histórico, o governo passou a privatizar empresas públicas e a incentivar a entrada de investidores externos. A partir do governo de Fernando Collor de Melo, houve uma inclinação do governo para a abertura do país para exploração e expansão do capital estrangeiro.

Desse modo, desde 1990, a gestão de escolas brasileiras passou a se fundamentar em um conjunto padronizado de práticas que se aplicam a um negócio empresarial. As iniciativas de governos estaduais estão sendo inseridas na forma de modernização, quando, na verdade, são reformas estruturais do ambiente escolar e de seu conteúdo, em convergência com o paradigma das avaliações externas em larga escala (LIBÂNEO, 2012). Nesse contexto, as avaliações em larga escala estão associadas à perspectiva de gestão de resultados com o uso recorrente de avaliações institucionais de professores e alunos. Sob esse aspecto, a educação é o eixo hegemônico de formação para sujeitos sociais competitivos, empreendedores, líderes que se adequam ao padrão da sociedade neoliberal, “sujeitos sociais híbridos que são espacialmente móveis, eticamente maleáveis e capazes de falar as linguagens do público, do valor privado e filantrópico” (BALL, 2014, p. 230).

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado passou a ser desenvolvido a partir de 1995, tendo início por uma reforma na administração interna no sentido de modernizar a estrutura e determinar funções de coordenar e supervisionar os serviços realizados pelas empresas privadas e alterar o funcionamento das escolas.

Essa ambiência de disputa político-ideológica, de implantação do Estado gerencialista como projeto do então ministro da Fazenda Bresser Pereira e de aprovação da Lei n. 9.394/1996 foi mais um palco das disputas por um projeto de sociabilidade do capital no Brasil. De um lado, os movimentos progressistas que seguiam defendendo a educação pública e de qualidade para todos, ainda inspirados pelos pioneiros da educação; do outro lado, movimentos conservadores e neoliberais com foco na implantação de uma educação de viés empresarial e privatista, o que chamavam de combate ao “monopólio estatal do ensino” e liberdade das famílias em escolher o tipo da educação de seus filhos.

Os embates e as disputas de projetos ocorreram no parlamento e nas marchas, paralisações, greves e manifestações. A LDB afirma que a educação tem por finalidade três itens: o pleno desenvolvimento do educando; o preparo para o exercício da cidadania; e a sua qualificação para o trabalho. No art. 2º, reconhece a existência de instituições públicas e privadas de ensino. Reconhece, no art. 5º, que a educação é um direito público subjetivo, compreendido como um direito de todo cidadão. Na sequência, o art. 7º cita que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que atendidas as condições: cumprimento das normas, autorização de funcionamento e capacidade de autofinanciamento. Já o art. 20 reconhece e categoriza três tipos de instituições privadas de ensino, conforme descritas a seguir.

- Comunitárias: “são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade” (BRASIL, 1996).
- Confessionais: “são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior” (BRASIL, 1996).
- Filantrópicas: constituídas na forma da Lei n. 12.101/2009, que certifica as instituições intituladas de beneficentes de assistência social “com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação”. (BRASIL, 2009).

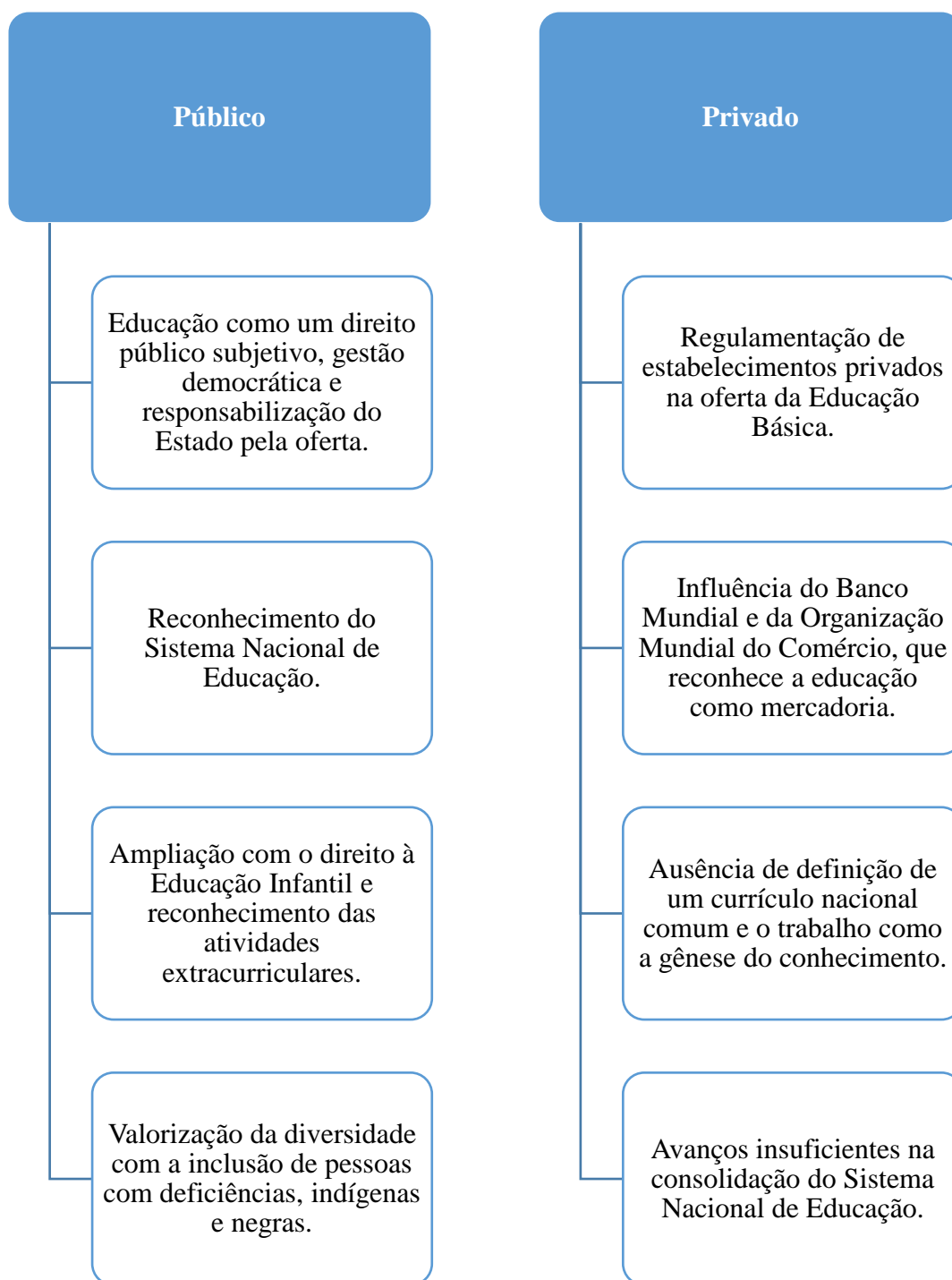
Ademais, a mesma lei, no art. 77, possibilita a destinação de recursos públicos para escolas públicas e para escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, desde que sejam sem fins lucrativos. Assim, vemos que a LDB destina alguns artigos para afirmar a legalidade da atuação de instituições privadas com fins lucrativos e instituições privadas sem

fins lucrativos, ambas com a obrigatoriedade de cumprimento das determinações e regulação estatal como forma de validação da oferta prestada.

Até esse momento, as instituições privadas filantrópicas, mediante cumprimento da legislação específica, concedem matrículas a estudantes bolsistas e têm regime fiscal diferenciado; mesmo assim, são distintas formas de atuação. Traços comuns entre elas são: recebimento de recursos públicos do governo federal, isenção de alguns impostos e benefícios fiscais e favorecimento e recebimento de terras públicas para instalação no mercado de serviços.

A Kroton Educacional, desde a sua fundação, configura-se como uma instituição privada com fins lucrativos que, deste modo, não recebe diretamente abatimentos fiscais, e sim atua livremente com oferta de produtos e serviços. Essa diferenciação entre os tipos de instituições privadas com atuação na educação demonstra como a constituição da sociedade brasileira foi perpassada por interesses de grupos privados, outros religiosos e cercados pela regulamentação do Estado. A atuação da Kroton se insere no movimento de expansão do setor privado no país, com a provisão da educação superior e, agora, na educação básica pública com fins lucrativos, a ser detalhado com mais especificidades nos próximos capítulos.

**Figura 3 — Elementos públicos e privados constitutivos da LDB (Lei 9.394/1996)**



Fonte: Bollmann; Aguiar (2016).

Mesmo após a Lei 9.394/1996, a disputa e as contradições entre conservadores e neoliberais continuaram no governo de Fernando Henrique Cardoso. Antecedendo a visita do Papa João Paulo II, o então presidente Fernando Henrique Cardoso modificou a LDB, mais uma vez sobre o ensino religioso nas escolas públicas, componente considerado como “parte integrante da formação básica cidadã” (CUNHA, 2016).



Observa-se uma posição ambígua: ora o discurso e as ações sugerem que o governo não deve intervir e deve deixar o mercado se autorregular, ora o governo deve intervir, para “socorrer”, alinhar e executar as medidas recomendadas pelas instituições financeiras internacionais com foco na abertura comercial das economias nacionais. Na verdade, essa é uma contradição que perpassa o discurso e as ações e as proposições das instituições defensoras do sistema sociometabólico<sup>13</sup> do capital, pois o interesse é subtrair os direitos sociais e consolidar as práticas liberais na economia internacional, mas, em alguns momentos, ceder espaços para as forças neoconservadoras com medidas reguladoras: “Estado máximo para o capital e mínimo para as políticas sociais” (PERONI, 2003, p. 03).

As manifestações externas chegam por meio dos termos “Aprender a aprender”, “Aprender a ser”, “Aprender a fazer” e “Aprender a conviver”, que se tornam tendências pedagógicas incentivadas pela Unesco, que apontam para uma mudança da relação aluno-escola, aluno-professor e aluno-conhecimento. Impulsiona-se a ideia de empreendedorismo, individualismo e controle socioemocional em articulação com os conhecimentos escolares. Assim, a escola volta a missão de educar e conformar novos sujeitos para o mercado de trabalho competitivo.

Em 2003, no Brasil, as políticas de privatização no governo de Luís Inácio Lula da Silva seguem o Estado gerencialista:

Verificamos que tanto o processo de publicização com a passagem para o público não estatal, principalmente por meio de parcerias, foi intensificado nos próximos governos, como a proposta de gestão gerencial teve continuidade nos governos posteriores como podemos verificar, por exemplo, na Carta de Brasília, que apresenta uma proposta de gestão pactuada pelo Ministério do Planejamento e secretários estaduais de Administração (BRASIL, 2009) com os princípios da gestão gerencial, também outros documentos como “Gestão pública para um país de todos”, Plano de Gestão do Governo Lula, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (PERONI, 2013, p. 246).

---

<sup>13</sup> Para Mészáros (2002), “na qualidade de modo de controle sociometabólico, o capital não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação socioeconômica que venha restringir sua dinâmica voltada para a expansão. A expansão em si não é apenas uma função econômica relativa (mais ou menos louvável e livremente adotada sob esta luz em determinadas circunstâncias, e conscientemente rejeitada em outras), mas uma maneira absolutamente necessária de deslocar os problemas e contradições que emergem no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar, como praga, as causas subjacentes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 176).

### **1.3 Elementos da crise estrutural de 2008 do capitalismo no contexto educacional brasileiro**

Nesta seção, o propósito é acompanhar as discussões e os questionamentos levantados sobre as marcas da globalização sobre a educação, além de demonstrar o avanço dos interesses privatistas e das interconexões globais que produzem alterações nas engrenagens estruturais da educação brasileira. A finalidade consiste em percorrer o movimento internacional e apurar os elementos constituintes do projeto econômico dos grupos neoliberais conservadores e de suas ramificações para o Brasil. A extensão e profundidade das crises cíclicas fazem florescer os debates intelectuais sobre os movimentos sociais e as teorias sociológicas. Os paradigmas científicos estão sendo questionados diante do Estado capitalista que se fortalece para executar uma política econômica articulada com o neoliberalismo e a democracia representativa.

Nesse campo do capitalismo neoliberal, a forma de expandir os excedentes de capital se faz por meio de redes políticas interconectadas em torno de megaempresas que dominam o mercado educacional global. A educação tornou-se o eixo que gera um grande negócio; além de assegurar-se a lucratividade, asseguram-se também discurso e ações e medidas políticas de suposta qualidade no meio educacional, mediante sistemas gerenciais que tornaram a escola cada vez mais semelhante a uma empresa.

Para compreender o processo de financeirização global das grandes multinacionais, é necessário analisar o processo de desregulamentação financeira, desde a década de 1970, bem como entender os mecanismos de regulação após a década de 1990 a 2000, com o aumento expressivo do comércio, dos movimentos especulativos e de um crescente déficit norte-americano ainda resultante dos gastos com as guerras externas, que desembocam em um processo de insustentabilidade imposta pela conjuntura neoliberal (LÉVY; DUMÉNIL, 2013).

Nesse contexto de insustentabilidade da economia estadunidense — expressa em resultados de fragilidade da estrutura financeira norte-americana com a expansão fictícia do setor imobiliário e o processo de securitização desenfreada —, sinalizava-se que os mecanismos se mostraram irrealis e instáveis, com abalos e tormentas nas instituições bancárias.

O mercado imobiliário, diante da inflação americana no ano de 2007, explodiu após as notícias do número elevado de inadimplência frente às contratações de crédito

imobiliário chamado de *subprime mortgage*<sup>14</sup>. A criação de medidas de penhor para assegurar garantias imobiliárias que garantem empréstimos ou crédito imobiliário ao devedor tornou-se maior que as verdadeiras garantias existentes. Havia empréstimos que não detinham garantias suficientes, favorecendo o estopim da crise na economia americana, diante do acentuado aumento do custo dos imóveis, em decorrência de inflação, e diante do movimento especulativo que se criou no mercado imobiliário (CAGNIM, 2009).

A expansão de carteiras de créditos imobiliários foi uma estratégia criada para expandir o setor, gerando um movimento especulativo, a abertura de crédito para pequenas e médias que foram se tornando cada vez vantajosas no mercado especulativo, em nível de investimentos eram elevados. Cagnim (2009, p. 3) analisa que:

Os novos contratos seguiram na direção de permitir que os tomadores realizassem pagamentos menores no período inicial de existência da hipoteca (*balloon mortgage*), possibilitando, assim, uma menor relação entre o serviço da dívida e a renda pessoal. Dessa forma, foi ampliado o universo de possíveis tomadores de crédito hipotecário, com importantes consequências sobre os riscos potenciais presentes no sistema de financiamento residencial.

Desta forma, a crise emergiu devido à falta de regulação em relação aos riscos diante do potencial uso de crédito imobiliário e hipotecas. A queda no preço dos imóveis foi a primeira etapa interna já a partir de 2007, prenunciando o descrédito dos investidores e a baixa especulativa em relação a números anteriores. A partir desse mesmo ano, os valores dos imóveis nos Estados Unidos e no Reino Unido começam a decair. Foi o fim do ciclo de altas decorrentes das operações de especuladores<sup>15</sup> dos anos anteriores. Desse modo, os empréstimos, que antes estavam garantidos pelos imóveis, ficaram parcialmente garantidos, pois os valores dos imóveis passaram a ser inferiores aos dos débitos que eles garantiam.

Neste sentido, avalia-se que o modelo de financiamento residencial americano tinha limitações que foram menosprezadas, até que explodiram. Só então, os banqueiros e os investidores passaram a desenvolver processos de regulação para evitar um colapso do sistema. A fase intensa da crise global teve como caso exemplar a concordata do banco americano

---

<sup>14</sup> O termo *mortgage* traduz-se a partir dos termos hipoteca ou penhor, porque, na medida em que o termo *mortgage* representa uma forma de garantia imobiliária na hipótese de inadimplemento da dívida, mesmo não sendo uma forma de penhor ou hipoteca, constitui-se de um instrumento de garantia real. O termo também pode ser entendido como uma forma de empréstimo em que se aplica como garantia um imóvel (CAGNIM, 2009).

<sup>15</sup> O objetivo dos especuladores é lucrar com oscilações de preços no mercado futuro, assumindo riscos de mercado. Um especulador pode assumir o risco do *hedger*. Por exemplo, assim como os plantadores de milho, soja e os cafeicultores vendem contratos de milho, soja e café futuro, um especulador também pode fazê-lo, tendo como comprador desse contrato outro especulador que aposta na alta do preço desses ativos (LÉVY; DUMÉNIL, 2013).

Lehman Brothers ocorrida no final de 2008, entre outras instituições financeiras. Esse fato foi o estopim que gerou uma grande corrida para as bolsas diante da queda das ações dos bancos, favorecendo a ação do Estado americano de se pautar pela intervenção para amenizar a desregulamentação bancária.

O processo de desestabilização financeira gerou falta de credibilidade no modelo especulativo aplicado pelas instituições bancárias, visto que os baixos juros e a facilidade de crédito favoreceram um ambiente propício ao risco. Segundo Harvey (2014), as instituições financeiras subestimaram o risco de crédito. Esse processo favoreceu a retomada da noção de regulação e supervisão bancária no mundo a fim de restabelecer o equilíbrio nas relações comerciais internacionais no que diz respeito à intermediação bancária de crédito com base na noção de risco.

A conjuntura internacional com o marco regulatório evidenciou a necessidade de as instituições financeiras compatibilizarem as normas bancárias aos postulados dos acordos sobre riscos de crédito e impôs também a necessidade de uma maior credibilidade em relação ao comércio internacional, apontando para a condução ética das organizações e a eliminação de procedimentos contábeis que não permitam uma completa transparência da real situação do patrimônio empresarial (CAGNIM, 2010). A expansão do comércio favoreceu a desregulamentação e a regulação por parte de bancos privados que passaram a utilizar contratos de intermediação financeira no processo de expansão do crédito para as organizações.

Neste movimento de regulação e desregulamentação, a crise estrutural capitalista tem sido postulada para explicar a tendência de baixa na taxa média de lucratividade, demonstrada por Karl Marx (1986). Essa condição do capitalismo expressa um movimento estrutural, ou seja, um caráter inerente ao próprio modelo de produção. Nessa conjuntura, a crise estrutural do capitalismo de 2008 reacende as formas de acumulação do capital. Com base nos postulados de Marx (1986), essa situação se expressa em uma lógica que se refere ao capital variável (desloca do processo de produção para a financeirização do capital), com regras e legislação que favorecem o aumento da lucratividade. Portanto, o capital variável tem a capacidade de ser repostado em relação ao valor investido e, por conseguinte, criar mais valor. E mais, o capital excedente das multinacionais ou o de investidores são negociados sob forma de títulos ou ações nas bolsas de valores, gerando mais lucros.

Autores contemporâneos, como David Harvey (2014) e Stephen Ball (2014), consideram essa fase uma crise estrutural do capitalismo que resultou em estratégias para favorecer a expansão do capital excedente acumulado globalmente e a necessidade de reverter a crise de valor e de retomada dos níveis de lucratividade. A estratégia constitui-se da expansão

e da massificação como formas de compensar a perda de valorização do capital no modelo especulativo, da desregulamentação e da regulação do sistema financeiro, da expansão para novos mercados com a finalidade de expandir o comércio, mundializar a produção e da privatização do ensino e de serviços essenciais regulados e oferecidos pelo Estado capitalista.

Harvey (2014) analisa que a atuação no mercado com a expansão da privatização educacional do ensino público por megaempresas determina e impulsiona um processo de financeirização, sendo resultado do modelo hegemônico neoliberal que passou a definir as funções do Estado. Desde os anos 1990, a centralidade foi sobre a problemática da expansão do capital a partir de ideia de aplicar “o capital” para atingir uma lucratividade elevada e atrair investidores. Essa política neoliberal tem como foco alavancar novos investimentos altamente rentáveis em diferentes espaços geográficos e setores da economia. A educação que antes era exclusiva de provisão dos governos nacionais passou a constituir-se em um dos setores de serviços mais atraentes no mercado.

A partir das ondas e avalanches decorrentes da crise mundial do capitalismo de 2008, com profundos abalos sobre o sistema financeiro mundial, houve uma reestruturação do sistema financeiro com a finalidade de eliminar os riscos e a instabilidade econômica às custas do esforço de milhões de trabalhadores. Essa fase como uma crise estrutural do capitalismo resultou em estratégias para favorecer a expansão do capital excedente acumulado globalmente e a necessidade de reverter a crise de valor e de retorno.

A crise do capital no Brasil, a partir de 2008, fortaleceu o discurso e as ações da modernização e a redução expressiva de gastos públicos com ações sociais, também no campo da educação. Assim, vemos um Estado mais alinhado aos interesses da expansão do capital e menos provedor de políticas sociais. Outra estratégia foi a abertura da área educacional para o capital externo internacional e a disputa no mercado das três primeiras empresas de capital aberto, Anhanguera, Estácio de Sá e Kroton Educacional. Essa crise histórica acelerou o movimento de formação dos conglomerados que, consolidados na educação superior, passaram a buscar mais lucratividade também com a exploração do mercado da educação básica no Brasil.

Nessa perspectiva, o avanço das redes políticas transnacionais induz a oferta de serviços, produtos e padroniza pacotes instrumentais e pedagógicos para serem vendidos aos distintos governos federal, estaduais e municipais. Contudo, políticas externas e disposições de empresários nacionais intentam ampliar o par dialético mercado livre e necessidades das pessoas. Em outras palavras, os argumentos são de liberdade para o mercado, embora, ao mesmo tempo, agrupem-se por oligopólios que tentam dominar o mercado educacional global. Desse modo, a definição de redes políticas, entendidas aqui como um agrupamento de

diferentes instituições, fundações e organizações com interesses políticos comuns, ganha notoriedade como fundamento lógico baseado em algum tipo de lucro ou de interesse e competitividade. O desvelamento das redes de poder existentes evidencia as formas de dominação do capital sobre o mercado brasileiro de educação, com o intuito de angariar benefícios, isenções tributárias para o crescimento econômico e obter capacidade de atuar ao mesmo tempo em vários mercados com diferentes ofertas de serviços, consultorias, plataformas e produtos.

A sociedade civil e os movimentos sociais, com participação política limitada, não detêm forças suficientes para impedir que essas redes políticas tenham acesso irrestrito e fontes de autoridade nos caminhos da educação (SILVA, 2016). Desse modo, as políticas educacionais tornaram-se palco de disputas das redes políticas globais que possuem diversos agentes entre os quais os organismos multinacionais, os órgãos internacionais, as organizações não governamentais (ONGs), os investidores, os bancos, o governo e outros agentes interessados no mercado educacional global detêm poder de angariar propostas e, com os governos, imprimir proposições de projetos com promessas de qualidade para uma sociedade do conhecimento (BALL, 2014).

Entretanto, o debate sobre privatização apresenta outros atores que vão além de grupos nacionais em disputa, pois inclui uma ampla rede social, política e econômica com interesses diversos, sempre com vistas ao projeto hegemônico de sociabilidade e sobrevivência do capital. As políticas educacionais propostas pelos economistas e *experts* do BM e da OCDE estimularam as parcerias público-privadas que alteraram as relações entre setor público e privado, deram alento ao mercado. A privatização da educação básica vem sendo conduzida sob a lógica do Estado gerencialista que utiliza como ideologia o *ethos* público associado à ineficiência e o *ethos* privado relacionado a um ideário de eficiência, eficácia, competitividade e bons resultados. Assim, pregam-se o fortalecimento do Estado e a privatização como um condão mágico de solução dos problemas da educação. Desse modo, ofuscam-se as fronteiras entre o público, que se destina a atender interesses coletivos, e os privados, que servem aos interesses particulares (LEHER, 2013; FONTES, 2010). O modelo de educação privada vem sendo apregoado e exposto como mais qualificado do que a educação pública, o que favorece a ideia de expansão da rede privada de ensino na educação básica e na educação superior.

Para compreender essa fase complexa de privatização da educação no Brasil, de 2008 a 2018, na qual os grandes grupos empresariais e investidores de fundos privados estão comprando outros grupos da área e fazendo fusões com estes e tornam-se assim cada vez mais

hegemônicos e dominadores, é necessário ver no movimento dialético grupos dominantes com fins lucrativos que defendem o livre mercado, com pouca regulação do Estado.

Portanto, na educação básica, vemos que o movimento de privatização se adensou, por meio das parcerias público-privadas, e vem sendo operacionalizado das seguintes maneiras:

- transferência da gestão escolar pública para o setor privado;
- elaboração de propostas curriculares por instituições privadas de reconhecimento técnico social;
- política estruturada de venda de assessoria e consultorias;
- venda de material pedagógico;
- disputas das grandes editoras privadas nas licitações dos livros didáticos para as escolas públicas;
- processos de terceirização;
- contratos de gestão para oferta de serviços de segurança;
- transporte, alimentação escolar.

Outra característica da privatização da educação básica pública é o surgimento de redes de *advocacy*, também conhecidas como rede política de defesa de direitos a serviço do capital, como o movimento “Todos pela educação”, que pautam políticas traduzidas e naturalizadas em aportes de recursos financeiros, discussões, ações, medidas e programas que imprimem os rumos da educação sob a lógica gerencial e privatista. Assim, a educação básica brasileira vem sendo alvo de interesses econômicos, em um modelo de escola que ora reproduz a lógica do mercado privado, ora restringe a competência e as habilidades racionais a serem adquiridas àquelas de um trabalhador consumidor do sistema capitalista.

#### **1.4 Expansão da oferta privada na educação básica no Brasil**

Ao eleger a Kroton Educacional como objeto de estudo, deparamo-nos com o fato de a sua origem ter ocorrido nos cursos de preparação para vestibular e, em seguida, ter atuado e se consolidado na provisão da educação superior. Desde 2007, vemos um novo movimento de atuação e expansão em direção à educação básica, e esta seção intenta apresentar sinopses estatísticas e dados de 2008 a 2018 apurados pelo Censo Escolar para iluminar a transição e o crescimento da empresa privada Kroton Educacional em correlação com a análise dos dados nacionais.

A privatização também ocorre baseada nos fundos de investimento *privaty equity*, nos quais se investe para obter participações em grandes empresas, neste caso denominado de investimento de capital aberto (SOUZA E SILVA, 2010). Nesse contexto de ampliação, o papel das empresas é gerir o capital e assegurar o retorno aos acionistas. Os fundos geralmente são usados para obtenção de novas aquisições (compras de outras empresas) e fusões com outras grandes empresas com a finalidade de monopolizar o mercado. Essa vem sendo uma realidade concreta que tem produzido na educação brasileira as múltiplas determinações e nos permite, por meio de análises histórico-dialéticas, apreender as estratégias subjacentes que explicitam essa dinâmica de reprodução do capital.

Algumas das empresas de capital aberto mais conhecidas no segmento da educação são: Ânima Educação, Kroton, Anhanguera, Iuni e Abril Educação, que, agora, fazem parte da Kroton, criando assim um grande grupo empresarial na área de educação. O grupo que representa a Laureate International se uniu ao grupo Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e às empresas de educação corporativa Affero. Por meio das Ofertas Iniciais de Ações (IPO), as empresas passam a ser precificadas em termos de ações (RELATÓRIO BOVESPA, 2016).

A educação passou a ser vista como um serviço de grande interesse pelas empresas consolidadas de capital aberto e fundos de investimentos. No momento que essas entidades realizam a abertura de capital, operam-se novos investimentos realizados com outras multinacionais que desejam expandir seus capitais acumulados em ações valorizadas. Assim, a educação básica tornou-se um setor de serviços que representa um novo nicho de mercado na bolsa de valores. As empresas privadas do setor educacional, consolidadas ao ponto de colocarem suas ações na lista da BM&Bovespa, devem ter um elevado valor agregado em termos de gerência e governança corporativa, base para atrair os investidores internacionais (SOUZA E SILVA, 2010).

Para comprovar e explicitar essa crescente expansão da quantidade de instituições e de matrículas do setor privado, tanto na educação superior quanto na educação básica, usaremos como fonte de dados as pesquisas Censo Escolar e Censo da Educação Superior, ambas do INEP, que contam com a participação e a coleta de dados de todas as escolas e as instituições de ensino superior do Brasil. Para tanto, priorizaram-se estudos estatísticos em quatro grupos: escolas, alunos, docentes e turmas.



**Tabela 1 — Número de matrículas na educação básica 2008-2018: ensino regular, especial e/ou educação de jovens e adultos (EJA)**

| Ano         | Total      | Federal          | Estadual             | Municipal            | Privada             |
|-------------|------------|------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| <b>2008</b> | 53.232.868 | 197.532<br>0,37% | 21.433.441<br>40,26% | 24.500.852<br>46,03% | 7.101.043<br>13,34% |
| <b>2009</b> | 52.580.452 | 217.738<br>0,41% | 20.737.663<br>39,44% | 24.315.309<br>46,24% | 7.309.742<br>13,90% |
| <b>2010</b> | 51.549.889 | 235.108<br>0,46% | 20.031.988<br>38,86% | 23.722.382<br>46,02% | 7.309.742<br>14,18% |
| <b>2011</b> | 50.972.619 | 257.052<br>0,50% | 19.483.910<br>38,22% | 23.312.980<br>45,74% | 7.918.677<br>15,54% |
| <b>2012</b> | 50.545.050 | 276.436<br>0,55% | 18.721.916<br>37,04% | 23.224.479<br>45,95% | 8.322.219<br>16,46% |
| <b>2013</b> | 50.042.448 | 290.796<br>0,58% | 17.926.568<br>35,82% | 23.215.052<br>46,39% | 8.610.032<br>17,21% |
| <b>2014</b> | 49.771.371 | 296.745<br>0,60% | 17.294.357<br>34,75% | 23.089.488<br>46,39% | 9.090.781<br>18,27% |
| <b>2015</b> | 48.796.512 | 376.230<br>0,77% | 16.548.708<br>33,91% | 22.813.842<br>46,75% | 9.057.732<br>18,56% |
| <b>2016</b> | 48.817.479 | 392.565<br>0,80% | 16.595.631<br>34,00% | 22.846.182<br>46,80% | 8.983.101<br>18,40% |
| <b>2017</b> | 48.608.093 | 396.482<br>0,82% | 16.222.814<br>33,37% | 23.101.736<br>47,53% | 8.887.061<br>18,28% |
| <b>2018</b> | 48.455.867 | 411.078<br>0,85% | 15.946.416<br>32,91% | 23.103.124<br>47,68% | 8.995.249<br>18,56% |

Fonte: elaboração própria, baseada na Sinopse Estatística Censo Escolar (Inep).

De acordo com o Censo de 2008 a 2018, constata-se uma queda no número geral de matrículas na educação básica pública: em números absolutos, uma diminuição de 4.777.001 estudantes (- 8,97%). Em termos de dependência administrativa, vemos que a rede federal e a rede privada aumentam o número de matrículas; e a rede municipal e, em especial, a estadual têm uma queda na quantidade de matrículas.

**Tabela 2 — Síntese do número de matrículas da educação básica 2008-2018 por dependência pública e privada (continua)**

| Ano         | Matrícula pública | Matrícula privada |
|-------------|-------------------|-------------------|
| <b>2008</b> | 46.131.825        | 7.101.043         |
| <b>2009</b> | 45.270.710        | 7.309.742         |
| <b>2010</b> | 43.989.507        | 7.560.382         |
| <b>2011</b> | 43.053.942        | 7.918.677         |
| <b>2012</b> | 42.222.831        | 8.322.219         |

**Tabela 3 — Síntese do número de matrículas da educação básica 2008-2018 por dependência pública e privada (conclusão)**

| Ano                                     | Matrícula pública | Matrícula privada |
|---|-------------------|-------------------|
| 2013                                    | 41.432.416        | 8.610.032         |
| 2014                                    | 40.680.590        | 9.090.781         |
| 2015                                    | 39.738.780        | 9.057.732         |
| 2016                                    | 39.834.378        | 8.983.101         |
| 2017                                    | 39.721.032        | 8.887.061         |
| 2018                                    | 39.460.618        | 8.995.249         |
| <b>Comparativo n. 2008/2018</b>         | - 6.671.207       | + 1.894.206       |
| <b>Comparativo percentual 2008/2018</b> | - 14,46%          | + 26,68%          |

Fonte: elaboração própria, baseada na Sinopse Estatística Censo Escolar (Inep).

Na tabela 2, apresentamos dados de matrícula na educação básica (infantil, fundamental e médio). De acordo com o quadro-síntese comparativo entre as matrículas em escolas públicas (somando os quantitativos federal, estadual e municipal) e matrículas em escolas privadas, vemos o crescimento de matrículas na rede privada em número absoluto de 1.894.206 (- 14,46%) e o decréscimo de matrículas na rede pública em número absoluto de 6.671.207 (26,68). Evidenciam-se, assim, a queda geral das matrículas em escolas públicas e o aumento naquelas da rede privada.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), de 2015, apresenta a tendência de queda da população abaixo de 34 anos e o aumento da população acima de 35 anos. Desse modo, o Brasil está reduzindo a população jovem e aumentando a população adulta e idosa, o que caracteriza a tendência de envelhecimento da população.

Assim, deduz-se que a matrícula na educação básica vem em movimento de queda por causa de alguns fatores preponderantes: tendência de redução das taxas de natalidade e diminuição da população de 0 a 19 anos. E, a partir de dados do Censo Escolar sobre as etapas da educação básica, acredita-se que a redução geral das matrículas ocorre em virtude da redução das taxas de reprovações, em especial no ensino médio e ensino fundamental, e da consequente redução da distorção idade-série e diminuição da população.

**Tabela 4 — Número de estabelecimentos da educação básica 2008-2018 por localização e dependência administrativa**

| Ano   | Total    | Urbana           |                  | Rural            |              |
|---|----------|------------------|------------------|------------------|--------------|
|   |          | Pública          | Privada          | Pública          | Privada      |
| 2008  | 199.761  | 78.682<br>39,39% | 34.502<br>17,27% | 85.941<br>43,02% | 636<br>0,32% |
| 2009  | 197.468  | 79.324<br>40,17% | 35.108<br>17,78% | 82.459<br>41,76% | 577<br>0,29% |
| 2010  | 194.939  | 79.828<br>40,95% | 35.723<br>18,33% | 78.822<br>40,43% | 566<br>0,29% |
| 2011  | 193.047  | 80.486           | 36.332           | 75.678           | 551          |
| 2012  | 192.676  | 81.066<br>42,07% | 37.498<br>19,46% | 73.550<br>38,17% | 562<br>0,29% |
| 2013  | 190.706  | 81.665           | 38.225           | 70.219           | 597          |
| 2014  | 188.673  | 82.194<br>43,56% | 38.938<br>20,64% | 66.904<br>35,46% | 637<br>0,34% |
| 2015  | 186.441  | 83.031           | 38.706           | 64.079           | 625          |
| 2016  | 186.081  | 83.670<br>44,96% | 39.362<br>21,15% | 62.395<br>33,53% | 654<br>0,35% |
| 2017  | 184.145  | 84.070           | 39.381           | 60.047           | 647          |
| 2018  | 181.939  | 84.344<br>45,65% | 39.986<br>21,39% | 56.954<br>32,61% | 655<br>0,35% |
| <b>Comparativo n.<br/>2008/2018</b>             | - 17.822 | 5.662            | 5.484            | - 28.987         | 19           |
| <b>Comparativo<br/>percentual<br/>2008/2018</b> | - 8,92%  | 7,20%            | 15,89%           | - 33,73%         | 2,99%        |

Fonte: elaboração própria, baseada na Sinopse Estatística Censo Escolar (Inep).

A análise dos números de estabelecimentos de educação básica, de acordo com o Censo Escolar de 2008 a 2018, apresenta um decréscimo geral de 17.822 unidades educacionais (- 8,92%), fato que acompanha o decréscimo do número de matrículas abordado anteriormente. Para fins de estudo, mantivemos aqui a informação sobre a localidade quanto a ser área urbana e área rural. Enquanto o número de estabelecimentos rurais decaiu em 28.987 estabelecimentos públicos e 19 unidades do privado, a área urbana teve um crescimento de 5.662 estabelecimentos públicos (7,20%) e 5.484 estabelecimentos privados (15,89%). Ou seja, nota-se que o movimento de expansão e abertura de novas unidades educacionais privadas é superior em áreas urbanas e quase nulo em áreas rurais, mostrando que o interesse privado ocorre principalmente nos centros urbanos. Alguns motivos podem explicar esse fenômeno: migração da população para as áreas urbanas, trabalho assalariado e renda mais constante na área urbana.

**Tabela 5 — Síntese do número de estabelecimentos da educação básica 2008-2018 por dependência pública e privada**

| Ano                                     | Estabelecimento público | Estabelecimento privado |
|---|-------------------------|-------------------------|
| 2008                                    | 164.623                 | 35.138                  |
| 2009                                    | 161.783                 | 35.685                  |
| 2010                                    | 158.650                 | 36.289                  |
| 2011                                    | 156.164                 | 36.883                  |
| 2012                                    | 154.616                 | 38.060                  |
| 2013                                    | 151.884                 | 38.822                  |
| 2014                                    | 149.098                 | 39.575                  |
| 2015                                    | 147.110                 | 39.331                  |
| 2016                                    | 146.065                 | 40.016                  |
| 2017                                    | 144.117                 | 40.028                  |
| 2018                                    | 141.298                 | 40.641                  |
| <b>Comparativo n. 2008/2018</b>         | - 23.325                | 5.503                   |
| <b>Comparativo percentual 2008/2018</b> | - 14,17%                | 15,66%                  |

Fonte: elaboração própria, baseada na Sinopse Estatística Censo Escolar (Inep).

Na tabela 4, ao somar os valores das áreas urbanas e rurais e mantendo-se a categoria administrativa pública e privada, constata-se um movimento geral de decréscimo da quantidade de estabelecimentos públicos e de crescimento da quantidade de estabelecimentos privados. Essa constatação confirma o movimento de expansão de matrículas da educação básica no serviço privado e de queda destas no serviço público.

Como um contraponto da superioridade da escola privada no Brasil em relação à escola pública no Brasil, apresentamos os dados de alguns recursos estruturais da educação com base em dados oficiais. O Censo Escolar mostra dados que nos auxiliam a caracterizar a escola privada e a pública no provimento de espaços educativos essenciais à formação de crianças e adolescentes. Espaços educativos selecionados por esta pesquisa:

- biblioteca e sala de leitura, espaços pedagógicos para a comunidade educativa desenvolver hábito de leitura, cultura do estudo e ampliação de repertório cultural e científico;
- laboratório de ciências, espaço para uso de aula prática ou metodologia ativa que desperta o conhecimento pela investigação científica e por saberes científicos de modo prático a partir do estudo de fenômenos;
- quadra de esporte, dependência para práticas esportivas;
- sala para atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais que estão matriculados no ensino regular.

De acordo com a Lei n. 12.244/2010, que trata sobre a universalização de bibliotecas escolares em todas as escolas públicas e privadas, o prazo de implantação é até 2020. A lei também determina que a biblioteca tenha, no mínimo, um título por aluno. A Lei 9.674/1988 ainda trata sobre a obrigatoriedade do profissional bibliotecário para a supervisão de todos esses espaços.

**Tabela 6 — Número de estabelecimentos da educação básica 2010-2018 com biblioteca por dependência pública e privada**

| Ano  | Total de escolas | Total de escolas com biblioteca | Pública       | Privada       |
|------|------------------|---------------------------------|---------------|---------------|
| 2010 | 194.939          | 64.656<br>33%                   | 42.832<br>27% | 21.824<br>60% |
| 2011 | 193.047          | 65.031<br>34%                   | 42.895<br>27% | 22.136<br>60% |
| 2012 | 192.676          | 65.989<br>34%                   | 43.513<br>28% | 22.476<br>59% |
| 2013 | 190.706          | 66.745<br>35%                   | 43.928<br>29% | 22.817<br>59% |
| 2014 | 188.673          | 67.464<br>36%                   | 44.305<br>30% | 23.159<br>59% |
| 2015 | 183.487          | 66.452<br>36%                   | 45.456<br>31% | 20.996<br>57% |
| 2016 | 183.376          | 67.088<br>37%                   | 45.681<br>31% | 21.407<br>57% |
| 2017 | 183.743          | 66.873<br>36%                   | 44.906<br>31% | 21.967<br>56% |
| 2018 | 181.939          | 66.684<br>37%                   | 43.569<br>31% | 23.115<br>57% |

Fonte: elaboração própria, baseada em censo.org.br.

A função da biblioteca escolar, atualmente, supera o serviço de disponibilização de livros, pois ela também se tornou espaço de desenvolvimento de projetos pedagógicos articulados com coordenadores e docentes, propiciando ao discente outros serviços que incluem não somente a consulta a livros, mas também acesso à Internet. De acordo com a tabela 5 — Número de estabelecimentos da educação básica 2010-2018 com biblioteca por dependência pública e privada, a rede pública cresceu de 33% (64.656) para 37% (66.684) escolas com bibliotecas, enquanto a rede privada, no mesmo intervalo de tempo, decresceu percentualmente de 60% (21.824) para 57% (23.115) de estabelecimentos com bibliotecas. Assim, conclui-se que o número de bibliotecas, ao longo de oito anos, foi ampliado na rede pública e reduzido na rede privada.

Seguindo na análise dos espaços essenciais para o adequado funcionamento de uma escola, retomamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9.394, de

1996, no artigo 35, denota a importância do estudo dos fenômenos a partir da “[...] compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e )prática, no ensino de cada disciplina” (BRASIL, 1996). Desse modo, a ideia de experimentação de fenômenos exige laboratórios nas escolas como mais uma forma de ensino e aprendizagem que congrega teoria e prática, contemplando o método e a investigação científica como currículo escolar. Os laboratórios fazem a transposição didática de conceitos abstratos para uma realidade mais física ou concreta, facilitando a perspectiva de letramento científico para os estudantes.

**Tabela 7 — Número de estabelecimentos da educação básica 2010-2018 com laboratório de ciências por dependência pública e privada**

| Ano         | Total de escolas | Total de escolas com laboratório de ciências | Pública      | Privada      |
|-------------|------------------|--|--------------|--------------|
| <b>2010</b> | 194.939          | 18.991<br>10%                                | 11.487<br>7% | 7.504<br>21% |
| <b>2011</b> | 193.047          | 20.026<br>10%                                | 12.139<br>8% | 7.887<br>21% |
| <b>2012</b> | 192.676          | 20.549<br>11%                                | 12.365<br>8% | 8.184<br>21% |
| <b>2013</b> | 190.706          | 20.727<br>11%                                | 12.436<br>8% | 8.291<br>21% |
| <b>2014</b> | 188.673          | 21.071<br>11%                                | 12.468<br>8% | 8.603<br>22% |
| <b>2015</b> | 183.487          | 20.355<br>11%                                | 12.603<br>9% | 7.752<br>21% |
| <b>2016</b> | 183.376          | 20.955<br>11%                                | 12.996<br>9% | 7.959<br>21% |
| <b>2017</b> | 183.743          | 19.199<br>10%                                | 11.920<br>8% | 7.279<br>19% |
| <b>2018</b> | 181.939          | 19.380<br>11%                                | 11.661<br>8% | 7.719<br>19% |

Fonte: elaboração própria, baseada em censo.org.br.

A partir da análise dos dados da tabela 6 — Número de estabelecimentos da educação básica 2010-2018 com laboratório de ciências por dependência pública e privada, apreende-se que as escolas públicas, em oito anos, estão com o número muito baixo e estabilizado de laboratórios de ciências, de 10% (18.991) para 11% (19.380). Na rede privada, vemos que o movimento de expansão das escolas privadas não contemplou a perspectiva de letramento científico a partir do uso dos laboratórios de ciências. No período analisado, entre

os estabelecimentos privados, há uma queda percentual de 21% (7.504) para 19% (7.719). Assim, a expansão da rede privada reduziu o investimento nesses espaços de aprendizagem.

Outro aspecto importante é a existência de quadra coberta para a realização de atividades esportivas. O direito ao esporte, junto com o direito à educação, à cultura e ao lazer, para crianças e adolescentes, é determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/1990, que, no art. 71, afirma: “A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 1990). Em sintonia, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 1996, determina que a educação física é componente curricular obrigatório da educação básica. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o componente curricular educação física, portanto, contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes por meio das práticas corporais subdivididas na BNCC em três elementos fundamentais: movimento corporal, organização interna e produto cultural. Desse modo, a existência de quadra coberta nas escolas é essencial para o cumprimento do currículo brasileiro.

**Tabela 8 — Número de estabelecimentos da educação básica 2010-2018 com quadra de esportes por dependência pública e privada**

| Ano  | Total de escolas | Total de escolas com quadra de esportes | Pública       | Privada       |
|------|------------------|---|---------------|---------------|
| 2010 | 194.939          | 55.053<br>28%                           | 39.516<br>25% | 15.537<br>43% |
| 2011 | 193.047          | 51.479<br>27%                           | 38.651<br>25% | 12.828<br>35% |
| 2012 | 192.676          | 57.052<br>30%                           | 41.924<br>27% | 15.128<br>40% |
| 2013 | 190.706          | 59.576<br>31%                           | 43.478<br>29% | 16.098<br>41% |
| 2014 | 188.673          | 60.973<br>32%                           | 44.227<br>30% | 16.746<br>42% |
| 2015 | 183.487          | 61.777<br>34%                           | 45.464<br>31% | 16.313<br>44% |
| 2016 | 183.376          | 62.921<br>34%                           | 46.101<br>32% | 16.820<br>45% |
| 2017 | 183.743          | 63.980<br>35%                           | 46.679<br>32% | 17.301<br>44% |
| 2018 | 181.939          | 63.820<br>35%                           | 46.164<br>33% | 17.656<br>43% |

Fonte: elaboração própria, baseada em censo.org.br.

Em mais uma análise, vemos que o número de escolas públicas com quadra de esporte aumentou de 55.053 (28%) para 63.820 (35%), e o número de escolas privadas se manteve percentualmente estável, de 15.537 (43%) para 17.656 (43%). Assim, concluímos que menos de 1/3 de todas as escolas do Brasil tem espaços adequados para realização de práticas esportivas com estudantes em fase peculiar de desenvolvimento, bem como podemos afirmar que a expansão da rede privada não veio acompanhada de um investimento maior em quadras esportivas. Consideramos, desse modo, que as exigências do currículo brasileiro não estão sendo cumpridas integralmente no que se refere às quadras esportivas.

Outro aspecto do Censo Escolar que afere as dependências adequadas para o bom serviço e atendimento educacional é a existência de salas de atendimento especial para estudantes com necessidades educacionais especiais. A LDB, Lei n. 9.394/1996, garantiu o atendimento de estudantes com necessidades especiais e regulou os critérios de caracterização de entidades sem fins lucrativos para prestar esse tipo de atendimento. Em 2001, o Conselho Nacional de Educação (CNE) lança a Resolução CNE/CEB n. 2 com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), de 2007, fez a orientação de acessibilidade nos prédios e implantação de sala de recursos multifuncionais nas escolas. No ano seguinte, o Brasil lança a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que reforçou as orientações anteriores, fortalecendo a educação inclusiva. Outro marco importante foi em 2015, com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei n. 13.146/2015, que trata do direito à educação, inclusiva e de qualidade, para todos. Por todo esse aparato legal supracitado, o Censo Escolar averigua se os estabelecimentos escolares estão com as salas de atendimento especial como determinado.

**Tabela 9 — Número de estabelecimentos da educação básica 2010-2018 com sala de atendimento especial por dependência pública e privada (continua)**

| Ano  | Total de escolas | Total de escolas com sala AE | Pública       | Privada     |
|------|------------------|------------------------------|---------------|-------------|
| 2010 | 194.939          | 12.218<br>6%                 | 10.245<br>6%  | 1.973<br>5% |
| 2011 | 193.047          | 16.089<br>8%                 | 14.224<br>9%  | 1.865<br>5% |
| 2012 | 192.676          | 21.077<br>11%                | 19.208<br>12% | 1.869<br>5% |
| 2013 | 190.706          | 23.620<br>12%                | 21.652<br>14% | 1.968<br>5% |



**Tabela 10 — Número de estabelecimentos da educação básica 2010-2018 com sala de atendimento especial por dependência pública e privada (conclusão)**

| Ano  | Total de escolas | Total de escolas com sala AE | Pública       | Privada     |
|------|------------------|------------------------------|---------------|-------------|
| 2014 | 188.673          | 26.316<br>14%                | 24.315<br>16% | 2.001<br>5% |
| 2015 | 183.487          | 29.955<br>16%                | 28.030<br>19% | 1.925<br>5% |
| 2016 | 183.376          | 32.114<br>18%                | 29.822<br>20% | 2.292<br>6% |
| 2017 | 183.743          | 34.534<br>19%                | 31.673<br>22% | 2.861<br>7% |
| 2018 | 181.939          | 34.599<br>19%                | 31.766<br>22% | 2.833<br>7% |

Fonte: elaboração própria, baseada em censo.org.br.

De acordo com os dados da tabela 8, vemos que a rede pública fez a implantação progressiva de salas de atendimento, passando de 10.245 (6%), em 2010, para 31.766 (22%), em 2018. No entanto, nas escolas privadas, o crescimento da quantidade de salas foi pouco significativo, passando de 1.973 (5%), em 2010, para 2.833 (7%), em 2018. No geral, apenas 19% das escolas brasileiras estão cumprindo as normativas legais sobre o direito à educação para pessoas com necessidades educacionais especiais. Consideramos, assim, que a Lei Brasileira de Inclusão não está sendo cumprida integralmente no que se refere ao acesso à educação, em especial nas escolas privadas.

De acordo com o comparativo de 2010 a 2018, vemos que os investimentos em biblioteca e laboratório de ciências, espaços e equipamentos diretamente ligados ao processo de ensino e aprendizado, decresceram, estando, respectivamente, em 57% e 19% das unidades educacionais privadas. De acordo com os dados das escolas públicas no Censo Escolar, vemos que, mesmo com a redução do número de matrículas, o número de estabelecimentos com biblioteca e laboratório de ciências foi crescente nos últimos oito anos.

Nos capítulos seguintes, pode-se observar como as ações de *marketing* da Kroton utilizaram esses dados para valorizar a escola privada. Pelos dados do Censo Escolar, que contemplam a totalidade de estabelecimentos privados e públicos, em quatro quesitos, o grupo de escolas privadas não oferta todos os ambientes pedagógicos preconizados por legislações específicas, mas aproveita essa ausência para, de modo mais lucrativo, oferecer serviços e produtos aos estudantes e às respectivas famílias. Pode-se observar, então, que, ao redor do trabalho pedagógico, outros serviços, plataformas, *kits*, equipamentos eletrônicos, mídias e programas de computadores tornaram-se necessários e formam um conjunto de produtos que

podem ser vendidos para as escolas públicas e alteram a formação e as finalidades das instituições educativas. As mudanças econômicas e tecnológicas empurram as mudanças sociais, e estas trazem e explicitam as relações do ser humano com o outro e com a natureza.

### **1.5 Parcerias público-privadas na educação básica no Brasil**

Nesse contexto, o governo brasileiro tem legitimado propostas que são sugeridas por essas redes multinacionais, a exemplo dos Arranjos de Desenvolvimento de Educação (ADE), em que o desenvolvimento de ações em escolas públicas se afirma por meio de acordos entre órgãos da administração pública e os agentes privados, como uma forma de apresentar mecanismos de qualidade ao ensino, que envolvem uma gama de agentes com proposições que estão sendo colocadas em prática nas políticas educacionais (DAMASCENO, 2015; ADRIÃO, 2018).

Sob esse prisma, as políticas e os arranjos de desenvolvimento da educação são estabelecidos ainda pelo Parecer CNE/CEB n. 9/2011, que conceitua os consórcios intermunicipais como uma forma de cooperação entre os entes federados e as parcerias público-privadas em arranjos com vistas à educação básica e à superior. Os municípios brasileiros são os que mais se utilizam desse tipo de arranjo, os quais apresentam de forma geral a presença maciça de grupos empresariais. Desse modo, todas essas iniciativas são constitucionais e asseguram aos municípios a liberdade de decidir parcerias no âmbito da administração pública municipal, introduzindo princípios e práticas de mercado tanto na provisão, quanto na organização do funcionamento e financiamento da educação básica.

Com base no princípio da cooperação e da liberdade, os estados e municípios passaram a gerir a educação a partir das competências privadas. Com a descentralização, a responsabilidade com a educação foi atribuída aos entes federados, mantendo o princípio da hierarquia. Assim, embora exista a liberdade de os estados e os municípios terem suas leis, estas deverão estar em consonância com a legislação federal e, portanto, as normas estaduais devem prevalecer sobre as normas municipais. Sendo assim, o pacto de cooperação é constitucional entre os entes na busca do desenvolvimento (DOURADO, 2015).

Nesse aspecto, a educação é um bem social de interesse comum e, portanto, os estados e municípios têm o poder de legislar, como se evidencia no art. 22, § único: “Lei complementar poderá autorizar os estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo”(BRASIL, 1988). Destaca-se, assim, que a Constituição Federal de

1988 trouxe um modelo neoliberal que traz em seu bojo o favorecimento do capital privado na educação, por meio da simbiose entre investimentos públicos e privados (VELOSO, 2017).

Entretanto, as políticas públicas da área educacional estão em disputa, direcionadas para novos ajustes institucionais, representados pela cooperação institucional e pela liberdade segundo a qual a Constituição Federal de 1988 e a Lei 9.394/1996 determinam as competências dos estados e municípios para gerir a educação. Na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, temos as normas que regulam a destinação de recursos públicos para o setor privado, ficando a cargo da lei de diretrizes orçamentárias regular esse tipo de repasse.

Assim, o capital privado com fins lucrativos amplia o número de agentes políticos, empresários, corporações e investidores na tomada de decisões. Por isso, a cooperação exige análise das novas relações fomentadas na disposição constitucional. Porém, em vez de produzir efeitos positivos no processo de democratização do acesso à educação, surgem relações mais complexas entre os entes federados, em especial sobre o fator da responsabilidade orçamentária com gastos em educação. A partir de tais iniciativas, abrem-se os caminhos para o financiamento privado que se amplia em diversas modalidades de reestruturação social e que tem representado o novo modelo de Estado, reduzindo os gastos públicos com as demandas sociais da educação.

O processo de privatização da educação básica apresenta uma convergência de junções entre governos federal, estadual, municipal e organizações sociais<sup>16</sup>, fundações, investidores e empresários para arcar com a provisão privada da educação pública. No ano de 2007, intensifica-se o movimento de oferta de ações de empresas privadas do setor educacional na bolsa de valores. A estratégia de aquisições e fusões serviu como forma de expansão das empresas que se fortaleceram no mercado, formando oligopólios com investidores internacionais e corporações financeiras.

Os fundos públicos federais passam do governo para indivíduos ou empresas em uma simbiose que se evidencia na educação superior por meio de programas específicos, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) (2005) e o Fundo de Financiamento ao Estudante da Educação Superior (Fies), assim como nos diferentes ajustes institucionais realizados pelos municípios para financiar a educação básica, a partir das bases constitucionais representadas pela Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “Institui normas gerais para licitação e

---

<sup>16</sup> Marilena Chauí diferencia “organização social” e “instituição social”. A primeira é tida como um tipo de prestadora de serviços não exclusivos do Estado. A segunda tem o reconhecimento público, a autonomia perante outras instituições, sendo organizada por regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública” (SGUISSARD, 2015)<sup>17</sup>. Nesta linha, investidores financeiros também se aproximaram dos municípios e ofereceram produtos e serviços. Essa política de aplicação de fundos de apoio financeiro do Prouni e, especialmente, do Fies gerou um avanço de mercado das instituições de ensino superior (IES), sobretudo entre os anos de 2011 e 2014, em razão dos contratos firmados em programas de financiamento da educação<sup>18</sup>.

Os fundos de investimentos *privaty equity* se tornaram instrumento dos investidores para obter participações em empresas de capital aberto e viraram um modelo de privatização no setor da educação e do ensino (SOUZA E SILVA, 2010).

Nesse contexto, os investidores esperam obter retorno de capital das empresas de ensino em que houve a compra de participações/ações. Os fundos geralmente são usados para obtenção de novas aquisições (compras de outras empresas) e fusões com outras empresas com a finalidade de monopolizar o mercado. Essa forma de atuação:

- permite a expansão em todo o território nacional;
- compra empresas menores;
- atua dentro da lei e da ordem mercantil.

Contudo, trouxe para a centralidade o par dialético: privatização da educação básica e a educação básica como um direito público subjetivo. Apreender as múltiplas determinações permite-nos, por meio de análises histórico-dialéticas, entender as estratégias subjacentes que explicitam essa dinâmica de reprodução do capital.

Acrescenta-se, ainda, que os municípios brasileiros desenvolveram estratégias de fundos privados de empresas para assegurar o financiamento da educação básica, evidenciando que existe uma rede empresarial corporativa que rompe gradativamente a tênue barreira que separa o público do privado (ADRIÃO, 2016). Das parcerias público-privadas na educação básica, temos acordos, convênios, contratos de gestão, terceirização ou ajustes. Todos esses são tipos de pactos entre entidades, do setor público ou privado, com ou sem fins lucrativos, mediante a elaboração de um projeto ou programa em regime de cooperação,

---

<sup>17</sup> Ainda sobre a regulação sobre parceria público-privada, temos a Lei 9.637/1998, que dispõe sobre as organizações sociais; a Lei 9.790/1999, que dispõe sobre Organização da Sociedade Civil; e a Lei 13.019/2014 e a Lei 13.204/2015, que também tratam da OSCIP.

<sup>18</sup> Vera Lúcia Jacob Chaves (2015) defende a tese “de que o financiamento da Educação Superior pública está diretamente relacionado à política de ajuste fiscal do Estado implementado no Brasil desde 1990, como parte das reformas neoliberais adotadas nos países da América Latina, por orientações dos organismos internacionais, em especial o BM, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Utilizou-se a metodologia quanti-qualitativa com coleta de fontes documentais e dados do Inep e do Orçamento Executado da União, no período de 2003 a 2012”.

estabelecido com base no Decreto Federal n. 6.170/2007, norma que rege o modelo de parceria público-privada (STRELEC, 2010).

No Brasil, no caso de estados e municípios, os convênios tornam-se mais comuns com os agentes privados, o que geralmente tem representado uma forma de parceria com a finalidade de obter apoio político ou benefícios públicos, ou mesmo o uso desse tipo de pacto para aferir pleitos e benefícios de determinadas secretarias estaduais ensejado também pela assinatura do convênio. De acordo com os dados do Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2011), cerca de 712 municípios brasileiros declararam terem realizado convênios com empresas privadas para serviços da educação básica, e 440 municípios receberam apoio financeiro de empresas do setor primário ou mesmo da comunidade.

A privatização ocorre via repasse de responsabilidades e de gestão do setor público para o privado, ao mesmo tempo que, com essa oportunidade, o setor privado corporativo se expande no espaço público, em uma simbiose que caracteriza uma educação sustentada na esfera privada. Outra forma de privatização está na venda e no consumo de equipamentos e recursos pedagógicos, geralmente apostilados que geram ganhos e vantagens para as megaempresas que se beneficiam também do setor editorial e de recursos tecnológicos para educação (ADRIÃO et al., 2012). Uma outra ação são os processos de consórcios públicos caracterizados de forma diferenciada para obter resultados de modo associativo entre integrantes que convivem em um mesmo território. Com base na Lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005, os consórcios públicos passaram a ter aceção jurídica entre os entes federados.

Observe os dois exemplos a seguir. No primeiro caso, o Projeto Empresa Educadora de São Paulo obteve um crescimento de 100% em termos de quantidade de parcerias com empresas privadas a partir do ano letivo de 2007, o que possibilitou ao município ampliar a rede pública em 50% entre 2007 a 2012. Dessa forma, Adrião et al. (2012) consideram que essa sistemática na educação nos municípios paulistas corresponde, na verdade, a modalidade específica e peculiar de privatização da educação pública. Essa dinâmica decorrente da Constituição Federal de 1988 favorece a cooperação entre os entes federados e permitiu essa autonomia e simbiose da esfera pública em relação ao capital privado. Cria-se uma sistemática orgânica e estrutural entre setores públicos e privados que definem vantagens políticas obtidas por meio do domínio das políticas educativas e das ações desenvolvidas.

No outro caso, do estado de Minas Gerais, há o município de Ouro Preto e de outros que desencadearam a abertura para cooperação público-privada, acercando-se de leis e decretos que dispõem sobre o Programa Municipal de Parcerias, Concessões e Investimentos (PMPCI) (Decreto 4.770/2017). O município também instituiu o Decreto 4.772/2017, que

estabelece “a Manifestação de Interesse Privado e o Procedimento de Manifestação de Interesse em concessão patrocinada”.

Nesse aspecto, surgem variadas formas de privatização no processo educativo, por meio de empresas privadas com fins lucrativos, seja de forma disfarçada, em atos filantrópicos, para angariar formas de expandir o mercado, seja por meio da aferição de resultados como empresas de responsabilidade social, tendo no *marketing* político institucional um grande êxito. No espaço geográfico onde possuem seus negócios, fazem investimentos em infraestrutura, vendem assessoria pedagógica para assegurar a otimização de recursos existentes na escola por meio de investimentos tanto na parte física quanto na pedagógica.

Ao examinar a legislação federal, publicações na mídia impressa, relatórios e atas da Kroton, capta-se um movimento contraditório: a manutenção no texto da lei de responsabilidades e atribuições do setor público e uma transferência de provisão para o setor privado. Ao mesmo tempo, o setor privado amplia sua atuação, mas o setor público continua recebendo maior número de matrículas, em uma simbiose que caracteriza uma educação pública crivada de instrumentos da esfera privada

## **1.6 Considerações parciais**

A privatização da educação básica ocorre por meio de um processo multifacetado, que abarca diversas ações e atividades nas escolas públicas urbanas no Brasil. Nesse contexto, as parcerias públicas e privadas apresentam-se como outro fator com amparo regulatório que amplia a possibilidade de participação de empresas privadas na educação básica pública. Buscou-se apreender as engrenagens desse processo, as articulações políticas dos grandes grupos empresariais com fins lucrativos, tendo como referência o estudo da Kroton Educacional, com base na ideologia de que a escola privada tem melhores resultados acadêmicos.

Apurou-se que o processo de expansão do capital por meio de suas formas de sociabilidade estendeu seus tentáculos aqui no país, em especial na educação. Assim, os homens de negócio agiram para ofuscar os limites entre setor público e setor privado. Com isso, são capazes de mover-se em uma contradição real do capital em que se reorganizam por meio da estratégia de oligopolização e corporações financeiras e, ao mesmo tempo, atuam com discursos e ações e práticas do livre mercado.

Dentre os muitos elementos que compõem a privatização da educação básica pública, por meio da atuação e da expansão de empresas privadas com fins lucrativos,

destacamos: discurso ideológico de superioridade da educação privada; políticas públicas educacionais de avaliações em larga escala e *rankings* de escolas; parcerias público-privadas; articulação política entre governo e empresas privadas; atuação de investidores para a área educacional como mais um nicho do capitalismo; submissão dos sujeitos da educação à lógica de gestão empresarial para as escolas e conseqüente enfraquecimento da gestão democrática com esse modelo; formação de redes de influência que pautam a educação para uma visão empresarial alinhada aos organismos internacionais e aos interesses do capital<sup>19</sup>.

O caso da Kroton demarca uma expressão da dinâmica do capital nacional e internacional, que, economicamente, direcionam seus negócios à produção de mercadorias e produtos, além de adicionar e ampliar suas atividades no mercado do capital financeiro.

O princípio neoliberal de liberdade individual de os pais escolherem a instituição educativa para seus filhos como um direito é uma ideologia. De fato, o que se pretende é instaurar a competição entre as escolas, tornando-as semelhantes às empresas comerciais. Reafirma-se aqui a compreensão da educação básica como palco de disputas entre grandes mercados, grupos empresariais e investidores que tornam a educação mais um produto ou serviço privado. Esse cenário de interesses privados e grandes empresas que antes detinha a provisão da educação superior move-se e procura crescer com a provisão da educação básica de forma multifacetada.

Assim, analisar a Kroton Educacional significa desvelar os movimentos do capital internacional no Brasil, com foco nas formas de atuação e na expansão rumo a um mercado específico, a educação básica pública e toda a cadeia complementar de serviços e produtos. Nos próximos capítulos, o esforço teórico busca evidenciar a privatização da educação básica em um movimento diacrônico e sincrônico.

---

<sup>19</sup> Para mais informações sobre o tema da relação entre a OCDE e o Brasil, ver o artigo de Rodrigo Pereira da Silva, “A política de competências e habilidades: relações educacionais entre Brasil e OCDE”. Disponível em: [http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT05\\_1081.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT05_1081.pdf). Acesso em: 4 fev. 2020.

## 2 KROTON EDUCACIONAL: GÊNESE, ESTRUTURAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO NO MERCADO EDUCACIONAL DE 1966 A 2018

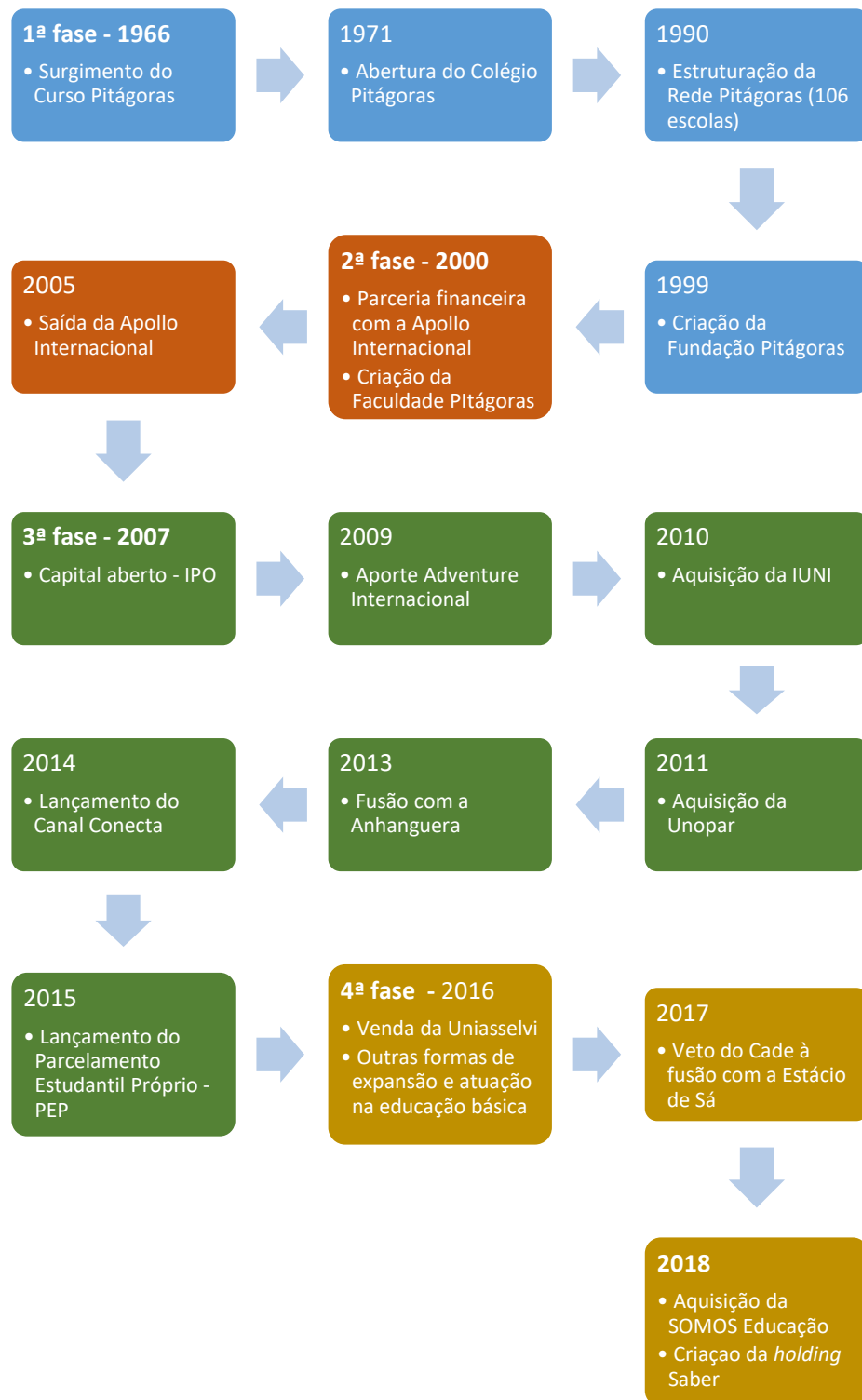
O presente capítulo analisa as formas de atuação e expansão da empresa Kroton Educacional, com foco na educação básica, mediante a estratégia de abertura de capital aos investidores financeiros externos, por meio de aquisições de empresas no mercado privado com fins lucrativos. Optou-se por um capítulo que correlacione a história da empresa e as fases de atuação com o contexto histórico apontado no capítulo anterior, fazendo o movimento de sucessivas aproximações e saturação com a finalidade de desvelar o real-concreto e histórico. Para tanto, indaga-se: na dinâmica de reprodução do capital, como se movimenta a empresa privada Kroton Educacional em direção ao processo de privatização da educação básica? Quais as principais formas de atuação e expansão comercial da Kroton na educação básica?

Optou-se, ainda, ao percorrer o movimento de expansão da Kroton Educacional em direção à educação básica, de 2008 a 2018, por utilizar dados, legislação nacional, repertório da imprensa, documentos e relatórios expedidos pela corporação que se dividem em: atas de reunião do conselho de administração, atas do conselho de administração, demonstrativos financeiros, relatórios de sustentabilidade e demais documentos expedidos oficialmente pela empresa. Esses documentos são entregues oficialmente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e ficam disponíveis para consulta aos investidores e ao público em geral na página da Kroton Educacional na Internet.

Na sequência, aprofunda-se a expansão na educação básica com destaque para as parcerias com o poder público e o surgimento da *holding* Saber. Nesse contexto, focaremos também nas aquisições e fusões no mercado educacional feitas pela Kroton Educacional, com base na lógica de atuação de oligopólios, analisando, ao mesmo tempo, a conformação jurídica e política. Assim, para sistematizar as formas de atuação e a expansão da Kroton Educacional, categorizamos o histórico da referida empresa em quatro fases, são elas: **1ª fase** — gênese, estruturação e consolidação no mercado educacional, de 1966 a 1999; **2ª fase** — crescimento físico e abertura de capital, de 2000 a 2007; **3ª fase** — consolidação e atuação no balcão e mercado, de 2007 a 2016; **4ª fase** — outras formas de expansão e atuação na educação básica, de 2016 a 2018. A seguir, destacamos os principais fatos que caracterizam essas fases.



**Figura 4 — Trajetória da Kroton Educacional – 1966 a 2018**



Fonte: elaboração própria baseada em Kroton (1966 a 2018).

## 2.1 Histórico da Kroton Educacional: gênese, formas de atuação e organização

A Kroton Educacional, uma sociedade anônima de capital aberto e de participações, possui origem na criação do Curso Pitágoras, no ano de 1966, voltado para preparação de estudantes para os vestibulares em Belo Horizonte (Minas Gerais). O Curso Pitágoras passou gradativamente a ser reconhecido como um bom preparador para exames e, em pouco tempo, os sócios aumentaram a infraestrutura das instalações, chegando a treze turmas rapidamente. O grupo cresceu e tornou-se conhecido no Brasil, passando a ampliar suas atividades também na oferta de ensino fundamental e ensino médio com a criação do Colégio Pitágoras, de início em 1974. O grupo passou a expandir o ensino fora do Brasil, na década de 1980, nos países Iraque e Mauritânia, onde o grupo desenvolvia projetos.

Em vários estados brasileiros, foram criadas mais unidades de ensino e filiais que passaram a ser controladas pela Kroton. A atuação no mercado brasileiro passa a ser na educação superior, na educação básica, bem como em cursos de nível técnico, cursos de preparação para concursos e vestibulares, ensino de língua inglesa e espanhola, além da atuação na área de edição de livros didáticos e paradidáticos.

Em 2001, a legislação brasileira criou uma diversidade de possibilidades oferecidas pelo Estado que favoreceram as grandes corporações, a Lei n. 10.260/2001, que trata do Fies, conforme determina a seguir.

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Parágrafo único. A participação da União no financiamento ao estudante de Ensino Superior não gratuito dar-se-á, exclusivamente, mediante contribuições ao Fundo instituído por esta Lei, ressalvado o disposto no art. 16. (LEI 10.26/2001).

Por meio das concessões e regras do Fies, as IES privadas tiveram acesso a recursos públicos, pois grande parte da oferta educacional, em verba repassada pelo governo federal, era destinada ao mercado privado. Ademais, citamos que a Lei n. 11.096/2005 criou o Programa Universidade para Todos (Prouni):

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos (Prouni), destinado à concessão de bolsas de estudo

integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Ensino Superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação (BRASIL, LEI N. 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005).

A partir do ano de 2002, os dados oficiais registravam ociosidade de vagas e inadimplência nas instituições privadas de ensino superior (DIAS SOBRINHO, 2002). Portanto, prenunciava-se uma realidade de exaustão do sistema diante das dificuldades financeiras dos estudantes de contratação dos serviços educacionais.

Desse modo, entre os anos de 2008 e 2018, ocorreu um outro movimento de expansão, diante dos repasses do governo federal para o financiamento da educação superior, favorecendo as parcerias com empresas privadas. Nesse contexto, deve-se considerar que o Estado desenvolveu políticas públicas que favoreceram as corporações que dominam o mercado da educação superior<sup>20</sup>.

Ao empreender atividades na educação básica e proceder à estruturação de negócios competitivos, contribuíram para a aquisição de outras marcas de corporações consolidadas no mercado da educação superior, como a Iuni Educacional, fundada em 2008 a partir das subsidiárias União das Escolas Superiores Sobral Pinto (Uesp) e União das Escolas Superiores de Rondonópolis (Unir). Na sequência, a Kroton comprou a Universidade de Cuiabá (Unic), a União Metropolitana de Educação e Cultura (Unime), a Universidade Norte do Paraná (Unpoar), a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp) e a rede LFG, de cursos de preparação para concursos públicos e avaliações da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (RELATÓRIO DA KROTON, 2017).

Assim, as aquisições, compras e fusões de outras IES foi uma das formas de expansão da Kroton Educacional, o que a tornou uma das maiores empresas privadas com fins lucrativos do ramo educacional. Em um processo de oligopolização, alinhando as empresas

---

<sup>20</sup> Consultar o artigo de Cristina Helena Almeida de Carvalho, “A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/13.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2020.

incorporadas em um conglomerado, concentrou as capacidades de acumulação capitalista e regras de atuação (ESTEVÃO, 1998).

Nessa perspectiva, ao se efetivar a formação da rede, ocorre também uma oligopolização que representa a criação de um tipo de mercado que desvia da concorrência, a partir de um quadro mercadológico, pois concentra um número de empresas, geralmente de grandes e médias proporções para dominar o mercado em áreas afins. Com a estratégia de uso de *marketing* massivo, forma-se um fator publicitário que ocorre de forma dominante do mercado brasileiro na área de educação superior e básica (CARVALHO, 2013).

A Lei n. 12.688/2012 institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – Proies, que trouxe mais condições efetivas para a concorrência privada em termos de mercantilização da educação superior. O Proies permitiu que instituições privadas renegociassem as dívidas tributárias com o governo federal, até o limite de 90% das dívidas, que seriam revertidas em oferta de bolsas para estudantes.

Nesse contexto, com a aquisição da Universidade Norte do Paraná (Unopar), a Kroton passou a ser dominante na oferta de vagas de graduação e pós-graduação presencial e a distância. No ano de 2013, a Kroton procedeu à fusão com outra grande empresa privada da área educacional, a Anhanguera. Com essa fusão de corporações educacionais, a Kroton tornou-se a maior instituição privada de capital aberto que atua na educação brasileira, com o gerenciamento de 143 unidades de educação superior, em 20 estados e 101 cidades do Brasil, com 1.310 polos de ensino a distância credenciados pelo MEC (KROTON, 2013).

A partir dos relatórios da Kroton, vê-se uma queda efetiva na oferta de bolsas de estudos financiadas pelo Fies, com redução de 20% de 2015 para 2016 e redução de 24% de 2016 para 2017. Essa redução decorre das políticas governamentais instáveis e da inadimplência de estudantes. Com a redução do Fies, a Kroton abriu um programa próprio de financiamento da educação superior, o chamado Parcelamento Estudantil Privado (PEP). Como se trata de capital de risco, devido ao inadimplemento, a Kroton, para não perder a rentabilidade dos investimentos na educação superior, entregou 15% do total de financiamentos para responsabilidade financeira da BM financiadora.

De acordo com a Portaria Normativa n. 21, de 26 de dezembro de 2014, o governo federal dispôs mudanças em termos do financiamento estudantil, passando a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 16. É vedado o benefício simultâneo de financiamento com recursos do Fies e de bolsa do Prouni, salvo quando se tratar de bolsa parcial e ambos os

benefícios se destinarem ao mesmo curso na mesma Instituição de Educação Superior (IES).

§ 1º Considera-se benefício simultâneo a ocorrência concomitante de: I - ocupação de bolsa integral do Prouni e de utilização de financiamento do Fies; II - ocupação de bolsa parcial do Prouni e de utilização de financiamento do Fies para curso ou IES distintos; ou III - ocupação de bolsa parcial do Prouni e de utilização de financiamento do Fies para mesmo curso e mesma IES, se a soma do percentual da bolsa e do financiamento resultar em valor superior ao encargo educacional com desconto.

§ 2º Será verificado o cumprimento do disposto no *caput* quando da realização do aditamento de renovação semestral do financiamento no Sistema Informatizado do Fies (SisFies) no semestre seguinte à ocupação da bolsa.

Art. 16-A. Para fins de regularização das situações previstas no § 1º do art. 16, o estudante deverá: I - encerrar o financiamento do Fies, caso opte pela bolsa do Prouni; ou II - encerrar a bolsa do Prouni, caso opte por contratar ou renovar o Fies. (BRASIL, 2014).

Desse modo, o estudante pode financiar até 30% da mensalidade e deve pagar sem nenhum tipo de suporte ou financiamento os 70% restantes. Quanto à questão da imunidade fiscal negada, o Estado assegurou às corporações privadas que aderissem ao Programa Universidade para Todos – Prouni, com a redução de gastos, custos operacionais e vantagens de adesão ao programa. São elas: isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), vantagens em relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (CARVALHO, 2013). A partir dessas relações do setor público e setor privado na ânsia por mercados, a Kroton se reestruturou com três outras estratégias mercantis:

- ampliar a atuação no mercado da educação básica;
- reduzir a oferta de financiamento estudantil por meio do Fies;
- contratar a BM financiadora para reduzir os riscos de perda de capital.

Como visto anteriormente, no primeiro trimestre de 2013, a Kroton comprou a Anhanguera, considerada uma das maiores empresas privadas com fins lucrativos de educação profissional no Brasil. Ao fundir-se com a Anhanguera, a Kroton fortaleceu-se, pois, em conjunto, as megacorporações passaram a somar cerca de 67 *campi*, cerca de 450 polos e 650 centros de educação profissional, geograficamente distribuídos em todos os estados brasileiros.

Já no primeiro semestre de 2018, a Kroton Educacional comprou a empresa Somos Educação, especializada em educação básica com negócios focados em venda de sistemas de ensino e editoras, e gerida pela Tarpon Gestora de Recursos. Com um montante

significativo de fusões e aquisições de outros empreendimentos educacionais menores, a Kroton Educacional passou a se constituir, como diz o próprio Relatório de Sustentabilidade de 2017, na “[...] maior corporação privada no mercado educacional brasileiro” (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2017).

O movimento de oligopolização do mercado brasileiro da área educacional representa uma fase de consolidação do capital estrangeiro, cujos resultados têm produzido diferentes implicações, em termos de controle de materiais pedagógicos e de *marketing* de qualidade que tende a favorecer ganhos expressivos de mercado. Todo esse processo é acompanhado de injeção de capital externo na bolsa de valores, com investidores nominados e anônimos. Esse tipo de investidor anônimo perfaz o perfil que caracteriza o termo “empresa de capital aberto”, já que esses investidores não nominados podem adquirir ações de uma dita empresa que esteja lançada na bolsa de valores (CARVALHO, 2013).

Nesse aspecto:

O poder declaradamente econômico/financeiro que a atuação de grandes grupos e a participação na bolsa de valores permitem são, portanto, fortes indicações de um processo de oligopolização da Educação Superior em curso no Brasil, perseguindo neste setor de atividade a lógica do desenvolvimento capitalista mais amplo. Há um agravante deste processo que cabe aqui mencionar. Associados ao processo de expansão/oligopolização estão os mecanismos de propaganda praticados pelas instituições particulares de Educação Superior visando criar imagem de competência e qualidade que promova o aumento da procura, buscando criar posição vantajosa de mercado (MARQUES, 2013, p. 74).

Nesse campo de movimento hegemônico, evidencia-se o predomínio do capital privado externo para financiar o fortalecimento de oligopólios no mercado educacional brasileiro. Para entender essa dinâmica, torna-se necessário estabelecer um parâmetro de referência que diz respeito à diferenciação entre educação e mercado. Assim, o mercado capitalista é organizado por normas, valores, custos, lucratividade, rentabilidade e competitividade. Sob essas condições, as corporações alçam o poder econômico e político na esfera pública, obtendo benefícios e parcerias com o intuito de fomentar o desenvolvimento. A educação básica é um bem social comum que deve ser assegurado como forma de reduzir as desigualdades sociais. A dualidade educacional em uma sociedade determina uma constante luta de classes definida por quem detém o capital e quem detém a força de trabalho (MARQUES, 2013).

Nesse contexto de competição internacional, o processo de oligopolização desfavorece a concorrência no mercado, bem como impede os cidadãos de terem oportunidades de escolha em termos de preços e acesso aos serviços privados e públicos. Corporações como a Kroton Educacional, que visam somente a estratégias de lucro, representam uma forma de perda em termos de criação de medidas de democratização diante de corporações que concentram poderes econômicos e impõem decisões nas escolas públicas e no ensino superior. A corporação, após uma demanda de aquisições e fusões, obteve um aumento de cerca de 1,3% em relação à receita líquida justificada pela captação de retenção e beneficiada pelo aumento da base de alunos e do *ticket* médio pago à companhia (KROTON, 2017). No entanto, observa-se que a corporação obteve uma redução em termos de margem bruta que apresenta um indicativo da rentabilidade do negócio, justificado pelos impactos dos custos operacionais em relação às novas unidades decorrentes das aquisições no primeiro semestre de 2018.

Ao receber investimentos externos, a empresa aumenta a sua capacidade de produção, e isso a torna mais competitiva. Portanto, a privatização contribui para hegemonia de grupos corporativos com fins lucrativos e investidores que se utilizam de veículos de comunicação, propaganda midiática, *sites*, corretoras de investimentos para vender ações da empresa-escola que estrategicamente se consolidam e se fortalecem para dominar o mercado e ter poder sobre decisões econômicas.

Neste processo de atuação e expansão da Kroton no mercado educativo, as parcerias público-privadas com vários municípios brasileiros foram estratégicas, pois razões para a descentralização serviram para ganhar aceitação das parcerias privadas. A capilaridade da Kroton no mercado educativo também ocorre a partir das parcerias com vários municípios brasileiros. Na esfera dos negócios, a exemplo da CVM, o Estado toma a posição de regulador de negócios privados em nome do dito desenvolvimento econômico, gerando entrelaçamentos entre negócios públicos e privados.

Desse modo, nota-se que o processo de expansão da Kroton Educacional teve uma forte influência das legislações brasileiras que favoreceram o processo de mercantilização da educação básica e superior. Sabe-se que, na década de 1990, no Estado brasileiro, era — e ainda é — limitado o acesso da população à educação superior em quantidade satisfatória (SOUSA, 2009). Desse modo, vemos que grupos empresariais com fins lucrativos visaram ao investimento no mercado de serviços de ensino. E, para ajudar na ocupação de vagas ociosas, o governo federal se aproximou do setor educacional com acenos de vantagens políticas e jurídicas, embora sob forte pressão dos movimentos sociais pelo acesso à educação superior.

Desse modo, o governo federal constituiu a política nacional voltada para o Programa Universidade para Todos (Prouni), promulgado em 2005.

A saída adotada pelo governo foi estimular a expansão da Educação Superior, pela via da rede privada, na perspectiva de garantir aos alunos maior opção, em termos de novos cursos e de IES. O estímulo governamental teria se apoiado na flexibilização apresentada pela Lei n. 9.394/96 e, depois, no próprio Plano Nacional de Educação (PNE, Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001), que prevê, como principal meta, elevar a oferta de Educação Superior para, pelo menos, 30% da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos, até o ano de 2010 (SOUSA, 2009).

Uma das ações de consolidação das corporações com fins lucrativos no mercado educacional brasileiro constituiu-se na Oferta Pública Inicial (IPO), que se refere a expor determinada marca para que os investidores possam investir capitais em uma referida empresa. As IPOs representam a forma de captação e recursos da Kroton no cenário da educação. Por meio desses investimentos, a Kroton conseguiu expandir sua atuação tanto na educação superior quanto na educação básica.

Por ser uma companhia de capital aberto, a Kroton segue um modelo operacional e gerencial alicerçado na governança corporativa<sup>21</sup>, que compreende um conjunto de fatores e regras relacionados, que a empresa usa para ter mais padrão em suas operações. Nesse cenário, destaca-se que houve, em 2018, a criação de um comitê e de um conselho com a finalidade de salvaguardar os interesses de acionistas minoritários em relação aos daqueles majoritários. Com a criação do comitê, foram determinadas as atribuições de conselheiros e executivos em relação à prestação de contas, contando com a presença de um profissional de auditoria, assim mantendo um relacionamento regulado entre acionistas, conselhos e auditores (KROTON, 2018).

Os documentos da Kroton Educacional analisados apontam que a empresa tem sido uma das mais requisitadas pelos investidores internacionais devido ao modelo de gestão corporativa e ao desempenho financeiro. A dinâmica agressiva no mercado brasileiro que se aplica às formas estratégicas de melhoramento dos mecanismos de acesso ao capital,

---

<sup>21</sup> “Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum.” Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em: 4 fev. 2020.



especialmente no que concerne ao capital de risco reduzido, busca minimizar riscos de prejuízos e maximizar lucros financeiros.

Para manter esse modelo, a Kroton possui uma organização de gestão empresarial formada por elementos divididos em práticas e princípios estratégicos de reprodução do capital, a fim de assegurar os direitos dos investidores (acionistas), tipos de relação e sistemas de governos e de valores, bem como a estrutura no contexto do poder, entre outros elementos relevantes que atuam na perpetuação das estratégias de produção do capital (KROTON, 2017). Assim, a Kroton tem como premissa principal agir seguindo as regras determinadas pela CVM: informes aos acionistas, respeito ao direito dos acionistas, estruturação e organização do Conselho de Administração, publicação de atas e relatórios oficiais, auditoria interna e externa. A auditoria externa na Kroton é uma exigência de acompanhamento para os acionistas e configura-se como uma ferramenta de informações, oportunizando aos acionistas e gestores um maior controle dos investimentos feitos. Como corporação empresarial listada na IBM&Bovespa, a Kroton tem que divulgar, ainda, informações contábeis aos investidores que não estiverem participando diretamente da administração.

Desde 2002, como já havia corporações financeiras atuando no mercado da educação superior, os dados oficiais apontavam sobre vagas e inadimplência nas instituições privadas (DIAS SOBRINHO, 2002). Portanto, já se prenunciava a realidade de muita oferta e pouca demanda resultante do impacto da exaustão do sistema diante da dificuldade financeira dos alunos de contratação dos serviços educacionais. Neste interregno, entre os anos de 2007 e 2015, ocorreu um novo movimento de expansão, diante dos repasses do governo federal para o financiamento da educação superior, favorecendo as parcerias com empresas privadas. Nesse contexto, deve-se considerar que o Estado capitalista desenvolveu políticas públicas que favoreceram as grandes corporações que dominam o mercado da educação superior.

## **2.2 A expansão da Kroton na educação básica**

A Constituição Federal de 1988 favoreceu autonomia aos entes federados, especialmente aos municípios, para elaborar planos e leis que regem de diferentes formas os fundos para manter a educação básica. Desse modo, municípios têm realizado compras e parcerias com empresas privadas educacionais para adotar materiais, assessorias, propostas pedagógicas e sistemas educacionais, nos quais são adquiridos concomitantemente materiais físicos, plataformas digitais, avaliações em larga escala, cursos de formação para docentes e

gestores, participação em eventos regionais, assessorias e demais produtos que objetivam dar suporte técnico a diversos âmbitos pedagógicos. Tem-se, assim, uma maior incidência da privatização sobre a atividade gestora nas escolas por meio de metas e dos objetivos racionalizados de desempenho a serem atingidos.

Com o objetivo de “ampliar a atuação no mercado da educação básica”, a Kroton tem efetuado parcerias com municípios, cujo modelo gerencial atua com a aplicação contínua de avaliação educacional e a realização de planos de ação pedagógica para os adotantes dos seus serviços e produtos. Em 2016, firmou parceria com 645 municípios paulistas por meio do programa Aliança Brasileira pela Educação e com 42 municípios mineiros por meio do programa Conspiração pela Educação, integrando 1.353 escolas públicas com cerca de 1 milhão de alunos.

Assim, a Kroton atua nos municípios brasileiros ofertando uma variedade de estratégias que compreendem os portfólios de “soluções educacionais”, os quais Adrião (2016) denominam de “pacotes pedagógicos”. Esses provimentos educativos seguem o modelo de apostilamento como prática de ensino nas escolas brasileiras imposta pelos planos pedagógicos da iniciativa privada. O material pedagógico é criado com base em uma ideologia de consumo, por meio de materiais didáticos indiferenciados, múltiplos, resumidos e cheios de imagens que permeiam o cotidiano, de forma semelhante aos objetos da cultura de massa (MOCARZEL, 2017).

A dinâmica faz parte do modelo gerencial que está sendo adotado com a finalidade de compor os gastos das receitas vinculadas em educação e, ao mesmo tempo, assegurar a oferta educacional que se estrutura por meio do deslocamento dos fundos públicos para os setores privados. Com esse paradigma gerencial, as escolas municipais estão adequando a gestão democrática para gestão corporativa, de modo semelhante ao que ocorre no setor empresarial. Neste quesito, a gestão corporativa praticada pela Kroton fixa-se sob a meritocracia, a competitividade, a concorrência, as parcerias do setor público com o setor privado, lançando a educação básica para o circuito de formulação de políticas de expansão do capital. Nessa relação entre público e privado, a Kroton Educacional vende produtos e oferece serviços aos municípios. A proposta educacional meritocrática da Kroton, desse modo, usa de avaliações institucionais de maneira a aferir a proficiência dos alunos e dos gestores, julgando e ranqueando as escolas.

Em 2018, a aquisição da Somos Educação, que já agregava a empresa Anglo e as editoras Ática, Saraiva, Abril e Scipione, deu o *status* para a Kroton de grande empresa privada do ramo da educação básica. Dessa maneira, a Kroton Educacional passou a ter o

controle acionário da Somos Educação S.A. Essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade. Prosseguindo nesse ordenamento, a Kroton recebeu da CVM um registro que autorizou o funcionamento da Somos Educação S.A como companhia aberta de categoria B. Significa que foi classificada como uma entidade educacional que está isenta de informar ou divulgar a maior e a menor remuneração, bem como outras informações consideradas relevantes para os acionistas. Desse modo, a categoria B tem se envolvido em discussões polêmicas na medida em que se difere do modelo de governança corporativa.

A Somos Educação oferta serviços e produtos pedagógicos que a entidade denomina de soluções educacionais, os quais se apresentam como atendimento e suporte ao ensino público e privado. Mediante um sistema educacional que apresenta uma proposta pedagógica com base na competição, estimula a liderança empreendedora, a exemplo do pacote denominado de *O líder em mim*. Os pacotes pedagógicos compreendem assessoria pedagógica e formação profissional, ferramentas para a realização de simulados e provas para vestibulares, avaliações institucionais de alunos e gestores, presença de portais educacionais, projetos de leitura e apoio à gestão das escolas (ADRIÃO et al., 2012).

A aquisição da Somos Educação passou para a gestão da Kroton editoras do ramo de livros didáticos e paradidáticos de grande representatividade, como a Ática, Scipione e Saraiva e, assim, mostra mais uma vez o movimento de oligopólio do mercado educacional e editorial. De acordo com o Formulário de Referência da Somos (2017),

Uma parcela significativa de nossa receita decorre da venda de livros didáticos para o governo federal. Para o fornecimento de livros didáticos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Básico (ensinos Fundamental e Médio) (“PNLD”), as editoras precisam submeter previamente o conteúdo de suas obras à avaliação pedagógica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e Cultura (“MEC”), conforme critérios pré-divulgados em editais. A avaliação é realizada por uma banca de acadêmicos escolhidos anualmente pela Secretaria de Educação Básica do MEC, que define e publica uma lista de obras aprovadas. A partir dessa lista, cerca de dois milhões de professores das instituições de ensino público selecionam os livros que serão adotados pelas escolas pública (Formulário de Referência – 2017 – SOMOS EDUCAÇÃO S.A., p. 21).

Desta forma, pode-se constatar que os pacotes pedagógicos que são vendidos e aplicados nas escolas públicas estaduais e municipais constituem-se em instrumentos associados aos critérios empresariais. Essa dinâmica tem favorecido a expansão de grandes corporações a terem ganhos efetivos de fundos de sustentação da iniciativa privada. A Kroton

tem sido beneficiada pelas diretrizes de fomento do Estado, com a suposta ideia de expansão da oferta educacional de qualidade na rede pública, a partir de inserção de parcerias com os municípios e estados (FÁVERO; SGUISSARD, 2012).

Em 2018, outra forma de expansão da Kroton foi a criação da *holding* Saber. Esse fato expressa a realização de uma nova etapa da atuação da Kroton voltada exclusivamente para a educação básica. A proposta educacional da *holding* Saber se expressa com base em diretrizes pedagógicas que privilegiam as tecnologias educacionais. Com a criação da *holding* Saber, a Kroton planeja alcançar 2.779 novas escolas, em grande parte dos municípios brasileiros, por meio de ajustes institucionais que favorecem a inserção tanto nas escolas públicas quanto em novas escolas na rede privada.

Nesse contexto, apuraram-se tentativas de oligopolização e uma concentração sem precedentes da Kroton Educacional no mercado educacional brasileiro, o que representa um poder econômico e político de impor propostas meritocráticas nas escolas do ensino público e ensino privado. Esse movimento difunde um modelo gerencial na escola pública que, como dito anteriormente, está cunhado em ações como o modelo de exames em larga escala para aferir a proficiência de alunos, parcerias público-privadas, terceirização e práticas gerencialistas de gestão educacional.

Nesse sentido, a Kroton fortalece a tendência de tratar a educação básica como mercadoria de valor, a ser explorada por grandes grupos privados que, para conseguirem manter níveis elevados de concorrência e lucratividade, negociam suas ações em bolsas para captar investimentos externos (CARVALHO, 2012). Esse processo implica a necessidade de compreender o processo educativo e de discernir as forças e os conflitos entre diferentes instituições que atuam nas políticas educacionais, já que, para algumas, o objetivo é ampliar mercados lucrativos na educação.

Neste movimento de expansão e para atingir os resultados de forma expressiva, a Kroton Educacional determinou estratégias que partem de uma campanha denominada Aliança Brasileira pela Educação (ABE), que tem por objetivo a integração de empresas, instituições sociais e entidades governamentais, o que representa o avanço sobre as iniciativas de criar um vasto mercado privado para a educação básica (ADRIÃO, 2017). Para tanto, a ABE foi um projeto de responsabilidade social da Kroton, gestado em 2006, para abranger as escolas das redes estadual e municipal como estratégia para demonstrar os efeitos derivados da implementação de recursos tecnológicos e pedagógicos com o objetivo de expandir-se em escala nacional. A seguir, apresentamos algumas das finalidades da ABE de mãos dadas com práticas gerencialistas:

- atingir diretamente as escolas por meio de uma nova gestão partindo de diretrizes educacionais de alinhamento integrado em termos de cultura organizacional;
- desenvolver desdobramentos que têm como foco o controle gerencial fundamentado na racionalidade técnica e tecnológica de toda a cadeia educativa;
- implementar um sistema de controle e monitoramento nas escolas por meio de um sistema padronizado de resultados e de retroação;
- ampliar as ações em vários municípios e estados brasileiros em uma extensa rede educacional e política que favorecerá um amplo mercado para a inserção de produtos e serviços pedagógicos da corporação.

Dialeticamente, tornou-se imprescindível analisar as implicações desses programas na educação diante das complexas dinâmicas do avanço dessas ações entre poder público e organismos privados. A finalidade dessa empresa é o lucro e, se as ações engendradas se perpetuam, segundo a concepção de Marx e Engels (1986), esse movimento contraditório de reprodução do capital gera mecanismos de mais restrição de direitos sociais.

Há uma constante transformação, em especial no que se refere às ações da classe dominante, para perpetuar o poder e as relações de posse dos bens materiais por meio de suas ideologias. Esse processo de privatização da educação, em parte, decorre de políticas geradas no âmbito de redes políticas globais que veem a educação como mercadoria. Explicitam as seguintes contradições: oligopolização e mercado livre na educação, privatização e parcerias público-privadas com a clássica função do Estado de provisão da educação (BALL, 2014).

Criam-se nesse contexto, discursos ideológicos de ineficiência do Estado para gerir as escolas públicas e, ao mesmo tempo, constrói-se a visão do predomínio gerencial de “escolas de qualidade”. As parcerias com empresas privadas realizadas pelos municípios passam a tratar a educação como se fosse um espaço de negócios e como se sua finalidade fosse formar consumidores e trabalhadores.

No campo de atuação das editoras pedagógicas, a exemplo da Ática, Scipione e Saraiva, tem havido uma predominância dessas empresas no recebimento de fundos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), evidenciando-se que existe a transferência desses fundos públicos do governo para as empresas privadas e suas investidoras internacionais. Nesse contexto, inserem-se nas escolas diversos modelos de pacotes de materiais pedagógicos para

cada tipo de estudante em função do poder aquisitivo, subordinando a educação a um sistema de ensino privado cujas bases de decisão estão representadas pelo capital estrangeiro, assim como as decisões que a regem.

De todos os embates da Conferência Nacional de Educação de 2014, firmou-se um consenso pela construção do Sistema Nacional Articulado de Educação (SNE). Por um lado, determinou-se a autonomia para firmar acordos nacionais que diminuirão as lacunas de articulação federativa no campo da política pública educacional; por outro lado, aumentaram-se as estratégias dos setores privados sobre a educação básica. Esse cenário trouxe à tona configurações históricas que autorizam e legitimam as parcerias dos grupos e das corporações privadas com a esfera pública e gerou as condições da aplicabilidade de capitais privados na educação básica (GARCIA, 2017; SGUISSARD, 2015). As implicações e o embate na educação básica aprofundam as dinâmicas e embaralham as relações entre poder público e corporações privadas.

Sobre esse processo, Marx (2013, p. 113) refere-se à mercadoria como um objeto externo que foi criado para satisfazer as necessidades humanas e, portanto, possui um valor de uso, que se toma como conteúdo material de riqueza, de acordo com seu uso social. Sob esse aspecto, a educação tomada como serviço prestado passa a ser uma mercadoria de valor que se aplica, no bojo de uma sociedade capitalista em que dominam as formas e os recursos de apropriação do capital, a um tipo de mercantilização, que na ótica neoliberal só tem valor se tiver preço. Nesse processo seletivo, as escolas privadas e públicas são mercadorias em um mercado de valores e interesses econômicos (MOCARZEL, 2017).

Aqui, analisamos como o Cade participou do processo de expansão da Kroton em 2018 por meio dos pareceres emitidos nas ações de compras e fusões da referida empresa no mercado educacional brasileiro, com o intuito de aprender as contradições nas relações entre Estado brasileiro e empresa.

O Cade, instituído pela Lei n. 12.529/2011, é uma autarquia federal, integrante do Ministério da Justiça, que tem como competência zelar pela livre concorrência de mercado. Possui a competência de regular decisões e interesses econômicos que possam gerar prejuízos ao mercado diante dos interesses expansionistas do capital, em uma tentativa de assegurar a competitividade. De acordo com o artigo 88, que trata do “ato de concentração”, deverão ser observadas pelo Cade as seguintes situações:

- (i) Pelo menos um dos grupos de empresas envolvidos na concentração tenha registrado faturamento ou volume de negócios no Brasil no último ano fiscal superior a R\$ 300 milhões; e (ii) pelo menos um outro grupo de empresas

envolvido na operação tenha registrado faturamento ou volume de negócios no Brasil no último ano fiscal superior a R\$ 30 milhões (CADE, 2017).

Desse modo, o marco regulatório do Cade aponta a proibição de atos de concentração buscando disciplinar a concorrência necessária entre as empresas e o mercado. De acordo com a normativa dos atos de concorrência, existem exceções que favorecem a aceitação de atos de concentração, nas seguintes situações:

(a) aumentarem a produtividade ou a competitividade, (b) melhorarem a qualidade de bens ou serviços, ou (c) propiciarem eficiência e desenvolvimento tecnológico ou econômico; e que sejam repassados aos consumidores parte relevante dos benefícios decorrentes (CADE, 2017).

Assim, o Cade tem poder de aprovar um ato de concentração de acordo com as condições. As restrições aplicadas nesses casos determinam:

A restrição para a venda de ativos ou de um conjunto de ativos que constitua uma atividade empresarial; II. a cisão de sociedade; III. a alienação de controle societário; IV. a separação contábil ou jurídica de atividades; V. o licenciamento compulsório de direitos de propriedade intelectual; e VI. qualquer outro ato ou providência necessários para a eliminação dos efeitos nocivos à ordem econômica (CADE, 2017).

As normativas do Cade fazem parte do conjunto de medidas relativas ao direito concorrencial, que estabelece as regras para destituir as possibilidades de ocorrência de abuso de poder de corporações fortalecidas por meio de fusões e aquisições. Nesse aspecto, a atuação do Cade como autarquia tem relação direta com práticas comerciais no que se refere aos atos de concentração, leniência e às ações referentes à cessação. Segundo Palma (2017):

No caso brasileiro, o Cade lutou pelo incremento de sua reputação. Diante de um cenário de intensa judicialização, sua Procuradoria usou diversas estratégias para sensibilizar sociedade, mercados e controladores sobre a seriedade e tecnicidade de suas decisões. Palestras, cartilhas e materiais de divulgação, estudos técnicos, participação em audiências e consultas públicas e diálogos institucionais disseminaram os valores da concorrência. Recentemente a revista britânica *Global Competition Review* considerou o Cade como a melhor autoridade antitruste das Américas. Ele se sagrou como uma ilha de excelência na burocracia pública brasileira.

No entanto, o Cade apresenta contradições em suas normativas que se acentuam no jogo de forças políticas partidárias e nos rumos de reprodução capitalista. Ao mesmo tempo que o Cade objetiva favorecer a competitividade e o livre mercado, sem permitir a formação de oligopólios e concentrações de grandes empresas, regula fusões de grandes empresas, permitindo livre mercado e concorrência. De fato, no capitalismo neoliberal, erigiu-se uma concorrência agressiva, impregnada de contradições em termos de políticas institucionais amparadas em lei que estão também eivadas de lacunas e de contrassensos. A Constituição Federal de 1988, ao reconhecer legalmente a livre iniciativa apresentada no *caput* do art. 170, prescreve:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I. soberania nacional; II. propriedade privada; III. função social da propriedade; a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. (Antitruste), IV. livre concorrência (BRASIL, 1988 – Constituição Federal, art. 170, *caput*).

Nesse aspecto, o *caput* do art. 170 trata, no sentido mais amplo, do reconhecimento de que a ordem econômica abrange o princípio da liberdade individual ou coletiva, mas, ao mesmo tempo, coíbe-se a formação de trustes, oligopólios e conglomerados. Eis a contradição: permite a oligopolização com livre mercado, como possibilidade de intervenção do Estado para arbitrar as posturas econômicas indesejadas.

Neste sentido, na Constituição Federal de 1988, parágrafo 4º do art. 173, definem-se, respectivamente, o significado e a condição do que se interpreta por questões que representam a dominação de mercado, concorrência desleal e o aumento arbitrário dos lucros, quando estas são consideradas práticas de abuso de poder que devem ser restringidas. No entanto, existem aberturas que possibilitam aos órgãos reguladores, como o Cade, aceitar atos de concentrações com restrições, a exemplo da dificuldade do conselho de tomar decisões diante das pressões partidárias e de investidores do setor educacional.

Trouxemos aqui o caso da tratativa de venda da Estácio de Sá para a Kroton, para demonstrar que a fusão das duas empresas representou uma tentativa de oligopolização do mercado brasileiro, pois a Kroton tentou criar sustentáculos em várias direções, o que, no mercado de educação básica, como vimos, indica mais uma forma de expandir mercado e mais consumidores.



Existem, nesse processo, relações que se interligam de forma orgânica entre as esferas públicas e privadas. A simbiose entre esfera pública e privada se faz na forma de políticas públicas e de redes políticas entre capital internacional e empresas nacionais consolidadas que atuam diretamente na educação como um negócio que se mistura em ações que envolvem entes municipais e empresas. Essa dinâmica decorre da circulação de materiais didáticos que têm impacto sobre as políticas curriculares que tendem a trazer mudanças para a educação brasileira na forma de organização das escolas da educação básica e na formação de um trabalho flexível.

Portanto, os programas, projetos e materiais didáticos perfazem uma forma de instrumentação político-ideológica que integra uma agenda educacional global (BALL, 2014) e favorecem mecanismos de privatização. A educação, nesse paradigma neoliberal e gerencialista, tem como propósito adaptar as escolas públicas às exigências de reprodução do capital. No limite, cria-se, nas escolas e secretarias de educação, um processo de padronização educacional que sustenta e assegura a reestruturação produtiva.

### **2.3 Considerações parciais**

No Brasil, a alavancagem de fusões e aquisições de marcas que atuam no mercado educacional foi justificada pelas condições favorecidas pelo Estado neoliberal. Nesse processo de fusões e aquisições, as corporações conseguem vantagens competitivas, mas, ao mesmo tempo, buscam estratégias para influenciar a demanda. Por meio das parcerias com grupos privados com fins lucrativos, efetivaram-se as condições de expansão de atos de concentração que foram sendo legalizados gradualmente, projetando no mercado educacional uma privatização internacionalizada, diante da dependência do capital privado para assegurar os fundos para a educação básica em vários estados brasileiros (CARVALHO, 2012).

Em se tratando de competitividade entre os grupos privados da educação, houve uma aceleração acirrada entre 2008 e 2018. No entanto, formas de expansão dos serviços educacionais foram estimuladas pelas tecnologias da comunicação e informação. E ações do Estado favoreceram essa expansão por meio da criação do Programa Universidade para Todos e do Fies, do estímulo do ensino a distância, da diferenciação de cursos e instituições, da permissão de uso do fundo público, da mudança no Estado de produtor de serviços para fomentador de serviços por meio de parcerias com grupos privados, da rigidez fiscal do governo federal em termos de gastos sociais, do uso de capital acumulado de investidores internacionais em busca de lucros e outros mercados. Essas medidas e políticas conduzem proposições

delineadas pelas agências internacionais, possibilitam uma abertura de nicho promissor de investimentos com o consentimento nacional, autorizam a entrada de grupos privados na bolsa de valores para obtenção de capital internacional como estratégia de competição e solapam de forma sutil a educação como bem público e gratuito para todos.

Nesse aspecto, ao analisar os caminhos que evidenciam de forma agressiva a conexão entre processos de oligopolização e de privatização da educação básica no Brasil, conclui-se que as políticas públicas se assentam em relações hierárquicas, em que se mantém a supremacia do capital sobre os sujeitos sociais. A simbiose entre as esferas pública e privada é determinada em prol da acumulação capitalista com a expansão do setor privado na educação pública, a partir de forças políticas e econômicas que se coadunam em um jogo de poder para impulsionar o avanço do capital.

Em relação aos processos de compras de novas marcas e empresas pela Kroton no Brasil, vemos que essas formas de expansão produziram transformações tanto na educação superior e na educação básica quanto no mercado editorial, produzindo uma concentração de marcas na área de educação, cursos profissionais, de idiomas e preparatórios para concursos e editoração de livros didáticos e paradidáticos. A Kroton, para obter os capitais para aplicar na comercialização do setor educacional, entrou na bolsa de valores por meio de ações e aplicações de fundos de investimentos de capital nacional e internacional. Nos anos de 2017 e 2018, a Kroton decidiu ampliar os rendimentos financeiros buscando o mercado da educação básica, formando parcerias com vários municípios e estados brasileiros com a venda de serviços pedagógicos e de ferramentas gerenciais para a gestão escolar, com o consentimento do Estado brasileiro.

Portanto, afirma-se que o movimento de privatização da educação no Brasil teve como referência o processo de oligopolização, a partir do embaralhamento entre o público e o privado, em prol da manutenção do capitalismo neoliberal. Logo, com crescimento dos oligopólios com a regulação do Estado, as formas de atuação da Kroton têm uma expressiva articulação com o poder político e materializam as relações entre o público e o privado. Essa conjuntura de ideologias neoliberais introduz: parcerias público-privadas, regras de gestão do setor privado para o setor público, soluções para melhorar o setor público, competitividade por meio de projetos e programas que se apresentam como mérito para a qualidade da educação nas escolas públicas. A seguir, indaga-se: como as dimensões da gestão escolar, do desenho curricular e da oferta de matrícula privada apresentam-se na expansão do processo de privatização da educação básica pública?

### **3 DIMENSÕES DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO ESCOLAR, DESENHO CURRICULAR E OFERTA PRIVADA DE MATRÍCULA E SERVIÇOS**

Neste capítulo, busca-se examinar as ações de atuação e expansão da empresa Kroton Educacional na educação básica a partir de três dimensões da privatização. Com base no mapeamento da literatura sobre o tema da privatização de 1990 a 2014, Theresa Adrião apresenta que a privatização da educação ocorre em três dimensões: gestão escolar, desenho curricular e oferta de serviços e produtos (ADRIÃO, 2018). Inicialmente, optou-se por analisar as três dimensões da privatização com a finalidade de apreender a organização interna, de gestão e provisão de vagas diretas, pela venda de soluções para o desenho curricular e pela influência na gestão das escolas públicas e privadas a partir do *ethos* privado gerencialista.

Este capítulo possui, desse modo, dois objetivos:

- analisar a ação de venda de desenho curricular e material didático da Kroton para os sistemas educacionais públicos e privados;
- apreender como ocorre a ação de ampliação da oferta de vagas diretas no setor privado por meio da compra, da fusão e da abertura de novas escolas de educação básica.

Esses objetivos buscam, assim, aprofundar as seguintes indagações de pesquisa.

- Como se movimenta a empresa privada Kroton em direção ao processo de comercialização de produtos e serviços na educação básica?
- Que razões explicam o interesse da Kroton em se voltar para a educação básica?
- Como essas dimensões da privatização avançam e se manifestam na educação básica pública?

Para o método marxista, a análise a contrapelo do mundo real exige passar da aparência para a essência, chegando por meio de sucessivas aproximações ao que estava oculto, velado, saindo da representação para o conceito. Assim, este capítulo trabalha com a categoria do objeto privatização, para decompor e integrar as dimensões como partes ao todo munindo-se da análise histórica e dialética. Para Kosik (1976), o real é um todo estruturado que, ultrapassando a visão de linearidade dos fatos, articula-se em espiral. O conhecimento concreto da realidade que almejamos é a privatização da educação básica, e então, é um processo de “[...]”

concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade [...]” (KOSIK, 1976, p. 41).

### **3.1 Metodologia, procedimentos de organização e sistematização dos documentos**

A escolha metodológica foi realizar uma pesquisa histórica e documental, fincada na perspectiva do materialismo histórico-dialético com base em todos os materiais, documentos e legislação disponibilizados e publicados para a sociedade como exigência da Comissão de Valores Imobiliários, com interpretação crítica. Alguns deles são: atas de conselhos, relatórios de sustentabilidade, estatuto, relatório de demonstrativos financeiros, apresentações oficiais, informações dos *sites*, entre outros.

A primeira dimensão da oferta trata de convênios, subsídios fiscais e parcerias de governos com instituições privadas, bem como inclui a promessa de bolsas de estudos e a proposta de vagas em instituições privadas de ensino. Temos ainda a oferta de bolsas de estudos em instituições privadas por meio de incentivos fiscais públicos (*filantropia*, *charter schools*) e a oferta privada de vagas de baixo custo.

A segunda dimensão, no âmbito da gestão, trata de processos de transferência da gestão escolar para uma gestão corporativa gerencialista semelhante às das instituições privadas com ou sem fins lucrativos. A tomada de decisão sobre os processos e os recursos destinados à educação passa a ser gerida pela iniciativa privada. Aqui, vemos ainda a possibilidade de subordinação técnica por meio de serviços de assessoria e consultorias na formação dos gestores públicos por empresas do setor privado.

Por fim, a terceira dimensão da privatização refere-se ao currículo escolar, por meio da compra pelo poder público de desenhos curriculares, sistemas e materiais didáticos, pedagógicos e tecnológicos e demais serviços e produtos desenvolvidos pela iniciativa privada. Ocorre que, com essa adesão aos serviços e produtos da iniciativa privada, uma privatização via processos pedagógicos e curriculares altera a estrutura e o funcionamento das instituições escolares, conforme figura a seguir. Assume-se aqui que o processo de escolha dos livros, uma das ferramentas pedagógicas, pelos professores e diretores foi e é uma conquista que deve ser mantida para o bom andamento da educação pública e privada.

**Figura 5 — Três dimensões da privatização da educação básica**



Fonte: elaboração própria, baseada em Theresa Adrião (2018).

A privatização, nesse cenário, incide sobre o serviço de oferta de vagas nas escolas privadas e de assessoria para a gestão escolar e, ao mesmo tempo, sobre a venda de serviços e materiais pedagógicos. E, como pressuposto teórico, constata-se que esse movimento está correlacionado às mudanças no sistema produtivo do sistema sociometabólico do capital, convertendo também a educação, um direito social, em mercadoria com alto valor de comercialização. Nesse contexto de privatização, no Estatuto Social (2010) a Kroton Educacional apresenta seus principais objetivos de atuação, que são:

- (i) identificar oportunidades de melhoria e crescimento na área de Educação Básica; (ii) elaborar e implementar um plano de crescimento, supervisionando, a comercialização do material didático de nível básico e serviços agregados na área de Educação Básica; (iii) planejar e implementar

ações de *marketing* na área de Educação Básica; (iv) liderar implantação de processos de modernização e medição de resultados acadêmicos e empresariais na área de Educação Básica; (v) gerenciar a infraestrutura de suas respectivas unidades de negócio na área de Educação Básica; (vi) contratar e desenvolver sua equipe de liderança; e (vii) representar a Companhia em eventos institucionais, nacionais, estaduais e locais, e com as comunidades das áreas de atração das unidades de negócios na área de Educação Básica (KROTON, Estatuto Social, 2010).

Aqui, vemos a perspectiva de expansão na educação básica assumida pela Kroton com foco na oferta, no *marketing*, na formação de lideranças, na gestão e na presença em diferentes âmbitos privado e público (nacional, estadual e municipal). Além dos objetivos de atuação na educação básica, a Kroton declara, nas *Demonstrações Financeiras* (2011), ter como principais atividades diversos tipos de serviços e produtos que podemos categorizar a partir das três dimensões expostas a seguir.

### **Gestão corporativa**

- Administração escolar da educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio.
- Desenvolvimento de *software* para otimização de gestão escolar.

### **Oferta de serviços educacionais**

- Cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e a distância.
- Cursos técnicos.
- Cursos preparatórios para concursos e para OAB.
- Assessoria e/ou viabilização da possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares.

### **Desenho curricular**

- Comércio de livros didáticos e apostilas.
- Licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica.
- Desenvolvimento de *software* para ensino adaptativo.

Após estudo de documentos, relatórios, atas de reuniões, estatuto, informações em *sites* e publicações, apurou-se que a atuação da Kroton é bem ampla pela diversidade de produtos e serviços ofertados, mostrando ser uma das maiores empresas educacionais do Brasil,

cuja oferta de serviços e produtos educacionais vai desde a educação infantil à educação superior, complementando ainda com cursos preparatórios e de línguas.

Em termos metodológicos, optou-se pela pesquisa documental e, após estudo e análise dos documentos da empresa, escolheram-se os termos, chamados de “nós”, que foram associados e vinculados às dimensões gestão escolar, oferta privada de matrícula e currículo escolar. Em seguida, elegeram-se os documentos e termos oriundos da análise técnica nos documentos da empresa, e usamos o programa NVivo 11 for Windows para localizar e apurar os termos, com seus respectivos trechos selecionados e correlacionados por dimensão da privatização nos documentos públicos da Kroton. Para essa seleção de termos também denominados de “nós”, tornou-se necessário um movimento inicial de estudo dos documentos, leitura, sistematização e, por fim, seleção de termos prioritários correlatos com as dimensões. Os termos selecionados fornecem conteúdos, informações, expressões, propostas, decisões que sustentam a análise documental. A seguir, o quadro com os termos selecionados e agrupados por dimensão, mapeados com o uso do programa de tecnologia NVivo. Cabe, aqui, destacar que o uso do programa NVivo facilitou a organização e apuração dos dados e termos.

**Quadro 2 — Termos (“nós”) associados às dimensões da privatização da educação básica escolhidos por esta pesquisa**

| TERMOS PESQUISADOS E APURADOS  | MOTIVO DA ESCOLHA METODOLÓGICA   |
|--|--|
| <b>DIMENSÃO DA GESTÃO ESCOLAR</b>  |  |
| Movimento Conspiração Mineira pela Educação                              | Projeto da Kroton Educacional, criado em 2006, que une empresas, governos e fundações, com vistas a interferir na gestão de escolas públicas mineiras.   |
| Aliança Brasileira pela Educação   | Projeto da Kroton Educacional, inspirado na Conspiração Mineira, com vistas ao mesmo propósito, mas com abrangência nacional.  |
| Fundação Pitágoras   | Desde 1999 é o braço social da Kroton que executa uma série de projetos com foco na gestão escolar e no apoio técnico para escolas públicas.   |
| Sistema de Gestão Integrado  | Sistema ofertado pela Fundação Pitágoras para repassar a metodologia e concepção de gestão para escolas públicas.  |
| Fórum de Diretores   | Evento promovido pela Aliança Brasileira pela Educação, ofertado sistematicamente para gestores de escolas públicas, com vistas a interferir nas concepções e metodologias de gestão.  |
| <b>DIMENSÃO DA OFERTA DE MATRÍCULAS E SERVIÇOS</b>                       |  |
| Saber  | <i> Holding criada em 2018 para gerenciar o novo foco da expansão considerada como a estratégia prioritária da Kroton rumo à educação básica.</i>  |
| Conselho Administrativo de Defesa Econômica                              | Mapeamento das decisões nos processos de compra e fusão com outras empresas, em especial, nos processos de tentativa frustrada de compra da Estácio de Sá e efetivação de compra da Somos Educação.  |
| Ensino básico<br>Educação infantil<br>Ensino fundamental<br>Ensino médio | Termos referentes à educação básica que, sempre que localizados, foram analisados para mapeamento das ações com foco nessa frente de expansão.   |
| <b>DIMENSÃO DO DESENHO CURRICULAR</b>                                    |  |
| Material didático<br>Livro didático<br>Livro paradidático<br>Apostila    | Termos que ajudaram no mapeamento da forma de venda de produtos educacionais.  |
| Plano Nacional do Livro Didático   | Política pública que regulamenta o processo de avaliação e compra de livros didáticos, pedagógicos e paradidáticos, bem como outros tipos de materiais necessários para a prática educativa, para fornecimento às escolas públicas de educação básica (federais, estaduais, municipais e distritais, comunitárias, |



|       |  |
|-------|--|
|       | confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público).   |
| Somos | Empesa privada com fins lucrativos comprada pela Kroton em 2018 que tinha uma rede de editoras, escolas e demais produtos para a prática pedagógica. |

Fonte: elaboração com base em relatórios, atas e documentos da Kroton Educacional.

A partir desses termos selecionados e apurados pelo programa NVivo, os trechos mapeados foram analisados e correlacionados com as dimensões da privatização com vistas a caracterizar esse fenômeno. O exercício consistiu em ler e separar trechos e vinculá-los às dimensões e, em um movimento de partes e do todo, ir delineando como a Kroton opera suas ações de expansão da privatização da educação básica. A seguir, abordam-se os alinhamentos, as finalidades e aproximações que os “nós” abarcam e os vínculos ligam com as dimensões da gestão escolar, da oferta de matrícula e do desenho do currículo escolar. No entanto, no contexto político, governos e empresários alardeiam a falsa convicção de que práticas do setor privado têm o condão de contribuir para ao aumento da eficiência das instituições educativas. Ao contrário, não há evidências das virtualidades do mercado (ESTEVÃO, 1998).

### 3.2 *Ethos* da gestão corporativa privada para gestão das escolas públicas

Aqui, percorreram-se os princípios da Nova Gestão Pública (NGP) e seus resultados para os entes públicos, como um modelo pautado pela racionalização dos recursos, pela eficácia e eficiência, pelos *rankings*, pelas metas padronizadas e pelo monitoramento informatizado. Com base nessa lógica gerencialista, os gestores e os governos redefiniram as funções do Estado brasileiro e responsabilizam diretores, docentes e discentes pelos resultados e pelas metas.

Afinal, o trabalho a partir da lógica gerencialista pode reduzir o educador ou diretor escolar a um executor de fórmulas prontas, receitas milagrosas de gestão, retirando-lhe a essência educacional que visa formar integralmente educandos. A NGP pode suprimir a autonomia e a liberdade diante da natureza do trabalho na gestão escolar: passando por um processo de alienação sobre as reais condições de trabalho, os governos transferem responsabilidades ao indivíduo gestor.

A alienação priva o homem da criatividade, da cultura, limita-o apenas à luta pela subsistência. A alienação torna o homem um ser estúpido, pois reduz a sua necessidade à mais miserável manutenção da vida física, torna a sua atividade a mais mecânica possível, faz dele um ser despojado do gozo e da essência da vida humana. O homem é reduzido a servo do seu objeto, do seu produto (BATISTA; ORSO, 2014, p. 97).

No Brasil, a lógica gerencialista no Estado teve seu apogeu na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que disseminou pesos, medidas métricas como um avanço na administração pública burocrática. Estudos de Verger, Curran e Parcerisa (2015) destacam o falso discurso de aprimoramento e a maior eficiência do setor público, dito como ineficiente e ineficaz, entregue à lógica da racionalidade técnica na venda das práticas de gestão do setor privado como uma melhoria para o sistema público.

Na educação brasileira, após década de 1990, esse movimento do gerencialismo reverberou em ações padronizadas, como as avaliações em larga escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) — inspirado no modelo internacional do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) — e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de modo a considerar as notas de tais provas e testes, os indicadores de permanência e o fluxo dos estudantes para categorizar o desempenho das escolas e dos discentes. Nesse processo, os diretores receberam novas atribuições, de captar, gerenciar e prestar contas de recursos, e os professores passaram a ser cobrados quanto à incorporação das tecnologias em sala de aula, sem as condições necessárias formativas e de desenvolvimento do corpo docente.

Cabe destacar aqui o contraponto necessário. De lado oposto, a gestão democrática como parte da luta da sociedade civil e dos educadores preconiza eleição dos gestores pela comunidade e participação de estudantes, professores e família nas decisões da gestão em prol do cumprimento do projeto político-pedagógico da escola. Quanto mais participação crítica e colaborativa, espera-se que seja maior o processo de democratização das decisões na área educacional. É um processo político que envolve a construção coletiva dos princípios e a plena participação nas decisões educacionais.

Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola/sistema, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar/sociedade, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos (SOUZA, 2009a, p. 125-126).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), em seu art. 14, temos que os sistemas de ensino devem constituir as regras da gestão democrática possibilitando a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico, bem como da comunidade escolar nos conselhos ou nas demais

instâncias de participação. Ademais, o art. 15 trata da autonomia pedagógica e administrativa e financeira das unidades escolares públicas, com o cumprimento das normas gerais de direito público financeiro. A inovação da Constituição Federal tem em seu texto que a primazia da gestão democrática trouxe essa perspectiva para implantação dos entes federados estaduais e municipais, considerando as diferentes realidades. Outra normativa que ratifica o princípio da gestão democrática é o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que traz, entre outros temas, as estratégias para a efetivação de critérios técnicos e consulta à comunidade:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014).

Nesse contexto do contraponto entre a gestão democrática e a gestão gerencialista, analisamos os programas/as ações da Kroton para a gestão de escolas, com base na perspectiva da Theresa Adrião (2018) sobre a dimensão da gestão escolar, com foco nas metodologias e nos sistemas a serem implantados pelas escolas públicas. Contudo, cabe realçar a seguinte questão: como a empresa Kroton se movimenta em direção à educação básica pública? Destacamos, aqui, as entidades e os projetos que compõem a dimensão da gestão escolar, uma espécie de sustentáculos da atuação, são eles: Fundação Pitágoras, Aliança Brasileira pela Educação (ABE), Movimento Conspiração Mineira pela Educação, Sistema Integrado de Gestão e Fórum de Diretores.

A Kroton apresenta a dita missão de “melhorar a gestão de redes públicas de ensino”, por meio da Fundação Pitágoras, o braço social da empresa, e, assim, implantar o modelo de gestão corporativa inspirado em princípios do gerencialismo. A Fundação Pitágoras foi criada em 1999, com foco em disseminar metodologias de gestão inovadoras para influenciar os processos de gestão das escolas públicas. O meio de operacionalização do gerencialismo foi a implantação do Sistema Integrado de Gestão (SGI), que diz ter qualidade, escalabilidade e equidade, por meio do repasse da metodologia aos gestores escolares. Vejamos um trecho que mostra em quais bases gerencialistas a Kroton se apoia para escolher as escolas:

A Fundação Pitágoras, que atua há 18 anos como braço social da Kroton, desenvolveu o Sistema de Gestão Integrado (SGI), implantado gratuitamente em escolas públicas de ensino básico que possuam os piores resultados no

Ideb e os menores índices do IDH, apoiando suas lideranças tecnicamente e transferindo sua metodologia. por meio do SGI, foram registrados avanços significativos na aprendizagem dos alunos, além de melhoria e inovação nos processos e nas práticas de gestão. Já foram beneficiados cerca de 29 mil educadores e 1 milhão de alunos em mais de 12 estados do Brasil (KROTON, 2017 – *Demonstrações Financeiras*).

Esse trecho, advindo das *Demonstrações Financeiras 2017* da empresa, mostra o foco nas piores notas obtidas por escolas públicas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. Assim, a Kroton assume que a nota do Ideb é um critério de avaliação da qualidade das escolas, indicando que as avaliações externas podem ter seus resultados melhorados por meio da intervenção da gestão escolar pautada pela metodologia gerencialista do SGI a ser repassada aos diretores das escolas públicas participantes. Impor a assunção de princípios da gestão privada para escolas públicas é uma das faces da privatização da educação básica que, mais uma vez, reforça o discurso e as ações e as práticas de que a escola privada é superior à escola pública. Exalta os atos e instrumentos racionais e gerencialistas por serem medidos os resultados e as métricas para hierarquização e ranqueamento escolas. Ademais, impor o *ethos* da gestão privada favorece, implicitamente, o caminho de exploração privada das escolas públicas.

A Fundação Pitágoras afirma que os municípios adotantes do SGI melhoraram as notas do Ideb com o alcance das metas estabelecidas, mostrando o comparativo entre os municípios não adotantes do SGI e os municípios adotantes do SGI, sem apresentar as bases técnicas desse comparativo ou mesmo explicitar se estamos comparando unidades com o mesmo recorte de porte e condição socioeconômica. Observe a proposta e as metas descritas na figura 6, a seguir. Segundo Oliveira (2009a), a privatização da educação avançou para outras frentes além da venda de material e das vagas nas redes privadas, de forma que a expansão chega ao modelo de gestão dos sistemas públicos, como estamos vendo com o caso analisado do SGI da Kroton.

Além da oferta de vagas, presenciais ou a distância, tanto na Educação Básica quanto, em maior escala, na Superior, difundiram-se outras atividades comerciais. No Ensino Básico, cresceu a venda de materiais pedagógicos e “pacotes” educacionais, que incluem aluguel de marca, pelo mecanismo de franquias, avaliação e formação em serviço do professor. Tais atividades são desenvolvidas por algumas das grandes redes de escolas privadas, como os Cursos Osvaldo Cruz (COC), Objetivo, Positivo e Pitágoras. Mais recentemente, esse grupo de instituições tem avançado sobre os sistemas públicos de Educação Básica, vendendo materiais apostilados para redes municipais e estaduais, tendo os mesmos avaliados no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Ainda, em São José dos Campos (SP),

com financiamento do Instituto Embraer, o Grupo Pitágoras desenvolveu um modelo de gestão do conjunto da rede municipal de ensino que o Instituto Embraer também já está aplicando em Sorocaba (cf. SILVA, 2008). Passa-se, assim, da venda de materiais educativos para a definição da gestão do sistema público de ensino (OLIVEIRA, 2009a, p. 741).

Vejamos a seguir como a Kroton anuncia os diferenciais do SGI.

**Figura 6 — Diferenciais do projeto Sistema Integrado de Gestão**

### DIFERENCIAIS DOS PROJETOS SGI

---

|  |   |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas de capacitação em gestão desenvolvidos para atender preferencialmente à realidade das redes públicas de ensino.</li> <li>• Mais de 18 anos de experiência na implantação dos programas de gestão.</li> <li>• Encontros mensais com intervalos para aplicação da teoria na prática – Aprender fazendo (“mão na massa”).</li> <li>• Facilitadores que fazem a transferência da metodologia falam na primeira pessoa sobre o SGI, porque também o implantaram no sistema Secretaria, Escola ou Classe.</li> <li>• Ênfase para troca de experiência e melhores práticas (Aprendizagem Cooperativa).</li> <li>• Visita mensal a duas escolas para verificação, no local, das práticas de gestão. Os visitantes deixam contribuições para a escola.</li> <li>• Suporte remoto do facilitador aos participantes, durante todo o período de implantação.</li> <li>• Alinhamento e integração entre Secretaria de Educação – Escola – Classe – Aluno.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso de métodos que promovem o melhoramento contínuo.</li> <li>• Trabalho respaldado por coleção de material impresso, desenvolvido especificamente para essa finalidade.</li> <li>• Identificação de “melhores práticas” dentro e fora do setor educacional (não reinventar a roda, mas conhecê-la melhor e usá-la).</li> <li>• Rápida melhoria dos resultados das metas operacionais e de aprendizagem.</li> <li>• Relato das atividades da agenda de campo e apresentação de resultados e lições aprendidas.</li> <li>• Relatórios mensais de acompanhamento elaborados pela Fundação, permitindo ajustes e correção de rumos.</li> <li>• Certificação de Pós-Graduação em Gestão Escolar pela Faculdade Pitágoras.</li> </ul> |
|--|---|

Fonte: Kroton, no *site* da Aliança Brasileira de Educação. Acesso em: nov. 2019.

Destacamos da imagem acima os termos que denotam, mais uma vez, a lógica de atuação de empresas privadas para escolas públicas: “aprender fazendo”, “melhoramento contínuo”, “melhores práticas”, “rápida melhoria dos resultados das metas operacionais” e “ajustes e correção de rota”. Os itens mostram uma fórmula com “passos” a serem seguidos para o alcance de melhorias de metas operacionais e de avaliações externas, como se toda escola fosse igual e sem considerar os diferentes contextos, as políticas públicas e as características socioeconômicas das comunidades. Assim, os diferenciais do projeto da Aliança Brasileira pela Educação são pautados por ações generalistas, racionais, ou seja, tomam ideias particulares, de um grupo de *experts*, e tentam transformá-las como se fossem ideias e propostas que emergiram das entidades da sociedade civil.

Estudos de Ball (2005) sinalizaram três elementos da chamada Reforma Educacional pautada pelo neoliberalismo: o gerencialismo, a ideologia de performatividade e o profissionalismo conduziram o setor público a incorporar a cultura empresarial voltada para a competitividade. Para Castro (2007), outra ação desse modelo gerencialista foi camuflar e

dissimular a burocracia vendendo ideia de seu banimento. A lógica neoliberal gerencialista acentuou as formas de *accountability* e prestação de contas dos gestores, foi além, passou a responsabilizá-los pelos resultados e pelo desempenho, sem considerar o contexto socioeconômico e político, e principalmente utilizou os dados das avaliações externas para premiar ou punir escolas e diretores.

Profissionalidade é substituída por responsabilização, coleguismo por competição e comparação interpessoal de *performances*. Essas são formas de poder que são concedidas e reproduzidas no intermédio da inserção social na vida cotidiana das instituições. Elas exploram a insegurança do sujeito disciplinado (BALL, 2005, p. 15).

Na continuidade de ações que responsabilizam os sujeitos, a Kroton atua pelas mãos da Aliança Brasileira pela Educação (ABE), criada em 2016, na cidade de São Paulo, para proporcionar formação para os diretores escolares do estado paulista.

[...] o movimento Aliança Brasileira pela Educação, cuja estratégia principal é fortalecer a liderança das escolas públicas por meio de encontros sistemáticos — Fóruns de Diretores — para promover a troca de experiências e melhores práticas dentro dos cinco temas definidos pelos próprios diretores como fundamentais para uma escola de qualidade: Pacificação, Motivação dos Alunos, Motivação dos Professores, Integração Família/Escola e Melhoria dos Indicadores Oficiais de Aprendizagem. São beneficiadas aproximadamente 2.000 escolas públicas, alcançando 1,5 milhão de alunos (KROTON, 2018 – *Demonstrações Financeiras*).

Ao analisar o projeto de Fórum de Diretores, vemos como são as premissas da Aliança Brasileira pela Educação que reforçam a ideia de responsabilização do indivíduo, a saber: i) “A escola tem a cara do seu diretor”; ii) “Boas escolas têm metas e prioridades claras”; iii) “A boa liderança dos diretores é fator crítico para a escola de qualidade”; iv) “Um dos elementos indispensáveis é a aferição sistemática da aprendizagem, por meio de avaliação externa” (KROTON, 2019 – *site Aliança Brasileira de Educação*).

De acordo com Paro (2010), a administração ou gestão escolar é uma atividade racional que busca alcançar finalidades estabelecidas. Também Saviani (2008) nos lembra que a gestão é atividade humana ontológica, é o trabalho que se configura como princípio educativo. A gestão escolar envolve recursos tanto objetivos quanto subjetivos: os primeiros são os instrumentos físicos de trabalho; os segundos referem-se à subjetividade humana e aos conhecimentos técnicos e “à capacidade de trabalho dos sujeitos que fazem uso dos recursos

objetivos” (PARO, 2010, p. 767). Assim, com base na perspectiva da gestão democrática, a organização do trabalho pedagógico, os esforços coletivos e os sujeitos empreendem os fins e os objetivos da educação básica (LIBÂNEO, 2011).

No entanto, toda a organização da escola pública vem sendo modificada e forjada por múltiplos interesses, fragmentada em partes e vem se distanciando do seu projeto político-pedagógico. As divergências e os dissensos entre governos e diretor, docentes e discentes são tratados mediante aplicação dos princípios da gestão empresarial e contratual. Estudos de Lima (2014) alertam para as múltiplas possibilidades que ações fragmentadas podem ocasionar na prática escolar, pois “estruturas e procedimentos democráticos” que se constituem apenas como ações burocráticas não incorporam a democracia e a participação como elementos essenciais da gestão educacional.

Outra ação da Kroton associada à dimensão da gestão foi o Programa 5S, ofertado pela Aliança Brasileira da Educação para escolas. Esse material foi apresentado como uma metodologia de origem japonesa que tem como objetivo “melhorar o ambiente em que é aplicado, aumentando a produtividade e melhorando resultados” (Kroton – site APE). Além disso, foi mostrado como um programa simples e eficaz que direciona a instituição que o adota para a organização operacional e disciplina, conforme os cinco eixos expostos a seguir.

### Quadro 3 — Programa 5S

|  |   |
|--|---|
| <p><b>1° S – Senso de utilização<br/>SEIRI</b></p> | <p><b>Separar as coisas úteis das inúteis.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Deixamos em nosso espaço apenas as coisas úteis.</b></li> <li>• <b>Levamos para um setor de descarte as coisas inúteis para nós, mas que podem ser úteis para os outros.</b></li> </ul>                              |
| <p><b>2° S – Senso de ordenação<br/>SEITON</b></p> | <p><b>Organizar as coisas úteis.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O que usamos toda hora fica mais perto da gente.</li> <li>• O que usamos menos fica um pouco mais longe.</li> </ul>   |
| <p><b>3° S – Senso de limpeza<br/>SEISO</b></p>    | <p><b>Manter tudo limpo.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Limpamos as salas e o ambiente.</li> <li>• Cuidamos do lixo, evitamos entulhos.</li> </ul>  |
| <p><b>4° S – Senso de saúde<br/>SEIKETSU</b></p>   | <p><b>Cuidar do asseio pessoal e preservar o ambiente.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lavamos sempre as mãos, usamos sempre uniforme limpo.</li> <li>• Evitamos desperdício de água, evitamos poluição.</li> <li>• Mantemos o ambiente organizado, limpo e confortável para os alunos.</li> </ul> |

|  |  |
|--|--|
| <b>5º S – Senso de autodisciplina SHITSUKE</b> | <b>Preservar a arrumação e limpeza.</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter o nosso setor limpo e arrumado só depende de nós mesmos.</li> <li>• Devemos ter expediente para resolver os problemas do setor.</li> </ul> |
|--|--|

Disponível em: <https://aliancapelaeducacao.com.br/index.php/boas-praticas/programa-5s>. Acesso em: nov. 2019

Para alterar a gestão escolar, a Aliança Brasileira pela Educação indica quatro fases.

1. Divulgação do projeto.
2. Preparação de cronograma de ações, registro fotográfico dos locais a serem organizados e momento de apresentação geral do projeto com direção, professores e funcionários.
3. Implantação na sequência indicada dos 5S, registro fotográfico e comparativo das mudanças após a organização.
4. Manutenção com respeito a mudanças de organização e limpeza como uma rotina e avaliação mensal do programa.

Para repassar esse programa, a Kroton tem também um curso de educação a distância, vendido pela página [cursoslivresead.com.br](http://cursoslivresead.com.br), por um valor de baixo custo por R\$ 14,90, que pode ser parcelado em duas vezes de R\$ 7,45, com carga horária de 10 horas, todo por meio de videoaulas. Os conteúdos desse curso a distância iniciam explicando que essa metodologia foi desenvolvida pelo Japão logo após a Segunda Guerra Mundial com foco na reestruturação do país e reorganização das indústrias.

Sobre o Programa 5S, primeiro, destacamos a dimensão de redução da gestão ao papel de um organizador de tarefas, cujo objetivo seja limpeza e higiene. O programa apresenta um passo a passo que, por meio de registro fotográfico, apresenta o resultado de passos de organização operacional. Nota-se ainda que essa metodologia é aplicável a qualquer espaço empresarial, sendo direcionada para escolas sem nenhum tipo de adaptação às peculiaridades de um espaço escolar. Desse modo, considera-se que tivemos aqui a tentativa de passagem da lógica corporativa de qualquer empresa ou espaço para a escola sem nenhum tipo de reflexão, estudo ou conhecimento da natureza e especificidade da escola.



A organização do espaço escolar, mesmo que se configure como uma demanda de lógica operacional, requer reflexão, diálogo e adaptação aos diferentes tipos de atividades pedagógicas desenvolvidas. Vemos no Programa 5S uma tentativa de transposição acrítica da lógica da produtividade industrial para o contexto escolar, especialmente para a gestão escolar, reduzindo o diretor a um executor de tarefas, da limpeza de espaços, descaracterizando e fragmentando as ações administrativas e pedagógicas do trabalho do diretor.

Reafirmamos, aqui, que a gestão corporativa empresarial cuida de assuntos particulares e privados de grupos; enquanto a gestão democrática resulta de uma construção coletiva, e mesmos os aspectos operacionais devem ser dotados de sentidos de colaboração e participação e reflexão crítica. O risco de assumir metodologias acríticas que colocam a escola como uma empresa qualquer leva a educação para o rol de ações capitalistas que fogem à criticidade, ao direito social e desconsideram a especificidade do espaço escolar.

### **3.3 A privatização via venda de desenho curricular**

A partir da dimensão do desenho curricular<sup>22</sup> e da venda de portfólios para sistemas de ensino, busca-se neste item analisar como a Kroton se estruturou nesses últimos dez anos para conquistar mais clientes e espaço editorial com foco na educação básica. Para Adrião (2018), dois fatores que aceleraram a caminhada de empresas como a Kroton chamam atenção: a compra de grupos menores e o fato de a venda de material didático ter se revertido em venda de sistemas de ensino. Este último chama atenção por envolver uma série de produtos e subprodutos atrelados ao material didático, plataformas, aplicativos, assessorias, aplicação de provas em larga escala, negociação de equipamentos, participação em eventos formativos, entre outros.

Ademais, pode ser observado que a venda de material didático já vinha atrelada a uma série de subprodutos que são usados como atrativos comerciais para conquistar mais escolas para adesão. Aqui, não se trata da discussão em torno do material didático; o que se destaca é a venda de material em larga escala sem a devida qualidade pedagógica. A oferta de material de baixa qualidade para o maior número possível de escolas públicas e privadas é um grande prejuízo ao direito à educação de qualidade para todos. Com isso, temos ainda a

---

<sup>22</sup> De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a LDB (Lei 9.394/1996), o Brasil tem a definição das competências, das habilidades e dos conteúdos previstos por série/ano escolar da educação básica. A BNCC, por sua vez, interfere na formulação dos livros didáticos, nas demais ferramentas pedagógicas digitais e na formação docente.

padronização e a uniformização do currículo escolar por meio das propostas dos materiais didáticos vendidos juntos aos produtos e às ferramentas intitulados como “sistema de ensino”.

As despesas com vendas são compostas de despesas de *marketing*, direitos autorais, distribuição de material didático e provisão para crédito de liquidação duvidosa. Os ganhos de escala na captação de alunos através de campanhas de *marketing* mais abrangentes e replicáveis nacionalmente, a diluição das despesas com direitos autorais e a distribuição de material didático em virtude do aumento da nossa rede de ensino são exemplos que refletem a constante melhoria do percentual das despesas de venda em relação à receita líquida (KROTON, 2008 – *Demonstrações Financeiras*).

Ao analisar os documentos, apreende-se que a Kroton fez diferenciação desse tipo de produto intitulado “sistema de ensino” no mercado para escolas privadas e para escolas públicas. A empresa, desse modo, segmenta internamente o que é direcionado para grupos diferentes de escolas. Seleciona, monitora e avalia potencialidades com a venda de material para as escolas públicas e privadas de acordo com as condições socioeconômicas das famílias, o potencial regional de cada instituição. Vejamos, no trecho a seguir, a diferença entre o produto que vai para a rede privada (Pitágoras) e aquele direcionado à rede pública (Projecta):

No segmento de Educação Básica, a Kroton oferece Sistemas de Ensino (coleção didática, treinamento de professores, tecnologia educacional e outros serviços) para escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para as escolas da rede privada, os produtos e serviços são oferecidos por meio da Rede Pitágoras, e para as escolas da rede pública, por meio da marca Projecta (KROTON, 2011 – *Demonstrações Financeiras*).

Assim, a venda de desenho curricular é mais uma forma de privatizar da educação básica e torna a educação um mercado lucrativo para as empresas e suas estratégias de *marketing*. De acordo com as *Demonstrações Financeiras* de 2008, a empresa tem foco nas ações de *marketing* mais amplas e replicáveis em todo o Brasil, sem considerar as peculiaridades locais, sociais, econômicas ou culturais. A venda de um mesmo produto educacional reduz despesas e, assim, formata o modo de operar capitalista para obter aumento da renda líquida com produtos que têm escalabilidade e rentabilidade.

*Tickets Médios Líquidos na Educação Básica*, o valor anual médio cobrado na venda de material didático às Escolas Associadas foi de R\$ 408,00 por aluno, o que representa um aumento de 3,8% frente ao valor do ano anterior, impactado pelo portfólio de coleções comercializadas, uma vez que se verificou um maior crescimento nos volumes de livros de Ensino Infantil, que

possuem um menor *ticket* médio (KROTON, 2013 – *Demonstrações Financeiras*).

Como apontado na 4ª fase do histórico da Kroton, o ano de 2018 foi marcado por práticas que visam direcionar ainda mais as suas ações para empresas, serviços e produtos com foco na educação básica. Deste modo, evidencia-se uma forma de atuação por compras de outras empresas do mercado educacional. A partir do dia 7 de outubro de 2018, a Kroton anunciou a criação da *holding* Saber e, logo na sequência, foi concluída a operação de compra da Somos Educação, consolidando a ampla atuação na educação básica também, como uma espécie de retomada para esse segmento de atuação neste nicho. A aquisição da Somos teve como uma das justificativas apresentadas para o mercado investidor com o *slogan*: “promover a complementariedade da atuação no segmento de Educação Básica brasileira”.

A partir do dia 11 de outubro de 2018, a  *Holding* Saber também passa a consolidar os negócios da Somos Educação que compreendem escolas, sistemas de ensino, livros didáticos, conteúdos digitais, cursos de idiomas e outros negócios. Com isso, a Saber integra uma plataforma completa com soluções, produtos e serviços para todo o setor de Educação Básica no Brasil, atendendo cerca de 37 mil alunos em escolas próprias (números de 2017), 25 mil alunos em cursos de idiomas, 1,2 milhão de alunos em escolas particulares parceiras, além de alcançar mais de 33 milhões de alunos de escolas públicas por meio do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) (KROTON, 2018 – *Demonstrações Financeiras*).

De acordo com as mesmas *Demonstrações Financeiras* (KROTON, 2018), a Somos tem como principais atividades: “(i) editar, comercializar e distribuir livros didáticos, paradidáticos e apostilas [...] e sistemas de ensino; (ii) ofertar [...] Educação Básica, cursos preparatórios, cursos de idioma para crianças e adolescentes; (iii) soluções educacionais para ensino técnico e superior”. Pela ampla abrangência de atuação e oferta diversificada, a Somos era um dos maiores empresas de educação básica no Brasil, pois é composta de 54 empresas e teve um faturamento de R\$ 1,8 bilhões em 2017.

Organizamos, a seguir, a lista de empresas, serviços e produtos do Grupo Somos, citados nas *Demonstrações Financeiras* da Kroton em 2018, com base na categorização por dimensão que este estudo elegeu: gestão escolar, desenho curricular e oferta de matrícula e serviços.

**Quadro 4 — Empresas associadas, serviços e produtos da Kroton por dimensão da privatização**

| <b>Dimensão do desenho curricular</b> | <b>Sistema de ensino</b>                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Anglo</b></li> <li>• <b>Sistema Pitágoras</b></li> <li>• <b>Sistema Maxi de Ensino</b></li> <li>• <b>PH Sistema de Ensino</b></li> <li>• <b>Ético</b></li> <li>• <b>GEO Sistema de Ensino</b></li> <li>• <b>Sistema de Ensino SER</b></li> <li>• <b>English Stars</b></li> </ul> |
|---------------------------------------|--|--|
|                                       | Material didático e paradidático               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Editora Ática</li> <li>• Editora Scipione</li> <li>• Editora Saraiva</li> <li>• Atual Editora</li> <li>• Editora Caramelo</li> <li>• Formato Editora</li> <li>• Editora Érica (ensino técnico)</li> <li>• Líder em mim</li> </ul>   |
| Dimensão da oferta                    | Colégios, cursos e formação complementar       | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro Educacional Sigma</li> <li>• Colégio Motivo</li> <li>• Colégio Integrado</li> <li>• Colégio Maxi</li> <li>• Red Ballon</li> <li>• Alfacon</li> <li>• Programa de Bolsas Somos Futuro</li> </ul>  |
| Dimensão da gestão                    | Serviços para gestão e formação de professores | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plataforma Educacional Somos PAR</li> <li>• Plataforma Pluralll</li> <li>• PROFS</li> </ul>   |

Fonte: elaboração própria com base nos dados das *Demonstrações Financeiras 2018* da Kroton.

Cabe destacar que a plataforma Plurall, da Somos PAR, é uma ferramenta ofertada apenas para as escolas privadas adotantes de 80% a 100% de todos os materiais da escola da Somos. Ou seja, a Kroton, por meio da Somos PAR, tem um modo comercial de vincular a maior adoção de materiais didáticos e paradidáticos — no escopo da dimensão do desenho curricular — à dimensão da gestão, que é uma das ofertas da plataforma. Esse fator demonstra que as dimensões funcionam articuladas, pois a dimensão da oferta de matrículas em escolas está vinculada à dimensão da gestão e à do desenho curricular, já que essas unidades escolares próprias da Somos adotam material e usam as ferramentas de gestão do mesmo grupo empresarial. Ademais, a divisão do modelo de assessoria e consultorias exclusivo para as

escolas privadas surge como uma diferenciação do produto ofertado para uma classe social com mais condições financeiras. A Somos PAR tem uma adesão de mais de 700 escolas, em 24 estados, e chega a 370 mil estudantes. Evidenciamos a oferta dos produtos da Somos PAR para as escolas privadas.

**Figura 7 — Produtos e serviços da Kroton para as escolas privadas**



Fonte: elaboração própria com base nos dados das *Demonstrações Financeiras 2018* da Kroton.

Assim, a plataforma Plurall, da Somos PAR, foca na gestão intitulada Ciclo de Gestão de Ensino (CGE), com quatro etapas que se aproximam da gestão empresarial, a saber:

1. planejamento;
2. desenvolvimento;
3. avaliação contínua;
4. intervenção pedagógica.

A etapa de planejamento tem foco na escolha dos livros didáticos e paradidáticos, com assessoria para essa escolha, e na venda digital *on-line*. As etapas de desenvolvimento e avaliação focam no uso dos materiais pedagógicos e nas soluções ofertadas pela Somos. Em seguida, a etapa de intervenção pedagógica apresenta a identificação de lacunas na aprendizagem dos alunos.

Assim, o CGE serve de condutor de produtos e serviços comercializáveis para a gestão escolar e para o desenho curricular. Ainda, temos uma plataforma de *marketing* que visa ampliar a dimensão da oferta por meio da captação de alunos para a educação básica ofertada pela rede privada. Ao considerarmos a venda de materiais didáticos, paradidáticos e sistemas de ensino, vemos que a dimensão do desenho curricular se tornou uma frente de ampla atuação do Grupo Somos também para o setor privado e para o setor público.

A Somos Educação possui uma outra plataforma para uso das escolas públicas, intitulada *Somos na Rede Pública* ([somosnaredepublica.com.br](http://somosnaredepublica.com.br)). Aqui também temos a oferta de serviços extras como forma de atração das escolas, a exemplo de simulados e avaliações conforme modelo do Enem e do Saeb, assessoria e o material socioemocional *Líder em mim*.

**Figura 8 — Produtos e serviços da Kroton para as escolas públicas**



Fonte: elaboração própria com base nos dados das *Demonstrações Financeiras 2018* da Kroton.

Observa-se que os produtos vendidos são diferentes para setor privado e setor público. Desmorona a ideia de que ações e práticas pedagógicas do privado são transpostas para as escolas públicas e elevam a qualidade do ensino público. Essas ofertas de pacote de sistemas de ensino para distintas classes sociais reduzem a discussão sobre a qualidade da educação, mascaram resultados e metas alcançadas e ainda tornam a escola pública consumidora dos produtos e serviços padronizados.

Ao compararmos a oferta da Somos Educação para escolas privadas e públicas, identificamos que as escolas particulares têm ofertas de plataformas adaptativas para os alunos e ensino da língua inglesa exclusivos. Ademais, as escolas privadas recebem assessoria nas ações de *marketing* como apoio para o aumento da lucratividade e, ainda, contam com uma outra plataforma especial para formação de professores. Assim, vemos que a Somos oferta mais recursos e serviços para as escolas privadas do que para as escolas públicas. Nesse contexto, cabem algumas reflexões, entre elas considerar que a oferta de produtos exclusivos para escolas

privadas reforça a diferenciação e a exclusão social por meio de uma oferta educacional baseada na classe social. Dessa forma, ao diferenciar produtos com mais opções para as escolas privadas e produtos com menos ferramentas para as escolas públicas, a Kroton segue na expansão dos negócios na educação.

A identificada diferença na dimensão do desenho curricular entre escolas públicas e privadas conforma os sujeitos da educação básica aos interesses do capital, ao determinar o acesso de cada classe a um tipo de oferta. Para Mészáros (2008), a educação sozinha não é capaz de transformar o sistema sociometabólico do capital, mas certamente funciona como um vetor de conformidade ou consenso de uma ordem econômica e social estabelecida. Assim, os sujeitos participam, por meio da educação escolar, do sistema global de internalização, pois “[...] eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas” (MÉSZÁROS, 2018, p. 44).

Além da diferenciação de produtos para escolas privadas e públicas, nesse modelo da Somos Educação, não importam a diferença regional, as necessidades dos estudantes, a formação de professores ou mesmo o projeto político-pedagógico de cada escola. Aqui, importa a adesão às métricas externas, às metas e aos resultados, aos indicadores padronizados e às plataformas digitais com ferramentas de gestão. Para Adrião (2016), as escolas públicas estão passando por um processo de privatização da educação básica, por meio da venda de desenho curricular no uso dos materiais e sistemas privados de ensino, bem como pelo uso das plataformas, formações e assessorias com foco no trabalho docente e no trabalho do diretor escolar. Essas ofertas privadas colocam em risco o direito à educação pública de qualidade social mediante uma gestão democrática, colaborativa e coletiva.

Os sistemas privados nas escolas públicas, com isso, tendem a submeter escolas, professores e estudantes à homogeneização e ao enfraquecimento de suas capacidades enquanto sujeitos ativos e criadores na realização do direito à educação. Nesse sentido, opõem-se à gestão democrática da educação e, mais grave que isso, promovem a dependência das redes públicas aos serviços privados, já que não estimulam o desenvolvimento de capacidades locais para a produção de propostas pedagógicas, formações e avaliações (ADRIÃO, 2016, p. 128).

Para continuar a demonstrar as formas de entrada e privatização do setor privado na dimensão do desenho curricular, aprofunda-se a análise dessa venda por meio de editais



públicos regulados pelo FNDE, por meio do Programa Nacional do Livro Didático. Em 1985, com o Decreto n. 91.542, de 19 de agosto, o PNLD assume a função de ser um programa de compra e distribuição de livros. No entanto, somente em 1996, como fruto de lutas e mobilizações sociais no âmbito dos programas de assistência estudantil, acesso e permanência do estudante na escola, o programa passa a lançar editais para estabelecimento dos critérios avaliativos das coleções, e, ao longo dos anos, os objetos educacionais digitais ganham também importância (OLIVEIRA, 2009).

Ressalta-se, aqui, que a luta pela escolha do livro didático pelos educadores foi uma importante conquista dos professores, diretores escolares, sindicatos e das demais entidades de defesa de uma educação de qualidade para os estudantes brasileiros. Veja o trecho do Edital PNLD 2018, com foco no ensino médio, que expressa a participação dos professores e diretores nesse processo histórico:

#### **6.8. Da Escolha das Obras**

**6.8.1.** Poderão receber obras do PNLD 2018 as escolas públicas federais e as redes de ensino municipal, estadual ou distrital que tenham firmado Termo de Adesão ao programa, conforme os termos da Resolução CD/FNDE n. 42, de 28 de agosto de 2012, observados os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação.

**6.8.2.** A escolha das obras didáticas será realizada de maneira conjunta entre o corpo docente e dirigente da escola com base na análise das informações contidas no Guia de Livros Didáticos. (BRASIL, 2018, p. 8)

Então, indaga-se: como ocorre a expansão da Kroton Educacional na educação básica pela questão do livro didático? Como grupos de empresários imprimem uma lógica de privatização por meio das licitações governamentais para compra de livros didáticos pelo poder público? Na dimensão do desenho curricular, cabe destacar que o montante de dinheiro público investido na compra e distribuição gratuita de livros para as escolas públicas, por meio do FNDE, em 2018, foi de R\$ 1.467.232.112,09. Veja a seguir a planilha “PNLD 2018 – Valores de aquisição por editora”, disponibilizada no portal do FNDE.

**Tabela 9 — PNLD 2018 – Valores de aquisição por editora (continua)**

| <b>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO<br/>Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2018</b> |                          |                               |                          |
|--|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|
| <b>EDITORA</b>   | <b>TIRAGEM<br/>TOTAL</b> | <b>TÍTULOS<br/>ADQUIRIDOS</b> | <b>VALOR TOTAL / R\$</b> |
| Autêntica Editora Ltda   | 458.652                  | 2                             | 6.710.338,56             |
| Base Editorial Ltda  | 507.670                  | 58                            | 11.256.230,07            |

|                         |         |   |              |
|-------------------------|---------|---|--------------|
| Berlendis Editores Ltda | 195.511 | 2 | 3.271.863,56 |
|-------------------------|---------|---|--------------|

**Tabela 9 — PNLD 2018 – Valores de aquisição por editora (conclusão)**

| <b>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO</b>                 |                      |                           |                          |
|--|----------------------|---------------------------|--------------------------|
| <b>Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2018</b> |                      |                           |                          |
| <b>EDITORA</b>   | <b>TIRAGEM TOTAL</b> | <b>TÍTULOS ADQUIRIDOS</b> | <b>VALOR TOTAL / R\$</b> |
| Ccs Educacional Ltda   | 4.435                | 6                         | 149.383,42               |
| Cereja Editora Ltda  | 83.072               | 18                        | 1.712.438,00             |
| Edições Escala Ltda  | 574.288              | 34                        | 10.582.086,26            |
| Edições SM Ltda  | 14.318.728           | 192                       | 120.719.732,66           |
| Editora Ajs Ltda   | 1.456.385            | 20                        | 18.374.517,57            |
| Editora Ática  | 28.345.543           | 221                       | 244.084.197,43           |
| Editora Dimensão Ltda  | 199.728              | 44                        | 5.525.120,58             |
| Editora Do Brasil S.A.   | 4.036.560            | 128                       | 54.625.301,42            |
| Editora FTD  | 24.803.277           | 246                       | 215.516.822,42           |
| Editora Moderna Ltda   | 26.644.538           | 257                       | 253.077.308,92           |
| Editora Positivo Ltda  | 2.573.531            | 134                       | 34.693.486,76            |
| Editora Scipione S.A.  | 9.517.226            | 118                       | 94.247.465,84            |
| Ibep Ltda  | 2.551.803            | 124                       | 35.909.033,19            |
| Imperial Novo Milenio Gráfica E Editora Ltda                         | 964.962              | 2                         | 12.836.886,66            |
| Leya Editora Ltda  | 5.738.065            | 112                       | 73.554.061,68            |
| Macmillan Do Braisl Ltda   | 1.737.159            | 8                         | 13.059.172,48            |
| Palavras P. E Ltda   | 122.412              | 6                         | 3.395.744,20             |
| Quinteto Editorial Ltda  | 2.023.773            | 26                        | 20.809.478,86            |
| Richmond Educação Ltda   | 1.592.541            | 12                        | 12.314.539,84            |
| Saraiva Educação Ltda  | 22.895.410           | 278                       | 196.520.763,34           |
| Zapt Editora Ltda  | 197.881              | 10                        | 3.517.045,29             |
| Global Ltda  | 2.335.982            | 43                        | 20.432.212,18            |
| Terra Sul Editora Ltda   | 20.015               | 2                         | 336.880,90               |
| <b>TOTAL</b>   | <b>153.899.147</b>   | <b>2.103</b>              | <b>1.467.232.112,09</b>  |

Fonte: FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 2 set. 2019.

É claro que todas as editoras, sejam estas grandes ou pequenas, apresentam títulos de qualidade pedagógica e têm em seus portfólios educadores de moral e ética profissionais, bem como qualidade técnica no ofício de autores de livros didáticos. No entanto, ao vislumbrarmos os critérios de escolha dos livros, que são estabelecidos pelo poder público, vemos que as grandes editoras são as que mais conseguem ganhar editais pela experiência que possuem nessa área. O fato de a empresa privada com fins lucrativos Kroton ter editoras com CNPJs nacionais, como a Ática e a Saraiva, mesmo com montante de investidores externos, a torna mais competitiva financeiramente em relação às editoras menores e com menos investimentos no que tange aos custos de obras inéditas. Veja os demais critérios de escolha de

livros didáticos no *Anexo 5 – Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2018*.

Quando somamos os valores das editoras do grupo Kroton que figuram na planilha do PNLD, composta da Saraiva, Ática e Scipione, vemos que essas estão entre as mais contempladas com os valores públicos. Se somarmos os valores alcançados pelas três editoras do grupo Kroton, veremos um valor superior ao de qualquer outra editora que é apresentada nos dados estatísticos do FNDE, um total de R\$ 534.852.426,61. A soma total dos valores das três editoras é mais que o dobro do valor da editora que mais vendeu livros em 2019 para o PNLD, a Editora Moderna, com o montante de R\$ 253.077.308,92. Esses valores demonstram que a compra da Somos pela Kroton tornou o grupo o maior vendedor de livros para o PNLD, tendo ficado com 617 títulos dos 2.103 totais. Esses números mostram que a fusão da Kroton com a Somos Educação, antiga Abril Educação, concentrou o gigantesco mercado editorial de livros da educação.

Assim, a venda de material didático regulada pelo PNLD é mais uma forma de privatização da educação básica já que o mercado editorial é dominado pelo setor privado com fins lucrativos. O mercado privado editorial revela algumas contradições: constata-se um discurso do livre mercado competitivo, e, ao mesmo tempo, apuram-se fusões e aquisições entre as empresas editoriais, formando oligopólios ou grupos editoriais; o capital convive com oligopólios e mercado livre e o utiliza como ideologia; na venda dos livros didáticos produzidos pelo setor privado para uso das escolas públicas, o Estado age como regulador da transferência de recursos públicos para editoras privadas que produzem material didático; nestas relações entre mercado editorial, governos e professores emergem os conflitos entre os múltiplos interesses mercantis e a formação escolar.

Para Oliveira (2009), a educação vem sendo mercantilizada no Brasil cada vez mais, e o efeito é a redução do sentido mais amplo de educação como um direito social. Ao prevalecerem os interesses do lucro sobre a educação, constata-se um empobrecimento tanto do conceito de educação quanto do sentido desta para a coesão social e viabilidade das sociedades. Nesse contexto, a Kroton, ao comprar a Somos Educação, anuncia que oferta um grupo de produtos e serviços intitulados “negócios de soluções integradas K12”. Esses negócios integrados se adequam à lógica de reprodução do capital, mantendo o quadro de valores e os interesses das classes dominantes que almejam ter uma educação ofertada para as classes trabalhadoras que acessam os serviços públicos.

Por meio da unidade de negócios Soluções Integradas K12 oferecemos às escolas de Educação Básica uma plataforma completa de produtos, soluções e serviços suportados por tecnologia, abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. [...] Para viabilizar essa plataforma integrada, nos últimos meses, a estratégia comercial da SOMOS foi revista, criando uma nova abordagem. O “go-to-market” foi totalmente reformulado, as forças comerciais, que antes acessavam a escola oferecendo produtos e serviços isolados, agora têm a perspectiva de plataforma integrada de serviços. É uma mudança relevante que inaugura uma nova fase no relacionamento entre a SOMOS e as escolas parceiras (KROTON, 2018 – *Demonstrações Financeiras*).

Então, as estratégias de *marketing* voltadas para a rede pública de educação são compostas de anúncios diferenciados e eventos voltados para as equipes gestoras que escolhem os materiais didáticos e as demais “soluções integradas”. Já na rede privada, a assessoria de *marketing* da Somos Educação destina-se a captar o cliente com diferentes produtos para o uso do estudante e do professor. O ponto em comum das duas propostas de *marketing* é o uso de métricas e indicadores para exaltar a qualidade da educação de *ethos* privado. Assim, vende-se a ideia de que todos os problemas da educação estão apartados das circunstâncias econômicas e sociais e de que a adoção dos seus produtos e serviços eleva a qualidade da escola.

### **3.4 Oferta privada de matrícula e serviços na educação básica**

De acordo com a dimensão da oferta de matrículas diretas na educação básica, observa-se que essa ação também é reconhecida pela Kroton como ampliação da atuação nessa frente da educação básica vista como um negócio rentável. Foram realizadas, em especial no ano de 2018, várias compras de escolas, além da aquisição da Somos, que consolidam a Kroton como a maior empresa educacional do Brasil. Em abril de 2018, a Kroton comprou 100% das cotas do Centro Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda., da Da Vinci Serviços Educacionais Ltda., em conjunto com os Colégios Leonardo Da Vinci, no Espírito Santo. “O principal objetivo da aquisição é seguir o plano de expansão no setor de Educação Básica, por meio de empresas que sejam reconhecidas de alta qualidade no ensino” (KROTON, 2018 – *Demonstrações Financeiras*). Vejamos as justificativas da Kroton para o processo de compra, com base em fundamentos econômicos:

- a) aumentar o volume de receita com: i) a abertura de novas unidades com a marca Leonardo da Vinci utilizando a experiência dos colaboradores e o reconhecimento da qualidade de ensino prestado pelo Colégio Leonardo Da Vinci; e ii) prestação de novos serviços, como cursos extracurriculares,

idiomas e ensino em período integral. b) Os Colégios Leonardo Da Vinci são reconhecidos como as melhores escolas do Estado do Espírito Santo, pois obteve a melhor nota do Enem dos últimos anos naquele Estado. c) Os Colégios Leonardo Da Vinci possuem escola bilíngue, com convênios internacionais, permitindo que o aluno obtenha o diploma de “High school”, o qual possibilita o ingresso em universidades do Estados Unidos das Américas (KROTON, 2018 – *Demonstrações Financeiras*).

Neste movimento de aquisições de outras empresas, a Kroton avalia a nota do Enem como um critério econômico no processo de compra. A aquisição, no mesmo ano de 2018, dos Colégios Lato Sensu também foca nos resultados das avaliações em larga escala como um critério financeiro. Além disso, observa-se a presença da empresa nos estados do Acre e do Amazonas. Vejamos:

A aquisição dos Colégios Lato Sensu teve como justificativa os seguintes fundamentos econômicos:

a) aumentar o volume de receita com: i) a abertura de novas unidades utilizando a experiência dos colaboradores e o reconhecimento da qualidade de ensino prestado pelos Colégios Lato Sensu; e ii) prestação de novos serviços, como cursos extracurriculares e período integral. b) Os Colégios Lato Sensu são reconhecidos como a melhor escola na cidade de Rio Branco, no estado do Acre. c) Os Colégios Lato Sensu possuem uma proposta pedagógica diferenciada e grande foco em qualidade, posicionando-se entre 1º e 2º colocado no Enem no Estado do Amazonas em todos os últimos 10 anos. Além disto, é um dos maiores aprovadores nos vestibulares da Universidade Federal do Amazonas (UFA) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA), tendo seus alunos consistentemente colocados entre os primeiros lugares gerais e primeiros lugares dos cursos mais concorridos destas instituições no mesmo período (KROTON, 2018 – *Demonstrações Financeiras*).

Esse movimento de compra de escola demarca a expansão e fusão de empresas, com investimentos internacionais, com foco na educação básica como um mercado a ser explorado por conglomerados, a exemplo da *holding* Saber. A Kroton manifesta interesse em aumentar a oferta de matrícula por escolas que dominam os *rankings* locais com base no desempenho da nota do Enem dos estudantes e nas condições econômicas da população da região. A ação de *marketing* da Kroton de anunciar compras de escolas com altos índices nas avaliações em larga escala difunde, mais uma vez, a ideologia de superioridade das escolas privadas respaldada tão somente em métricas, indicadores e notas. Estas instituições cooperativas, neste momento de redes políticas de educação, atacam a competição entre unidades, público e privado, indivíduos.

Algumas escolas privadas bem classificadas pelo alto rendimento escolar dos seus estudantes usam esses índices como *marketing* para atrair público externo. Registram-se, aqui, algumas estratégias de escolas privadas como *marketing*, diferenciação e alcance de resultados em avaliações externas: reputação pautada por resultados e *rankings* externos, bem como pela seletividade no processo de matrícula, que privilegia condições financeiras e nível de aprendizagem dos estudantes; composição de turmas homogêneas; ações de *marketing* com foco nos resultados baseadas na lógica da seletividade; responsabilização dos professores pelos resultados do aluno em avaliações em larga escala; currículo e material didático do ensino médio orientado para vestibulares; alto investimento em tecnologias, ferramentas e plataformas digitais; ampliação da carga horária como uma pretensa garantia de excelência acadêmica da instituição.

O sistema capitalista utiliza do domínio ideológico para que os sujeitos assumam a lógica autodestrutiva do capital como algo natural, irreversível e necessário na educação básica pública. Esse mesmo aparato ideológico e estrutural afeta a compreensão dos sujeitos sobre a privatização da educação básica, que passam a compreendê-la como algo aceitável para algumas classes sociais, “embebidos nos valores da sociedade de mercadorias” (MÉSZÁROS, 2008, p. 82).

Ao transportar a concepção ideológica de que as escolas privadas têm melhores resultados acadêmicos do que as escolas públicas, o estudo de Ximenes (2014) mostra que a vinculação estandardizada da qualidade da educação às avaliações em larga escala vem da lógica privada e gerencialista, voltada para resultados e indicadores. O conceito de direito à educação, desse modo, está em disputa: pode-se mantê-lo inscrito na legislação e esvaziá-lo de sentido de luta de classes e de luta por acesso aos bens culturais e pela apropriação destes. Essa luta de classe se expressou no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005/2014, que regulou a oferta do direito à educação, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), no Plano de Metas Todos pela Educação (Decreto n. 6.094/2007), exemplos dos confrontos de classe.

### **3.5 Considerações parciais**

Há uma disputa pelo projeto de sociabilidade do capital e pela forma de apropriação do conhecimento produzido nas instituições da sociedade capitalista. Há interesse dos donos do capital na exploração comercial da educação pública, ainda que uma parte permaneça com provisão do Estado. Situamos a privatização nas relações entre capital e

trabalho, evidenciando a formação da classe trabalhadora com base na perspectiva de divisão social do trabalho. Há, também, uma disputa pela função social e pedagógica da escola básica, pública, gratuita e de qualidade para todos, que está, intrinsecamente, associada ao projeto de sociabilidade do capital. Ademais, reconhece-se também um “dualismo perverso” de dois tipos de escolas no Brasil: uma escola do conhecimento para as classes sociais mais favorecidas financeiramente e uma escola com função de acolhimento social voltada às classes sociais menos favorecidas financeiramente (LIBÂNEO, 2012).

Ao colocar dados, *rankings*, resultados e indicadores da gestão corporativa como direção, responsabilizam-se diretor, professores e estudantes individualmente por resultados dos estudantes sem atentar-se para as condições materiais.

Ao assumir as propostas, os produtos e serviços da Kroton, as escolas adotantes são levadas a instrumentalizar e aplicar fórmulas, ferramentas e metodologias da área de negócios, de maneira que o trabalho pedagógico reproduz a lógica do capital, fazendo prevalecer a equação venda-vendedor-consumidor, padrão de uma empresa capitalista.

Após examinar os demonstrativos financeiros e *sites* oficiais, chegou-se às constatações expostas a seguir.

- Na dimensão do desenho curricular, por meio da venda de material didático, paradidático e sistemas de ensino, a Kroton Educacional atua na venda de produtos para escolas públicas por meio do PNLD. Constata-se, ainda, que a fusão da empresa Somos Educação com a Kroton tornou esta uma das maiores vendedoras de livros para o poder público. Afinal, a soma de todas as editoras da Kroton no resultado do PNLD mostra a supremacia dessa empresa em relação às demais, seguindo a tendência de conglomerados educacionais.
- Na dimensão do desenho curricular, apurou-se ainda a diferenciação de produtos e serviços com mais opções exclusivas para as escolas privadas do que para as escolas públicas, conformando os sujeitos ao sistema sociometabólico do capital, pois denota menos oportunidades para os filhos da classe trabalhadora, que ocupa, em sua maioria, as carteiras da escola pública.
- Na dimensão da gestão escolar, mostra-se que a educação básica, com base na lógica de empresas privadas, vem sendo transformada em um espaço de replicação de ações pragmáticas com um propósito de obter mais um nicho de mercado. As metodologias, os serviços e os produtos que a Kroton repassa para as escolas públicas a aproximam do modelo de gestão de uma empresa

privada. É como se, na educação básica pública e no ensino, tudo tivesse um valor comercial mensurável, um preço. Porém, sabemos que na educação nem tudo possui valores monetários, e existem valores que não se medem.

- Na dimensão da oferta privada de matrícula na educação básica, a Kroton prioriza a compra de escolas seguindo as notas das avaliações em larga escala, como o Enem, e os critérios de fundamentos econômicos da população na região, vendidos ideologicamente como critérios pedagógicos de qualidade para uma classe social que deseja se distanciar social e culturalmente da classe menos favorecida economicamente.

Portanto, nos processos de reprodução do capital, como se movimenta a empresa privada Kroton em direção ao processo de comercialização da educação básica? Atua com movimentos multiformes: compra de empresas, venda de serviços via plataformas digitais, venda de serviços, materiais pedagógicos, licitações públicas do livro didático, pacotes de sistema de ensino, fusões e aquisições de escolas, faculdades e consultorias, entre outros. Portanto, empresários do setor naturalizam práticas comerciais como se estas fossem apanágio para questões estruturais da educação brasileira, contribuem para aumentar a fluidez das fronteiras entre interesses privados e serviços públicos e robustecem as funções de regulação do Estado em favor do capital.

Desse modo, a educação básica passou a ser vista como um mercado, e não como um direito público subjetivo, de forma que se tornou explorável por empresas privadas lucrativas pela venda direta e indireta de produtos de acordo com as localidades. Pela ampla abrangência da educação básica, as grandes empresas conseguem continuar com os movimentos de compra e fusão de empresas menores, em um movimento de formação de grandes grupos privados educacionais, com frouxa regulamentação para inibir crescimento em blocos empresariais privatistas.

A análise realizada demonstra que a privatização da educação básica é um processo mais amplo, complexo e contraditório do que a simples oferta de vagas e o notório crescimento de matrícula de estudantes na rede de escolas particulares. Além da matrícula de estudantes em instituições que visam ao lucro com a educação, a privatização da educação básica ocorre por variadas formas diretas e indiretas: venda de desenho curricular; venda de soluções e ferramentas complementares; prestação de assessorias e formações que repassam a lógica gerencialista para escolas públicas; repasse de metodologias e plataformas, gestão



corporativa; elaboração de discursos que reforçam a desvalorização da escola pública; validação de políticas que incentivam a lógica do resultado pelo resultado.

Assim, conclui-se que a privatização da educação básica pode ocorrer por meio da venda de desenho curricular, da interferência na gestão escolar e da oferta de serviços, como partes de um todo articulado complexo, intrincado com governos, empresários, investidores, fundações privadas e grupos e redes políticas. A estrutura do sistema sociometabólico do capital se revela na relação entre as partes estudadas, que formam o todo da privatização, reproduzindo um movimento real de privatização sob a lógica do sistema capitalista. A interdependência das partes com o todo, por meio de sucessivas aproximações, mostra que as partes dependem do todo, e o todo é feito das partes, em uma unidade dialética (CHEPTULIN, 2004).

No próximo capítulo, intenta-se analisar outras duas dimensões essenciais da privatização, a financeira e a política. A Kroton Educacional movimenta-se com os serviços e produtos já demonstrados e, ainda, atua na recompra e venda de ações na bolsa de valores, captando investimentos nacionais e internacionais, de diferentes grupos, com diferentes interesses comerciais. E, assim, evidenciar como se apresenta a privatização nas dimensões financeira e política é o propósito a seguir.

#### **4 ARTICULAÇÃO POLÍTICA E FINANCEIRIZAÇÃO NA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DO ESTUDO DA KROTON EDUCACIONAL**

A privatização da educação básica pública por meio das ações das redes políticas, dos grupos empresariais da Kroton Educacional e de fundos de investimentos está em processo de expansão no Brasil. Apresenta uma composição de muitas camadas, em movimento constante com o sistema sociometabólico do capital na lógica de transformar esse direito público subjetivo em mercadoria, em lucro, rentabilidade para instituições privadas e investidores. Para aprofundar a discussão sobre as dimensões da privatização da educação básica, pontuamos que este é um processo multifacetado, marcado por disputas políticas e de mercado, que objetiva transferir o provimento do direito à educação básica dos governos para instituições privadas com fins lucrativos.

Assim, este capítulo possui dois objetivos: identificar e compreender a formação das redes de articulação política e econômica da Kroton na disputa pela liderança no mercado educacional, bem como analisar o movimento de privatização da educação básica por meio das redes políticas de articulação, dos grupos empresariais e fundos de investimentos. Assim, indaga-se: como a Kroton opera em redes de articulações política em prol da privatização da educação básica? Como se configuram os grupos empresários e de investidores associados à Kroton Educacional? Busca-se, assim, desvelar como grupos empresariais, os investidores financeiros e as redes de articulação política organizam, operam e expandem atividades direcionadas para a privatização da educação básica pública.

A metodologia adotada na elaboração deste capítulo consistiu na utilização de trechos, frases, expressões obtidas por meio do programa NVivo, na apuração dos “nós” extraídos de documentos, relatórios, mapas, informações de *sites* em busca de novas interpretações, com vistas a demonstrar o processo de privatização da educação básica por meio da financeirização. Ademais, foram usados dados disponíveis nos *sites* oficiais das redes políticas e de seus respectivos integrantes de modo a mapear a correlação entre especialistas, redes, fundações, políticas públicas e empresas. Além disso, intenta-se aprofundar a interpretação crítica dos sinais visíveis de redução da educação como bem público.

A seguir, apresentamos o quadro de “nós” das dimensões financeira e articulação política.

**Quadro 2 — Termos (“nós”) associados às dimensões financeira e de articulação política**

| <b>TERMOS PESQUISADOS E APURADOS</b>             | <b>MOTIVO DA ESCOLHA METODOLÓGICA</b>   |
|--|---|
| <b>DIMENSÃO FINANCEIRA</b>                       |   |
| Advent   | Fundo de investimento.  |
| <i>Startups / edtechs</i>                        | Tipo de empresas contratadas com foco em tecnologias e soluções educacionais.           |
| Cubo Itaú  | Projeto de investimento em empresas com foco em tecnologias e inovação mercadológica.   |
| <b>Redpoint eventures</b>                        | Fundo de investimento.  |
| Tarpan   | Fundo de investimento.  |
| <b>DIMENSÃO DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA</b>          |   |
| Cargos diretivos da gestão corporativa da Kroton | Diretores que compõem as instâncias corporativas.<br>Redes políticas e econômicas.      |
| Investidores / acionistas                        | Agentes que aplicam e fazem investimentos.  |
| Todos pela Educação                              | Mapeamento das redes que se relacionam com a Kroton.<br>Agentes políticos e econômicos. |

Fonte: elaboração própria com base nos dados das *Demonstrações Financeiras 2018* da Kroton.

Os processos de financeirização e articulação política são operados por grupos empresariais que se utilizam da ideologia de que a escola pública oferta uma educação inferior à dos estabelecimentos privados, com o foco no utilitarismo da educação. Tudo que não parece ter função para o mundo do trabalho criado pelo sistema capitalista é julgado como necessidade de renovação. O discurso do “aprender a aprender” leva a escola ao pragmatismo e limita a aprendizagem e a função social das escolas ao ideal pedagógico de formação do homem flexível, trabalhador autônomo, competitivo, inovador, empreendedor e capaz de “aprender a aprender”. Assim, a escola se torna uma fornecedora de serviços variados aos estudantes, com foco no uso das tecnologias necessárias ao trabalhador de tempos incertos (LAVAL, 2019).

Para o teórico francês, o caso do Brasil com as grandes empresas educacionais que participam da mercantilização operada pela bolsa de valores é um caso de capitalismo escolar e “universitário”, pautado pelo neoliberalismo, que incentiva um sistema educacional desigual, seletivo, classicista e de tendência mundializada. Grandes empresas brasileiras com fins lucrativos, como Kroton e Estácio, alcançaram um patamar de mercantilização que leva a venda da educação pela via da financeirização da bolsa de valores e do capital fictício (LAVAL, 2019).

Nesse contexto, tornar a escola pública uma empresa de princípios pedagógicos neoliberais é negar o direito à educação de qualidade para todos, que tem vistas à formação cidadã. O saber dessa escola privada com fins lucrativos passa a ser um bem privado, com valor monetário, voltado para a resolução de problemas ou situações do sistema capitalista. Esse princípio pedagógico de individualismo, competitividade e adaptabilidade vai contra uma educação crítica, emancipadora e cidadã. Ao focar no homem flexível, essa educação se adequa às teorias do capital humano que tratam o trabalhador quase como parte dos bens de produção, desumanizando a condição ontológica do homem com o trabalho. Assim, o saber passa a ser um bem individual que gera *status* para os detentores e exclusão social para os outros.

A pedagogia “não diretiva” e “estruturada de modo flexível”, o uso das novas tecnologias, o amplo “cardápio” oferecido aos estudantes e o hábito do “controle contínuo” são pensados como uma propedêutica para a “gestão do cenário de incertezas”, que o jovem trabalhador vai encontrar ao concluir os estudos (LAVAL, 2019, p. 41).

A escola nesse processo passa a ser uma espécie de fábrica de homens prontos para a atuação adaptativa ao mercado de trabalho. Ou seja, a escola deixa de ser uma instituição social focada na formação cidadã e no repasse do conhecimento elaborado pela humanidade e passa a ser uma fornecedora de trabalhadores flexíveis (LAVAL, 2019). Com essa base pedagógica, a escola com fins lucrativos forma os consumidores para sustentação econômica e ideológica do próprio sistema capitalista.

Essa escola vive a dualidade de ter como objetivo, ao mesmo tempo, a formação de mão de obra barata para o mercado e a formação de uma sociedade cada vez mais alienada sobre a importância da educação formal. Portanto, é uma escola que deseja ter mais alunos e, concomitantemente, vai acabando com a importância da educação escolar na sociedade. O discurso de que as tecnologias irão cada vez mais dominar o espaço escolar irá desumanizar as relações sociais que são comuns ao espaço e ao tempo da escola. Aqui, cabem algumas reflexões. Esse processo de tornar a escola uma empresa com fins lucrativos é sustentável? Como os elementos aparentes e não aparentes se articulam na privatização?

#### **4.1 A dialética da ordem e da desordem na privatização da educação básica**

A dialética e as categorias do método, da contradição e da totalidade colaboram com este estudo materialista histórico sobre o processo de privatização da educação básica. Não

é tarefa simples ousar trabalhar com um processo mais complexo de correlações e forças sociais e econômicas que fazem parte do modo de ser do sistema capitalista. A dialética pressupõe compreender a “coisa em si”. Significa dizer que os seres humanos constroem suas vidas nas condições objetivas e materiais. É na história, nas relações com o concreto, que os seres humanos criam, produzem e engendram o mundo ao seu redor, dando a ele significado, e constroem relações com o outro e com a natureza.

A dialética assumida por autores e críticos literários<sup>23</sup> opera para aclarar e desvelar as contradições do sistema capitalista. Dialeticamente, a representação (*mimese*) de uma obra de arte, portanto de um texto literário, é sempre uma forma de imaginação (*poiese*), recriação do real. A literatura faz uma transposição do real, e esses elementos reais importam a partir da função que exercem internamente na obra. Assim, elementos externos tornam-se internos na obra de arte, passando a ser analisados a partir da função que exercem na estrutura da obra. Ao mesmo tempo, a literatura tem a capacidade de representar universalmente questões sociais, sentimentos, momentos históricos a partir das necessidades e escolhas do autor como sujeito histórico-social (CANDIDO, 2006, p. 22).

Na esteira dos estudos marxistas de Lukács (1968), o romance é o gênero que representa a ascensão da classe burguesa pelas características de individualismo narrativo, linguagem referencial, entre outros aspectos. Assim, o personagem de ficção do romance de base estética realista representa a situação de um indivíduo em sociedade, com tempo, sociabilidade e local determinados pela narrativa, sendo essa relação entre vida e arte o que torna o romance realista um gênero que representa aspectos da realidade.

Não há como negar o imbricamento de forma e realidade, mas deve-se atentar em que a realidade, ao ingressar na forma, perde sua feição de realidade para converter-se em elemento exclusivamente formal. No universo da forma, as contradições obscuras e desconcertantes do mundo recebem o talhe de claros antagonismos; ora ainda que na forma restitua um sentido à realidade sob a figura da ausência de sentido elevada à consciência, o que primeiro salta aos olhos é o fato de ser apenas na forma que se dá a resolução. Se não há um vínculo imediato que conduz da realidade da vida cotidiana à realidade da forma, a recíproca também é verdadeira: impossível escapar à realidade harmônica da forma sobre a realidade tribulada do mundo, compatibilizando-as (LUKÁCS, 2000, p. 190).

---

<sup>23</sup> Registra-se aqui a linha de pesquisa de literatura e sociedade da USP, cujos principais expoentes nacionais são Antonio Candido e Roberto Schwarz.

Para outro pensador inglês, Ian Watt (1990), o romance é um relato universal sobre a experiência humana com referencial no tempo histórico social da produção da obra literária. “Resumindo, podemos dizer que o romance requer uma visão de mundo centrada nas relações sociais entre indivíduos; e isso envolve secularização porque até o final do século XVII o indivíduo não era concebido como um ser inteiramente autônomo” (WATT, 1990, p. 76).

É nesse movimento de análise e interpretação histórica e dialética que uma obra literária brasileira pode desvelar formas estruturantes da sociedade brasileira. Para Antonio Candido, no famoso artigo “Dialética da malandragem”, de 1970, o Brasil convive com o movimento de ordem e desordem desde sua formação como nação, tese sustentada com base na análise da obra literária *Memória de um sargento de Milícias* (1853), do escritor Manuel Antônio de Almeida.

Antonio Candido, em sua argumentação baseada em personagens caracterizados pela malandragem, no polo negativo, afirma que o Brasil é representado como uma civilização periférica dominada pelo capitalismo, capaz de ser mais flexível com a ética e a moral de acordo com os princípios capitalistas que regem as relações e os padrões sociais brasileiros.

Ao utilizar os termos “ordem e desordem”<sup>24</sup>, procurou demonstrar o modo como cada personagem age na sociedade de acordo com a posição social que ocupa. No hemisfério positivo da ordem, estão aqueles que se comportam em consonância com os valores da ordem social burguesa. No hemisfério negativo da desordem, os que transgridem e burlam as normas, desobedecem aos princípios vigentes e vivem situações ilegais, de penúria, pobreza e desvantagens. Deste modo, o brasileiro arranjou meios de ora cumprir o padrão normativo, ora descumpri-los e reinventar formas de viver à margem do sistema, sendo parte do sistema. Esses dois universos convivem lado a lado, pois, como afirma o crítico, “ordem e desordem se articulam portanto solidamente”, de maneira que “o mundo hierarquizado na aparência se revela essencialmente subvertido” (CANDIDO, 1998, p. 43).

Antonio Candido, no polo positivo, desvela uma nação em que a sociabilidade é apontada com uma visão cultural positiva sobre os próprios problemas e as próprias mazelas. Assim, a literatura não apresenta o todo, mas parte de um todo que se modifica no tempo e no espaço.

---

<sup>24</sup> Usa-se, aqui, a metáfora do polo da ordem e da desordem com o objetivo de caracterizar o sistema sociometabólico e a relação dialética deste com a educação básica brasileira. Porém, reconhece-se que outras interpretações e análise podem ser feitas diante da riqueza da obra de Antonio Candido no que tange ao estudo sociológico do Brasil e da literatura brasileira.

José Murilo de Carvalho, na obra *Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi* (1987), analisa a relação entre a sociedade e a política da Primeira República com foco na pouca participação política do povo brasileiro no movimento republicano. O historiador ressalta que os militares, que tinham assumido pouco antes o comando, não possuíam um projeto de nação, bem como não oportunizaram ao povo a cidadania plena, negando o direito à educação, à participação política, à saúde, entre outros.

O Brasil, então, vivia um período de novas leis, normas e regras, e uma parte da população vivia de privilégios, enquanto a outra parte, a maioria, vivia da venda de sua força de trabalho. Assim, a sociedade brasileira foi constituída com ordem e desordem. Logo, forças e grupos políticos e famílias abastadas se fizeram donos do país, da terra, dos empreendimentos e serviços. Entrementes, estes grupos políticos prosseguiram com empréstimos externos e aproximação com empresas inglesas, empresas multinacionais.

Ao fazer o estudo da privatização da educação básica a partir do caso de uma das maiores empresas desse segmento, lançaram-se os olhos para a *Dialética da Malandragem* a fim de correlacionar o movimento da formação do Brasil entre o polo da ordem e o da desordem com outro par dialético que emerge do contato com o objeto, o polo explícito e o implícito da privatização. Afinal, o processo de privatização da educação básica ocorre por duas vias, entre as quais uma se mostra mais oculta, política e difusa, enquanto a outra, em seu par dialético, é mais regulada, aparente, socialmente anunciada. Esse paralelo do movimento da ordem e da desordem, cunhado por Antonio Candido, com o polo implícito e o explícito da privatização denota um enredo real, uma parte de um todo complexo que opera as formas da privatização da educação básica, de acordo com os princípios do capitalismo, que subverte a nação brasileira ao julgo do seu projeto de sociabilidade.

Com o intento de aclarar os movimentos orgânicos, de continuidade e contradições pelas engrenagens da privatização, chegou-se às apurações expostas a seguir.

- A distância entre governantes e governados constitui a essência da sociedade de classes. O distanciamento entre as empresas-escolas privadas com fins lucrativos e a educação básica popular, pública, laica e gratuita para todos faz a provisão de uma educação para as elites condutoras, com produtos padronizados, ofertas minguadas para a educação pública em comparação com o luxo da oferta privada.
- Principalmente com os movimentos sociais e populares da década de 1980, das *Diretas já*, desaguando na Constituição de 1988, os direitos sociais, resultado de muitos conflitos e dissensos, foram inscritos na Carta Magna.

Em 2013, 2014, 2015 e 2016, novamente distintos movimentos emergiram nas cidades, ruas e praças em todo o Brasil. Os estudantes brasileiros manifestaram-se de forma explícita contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo e, depois, ocuparam escolas secundárias, algumas universidades e institutos federais, tornando-se, assim, protagonistas e defensores da educação básica pública. Nessa realidade concreta, diversa, contraditória e heterogênea, explicitou-se a luta de classe.

- O princípio de liberdade individual máxima do neoliberalismo espalha a falsa ideia de que as famílias podem escolher a educação para os seus filhos, além de propagar a suposta superioridade do ensino privado.
- Os polos da ordem e da desordem pensados por Antonio Candido e reafirmados por José Murilo de Carvalho assemelham-se aos polos do implícito e do explícito no movimento de privatização da educação básica no Brasil. As legislações, por exemplo, quando o Cade arbitrou o processo de fusão e aquisição, os editais de repasse do orçamento público para parcerias entre público e privado e as demais normativas que velam a presença do privado estão no polo das ações explícitas. No outro polo, vemos as articulações políticas em prol da privatização da educação básica, quando o governo faz contingenciamento dos recursos financeiros da educação, empurra as escolas para captação de recursos em empresas privadas, permite as práticas típicas de comércio realizadas dentro das instituições escolares, enfim quando insiste no modelo empresarial para a gestão da escola.
- Se, para José Murilo de Carvalho, a sociedade brasileira incorporou os traços culturais abastados da *belle époque* com a maquiagem do espaço central da cidade do Rio de Janeiro para acolher a elite falida, dos anos 2000 em diante, as elites empresariais e os governos utilizam dados, índices e *rankings* da educação pública como enfeite e ornamento de uma educação de face oculta, privatizada e pouco transparente. Afinal, para afirmar a profanada superioridade acadêmica do privado sobre o público, a estatística segrega o privado de alto luxo do privado comum e, após operar o recorte do recorte no segmento privado, os dados manipulados revelam uma superioridade que não existe, que é ideológica. As condições gerais do privado foram apresentadas nas tabelas do capítulo 1, como forma de desmascarar essa superioridade.



- De 2000 em diante, no rebote do movimento do capital internacional, há um projeto econômico hegemônico para reprodução e acumulação do capital. Empresários e investidores internacionais operam ações políticas e econômicas e jurídicas dirigidas para robustecer um projeto de dominação neoliberal com base na lucratividade e expansão do capital. Afinal, com o avanço do privado sobre a educação pública, temos que nos perguntar qual é a função social da escola na sociedade brasileira dos anos 2000 em diante.

Assim, estamos diante das múltiplas faces da privatização que, embora se mostrem e se escondam em tempos e momentos diferentes, têm como marca fixa a mesma capacidade de se reinventar como o próprio sistema sociometabólico do capital em suas sucessivas crises. A privatização da educação por empresas privadas com fins lucrativos é complexa, excludente, estruturante para o capital, multifacetada e sinuosa. Ao operar no mercado financeiro, estabelece ramificações com outras empresas tecnológicas, num jogo de crescer-dividir-crescer.

**Figura 9 — Cinco dimensões da privatização da educação básica**



Fonte: elaboração própria, baseada em Theresa Adrião (2018) e na análise dos documentos da Kroton.

Nesse momento, com atenção ao rigor metodológico e por meio dos pares dialéticos — direito à educação básica e privatização da educação básica —, buscou-se apreender, captar e desvelar os caminhos e as partes do todo, desse complexo multiforme, multifacetado. Senti e convivi com dúvidas. A categoria privatização parece curta demais para explicar um fenômeno tão complexo e multiforme. Reconheci os limites dos conceitos que tinha sobre a privatização para explicar o real. Explicava, mas não explicava as determinações que ressurgiam em cada movimento. Então, retomei leituras e reflexões referentes à epistemologia da práxis para novamente persistir na investigação (CORDEIRO DA SILVA, 2018).

Percorri a história, a filosofia, a ciência e a universalidade da literatura na tentativa de compreender a educação básica pública sob a lógica e o ímpeto de empresários, economistas, investidores, políticos e empreendedores que nela enxergam um mercado lucrativo. Tomar a educação dos educadores, diluir a concepção de ser um direito humano e social, restringir o monopólio do Estado na provisão, fragmentar a provisão da oferta pública são ações que confirmam a elevação da educação como negócio para exploração do capital.

Então, senti o peso do exercício de agarrar e decifrar o real concreto em movimento. Quanto mais me aproximava da privatização, mas ela se distanciava, se modificava, se transformava. As dificuldades decorrem das mutações e modificações que a empresa Kroton realiza no âmbito econômico e político, favorecida pela rede tecnológica entre 2016-2018. Parecia um mundo às avessas em que o capital fictício domina o humano, os seres humanos.

Assim, a privatização da educação básica é um fenômeno multifacetado, em constante processo sociometabólico, que subverte o paradigma do direito à educação básica pública para todos em um novo mercado lucrativo, operado pela lógica capitalista, por meio de diferentes formas: venda de desenho curricular, venda de serviços e matrícula direta, disputa sobre a concepção de gestão escolar, formação de redes de articulação política e venda de capital fictício para grupos de investidores.

#### **4.2 A privatização da educação básica permeada pela dimensão financeira**

O processo de abertura de capital converge com o movimento mundial de financeirização da economia. No Brasil, em 1986, a Lei n. 7.492 regulou os crimes contra o sistema financeiro nacional e tornou a atuação da CVM mais ativa junto com o Banco Central. No ano seguinte, 1988, com a Constituição Federal, houve a regulamentação do sistema financeiro nacional.

Foi nesse cenário que se verificou a desregulamentação dos negócios financeiros americanos acontecida ao longo dos anos 1980 e 1990 e que influenciou, significativamente, a integração dos sistemas financeiros pelo mundo. O processo envolveu a integração desses sistemas financeiros no mundo global de negócios e conseqüente crescimento de mercados financeiros secundários em economias emergentes, fato que tornou possível um aumento significativo de oportunidades de investimento, de operações de arbitragem e de movimentos especulativos (ALMEIDA, 2000, p. 78).

Estudos de Gentili (1998) discorrem sobre metas e objetivos do Consenso de Washington: liberalização comercial, disciplina fiscal, reforma tributária e trabalhista, redefinição das prioridades do gasto público, privatização de empresas estatais, desregulação e atração das aplicações de capital financeiro. E para o setor educacional a tônica foi eficiência, eficácia e produtividade e qualidade. Exigia-se a negação da esfera pública da educação e determinava-se sua transferência para a esfera da competição privada. O pano de fundo era institucionalizar o princípio da competição para regular as escolas e subordinar o sistema educacional às regras, condutas e demandas do mercado de trabalho, aproximando-as do mercado educacional em crescimento.

Neste contexto, situamos o movimento da privatização da educação como dinâmico e multifacetado, com capacidade de seguir se reinventando para se reproduzir em nichos específicos. Vimos, no capítulo 2, que 2007 foi um marco na abertura de capital da empresa Kroton. E o Brasil teve um incentivo para abertura de novas empresas de capital aberto e *Initial Public Offer* (IPOs), por meio da venda de ações e títulos de escolas particulares na bolsa de valores no Brasil, com a regulação da CVM, do Banco Central e das demais instâncias que controlam o sistema financeiro nacional.

Nesse contexto de financeirização, a Kroton Educacional fez a abertura de capital, *Initial Public Offer* (IPO), fazendo a transição do nome Rede Pitágoras para o nome Kroton. A Advent Internacional, fundo americano de investimentos que compra ações de empresas, existe desde 1984 e atua no Brasil desde 1997, com escritório em São Paulo, e comprou 50% das ações da Kroton em 2009. A figura abaixo aponta a circulação da Advent Internacional com volume de transações e rede de negócios.

**Figura 10 — Abrangência de atuação da Advent International 2018**



Disponível em: <https://www.adventinternational.com/about/>. Acesso em: 6 nov. 2018.

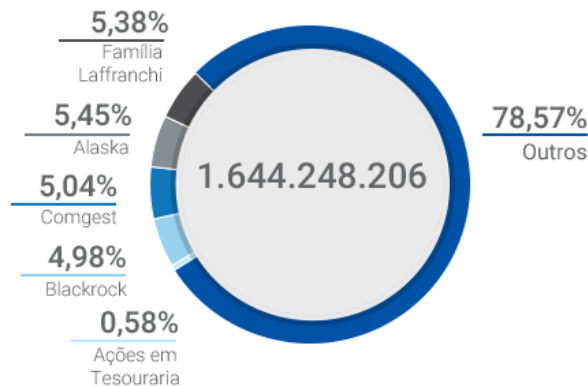
Ao examinar os investimentos da Advent no Brasil, vemos que esse fundo americano tem investimentos em diversos tipos de empresas, entre elas: *Duty Free* (rede de lojas de aeroportos), *International Meal Company* (IMC), Viena (rede de restaurantes), Restoque AS / Dudalina (produção de roupas), Cataratas do Iguaçu (concessionária do Parque Nacional de Foz do Iguaçu), Allied (empresa de *marketing* e tecnologias), Kroton (empresa da área educacional), Grupo BIG (rede de venda de comida) e outras. A parceria meio a meio das ações interfere na gestão corporativa da empresa entre sócios-fundadores e Advent entre junho de 2009 e agosto de 2013. Naquela ocasião, a Kroton fez uma expansão no mercado da educação superior, com destaque para a Iuni, da família Galindo, que até 2018 tem seu representante Rodrigo Galindo como presidente da Kroton.

Em 2012, a Kroton modificou o modelo de gestão corporativa e a forma de organização interna e distribuição de percentuais por acionistas para, assim, poder atuar no novo Mercado BM&FBovespa. Pois bem! Ao dividir para crescer<sup>25</sup>, modificou seu antigo conselho formado por quatro investidores físicos, a saber: Evando Neiva, Walfrido Mares Guia, Júlio Fernando Cabizuca e Henriqueta Martins dos Mares. Desse modo, a empresa adquiriu

<sup>25</sup> Registro o pensamento de Thomas Hobbes, sobre a estratégia de “dividir para governar”, máxima do filósofo em sua obra *O Leviatã* (1651).

credibilidade e porções de créditos para atuar com outro tipo de investimento, com o capital dividido entre os acionistas e nenhum dos acionistas com mais de 24% do capital total.

**Figura 11 — Composição acionária Kroton Educacional**



Disponível em: <http://ri.cogna.com.br/governaca/composicao-acionaria/>. Acesso em: 21 ago. 2018.

A composição acionária da Kroton mostra que a família Laffranchi vendeu a Unopar em 2011 para o fundo Advent, que possuía mais ações, em seguida vendeu também outros fundos, como Blackrock, Comgest, Alaska. Em abril de 2013, a Kroton consegue comprar o grupo Anhanguera. Desse contexto até o ano de 2018, a senhora Elisabeth Laffranchi faz parte do conselho de administração da Kroton. Assim, observa-se que das grandes fusões ainda restaram representantes da Iuni e da Unopar no conselho de administração da Kroton, que há muito tempo deixou de ser uma rede de escolas para tornar-se definitivamente um grupo, uma *holding*, de grandes empresas educacionais, atuando na gestão e em aplicações financeiras.

Em 2015, a Kroton sinaliza uma parceria diferente das grandes aquisições efetuadas e adquire a empresa Studiare, que foca na oferta de aprendizagem por meio de plataformas digitais. Ainda em 2015, a Kroton percebe imenso nicho da educação básica, uma área menos afetada pelas crises econômicas cíclicas do capital. Essa compra só indicava a sede da empresa por novas organizações com capacidade de ampliar mercado e potencialidades econômicas lucrativas.

Nesse mesmo contexto, realizou a segunda ação de parceria com empresas menores, em 19 de junho de 2018, a Kroton Educacional adere ao programa Cubo Itaú, que visa ser um espaço de investimentos em novas tecnologias e pequenas empresas, chamadas nesse contexto de *edtechs* ou também de *startups*. Essa parceria com o Banco Itaú está alinhada ao objetivo de vir a ser “a empresa de educação mais digital do mundo”. Observe o comunicado da Kroton aos seus investidores sobre esse tema:

Belo Horizonte, 19 de junho de 2018, Kroton Educacional S.A. (B3: KROT3; OTCQX: KROTY) – “Kroton” ou “Companhia” comunica a seus acionistas, investidores e ao mercado em geral, a parceria com o Cubo Itaú, maior espaço de empreendedorismo tecnológico da América Latina. A parceria dará origem à vertical “Cubo Education”, um espaço dedicado ao fomento de *edtechs* e que buscará agregar valor e conhecimento tecnológico ao desenvolvimento da educação no Brasil. Ao unir a experiência em educação da Kroton com a capacidade do Cubo Itaú de criar centros estruturados de *startups*, as empresas pretendem construir um centro de criação e distribuição de conteúdo aliado a tecnologias educacionais disruptivas. Essa parceria está inserida no contexto do planejamento estratégico da Companhia, que pretende tornar a Kroton a empresa de educação mais digital do mundo. O plano de transformação digital da Kroton compreende uma mudança na sua cultura organizacional, trazendo uma nova forma de trabalhar, além de investir em processos que aprimorem a experiência do aluno e a proposta de valor oferecida a eles (KROTON, 2018 – *Demonstrações Financeiras*).

Em maio de 2018, o fundo de investimentos Redpoint eventures, que tem como um dos fundadores brasileiros o criador do *site* de vendas Buscapé, Romero Rodrigues, aderiu ao órgão regulador de ações nos Estados Unidos para criação de um novo fundo de 130 milhões de dólares. No mês seguinte, em junho de 2018, o Itaú Unibanco anunciou a parceria com o Redpoint eventures para criar o centro de tecnologias e empreendedorismo na capital São Paulo. Segundo o *site* da iniciativa, o objetivo dessa ação é conectar grandes empresas e empresas mais jovens e menores com o intuito de novos negócios rentáveis.

Se por um lado o SAFE foi um movimento interno de consolidação da cultura digital, era necessário também ter um caminho aberto para a inovação que acontece em outras empresas do Brasil e do mundo e, para isso, no início de 2018, a Kroton começou a estruturar como seria o seu programa de inovação aberta. Em junho, firmou parceria com o Cubo Itaú para a criação do maior ecossistema de *startups* de educação da América Latina, o “Cubo Education by Kroton”. Mais de 230 *edtechs* já foram analisadas e algumas já estão executando experimentos e testes com grande potencial de transformação e simplificação de processos administrativos e acadêmicos (KROTON, 2018 – *Demonstrações Financeiras*).

Assim, a Kroton, participa como parceira do Cubo Itaú, associada às seguintes *startups* da área educacional (dados de dezembro de 2019):

- Kenoby;
- Take;
- Kludo;
- Kanttum;

- Agenda edu;
- Redação Nota 1000;
- Tamboro;
- Descola;
- Mol – Mediação Online;
- CRM educacional;
- Eskolare;
- Fhinck;
- Guten;
- CoBlue;
- Antecipa;
- ITB;
- Meu entrevistador.

Disponível em: <https://cubo.network/corporates/cogna>. Acesso em: dez. 2019.

Essas empresas selecionadas têm uma característica em comum: a oferta de produtos e serviços digitais na área educacional, a exemplo de plataformas digitais com sistemas acadêmicos, sistemas de correção de redação, sistemas com videoaulas, cursos *on-line* e demais serviços *on-line*. Afinal, as tecnologias favorecem, diversificam e ampliam significativamente o universo de negócios privados educacionais. Dessa forma, ao agrupar as empresas do setor educacional com *expertise* em tecnologias e mídias, elas se fortalecem, diversificam e expandem sua atuação e posicionam-se de forma competitiva para atuar em diferentes regiões, vender e operar distintos produtos — oferta de ensino, níveis de educação, educação a distância, plataformas digitais —, gerando mais lucratividade e atração de investidores e consumidores de produtos tecnológicos e educacionais.

Esse é o real concreto e complexo em movimento com que nos deparamos. Se o nosso esforço é apreender as formas de atuação e expansão da Kroton, pode-se afirmar que, entre 2016 e 2018, houve uma aceleração para se posicionar como líder no mercado. Assim, ressaltamos que os estudos de Adrião et al., (2012), Ball (2014) e Evangelista (2019) indicam a formação e composição das redes de articulação política e econômica como um *modus operandi* de atuar em tempos de abertura de capital e influência de grandes grupos empresariais com fins lucrativos nas políticas educacionais.



Deste modo, ao examinar documentos, atas, demonstrativos, estatuto e audiência, num movimento teórico-crítico, busco recuperar as premissas registradas no início deste estudo para asseverar que a privatização da educação pública por grandes grupos empresariais com fins lucrativos e investidores internacionais e nacionais pode aliar a educação privada ao modelo rentista do capitalismo financeiro, de maneira a reduzir a qualidade pedagógica. A expansão da privatização continua por várias vias: fusões e aquisições de outras escolas, diversificação de produtos e serviços, parcerias com empresa menores, atração de clientes com ferramentas e plataformas digitais, e também por meio de participação no mercado financeiro com a compra e venda de ações, em que o capital gera mais capital. Essas formas de venda de ações na bolsa de valores, em que o capital geral mais capital fictício, mostram novas maneiras de reprodução do capital por meio de papéis e títulos. Assim, a dimensão financeira, associada tanto ao modelo de investimentos realizados no balcão de mercado da bolsa de valores quanto ao *modus operandi* da gestão corporativa dos grandes grupos de investidores, mostra elementos da privatização.

Essas dimensões contribuem para confirmar a tese construída por esta pesquisa de que a Kroton Educacional, empresa de capital aberto, atua na educação básica pública com vistas a expandir suas atividades comerciais em articulação com o Estado brasileiro e dentro do ordenamento jurídico e constitucional. A interferência de empresas privadas com fins lucrativos na educação básica decorre de um processo articulado entre Estado, redes políticas e instituições da área educacional com vistas à difusão do projeto de sociabilidade do capital que se apropria da educação básica como nicho de negócios rentáveis para manutenção das classes sociais. A privatização ancorada em pressupostos político-ideológicos e econômicos orienta a redução da provisão da educação básica pública e, ao mesmo tempo, serve aos interesses do setor privado com anuência do Estado neoliberal.

As dimensões de gestão escolar, venda de desenho curricular e oferta de serviços, com base no estudo dos documentos da empresa Kroton, demonstraram que estão articuladas, são orgânicas e se fortalecem entre si como partes de um todo que, por dentro, vão revertendo a educação básica em um mercado com a prestação de serviços e venda de produtos. Por sua vez, acreditamos que os grupos de investidores e as redes de articulação políticas formam os sustentáculos da privatização captada por meio da atuação da Kroton.

Ainda, registra-se também que a atuação dos “homens de negócios” caminha em colisão com as propostas dos movimentos sociais e das associações científicas que pautam as políticas nacionais de educação em prol da ampliação dos direitos sociais e humanos.

### 4.3 Dimensão da articulação política na privatização da educação básica

Para Ball (2014), três pontos são fundamentais para o entendimento de como os mercados, o imaginário neoliberal e as redes políticas se articulam na educação básica como um movimento mundializado:

- relação ambígua e conflituosa entre mercado educacional e Estado;
- fronteiras entre público e privado cada vez mais entremeadas e em constante redimensionamento — o papel do Estado capitalista passou a incorporar a ação de orquestrar uma combinação de regulação, monitoramento e facilitação da atuação de instituições privadas nos serviços públicos;
- cenário educacional mundializado muito complexo em suas relações internas e externas, mostrando como o neoliberalismo está colocando o currículo em reforma, por meio da atuação de diversos tipos de instituições privadas, chamadas também de “think tanks”, que transformam a doutrina neoliberal em políticas, programas e campanhas educacionais em escala mundial.

Ainda nesse contexto, crescem as manifestações de segmentos sociais, fóruns de educação, associações científicas, instituições acadêmicas divergentes, pois repudiam as virtualidades do mercado para execução de políticas públicas.

Esse modo de entrelaçamento de políticas públicas educacionais e mercado livre segue a lógica da reestruturação capitalista em que transporta o estilo da gestão corporativa de empresas privadas para o setor público, acompanhando as orientações do BM e da OCDE. Ball (2004) nos lembra que a performatividade adquire, assim, papel fundamental no conjunto de políticas em que o Estado assume tarefas e funções de monitoramento remoto, regulação e fiscalização de profissionais da educação na lógica da avaliação de resultados, desempenho e índices de comparabilidade. Assim, foi diante das insuficiências da administração técnico-burocrática que se forjaram ideologia e instrumentos para a gestão pública gerencialista, revestindo-se de distintos tipos de produtividade e metas.

Nesse contexto de performatividade, retomamos o Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, com ações e programas voltados à melhoria da qualidade da educação básica por meio de “resultados concretos” a serem atingidos com a colaboração de estados, municípios, do Distrito Federal e respectivos sistemas de ensino. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE-2007) foi

instituído no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seguiu com o governo de Dilma Rousseff, os quais instituíram as parcerias público-privadas e se aproximaram delas. O documento referência *O Guia de Tecnologias* (2011) para a assistência oferecida para os sistemas de ensino mostra a coexistência de entes públicos e privados nessa ação:

Cada bloco é composto por tecnologias que estão sendo implementadas pelo MEC — elaboradas por suas Secretarias e pelo FNDE ou por parcerias estabelecidas com instituições da área da Educação — e pelas tecnologias apresentadas por instituições e/ou empresas públicas ou privadas, que foram avaliadas pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e consideradas pré-qualificadas, no âmbito do Edital de Pré-Qualificação de Tecnologias Educacionais que Promovam a Qualidade da Educação Básica. (BRASIL, 2011, p. 15)

Neste interregno, institui-se o Comitê Nacional Compromisso Todos pela Educação, no art. 6º, para a elaboração de estratégias de implantação do PDE com a abertura de participação para agentes públicos e privados, bem como para outros órgãos além do Ministério da Educação e de organismos internacionais. No art.7º, o mesmo decreto apresenta ainda a previsão de participação voluntária de outros entes públicos e privados, tais como: “organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades confessionais, famílias, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a melhoria da qualidade da educação básica” (BRASIL, 2007).

A Kroton, no ano de 2006, criou a Aliança Brasileira pela Educação (ABE), com a missão de apoiar a educação nacional. Em maio de 2007, a Aliança Brasileira pela Educação ABE lançou um manifesto, escrito por Antônio Carlos Gomes da Costa, um dos sócios-fundadores do Todos pela Educação, e anunciou que a educação não é tema apenas de governo, e sim de todos, justificando a criação de uma instituição privada com fins lucrativos para incidir na política da educação básica pública.

Vejamos “A Carta do Caminho”, o manifesto da ABE supracitado e redigido por Antônio Carlos Gomes da Costa:

A decisão de criar a Aliança Brasileira pela Educação se nutre em uma transformação recente da nossa sociedade. Depois de décadas apenas acompanhando os esforços do Estado, a sociedade civil e suas lideranças se deram conta de que educação não é apenas assunto de governo, mas de todos. Portanto, é sua também a tarefa de melhorá-la.

[...] Aonde queremos chegar? Em última análise, queremos juntos encontrar caminhos para que cada escola tenha um ambiente adequado e voltado

efetivamente para a aprendizagem, pois a escola só é boa quando o aluno aprende. Temos hoje um bom conhecimento dos problemas que afligem a escola. Sabemos também das soluções de sucesso, dentre nós e pelo mundo afora. (ABE, 2007).

Em *A Carta do Caminho*, a Aliança Brasileira pela Educação (ABE) diz ter conhecimento dos problemas que afetam as escolas, e saber as soluções de sucesso pode ser advindo das experiências da Kroton e de experiências internacionais. Descrevemos a seguir as cinco soluções declaradas pela Aliança Brasileira pela Educação - ABE:

Aprendemos que a educação de qualidade se faz com soluções simples, robustas e ao alcance de quase todas as comunidades brasileiras.

Boas escolas têm metas e prioridades claras, realistas e compartilhadas por todos.

Não é possível obter resultados satisfatórios em nenhuma organização sem boa gestão e sem a criação de um ambiente positivo e estimulante. Por isso, a boa liderança dos diretores é fator crítico para a escola de qualidade.

Um dos elementos indispensáveis é a aferição sistemática da aprendizagem, por meio de avaliação externa. É ela que nos permite entender as falhas, cobrar resultados e premiar os êxitos.

A presença da política nas decisões escolares<sup>26</sup> é deletéria e precisa ser banida (ABE, 2007).

A receita apresentada pela ABE, em *A Carta do Caminho*, traz a iniciativa privada como um modelo de sucesso. E o reforço das metas e dos índices da gestão empresarial indica a transposição desta para a gestão educacional. Vê-se aqui a afirmação de que as metas devem ser “compartilhadas por todos”, em uma alusão ao setor público, ao privado e ao terceiro setor, conforme trecho a seguir.

A gente sabe que o nosso movimento se baseia numa tríplice aliança [...] Você nos ensinou isso há dez anos: aliança intersetorial que tem um vértice no Poder Público, e sem o Poder Público não é possível avançar nessa floresta; que tem um vértice nas empresas, e muitas empresas estão disponíveis, motivadas a contribuir e tem um vértice nas fundações, nas associações do terceiro setor sem fins lucrativos. A gente conseguiu fazer um *mix* dessas três forças da sociedade, e é por isso que a gente tem avançado, com resultados notáveis, com programas eficazes e de baixo custo (BRASIL, 2016. Evando Neiva –

---

<sup>26</sup> Em 2004, o Movimento Escola sem Partido, fundado por grupo liderado pelo procurador Miguel Nagib, do estado de São Paulo, surge três anos antes com objetivos similares aos da ABE quando se refere ao fato de considerarem a política deletéria ao ambiente escolar. Ressaltamos, nesta tese, que a política como parte da vida faz parte do cotidiano escolar de maneira saudável e integrada ao aspecto ontológico do homem.

Ata da 52ª Reunião, extraordinária, da Comissão de educação, cultura e esporte da 2ª sessão legislativa ordinária da 55ª legislatura).

O diretor escolar é um líder e gerente individual para zelar pela racionalidade e obter resultados definidos pelos indicadores externos, sem considerar as condições locais dos sistemas de ensino e as políticas públicas, em uma visão individualista dos resultados a partir da lógica neoliberal. As avaliações em larga escala são assumidas como cobrança de metas e, ao mesmo tempo, como critério de bonificação ou premiação.

Estudos de Shiroma, Garcia e Campos (2011)<sup>27</sup> e Martins (2013) decifram os vínculos, as redes de articulações políticas e econômicas, demonstrando a centralidade do movimento Todos pela Educação. Durante a análise, apurou-se que a Kroton se articula com grupos de empresários e investidores que, desde 2006, operam mecanismos de reprodução do capital na formação de professores para a educação básica, no financiamento ou na definição de diretrizes curriculares nacionais.

O movimento Todos pela Educação apresenta o seu propósito da seguinte maneira: “Nosso propósito é melhorar o Brasil, impulsionando a qualidade e a equidade da Educação Básica no País. Com uma atuação focada em contribuir para o avanço das políticas públicas educacionais, buscamos criar senso de urgência para a necessidade de mudanças”.

O TPE, no estatuto, declara ainda cinco metas, a saber:

- Meta 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;
  - Meta 2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;
  - Meta 3. Todo aluno com aprendizado adequado à sua série;
  - Meta 4. Todo jovem com Ensino Médio concluído até 19 anos;
  - Meta 5. Investimentos em educação ampliado e bem gerido.
- (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019, s/n)

Após análise, vemos o foco anunciado pelo TPE em interferir na formulação das políticas e no modelo de gestão dos recursos destinados à educação básica a partir de uma lógica gerencialista. É uma rede de empresários e grandes investidores que pautam as políticas educacionais com base nos interesses dos integrantes dessa rede. Para Shiroma, Garcia e Campos (2011, p. 226), o TPE se configura como um grupo de intelectuais orgânicos que “[...] se antecipam e pautam a agenda governamental: reafirmam o papel do Estado redefinindo, no entanto, o sentido e o significado da educação pública”.

---

<sup>27</sup> Sobre o Todos pela Educação ver: SHIROMA, E.; GARCIA, R.; CAMPOS, R. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do Movimento Todos pela Educação. In: BALL, Stephen; MARINARDES, Jefferson (orgs). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

Em 2006, mesmo ano de fundação do movimento Todos pela Educação, foi realizada a Conferência Ações de Responsabilidade Social em Educação: melhores práticas na América Latina, organizada pelo Grupo Gerdau, pela Fundação Lemann e Fundação Jacobs, com participação do Programa de Promoção das Reformas Educacionais na América Latina e Caribe (Preal), que reuniu parte do empresariado brasileiro e culminou com a carta *Compromisso Todos pela Educação*. Então, pode-se afirmar, corroborando os estudos de Evangelista e Leher (2012), Martins (2013), Adrião et al., (2012), Peroni e Oliveira (2019), que as empresas com fins lucrativos estão atuando na área educacional, por meio de redes políticas, com o objetivo de incluir 50 milhões de jovens na força de trabalho do capital e torná-los consumidores de produtos.

Os setores dominantes, após a articulação política dos grupos econômicos em prol do movimento, passaram a atuar por meio de suas fundações privadas ou de suas Organizações Sociais, como Itaú-Social, Faça Parte, Ayrton Senna, Roberto Marinho, Gerdau, Victor Civita, Abril, Bunge, D'Pascoal, Bradesco, Santander, Vale, PREAL, Lemann, entre outros (EVANGELISTA; LEHER, 2012, p. 7).

As redes de articulações políticas e econômicas são grupos empresariais com fins lucrativos da cadeia educacional e grupos de investidores da educação, que operam na cadeia educacional e criam fundações, associações e juntos formam um bloco orgânico heterogêneo para atuar, decidir, determinar, favorecer monopólios privados em prol dos interesses do capital. Em tempos contemporâneos, agem como oligarquias rentistas e financeiras.

Os braços sociais da Kroton vão além da dimensão de gestão que vimos no capítulo anterior, pois assumem outra dimensão política ao comporem uma rede de articulação de empresários que agem na tomada de decisões na área educacional.

Observe, por exemplo, como a Kroton atuou na reforma do ensino médio, instituída pela Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. A empresa, em virtude da ação da Aliança Brasileira de Educação (ABE) e da Fundação Pitágoras, com o projeto Conspiração Mineira pela Educação, foi convidada para participar de audiência pública extraordinária no Senado Federal, no dia 7 de dezembro de 2016, por meio do requerimento RCE 65/2016, de autoria do senador Pedro Chaves.

Como visto, a ABE foi criada em 2006, em comemoração aos 50 anos da empresa, com o objetivo de disseminar o projeto Conspiração Mineira pela Educação. Os sócios-fundadores da Kroton, representados por Helena Neiva e Evando Neiva,

respectivamente filha e pai, e Gislaine Moreno, diretora da Kroton, insistiram na ideia de que a educação é tema de todos e que não existiria boa educação sem a participação do terceiro setor.

Vejam os:

E aí o Evando disse: “Então, você saia e busque um cara que faça Action Learning”. E eu não conhecia ninguém. O velhinho já tinha morrido. Eu conhecia um oficial do exército americano que fazia Action Learning, mas também não resolveria muito o meu problema. Eu entrei na internet e descobri uma mulher que fez uma conferência sobre Action Learning no Rio Grande do Sul, mas que não sabia muito, e uma consultoria internacional chamada Caliper, que fazia Action Learning. Eu disse: “Ah, maravilha!” Mas, quando fui ver, eles estavam no Brasil fazendo consultoria para a Gerdau. E como um movimento que não tinha nem orçamento pagaria uma consultoria internacional padrão Gerdau? Escrevi para o cara e disse: “Lamentavelmente [...]” Aí, esse tal de George Brough, que era o diretor da coisa, disse: “Eu faço como voluntário. Paguem a passagem, que eu faço como voluntário”. E fez como voluntário. A cada duas semanas, ele ia a Belo Horizonte e se reunia com as diretoras (BRASIL, 2016 – Ata da 52ª Reunião, extraordinária, da Comissão de educação, cultura e esporte da 2ª sessão legislativa ordinária da 55ª legislatura, p. 11).

No trecho escolhido, observa-se que a ABE tem conhecimento dos problemas enfrentados pelas escolas de Minas Gerais e insiste em aplicar uma metodologia de gestão empresarial nas escolas por meio de oferta de serviço de consultorias. Na mesma linha, Claudio Moura Castro indica elementos da gestão corporativa, como se segue:

Ou seja, criou-se um movimento autônomo, autossustentável, no qual um diretor convida os diretores das outras escolas para verem o que estão fazendo na sua escola para melhorar a educação. Nesse dia, limpam a escola — que já é um grande avanço —, há a festinha, há a cantoria e tudo, mas eles mostram as inovações que estão fazendo. Então, essa coisa se autorrealimenta (BRASIL, 2016 – Ata da 52ª Reunião, extraordinária, da Comissão de educação, cultura e esporte da 2ª sessão legislativa ordinária da 55ª legislatura, p. 11).

Esses trechos selecionados dos documentos expressam parte do movimento do real conduzido pelas redes de articulação políticas das empresas do setor educacional com fins lucrativos, instituições, fundações e demais participantes do segundo e do terceiro setor em busca de um projeto de educação alinhado ao capital internacional. Parece que há um mercado nacional e internacional da educação em franco crescimento e expansão com a anuência do Estado brasileiro que independe de governos e de partidos políticos.

Em 2005, pouco antes do início da Conspiração, eu participei e coordenei uma pesquisa sobre o terceiro setor e descobri que as instituições ou as ações produtivas, efetivas eram aquelas em que estavam os três setores funcionando cada um na sua especialidade. Ou seja, todos os bons programas, projetos que davam certo na área de assistência social, de saúde e de educação, esses problemas sociais graves eram aqueles em que estavam os três setores. Daí comecei a estudar, pesquisar e percebi, hoje, com toda a tranquilidade, que não há possibilidade de nenhuma solução para nenhum problema social ou ambiental se não estiverem presentes nele os três setores. Há de se ter Governo fazendo as regras, fiscalizando, fomentando, enfim, fazendo o seu papel; há de se ter mercado para financiar, senão não acontece, e há de se ter as organizações (BRASIL, 2016 – Ata da 52ª Reunião, extraordinária, da Comissão de educação, cultura e esporte da 2ª sessão legislativa ordinária da 55ª legislatura, p. 13).

Esse trecho explicita como a educação foi elevada à condição de objeto a ser tratada pelos economistas, investidores e empresários. Expressa, ainda, parte do movimento real das empresas, instituições, fundações e dos demais participantes do segundo e do terceiro setor em busca de um projeto de educação e nação alinhado ao capital internacional. Retomamos o contexto da promulgação da Medida Provisória n. 746/2016 e da posterior Lei da Reforma do Ensino Médio (Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017), mostrando que, com o governo de Michel Temer, acelerou-se a inserção das empresas na privatização da educação em um alinhamento com as proposições dos organismos internacionais. Há tempos nos recorda Vieira (1992) de que a política educacional é parte da política econômica, expressa em distintos interesses. Nesse mesmo contexto, “Sob muitas polêmicas e com ampla veiculação de propaganda oficial na imprensa televisiva, em um franco processo de despolitização dos estudantes, o ministério da Educação passou a difundir uma concepção de Ensino Médio regular com inúmeras convergências com as proposições do Banco Mundial” (SILVA, 2019, p. 384).

Em 2017, a Unesco, em parceria com o CNE e MEC, apresenta o documento técnico *Revisão das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio*, com estudo analítico de propostas de ensino médio nos países Finlândia, Coreia do Sul, Alemanha, Portugal, Espanha, classificados como países com melhores resultados educacionais nas avaliações do Pisa, e nas demais escolas tidas como inovadoras. Em entrevista, o presidente da Kroton, Rodrigo Galindo, ao ser questionado sobre a reforma do ensino médio, quanto a habilidades socioemocionais, perspectivas comerciais e tecnologias atreladas ao PNLD, afirmou:

As habilidades socioemocionais são muito importantes também para o Ensino Superior, mas na Educação Básica são totalmente fundamentais. É tão importante quanto a formação técnica.



A reforma do Ensino Médio é uma oportunidade às empresas geradoras de conteúdo, especialmente, para as áreas técnicas. Com a necessidade de abrir várias frentes, não haverá conteúdo nem professores suficientes para oferecer todas as opções que precisam ser dadas ao aluno. É uma oportunidade para a maior empresa geradora de conteúdos do Brasil, a Somos.

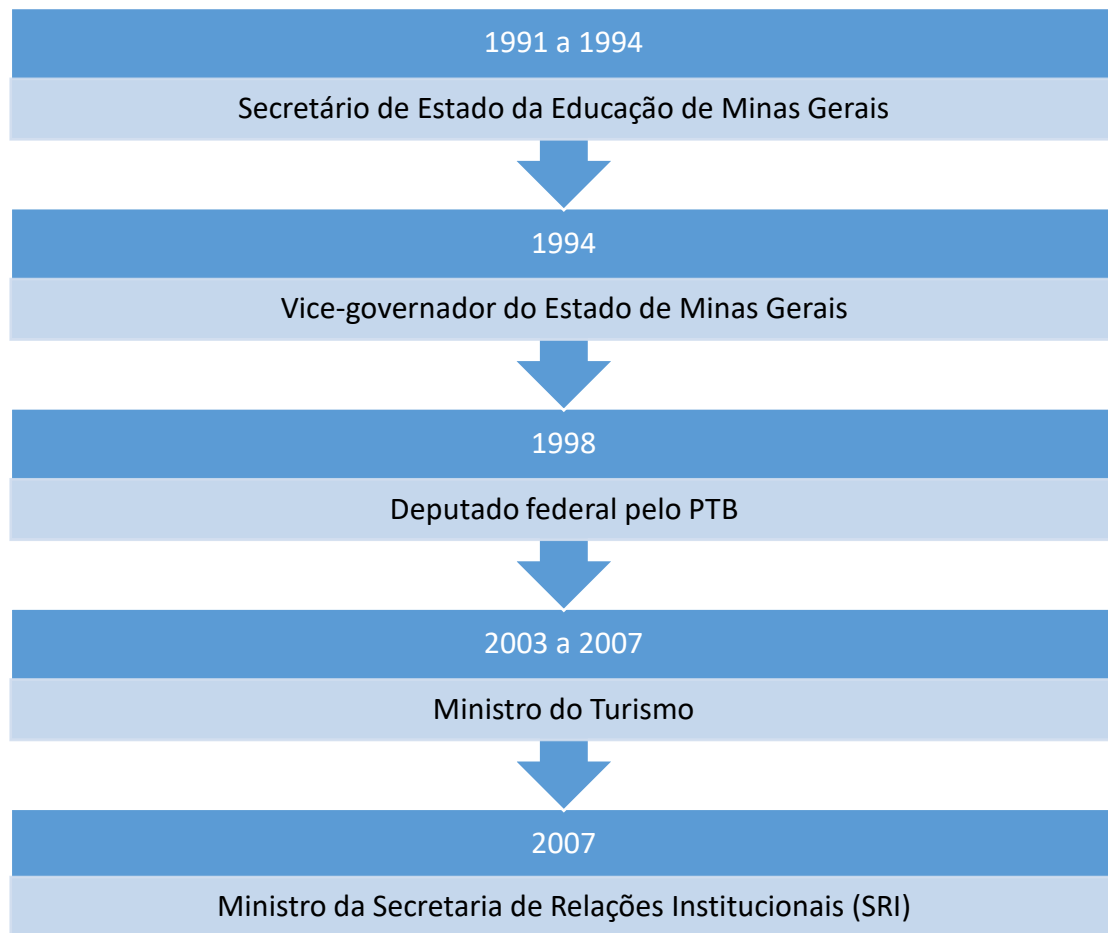
[...] o PNLD está dando passos nesse sentido: levar inovação para a escola pública. Neste ano, o PNLD tem edital para conteúdos digitais (GALINDO, 2019).

Vemos que o presidente da Kroton associa a reforma do ensino médio com mais produtos e serviços para a Somos Educação, com abertura para os produtos socioemocionais e de formato digital. Destaca ainda que esse tipo de implementação abre novos espaços para venda de material didático e conteúdos, físicos ou digitais, com a regulação advinda do próprio PNLD, fato que favorece o mercado editorial e a Kroton.

Observa-se, assim, que as redes de articulações políticas da Kroton vêm atuando há longa data. Como vimos, um dos fundadores do curso Pitágoras, em 1966, foi Walfrido dos Mares Guia. Ele foi vice-governador, deputado, ministro do governo Lula tanto da pasta do turismo quanto da secretaria de relações institucionais. Ao analisar os documentos e demonstrativos por meio do programa NVivo, emergiram os agentes políticos ou cargos diretivos na gestão corporativa e seus ocupantes. Ainda neste movimento, evidenciaram-se também os investidores financeiros que são os agentes que operam as aplicações na bolsa de valores, corretores dos fundos. Com esse exercício, procurou-se aqui confirmar a existência de redes de articulações políticas que passam pelas famílias abastadas, pelos donos do latifúndio, senhores do capital e dos empreendimentos, e dos distintos partidos políticos.

Com a análise dos termos “nós” dos integrantes do corpo diretivo e executivo da Kroton, vemos que algumas trajetórias empresariais e políticas estão entrelaçadas. Essa análise busca revelar as correlações entre redes políticas e os pontos de contato das esferas públicas e privadas. Além de ser fundador da Kroton, na década de 1960, Mares Guia, tornou-se uma figura pública com inserção na política educacional de Minas Gerais e de outras pautas nacionais. Vejamos alguns fatos marcantes da trajetória política de Mares Guia, na figura a seguir.

**Figura 12 — Trajetória política Walfrido dos Mares Guia (fundador do Curso Pitágoras)**



Fonte: elaboração própria, baseada no *site* Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Ainda na composição das redes políticas da Kroton após a compra da Somos Educação, vimos o empresário Eduardo Mufarej, presidente da Somos Educação até outubro de 2018 e sócio do fundo Tarpon Investimentos. Ele liderou um grupo de investidores e empresários para a criação de um fundo de apoio a jovens com pretensão de candidatura ao legislativo no ano de 2018. Em outubro de 2017, criou a organização não governamental chamada Renova Brasil, que se definiu como “[...] uma escola de formação de novas lideranças com a missão de ajudar pessoas comuns a entrarem na política”. Esses jovens receberam bolsa de estudo e participam de formações direcionadas por esse grupo de empresários (RENOVABR, 2018, p. 6). Nas eleições de 2018, o grupo de empresários RenovaBR elegeu nove deputados federais, sete deputados estaduais e um senador, conforme lista a seguir:

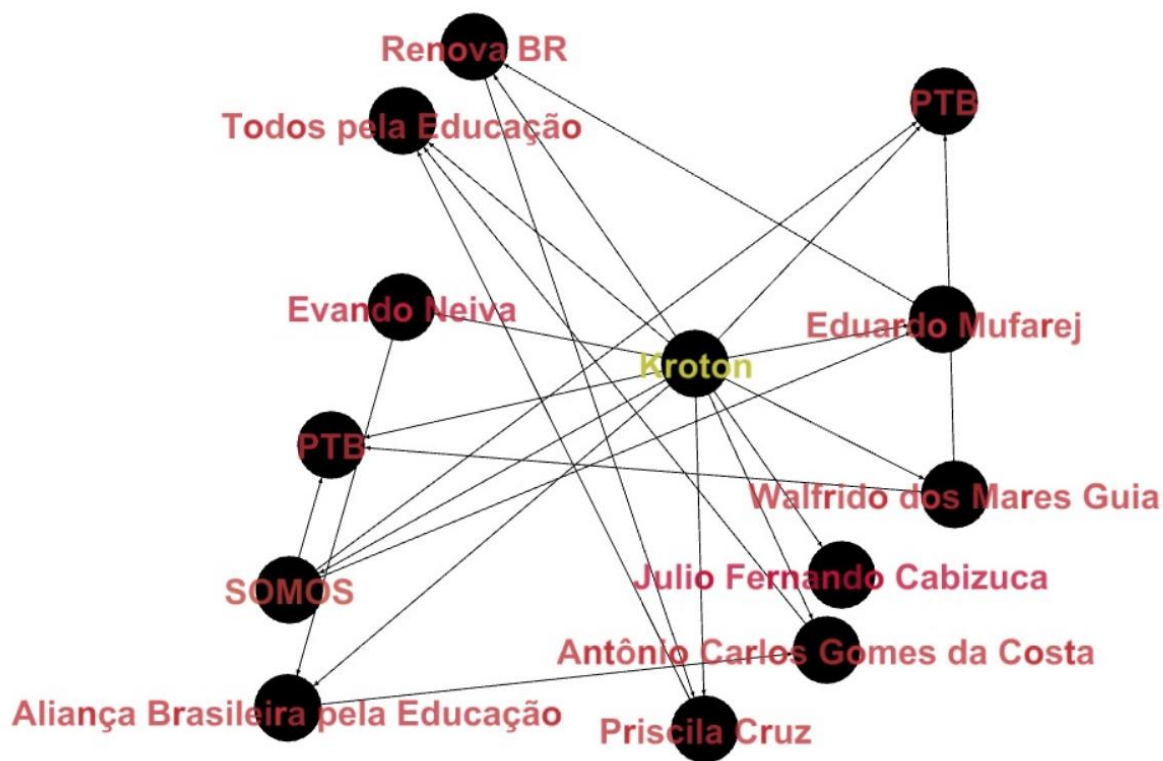
**Quadro 5 — Jovens financiados pelo movimento RenovaBR que foram eleitos em 2018**

| <b>Nome</b>              | <b>Cargo</b>      | <b>Partido/estado</b> |
|--------------------------|-------------------|-----------------------|
| <b>Alessandro Vieira</b> | Senador           | Cidadania/SE          |
| <b>Daniel José</b>       | Deputado estadual | Novo/SP               |
| <b>Davi Maia</b>         | Deputado estadual | Democratas/AL         |
| <b>Fabio Ostermann</b>   | Deputado estadual | Novo/RS               |
| <b>Felipe Rigoni</b>     | Deputado federal  | PSB/ES                |
| <b>Heni Ozi Cukier</b>   | Deputado estadual | Novo/SP               |
| <b>Joenia Wapichana</b>  | Deputado federal  | Rede/RR               |
| <b>Lucas Gonzalez</b>    | Deputado federal  | Novo/MG               |
| <b>Luiz Lima</b>         | Deputado federal  | PSL/RJ                |
| <b>Marcelo Calero</b>    | Deputado federal  | Cidadania/RJ          |
| <b>Marina Helou</b>      | Deputado estadual | Rede/SP               |
| <b>Paulo Ganime</b>      | Deputado federal  | Novo/RJ               |
| <b>Renan Ferreirinha</b> | Deputado estadual | PSB/RJ                |
| <b>Ricardo Mellão</b>    | Deputado estadual | Novo/SP               |
| <b>Tabata Amaral</b>     | Deputado federal  | PDT/SP                |
| <b>Tiago Mitraud</b>     | Deputado federal  | Novo/MG               |
| <b>Vinicius Poit</b>     | Deputado federal  | Novo/SP               |

Fonte: elaboração própria, com base no *Relatório Anual 2018* da Renova Brasil.

Ainda cabe destacar que Priscila Cruz, presidente-executiva do movimento Todos pela Educação, compõe o quadro de professores que preparam as lideranças para eleições. Assim, identificamos uma cadeia de ligações entre Somos/Kroton, RenovaBR, movimento Todos pela Educação e parlamentares eleitos com objetivos de incidir na tomada de decisões políticas do grupo empresarial na área educacional.

**Figura 13 — Rede de articulações políticas dos sócios-fundadores da Kroton**



Fonte: elaboração própria com base nos documentos da Kroton (2018) e “nós” da articulação política.

Assim, essas redes de articulações políticas e econômicas entre os sócios-fundadores da Kroton, Iuni, Unopar, Anhanguera e outras empresas carregam e transportam os interesses do capital para regular as políticas educacionais. Atuam nas decisões, elaborações e na correlação de forças políticas e são expressões dos aparelhos privados de hegemonia (EVANGELISTA, 2012). O movimento Todos pela Educação aparece por diversos meios na dimensão política da Kroton; já na dimensão financeira, temos a correlação das redes políticas com os grandes grupos de investidores e empresariais. Ainda, estendem-se as relações da Kroton com o Banco Itaú e as novas empresas que estão sendo incorporadas ao movimento de grandes grupos.

É o fetichismo do dinheiro usando as reflexões de Marx, que mostram a força do capital financeiro como forma contemporânea de valorar e privatizar a educação básica. Com as dimensões da venda de desenho curricular e da oferta direta de matrículas, temos a forma-dinheiro; e com as dimensões da gestão e da política, temos a construção da forma-ideológica do capitalismo. E a dimensão financeira nos faz reconhecer a forma dinheiro-dinheiro, na qual ações, títulos e papéis são capitais flutuantes que se reproduzem em mais capital. Assim, as

cinco dimensões estão interligadas pela força política, econômica e jurídica, atuando por meio de redes políticas ou *holdings* empresariais, mostrando a força do capital em prol da reprodução de seu próprio sistema sociometabólico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese é fruto de pesquisas e estudos vinculados ao grupo de pesquisa Organismos Internacionais e Gestão da Educação Básica – ÁGUIA e pertence à linha de pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB. Para tanto, elege como objeto de investigação o processo de atuação e expansão da empresa privada Kroton Educacional na provisão de serviço com foco na educação básica brasileira, de 2008 a 2018. Analisou como o grupo empresarial Kroton Educacional se organiza para subverter a educação básica brasileira em serviços e produtos lucrativos. Elegeu como objetivos específicos: i) analisar o movimento da Kroton e da *holding* Saber e a expansão do mercado privado na educação básica pública; ii) desvelar as formas de atuação da Kroton por meio das fusões e das aquisições de empresas privadas; iii) apreender como o modelo de gestão educacional da Kroton interfere na educação básica pública, por meio da atuação da *holding* Saber.

Nesse sentido, orientou-se com as seguintes questões de pesquisa.

- Na dinâmica de reprodução do capital, como a empresa privada Kroton se movimenta em direção ao processo de privatização da educação básica?
- Quais são as principais formas de atuação e expansão comercial da Kroton na educação básica?
- Como o setor privado lucrativo amplia serviços e produtos no setor público dentro da ordem constitucional?
- Como ocorre a formação e composição das redes de articulações política e econômica com a Kroton e as demais redes, como o Todos pela Educação?
- Como se configuram os grupos de empresários e investidores associados com a Kroton Educacional?

A análise de documentos, demonstrativos, atas, boletins, estatuto, audiência permite constatar que a criação, atuação e expansão da empresa Kroton Educacional não é uma iniciativa individual dos professores que a fundaram, e sim uma expressão da dinâmica do capital nacional e internacional que, economicamente, direcionam o modo de produção e reprodução, interferindo na educação básica pública, tornando-a mais um nicho de mercado lucrativo para o capital financeiro. Esse processo de privatização restringe a visão de que a educação básica é um direito público subjetivo preconizado na Constituição Federal de 1988. Assim, estudar a trajetória da Kroton Educacional significa desvelar os movimentos do capital

internacional no Brasil, com foco nas formas de atuação e expansão rumo a um mercado específico, a educação básica pública e toda a cadeia complementar de serviços e produtos.

Apurou-se, ainda, que o processo de expansão do capital por meio de suas formas de sociabilidade estendeu seus tentáculos aqui no país, em especial na educação. Assim, os homens de negócio agiram para ofuscar os limites entre setor público e setor privado. Com isso, são capazes de mover-se numa contradição real do capital este se reorganiza por meio da estratégia de oligopolização e corporações financeiras e, ao mesmo tempo, atuam com discursos e ações e práticas do livre mercado, inculcando nas escolas públicas métodos de gestão empresarial corporativa.

Os elementos que compõem a privatização da educação básica pública, por meio da expansão da atuação de empresas privadas com fins lucrativos, estão imbricados por muitos processos: discurso ideológico de superioridade da educação privada; gerencialismos nas políticas públicas educacionais, como as avaliações, os *rankings* e as parcerias público-privadas; articulação política entre governo e empresas privadas; atração de investidores para a área educacional como mais um produto do capitalismo; submissão dos sujeitos da educação à lógica de gestão empresarial para as escolas e consequente enfraquecimento da gestão democrática com esse modelo; formação de redes de influência que pautam a educação para uma visão empresarial alinhada aos organismos internacionais e aos interesses do capital.

Assim, afirmo a tese: a Kroton Educacional, empresa de capital aberto, atua na educação básica pública com vistas a expandir suas atividades comerciais em articulação com o Estado brasileiro e dentro do ordenamento jurídico e constitucional. A interferência de empresas privadas com fins lucrativos na educação básica decorre de um processo articulado entre Estado, redes políticas e instituições da área educacional com vistas à difusão do projeto de sociabilidade do capital que se apropria da educação básica como nicho de negócios rentáveis para manutenção das classes sociais. A privatização ancorada em pressupostos político-ideológicos e econômicos orienta a redução da provisão da educação básica pública e, ao mesmo tempo, serve aos interesses do setor privado com anuência do Estado neoliberal.

O princípio neoliberal de liberdade individual de os pais escolherem a instituição educativa para seus filhos como um direito é uma falácia no que tange à não oferta do direito à educação de qualidade para todos. De fato, o que se pretende é instaurar a competição entre escolas, tornando-as semelhantes às empresas comerciais com fins lucrativos. Reafirma-se aqui a compreensão da educação básica como palco de disputas entre grandes mercados, grupos empresariais e investidores tornam a educação mais um produto ou serviço privado sem respeitar a especificidade da educação com um direito. Nesse cenário, interesses privados e

grandes empresas antes detinham a provisão da educação superior, mas agora movem-se e procuram crescer com a provisão da educação básica de formas multifacetadas. A filantropia, por muito tempo, ocupou o debate sobre a educação privada no Brasil, mas agora o debate avança para as empresas privadas com fins lucrativos que sempre atuaram na dimensão da oferta e, agora, ganham a força do capital com a oferta na bolsa de valores, com os movimentos de fusão de grandes grupos privados e redes políticas alinhadas ao grande capital.

Nesse cenário, esta tese conclui que a privatização da educação básica é caracterizada como um processo multifacetado e integrado que se renova e se reinventa junto com o movimento sociometabólico do capital para continuar o projeto de expansão da concepção de escola como uma empresa privada com fins lucrativos, em sinergia com a dimensão da gestão escolar. Ocorre por meio de um processo que abarca diversas frentes, adentrando nas escolas públicas urbanas em todo o país. Nesse contexto, as parcerias públicas e privadas se apresentam como outro fator com amparo regulatório e ampliam as possibilidades de participação de empresas privadas na educação básica pública. Buscou-se apreender as engrenagens desse processo, as articulações políticas dos grandes grupos de empresários, corporações e investidores que exercem sua influência por meio da ideologia de que a escola privada tem melhores resultados.

No Brasil, a alavancagem de fusões e aquisições de marcas que atuam no mercado educacional foi justificada dentro da ordem constitucional e com anuência do Estado. Nesse processo, as corporações conseguem vantagens competitivas, mas, ao mesmo tempo, buscam estratégias para influenciar e direcionar a demanda. A partir das parcerias com grupos privados, efetivaram-se as condições de expansão de atos de concentração que foram sendo legalizados gradualmente, projetando no mercado educacional uma privatização internacionalizada, diante da dependência do capital privado para assegurar os fundos para a educação básica em vários estados brasileiros (CARVALHO, 2012).

Em se tratando de competitividade entre os grupos privados da educação, houve uma aceleração acirrada entre os anos de 2008 a 2018. E ações do Estado favoreceram essa expansão por meio de ações como: criação de políticas públicas como o FIES; estímulo ao ensino a distância, diferenciação de cursos e instituições; permissão de uso do fundo público; mudança no Estado, de produtor de serviços para regulador e fiscalizador de serviços, por meio de parcerias com grupos privados; rigidez fiscal do governo federal em termos de gastos sociais; uso de capital acumulado de investidores internacionais em busca de lucros e outros mercados. Essas medidas e políticas conduzem proposições delineadas pelas agências internacionais, possibilitam uma abertura de nicho promissor de investimentos com o consentimento dos



governos federal, estaduais, empresários, deputados e senadores que aprovam, permitem e autorizam a entrada de grupos privados na bolsa de valores para obtenção de capital internacional como estratégia de competição e solapam de forma sutil a educação como bem público e gratuito para todos.

Nesse aspecto, ao analisar os caminhos que evidenciam as formas e conexões entre processos de oligopolização, monopólios privados e de privatização da educação básica no Brasil, conclui-se que as políticas públicas se assentam em relações de poder, dominação e hierarquias, em que se mantém a supremacia do capital sobre os sujeitos sociais. A simbiose entre as esferas pública e privada é determinada em prol da acumulação capitalista com a expansão do setor privado na educação pública, mediante forças políticas, econômicas e jurídicas que se coadunam em um jogo de poder para impulsionar o avanço do capital.

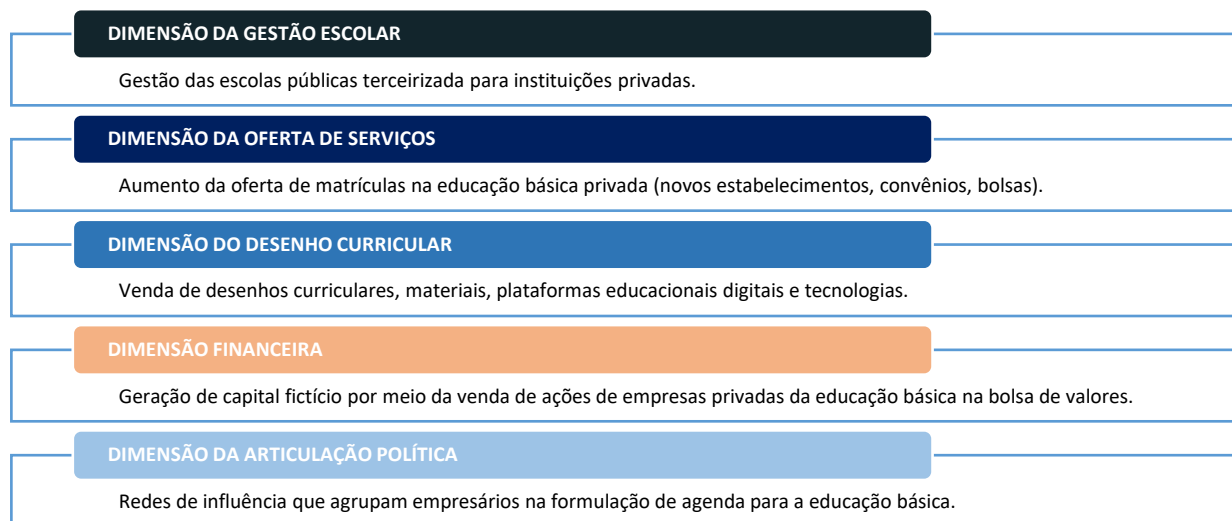
Em relação às aquisições, incorporações e fusões realizadas pela Kroton, essas promoveram transformações tanto na educação superior e básica quanto no mercado editorial, produzindo uma concentração de marcas na área de educação, cursos profissionais, de idiomas e preparatórios para concursos e editoração de livros didáticos e paradidáticos. A Kroton, para obter os capitais para aplicar na comercialização do setor educacional, entrou na bolsa de valores por meio de ações e aplicações de fundos de investimentos de capital nacional e internacional. Nos anos de 2017 e 2018, a Kroton decidiu ampliar os rendimentos financeiros, explorando o mercado da educação básica, formando parcerias com vários municípios e estados brasileiros com a venda de serviços pedagógicos e de ferramentas gerenciais para a gestão escolar, com o consentimento do Estado brasileiro.

Portanto, afirma-se que o movimento de privatização da educação no Brasil tem raízes na formação do Brasil como nação, a exemplo do que é apresentado sobre a ordem e a desordem da *Dialética da Malandragem*, nos conflitos entre publicistas e privatistas, nas lacunas da legislação que permitem e favorecem a formação de oligopólios e monopólios, a concentração de rendas e privilégios em poucas famílias, além do embaralhamento entre o setor público e o privado, em prol da manutenção do capitalismo neoliberal. Portanto, com o crescimento dos oligopólios com a regulação do Estado, as formas de atuação da Kroton têm uma expressiva articulação com o poder político e materializam as relações e tensões entre o público e o privado. Essa conjuntura de ideologias neoliberais introduz: parcerias público-privadas, regras de gestão do setor privado para o setor público, flexibilidade, terceirização, competitividade, sob a lógica neoliberal por meio de projetos e programas que se apresentam como mérito para a qualidade da educação.

Há uma disputa pelo projeto de sociabilidade do capital e pela forma de apropriação do conhecimento produzido nas instituições públicas da sociedade capitalista. Quando tratamos da privatização, evidenciam-se os conflitos entre capital e trabalho, incidindo na formação da classe trabalhadora a partir da perspectiva de divisão social do trabalho. Há uma disputa pela função social e pedagógica da escola básica, pública, gratuita e de qualidade para todos, que está, intrinsecamente, associada ao projeto de sociabilidade do capital. Ademais, reconhece-se também um “dualismo perverso” de dois tipos de escolas no Brasil: uma escola do conhecimento para as classes sociais mais favorecidas financeiramente; e uma escola com função de acolhimento social voltada às classes sociais menos favorecidas financeiramente (LIBÂNEO, 2012).

Ao colocar dados, *rankings*, resultados e indicadores da gestão corporativa como horizonte, responsabilizam-se diretor, professores e estudantes individualmente por resultados sem atentar-se para as condições materiais. Ademais, ao assumirem as propostas, os produtos e serviços da Kroton, as escolas adotantes são levadas a instrumentalizar e aplicar fórmulas, ferramentas e metodologias da área de negócios, de maneira que o trabalho pedagógico reproduz a lógica do capital, prevalecendo a equação venda-vendedor-consumidor, padrões de uma empresa capitalista. A análise realizada demonstra que a privatização da educação básica é um processo amplo, complexo, sinuoso, contraditório, que vai muito além da oferta de vagas e do notório crescimento de matrícula de estudantes na rede de escolas particulares. Além da matrícula de estudantes em instituições que visam ao lucro com a educação, a privatização da educação básica ocorre por variadas formas diretas e indiretas: venda de desenho curricular; venda de soluções e ferramentas complementares; prestação de assessorias e formações que repassam a lógica gerencialista para escolas públicas; repasse de metodologias e plataformas digitais; repasse de concepção de gestão corporativa; oferta direta e privada de matrícula e serviços, subsídios e benefícios com bolsas de estudos; redes de articulações políticas e financeiras; medidas e ações que reforçam a desvalorização da escola pública; validação de políticas que incentivam a lógica do resultado pelo resultado. Ver a seguir.

**Figura 14 — Dimensões da privatização da educação básica**



Fonte: elaboração própria, baseada em Theresa Adrião (2018) e análises da tese.

Portanto, nos processos de produção, circulação, reprodução e acumulação do capital, a empresa privada Kroton Educacional se movimenta em direção à fragmentação da provisão da educação básica com o Estado, segundo apurado nos demonstrativos financeiros e *sites* oficiais, conforme registrado abaixo.

- Na dimensão do desenho curricular, por meio da venda de material didático e paradidático e sistemas de ensino, a Kroton Educacional atua na venda de produtos para escolas públicas por meio do PNLD. Constata-se, ainda, que a fusão da empresa Somos Educação com a Kroton tornou esta uma das maiores vendedoras de livros para o poder público. Afinal, a soma de todas as editoras da Kroton no resultado do PNLD mostra a supremacia dessa empresa em relação às demais, seguindo a tendência de conglomerados educacionais.
- Na dimensão do desenho curricular, apurou-se ainda a diferenciação de produtos e serviços com mais opções exclusivas para as escolas privadas do que para as escolas públicas, conformando os sujeitos ao sistema sociometabólico do capital, pois denotam-se menos oportunidades para os filhos da classe trabalhadora, que ocupa, em sua maioria, as carteiras da escola pública.
- Na dimensão da gestão escolar, mostra-se que a educação básica, com base na lógica de empresas privadas, vem sendo transformada em um espaço de

replicação de ações pragmáticas com um propósito de obter mais um nicho de mercado. Almejam confiscar e inibir o debate democrático, coletivo, difícil, lento, mas necessário dentro das escolas. As metodologias, os serviços e produtos que a Kroton repassa para as escolas públicas as aproximam do modelo de gestão corporativa de uma empresa privada. Almejam suprimir e diluir o sentido do público como um direito de todos aos bens culturais. Forjam e tentam nos fazer crer que, na educação básica pública e no ensino, tudo tem um valor comercial mensurável, quantificável, um preço. Porém, sabemos que na educação nem tudo possui valores monetários e que existem valores que não se medem nem se comercializam.

- Na dimensão da oferta privada de matrícula na educação básica, a Kroton, empresa com fins lucrativos, prioriza a compra de escolas seguindo as notas das avaliações do Enem e os critérios de fundamentos econômicos da população na região, vendidos ideologicamente como critérios pedagógicos de qualidade para uma classe social que deseja se distanciar social e culturalmente da classe trabalhadora, economicamente desfavorecida.
- Na dimensão financeira, a venda de ações, fundos e títulos da Kroton e o investimento de grupos nacionais e internacionais no balcão de mercado acompanham e sustentam o movimento sociometabólico do capital. Fortalecem, ainda mais, a capacidade de subsidiar investimentos com o capital da empresa em prol da expansão também da oferta de serviços e venda de desenho curricular advinda de instituições privadas.
- Na dimensão de articulação política, o processo de privatização da educação básica ocorre de maneira a fortalecer o repasse dos serviços e direitos que devem ser de provisão do Estado para a iniciativa privada com fins lucrativos, por meio da articulação com outras instituições e outros setores sociais com vistas a adequar as políticas e as funções do Estado neoliberal para subsidiar a expansão da oferta de serviços e venda de desenho curricular advinda de instituições privadas.

Assim, conclui-se que a privatização da educação básica pode ocorrer por meio de cinco dimensões, como partes de um todo articulado complexo, intrincado com governos, empresários, investidores, fundações privadas e grupos e redes políticas. A estrutura do sistema sociometabólico do capital se revela na relação entre as partes estudadas, que formam o todo

da privatização, reproduzindo um movimento real de privatização sob a lógica do sistema capitalista. A interdependência das partes com o todo, por meio de sucessivas aproximações, mostra que as partes se modificam, se articulam com o todo em uma unidade dialética (CHEPTULIN, 2004).

Acredita-se que as dimensões oscilam entre o polo explícito e o implícito, entre ordem e desordem, já mencionadas anteriormente. Como exemplo, citamos a venda de livros ao PNLD, da dimensão de venda de desenho curricular, por exemplo, que entra no polo explícito, já que é publicizada e regulada pelo Estado de maneira acessível aos cidadãos e escolhida pelos docentes e diretores, fato que é amplamente defendido por esta tese. No entanto, a diferenciação da qualidade dos produtos de linha superior para o mercado de escolas privadas e produtos mais restritos para escolas públicas é a desordem, o polo implícito se manifestando na venda de livro pelo edital do PNLD. A oferta de matrícula direta também entra em um polo mais explícito, da ordem, regulado pelas normativas e legislações nacionais, estaduais e municipais, com suas respectivas instâncias públicas que credenciam e fiscalizam o cumprimento destas. Contudo, a construção do discurso ideológico e as práticas e os atos que apregoam suposta superioridade da escola privada por meio de política de *rankings*, metrificação, análise de dados e avaliações é o modo implícito, da desordem, do falseamento do real para alavancar o mercado privado<sup>28</sup>.

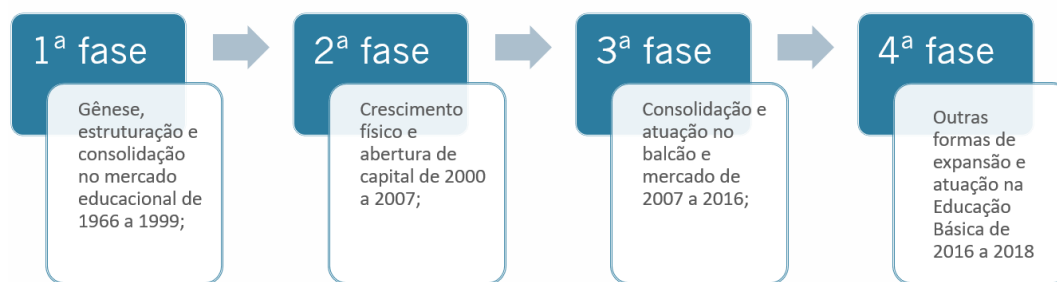
Ademais, a dimensão da gestão escolar é, ao mesmo tempo, implícita e explícita, pois anuncia seus métodos publicamente, mas não deixa de sorrateiramente atacar a gestão democrática e o direito à educação pública de qualidade para todos, apregoando os métodos de gestão gerencialista como o mais adequado para as escolas que almejam imprimir o *ethos* privado.

A dimensão financeira também tem ramificações entre os dois polos, pois por vezes os títulos e as ações de compra e recompra remontam ações implícitas no capital fictício, mas, para manter a venda das ações, uma série de requisitos é cumprida publicamente, a exemplo dos documentos entregues à CVM. Por fim, a dimensão de articulação política opera, estabiliza e equilibra conflitos e tensões entre os polos da ordem e da desordem, do explícito e do implícito, pois anuncia seus objetivos de melhorar a educação básica pública e, por esse tipo de ação, busca influenciar as políticas para favorecimento do mercado privado na educação.

---

<sup>28</sup> Para contexto histórico, ver Vera Peroni no artigo “Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta”. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/peroni.pdf> . Acesso em: nov. 2019.

Ainda na esteira da reflexão sobre o polo da ordem e da desordem na formação social do Brasil, vemos a figura do pícaro, como o protagonista do livro *Memórias de um Sargento de Milícias*, o Leonardo Pataca, que é representado como simpático, amável, querido e, ao mesmo tempo, capaz de decisões questionáveis, individualista. A face *oculta* da privatização, entre os polos da ordem e da desordem, tem diversos braços de atuação para privatizar a educação básica, subvertê-la em produto rentável, por meio da missão de se dizer “apaixonada por educar” e, ao mesmo tempo, atuar diferenciando os produtos de acordo com a classe social. Assim, a privatização volta-se para interesses privados e de grupos, enquanto a educação básica pública é um direito social e nos torna seres humanos e humanizados. É nesse dilema que esta tese buscou desvelar o movimento sociometabólico do capital sob a função social de ser um bem público. Para apreender as múltiplas maneiras de atuação e expansão da Kroton Educacional, caracterizamos em quatro fases as ações, os atos, os empreendimentos e as atividades, a saber:



Para outros estudos, em 2019, a empresa privada Kroton Educacional operou com a máxima de se dividir para crescer em direção à educação básica como parte do seu objetivo estratégico. A Kroton Educacional tornou-se a Cogna Educação, que se desdobrou em outros quatro braços, com focos comerciais específicos, a saber:

- Saber – *holding* que cuida da educação básica com o PNLD, cursos de línguas estrangeiras, novas escolas;
- Vasta/Somos – serviço de produção de material didático para a educação básica e de assessoria para gestão de escolas;
- Platos – gestão de unidade de educação superior;
- Venture – com foco em novas frentes de expansão e inovação, como as *startups* de tecnologias.

Esta reestruturação enseja mais dinamicidade, especialização por frentes mais tecnológica do mercado. Assim, a entrada no Cubo Itaú permite contratar, assessorar e financiar

outras empresas menores com serviços tecnológicos e plataformas digitais. Desse modo, a educação básica, quando explorada por empresas privadas com fins lucrativos e sem a devida qualidade pedagógica, passa ser vista como um mercado, e não como um direito público subjetivo, pela venda direta e indireta de produtos de acordo com as localidades e a classe social. Pela ampla abrangência da educação básica, as grandes empresas conseguem continuar com os movimentos de compra e fusão de empresas menores, num movimento de formação de grandes grupos privados educacionais com fins lucrativos, com frouxa regulamentação para inibir crescimento em blocos empresariais privatistas sem foco na qualidade da educação ofertada. E assim, abrindo novas frentes de mercado educacional, tecnológico e financeiro, a Kroton segue atuando e se expandindo tanto na educação superior quanto na educação básica pública, como um grande Leviatã.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores. In: **e-Curriculum**. v. 11, n. 2 (2013). Disponível em <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/16616>. Acesso em: maio 2018.

\_\_\_\_\_. Grupos empresariais na Educação básica pública brasileira: Limites à efetividade do Direito à Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 113-131, jan./mar. 2016.

\_\_\_\_\_. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In: Araújo, L.; Pinto, J. M. R (orgs). **Público X privado em tempos e crise**. São Paulo: Fundação Lauro campos e Fineduca. 2017. p. 16-37.

\_\_\_\_\_. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. In: **Currículo sem Fronteira**. v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

ADRIÃO, Theresa et al. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 533-549, abr./jun. 2012.

ADRIÃO, Theresa et al. Sistemas de ensino privados na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação. **Ação Educativa**. 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/04/Peri-Sistemas-de-Ensino-Privado-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-Brasileira-ok.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

ALMEIDA, Wagner Soares de. **The recent evolution of the financial system: the brazilian case**. Monografia — The George Washington University, Institute of Brazilian Business and Public Management Issues – IBI, Washington DC, USA, 2000.

ALTHUSSER, Louis. **parelhos ideológicos de Estado**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARBACHE FILHO, Jorge Saba. Secretaria de Assuntos Internacionais. Comunicado n. 4/2017. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, n. 17, p. 126, jul. 2017.

BALL, S. J. Performatividade, Privatização e o Pós-Estado do Bem-Estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.



BANCO MUNDIAL. **Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda**  
Disponível em:

[http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1293020543041/FReport\\_Achieving\\_World\\_Class\\_Education\\_Brazil\\_Dec2010.pdf](http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1293020543041/FReport_Achieving_World_Class_Education_Brazil_Dec2010.pdf). Acesso em: 18 mai. 2018.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul Marlor. **Capitalismo Monopolista**. São Paulo: Civilização, 1974.

BATISTA, E. L.; ORSO, P. J.. Intensificação do trabalho, alienação e emancipação humana. **Revista HISTEDBR On-Line**, 14(59), 85-102. Disponível em:  
<https://doi.org/10.20396/rho.v14i59.8640349>. Acesso em: 1º fev. 2020.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. **LDB: do processo de construção democrática à aprovação anti-democrática**. *Universidade e Sociedade*, n. 12, p. 162-163, fev. 1997.

\_\_\_\_\_. **Revendo o plano nacional de educação: proposta da sociedade brasileira**. *Educação & Sociedade*, v. 31, n. 112, p. 657-676, 2010.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega; AGUIAR, Letícia Carneiro. LDB: projetos em disputa. In: **Ret. Da Esc.** Disponível em:  
<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/703/705>. Acesso em: nov. 2019.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>. Acesso em: nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 191-A, 5 out. 1988. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 17 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:  
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF,

13 jul. 2001. Disponível em: <http://www.usp.br/drh/novo/legislacao/dou2001/leif10260.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2004. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-11079-30-dezembro-2004-535279-norma-pl.html>. Acesso em: 23 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF 14 jan. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm). Acesso em: 30 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 abr. 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm) Acesso em: 4 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.094, de 24 abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm). Acesso em: 1º nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto Federal n. 6.170, de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6170.htm). Acesso em: 15 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Compromisso Todos pela Educação**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes\\_compromisso.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf). Acesso em: nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 nov. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm). Acesso em: 2 mar 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Guia de Tecnologias Educacionais 2011/ 2012**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria normativa n. 23, de 10 de novembro de 2011. Dispõe sobre o aditamento de renovação semestral dos contratos de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2011. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-Normativa-023-2011-11-10.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB n. 9/2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 nov. 2011. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8851-pceb009-11-pdf&category\\_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8851-pceb009-11-pdf&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192). Acesso em: fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria normativa n. 23, de 10 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-Normativa-023-2011-11-10.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º dez. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm). Acesso em: fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014, edição extra. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria normativa n. 21, de 26 de dezembro de 2014. Altera dispositivos das Portarias Normativas MEC n. 2, de 31 de agosto de 2008; n. 1, de 22 de janeiro de 2010; n. 10, de 30 de abril de 2010; n. 15, de 8 de julho de 2011; n. 23, de 10 de novembro de 2011; n. 25, de 22 de dezembro de 2011; n. 16, de 4 de setembro de 2012; n. 19, de 31 de outubro de 2012; e n. 28, de 28 de dezembro de 2012, que dispõem sobre o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2014. Disponível em: [http://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria\\_normativa\\_21\\_26122014\\_compilada\\_050115.pdf](http://sisfiesportal.mec.gov.br/arquivos/portaria_normativa_21_26122014_compilada_050115.pdf). Acesso em: 28 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Edital de Convocação 04/2015 – CGPLI**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2018. Brasília, DF, 14 dez. 2015. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/7932-pnld-2018>. Acesso em: 15 dez 2017.

\_\_\_\_\_. Congresso. Senado Federal. **Ata da 52ª reunião, extraordinária, da Comissão de educação, cultura e esporte da 2ª sessão legislativa ordinária da 55ª legislatura**, 7 dez. 2016. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=5710&codcol=47>. Acesso em: 2 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: out. 2017.

CANDIDO, A. (1970). Dialética da Malandragem. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, (8), 67-89. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i8p67-89>. Acesso em: 1º nov. 2019.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54 jul./set. 2013.

CASTRO, A. M. D. A. Gerencialismo e educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In: CABRAL NETO (org.). **Políticas e Contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Líber Livro, 2007, p. 115-144.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dec. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-4782003000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-4782003000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 2 fev. 2020.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, jun. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 1º fev. 2020.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil — o Prouni e o Fies como financiadores do setor privado. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 49-72, Dec. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982016000400049&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000400049&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 2 fev. 2020.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2004.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo: Xamã, 1996.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – CNTE. A privatização da educação no contexto do golpe institucional no Brasil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 745-751, jul./dez. 2017.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (Cade). Atos de Concentração no Mercado de Prestação de Serviços de Ensino Superior. **Cadernos do Cade**. Brasília: Cade, 2017.

CORDEIRO DA SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro. **Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico-emancipadora**. Campinas: Mercado das Letras, 2018.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **A Carta do caminho**. Disponível em: <https://aliancapelaeducacao.com.br/index.php/kroton-educacional/origem>. Acesso em: 20 set. 2019.

CUNHA, Celio. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: do império a república**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. O veto transversal de FHC à LDB: o ensino religioso nas escolas públicas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 681-696, jul./set. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609146803> Acesso em: 25 jul. 2019.

CURY, Andréa Zaitune; MENEZES FILHO, Naércio. **Os Determinantes dos Gastos com Educação no Brasil**. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa e FEA-USP-IBMEC, São Paulo, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. A educação básica como direito. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 293-303, Aug. 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742008000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade?. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 164-173, Apr. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100014&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 2 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Qualidade, avaliação: do Sinaes a índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008.

- DOURADO, Luiz. **Privatização da Educação, PNE e estratégias de enfrentamento. Seminário Internacional:** Os diferentes modos de privatização da educação no mundo e as estratégias globais e locais de enfrentamento. CNE/UFG – Contee, SP, 2015.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- EISENBACH NETO, Filinto Jorge; CAMPOS, Gabriela Ribeiro de. **O impacto do Neoliberalismo na Educação brasileira.** 2017. Comunicação apresentada ao XIII Congresso Nacional de Educação, EDUCERE – Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas, Curitiba, 2017.
- ESTÊVÃO, Carlos Villar. **Redescobrir a escola privada portuguesa como organização.** Na fronteira da sua complexidade organizacional. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 1998.
- \_\_\_\_\_. Políticas de privatização e educação. **Educação, Sociedade e Culturas.** Porto (Portugal), n. 9, 1998. p. 69-94. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC9/9-4.pdf>. Acesso em: 30 de set, 2018.
- EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: A pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, ano 10, n. 15, 2012.
- EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. Apresentação: Organizações multilaterais, redes de governança e políticas educacionais. **Roteiro**, v. 44, n. 3, p. 1-6, 12 dez. 2019.
- FARIA FILHO, Luciano M. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano M. **Educação, modernidade e civilização.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 90-125, 1998.
- FÁVERO, M. L. A.; SGUISSARDI, V. Quantidade/qualidade e educação superior. **Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 61-88, jan./abr. 2012.
- FERREIRA, Márcia Ondina; GUGLIANO, Alfredo A. **Fragmentos da Globalização na Educação – uma Perspectiva Comparada.** São Paulo: Artmed, 2000.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, dez. 2014. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000401085&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000401085&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 2 fev. 2020.
- GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação:** uma nova abordagem. Trabalho apresentado ao Congresso de Educação Básica: qualidade na aprendizagem, Florianópolis, 2013. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14\\_02\\_2013\\_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

GALINDO, Rodrigo. Kroton, o ônus e o bônus de ser grande demais. [Entrevista cedida] à Beth Koike. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 maio 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/05/23/kroton-o-onus-e-o-bonus-de-ser-grande-demais.ghhtml>. Acesso em: 2 nov. 2019.

GALZERANO, Luciana Saldanha. Estratégias do capital privado na Educação Básica Pública: notas sobre a Abril Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 65, p.17-32, out. 2015.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional do Livro Didático e sistemas privados de ensino: a atuação da Somos Educação. FINEDUCA, **Revista de Financiamento da Educação**, volume 6, n. 9, 2016.

GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha. Gestão escolar e a privatização na educação básica. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, São Paulo, v. 22, n. esp. 3., dez. 2018.

GASPAR, Ronaldo Fabiano; FERNANDES, Tânia Costa. Mercantilização e oligopolização no Ensino Superior Privado. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 945-966, jul./set. 2014.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **A falsificação do consenso**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HUNGARO, Edson Marcelo. A questão do método na constituição da teoria social de Marx. In: SILVA, Maria Abádia da; CUNHA, Célio; SOUZA, José Vieira de (Org). **O Método Dialético na Pesquisa em Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf). Acesso em: 15 mar. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar: sinopses estatísticas da educação básica (2008-2018)** [arquivos múltiplos]. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: ago. 2019.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

KOSIC, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOIKE, Beth. Kroton, o ônus e o bônus de ser grande demais. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 maio 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/05/23/kroton-o-onus-e-o-bonus-de-ser-grande-demais.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2019.

KROTON EDUCACIONAL. **Demonstrações Financeiras** — 2008, 2010, 2011, 2013, 2016, 2017 e 2018 (4T08, 4T10, 4T11, 4T13, 4T16, 4T17 e 4T18) [arquivos múltiplos]. Disponível em: <http://ri.cogna.com.br/documentos-cvm/documentos-entregues-a-cvm/>. Acesso em: 4 fev 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Sustentabilidade 2016**. Disponível em: [http://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/download\\_arquivos.asp?id\\_arquivo=3A0F627B-B289-4B79-8080-E67FCF7C43A3](http://www.mzweb.com.br/kroton2010/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=3A0F627B-B289-4B79-8080-E67FCF7C43A3). Acesso em: 30 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Formulário de Referência – 2017 – SOMOS EDUCAÇÃO S.A.** [PDF]. Disponível em: Formulário de Referência 2017 – SomosEducação.ri.somoseducacao.com.br/Download.aspx?Arquivo=PK38w8yHLsVCTsDGshS. Acesso em: 2 de nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão e Operação Sustentáveis 2017**. Disponível em: <http://ri.kroton.com.br/wp-content/uploads/sites/44/2018/07/Ensino-Superior.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Disponível em: [http://ri.kroton.com.br/wp-content/uploads/sites/44/2018/06/RS\\_Kroton\\_VF\\_Relatorio-para-visualizacao.pdf](http://ri.kroton.com.br/wp-content/uploads/sites/44/2018/06/RS_Kroton_VF_Relatorio-para-visualizacao.pdf). Acesso em: 29 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório de resultados: 2T 18 – Kroton Educacional, agosto – 2018**. Disponível em: [https://mz-prod-cvm.s3.amazonaws.com/17973/IPE/2018/6c865795-c7fe-4804-b8d7-ad059a384464/20180815140229380889\\_638142.pdf](https://mz-prod-cvm.s3.amazonaws.com/17973/IPE/2018/6c865795-c7fe-4804-b8d7-ad059a384464/20180815140229380889_638142.pdf). Acesso em: 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **SOMOS Educação na Rede Pública**. Portal de educação básica para rede pública da SOMOS Educação. Disponível em: <http://www.somosnaredepublica.com.br/>. Acesso em: 19 set. 2018.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004. 324 p.

LEHER, Roberto. O setor privado critica o Anteprojeto, logo o Anteprojeto é bom. Um mau silogismo para defender a contrarreforma. **Site da ADUR-RJ**, 4 abr. 2005. Disponível em: [http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/mau\\_silogismo.htm](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/mau_silogismo.htm). Acesso em: 2 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. A Universidade Reformanda: atualidade para pensar tendências da educação superior 25 anos após sua publicação. **Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 2013. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/viewFile/1702/1551>. Acesso em: 18 ago. 2018.



LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2011.

\_\_\_\_\_. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, mar. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022012000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 1º fev. 2020.

LIMA, Licínio C. A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestionária? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1067-1083, out./dez. 2014.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. São Paulo: Duas cidades, 2000.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20 n. 60 jan./mar. 2015.

MARQUES, Valdemar. Expansão e oligopolização da Educação no Ensino Superior. **Revista Avaliação**, Campinas Sorocaba, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 69-83, mar. 2013.

MARTINI, Rosa Maria. Habermas e a crítica do conhecimento pedagógico na pós-modernidade. **Revista Educação e Realidade**, vol. 21, n. 2 p. 9-29, jul./dez., 1996.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento “todos pela educação”**: um projeto de nação para a educação brasileira. 2013. 184 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250813>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã (Feuerbach)**. 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

\_\_\_\_\_. A mercadoria. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx**. 1ª edição revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia V. **A Educação como bem de consumo: Discurso publicitários sobre a universidade e a juventude no Brasil**. 2017. 265 p. Tese (Doutorado em

Comunicação Social) – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32373/32373.PDF>. Acesso em: 30 set. 2018.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010.

PAULO NETTO, José. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, set. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 1º fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. **A política de competências e habilidades na Educação Básica pública**: relações entre Brasil e OCDE. 2016. 285 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, V.; ADRIÃO, T. (Orgs.). Sessão temática: Privatização da Educação Pública. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, jan./abr. 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. **Revista Práxis Educacional**, v. 15, n. 31, jan./mar. 2019.

PINHEIRO, M. F. O Público e o privado na educação: um conflito fora de moda. In: FÁVERO, O. (org). **A educação nas constituintes brasileiras**. São Paulo: EPU, 1996.

OLIVEIRA, D. A. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, D.; ROSAR, M. (org.). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_. As reformas em curso nos sistemas públicos de Educação Básica: empregabilidade e equidade social. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, Marisa R. T. (Orgs.). **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de Educação Básica. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educação Básica**: gestão do trabalho e da pobreza. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Nova Gestão Pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 36, n. 132, p. 599-622, jul./set. 2015.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O Programa Nacional do Livro Didático/PNLD e a construção do que se ensina na escola**. Trabalho apresentado ao IV Colóquio Internacional de Políticas Curriculares, João Pessoa, 2009a.

OLIVEIRA, Romualdo Pereira de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Diretor escolar**: educador ou gerente. São Paulo: Cortez, 2015.

PINHEIRO, M. F. O público e o privado na educação: um conflito fora de moda. In: FÁVERO, O (org). **A educação nas Constituintes Brasileiras: 1823-1988**. Campinas, Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. O Público e o Privado na Educação: um Conflito Fora de Moda? In: FÁVERO, Osmar (org). **A Educação nas Constituintes Brasileiras**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

PINO, Ivany Rodrigues et al. A educação básica brasileira em risco. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 143, p. 259-264, jun. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302018000200259&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000200259&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 1º fev. 2020.

POLIZEL, Caio; STEINBERG, Herbert. **Governança Corporativa na educação superior: casos práticos de instituições privadas (com e sem fins lucrativos)**. São Paulo: Saraiva, 2013.

RENOVABR. **Relatório Anual 2018**. Disponível em: <https://media.renovabr.org/uploads/2019/07/RELATO%CC%81RIO-ANUAL-2018.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2019.

RIBEIRO, Gustavo Ferreira. Afinal, o que a organização mundial do comércio tem a ver com a educação superior?. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 137-156, Dec. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292006000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 1º fev. 2020.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

RODRIGUES, Mário Augusto de Carvalho. **O intervencionismo regulatório no Brasil: uma análise jurídico-econômica: o caso Estácio-Kroton**. 2018. 124 p. Dissertação (Mestrado em Direito), Programa de Mestrado da Universidade de Marília, Marília, SP, 2018.

SABADINI, Mauricio de Souza. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Econ. soc.**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 583-608, Dec. 2013.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182013000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182013000300001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SANTOS, Sayarah Carol Mesquita dos. Políticas de privatização da Educação Básica no Brasil: Alguns apontamentos. **Revista Pesquisa em Foco**, São Luís, vol. 22, n. 1, jan./jun. 2017.

SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise de Projeto do Ministério da Educação e Cultura – MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

\_\_\_\_\_. O legado educacional do Regime Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Desafios da construção de um Sistema Nacional articulado de Educação. **Trab. educ. saúde** [online]. 2008, vol. 6, n. 2, p. 213-232. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v6n2/02.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. **Organização da Educação Nacional**: sistema e Conselho Nacional de Educação, plano e Fórum Nacional de Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul./set. 2010.

\_\_\_\_\_. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Pótesis Pedagógica**, v. 8, n. 2 ago./dez., 2010, p. 4-17.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Editora Autores Associados, 2013.

\_\_\_\_\_. **Democracia e Educação no Brasil**: os desafios do momento atual. *Site Avaliação Educacional*, 23 set. 2016. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2016/10/democracia-e-educac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU Pedagógica e Universitária, 1986.

SGUISSARDI, Valdemar. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 943-960, Sept. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302013000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000300015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 2 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Revista Educação & Sociedade**. 2015, vol. 36, n. 133, pp.867-889. São Paulo: Cortez, Campinas.

SHIROMA, E.; GARCIA, Rosalba; CAMPOS, Roselane. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do Movimento Todos pela Educação. In: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SHIROMA, E. O., MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas, SP: Autores Associados e Fapesp, 2002.

\_\_\_\_\_. Os limites da expressão sociedade do conhecimento e interfaces com a política educacional. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (orgs.). **Universidade e educação básica: políticas e articulações possíveis**. Brasília: Liber Livro, 2012.

\_\_\_\_\_. Dimensões da política do Banco Mundial para educação básica pública. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (orgs.). **Educação básica: políticas, avanços e pendências**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SIQUEIRA, Ângela C. de. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 145-156, Aug. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782004000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000200012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 1º fev. 2020.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUSA, José Vieira. Qualidade na Educação Superior: lugar e sentido na Relação Público-Privado. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 242-256, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a07.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2019.

SOUZA, Â. R. Explorando e construindo um conceito de gestão democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 123-140, dez. 2009.

SOUZA E SILVA, Thiago Mascarenhas de. **O controle societário nas companhias com investimentos de fundos de *private equity* listadas na BM&FBVESPA**. 2010, 161 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Mestrado da Escola de Direito de São Paulo da FGV, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Estatuto social**. Disponível em: [https://www.todospelaeducacao.org.br/\\_uploads/\\_posts/41.pdf?1054576612](https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/41.pdf?1054576612). Acesso em: 1º nov. 2019.

UNESCO. DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 36, n. 132, p. 599-622, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n132/1678-4626-es-36-132-00599.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.



**ANEXO 1 — Quadro de teses e dissertações sobre o tema**

| <b>TIPO/ANO</b>  | <b>TÍTULO</b>   | <b>AUTOR</b>                    | <b>INSTITUIÇÃO</b>              |
|------------------|---|---------------------------------|---------------------------------|
| Tese 2015        | Grandes oligopólios da Educação Superior e a gestão do grupo Anhanguera Educacional (2007-2012)   | Claudia Mara Stapani Ruas       | Universidade Católica Dom Bosco |
| Tese 2014        | A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da Educação Superior: o caso da Kroton no Estado do Espírito Santo  | Charlini Contarato Sebin        | UFES                            |
| Tese 2011        | Competitividade, estratégia e desempenho financeiro: um estudo das instituições privadas de Educação Superior brasileiras   | Ricardo Viana Carvalho de Paiva | UFMG                            |
| Dissertação 2014 | Análise de desempenho econômico-financeiro das companhias brasileiras de capital aberto de Ensino Superior  | Geraldo Carlos Silvestre        | PUCSP                           |
| Dissertação 2014 | Governança corporativa em empresas de capital aberto: uma contribuição da Ciência da Informação para a análise da informação estratégica  | Elaine Cristina Lopes           | UNESP                           |
| Dissertação 2012 | Sinergias nas fusões e aquisições do setor de Educação Superior no Brasil.  | Alan David Shwartzbaum          | FGV                             |
| Dissertação 2009 | Governança corporativa em instituições de Ensino Superior particular: um estudo das instituições que abriram seu capital na Bovespa e aderiram às boas práticas de governança corporativa | Rossetto, Ana Cláudia           | PUCSP                           |
| Dissertação 2008 | Mapeando os caminhos da internacionalização de instituições de Ensino Superior no Brasil  | Eduardo Pinheiro de Souza       | USP                             |

Fonte: bases de dados das universidades citadas. Elaboração própria.

**ANEXO 2 — Quadro de documentos da Kroton Educacional analisados**

| <b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>LOCAL</b>   | <b>PÁGINAS</b> | <b>TIPO DE DOCUMENTO</b>       |
|--------------------------|---------------------------|----------------|----------------|--------------------------------|
| 2008                     | 10/04/2008                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2008                     | 22/12/2008                | Valinhos       | 4              | Ata do conselho administrativo |
| 2009                     | 13/07/2009                | Belo Horizonte | 6              | Ata de reunião extraordinária  |
| 2009                     | 02/09/2009                | Belo Horizonte | 3              | Ata de reunião extraordinária  |
| 2009                     | 29/04/2009                | Belo Horizonte | 6              | Ata de reunião ordinária       |
| 2009                     | 06/10/2009                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2009                     | 03/04/2009                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2009                     | 29/07/2009                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2009                     | 12/08/2009                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2009                     | 10/11/2009                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2009                     | 24/06/2009                | Belo Horizonte | 4              | Ata do conselho administrativo |
| 2009                     | 23/10/2009                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2009                     | 02/09/2009                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2009                     | 05/05/2009                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2009                     | 23/03/2009                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2009                     | 06/10/2009                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação           |
| 2009                     | 14/08/2009                | Belo Horizonte | 1              | Edital de Convocação           |
| 2009                     | 24/06/2009                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação           |
| 2009                     | 14/04/2009                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação           |
| 2009                     | 23/10/2009                | Belo Horizonte | 7              | Ata de reunião extraordinária  |
| 2009                     | 06/10/2009                | Não aplicável  | 7              | Proposta                       |
| 2010                     | 28/04/2010                | Belo Horizonte | 5              | Ata de reunião ordinária       |
| 2010                     | 29/06/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 18/06/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 12/03/2010                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 12/03/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 11/05/2010                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 11/08/2010                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 14/05/2010                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 15/09/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 08/01/2010                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 07/04/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 03/09/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 03/09/2010                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 12/03/2010                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 05/05/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 24/03/2010                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 08/02/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 12/04/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 05/10/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 17/12/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 29/11/2010                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2010                     | 09/09/2010                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação           |



| <b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>LOCAL</b>   | <b>PÁGINAS</b> | <b>TIPO DE DOCUMENTO</b>       |
|--------------------------|---------------------------|----------------|----------------|--------------------------------|
| 2010                     | 12/04/2010                | Belo Horizonte | 1              | Edital de Convocação           |
| 2010                     | 28/04/2010                | Belo Horizonte | 40             | Ata de reunião ordinária       |
| 2011                     | 14/04/2011                | Belo Horizonte | 1              | Ata de reunião ordinária       |
| 2011                     | 08/12/2011                | Belo Horizonte | 31             | Ata de reunião extraordinária  |
| 2011                     | 10/06/2011                | Belo Horizonte | 3              | Ata de reunião extraordinária  |
| 2011                     | 29/04/2011                | Belo Horizonte | 7              | Ata de reunião ordinária       |
| 2011                     | 02/08/2011                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 02/08/2011                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 02/09/2011                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 09/08/2011                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 09/11/2011                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 15/12/2011                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 15/12/2011                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 15/12/2011                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 16/05/2011                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 18/03/2011                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 18/05/2011                | Belo Horizonte | 5              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 21/06/2011                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 22/11/2011                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 25/05/2011                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 29/06/2011                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 30/05/2011                | Belo Horizonte | 1              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 30/06/2011                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo |
| 2011                     | 31/05/2011                | Belo Horizonte | 2              | Ata de Conselho Fiscal         |
| 2011                     | 08/12/2011                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação           |
| 2011                     | 10/06/2011                | Belo Horizonte | 1              | Edital de Convocação           |
| 2011                     | 25/05/2011                | Não aplicável  | 17             | Proposta                       |
| 2012                     | 28/09/2012                | Belo Horizonte | 2              | Ata de reunião extraordinária  |
| 2012                     | 28/09/2012                | Não aplicável  | 61             | Proposta                       |
| 2012                     | 12/04/2012                | Não aplicável  | 2              | Proposta                       |
| 2012                     | 13/11/2012                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação           |
| 2012                     | 13/11/2012                | Não aplicável  | 104            | Proposta                       |
| 2012                     | 12/04/2012                | Belo Horizonte | 1              | Edital de Convocação           |
| 2012                     | 28/09/2012                | Não aplicável  | 119            | Ata de reunião extraordinária  |
| 2012                     | 30/11/2012                | Belo Horizonte | 6              | Ata de reunião extraordinária  |
| 2012                     | 30/04/2012                | Belo Horizonte | 10             | Ata de reunião ordinária       |
| 2013                     | 21/02/2013                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação           |
| 2013                     | 05/02/2013                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação           |
| 2013                     | 05/02/2013                | Não aplicável  | 46             | Ata de reunião extraordinária  |
| 2013                     | 07/11/2013                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação           |
| 2013                     | 07/11/2013                | Não aplicável  | 7              | Proposta                       |
| 2013                     | 19/03/2013                | Belo Horizonte | 1              | Edital de Convocação           |
| 2013                     | 19/03/2013                | Não aplicável  | 102            | Proposta                       |
| 2013                     | 05/03/2013                | Belo Horizonte | 7              | Ata de reunião extraordinária  |
| 2013                     | 26/11/2013                | Belo Horizonte | 9              | Ata de reunião extraordinária  |

| <b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>LOCAL</b>   | <b>PÁGINAS</b> | <b>TIPO DE DOCUMENTO</b>                     |
|--------------------------|---------------------------|----------------|----------------|--|
| 2013                     | 24/04/2013                | Belo Horizonte | 12             | Ata de Assembleia Ordinária e Extraordinária |
| 2013                     | 02/07/2013                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2013                     | 07/11/2013                | Belo Horizonte | 4              | Ata do conselho administrativo               |
| 2013                     | 08/08/2013                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2013                     | 13/05/2013                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2013                     | 14/05/2013                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2013                     | 18/06/2013                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 14/08/2014                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação                         |
| 2014                     | 14/08/2014                | Não aplicável  | 46             | Proposta                                     |
| 2014                     | 09/06/2014                | Belo Horizonte | 3              | Edital de Convocação                         |
| 2014                     | 02/09/2014                | Não aplicável  | 46             | Proposta                                     |
| 2014                     | 09/06/2014                | Não aplicável  | 143            | Proposta                                     |
| 2014                     | 18/03/2014                | Belo Horizonte | 1              | Edital de Convocação                         |
| 2014                     | 18/03/2014                | Não aplicável  | 79             | Proposta                                     |
| 2014                     | 03/07/2014                | Belo Horizonte | 19             | Ata de reunião extraordinária                |
| 2014                     | 11/09/2014                | Belo Horizonte | 10             | Ata de reunião extraordinária                |
| 2014                     | 25/04/2014                | Belo Horizonte | 10             | Ata de reunião ordinária                     |
| 2014                     | 01/07/2014                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 01/12/2014                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 03/07/2014                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 03/07/2014                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 06/06/2014                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 07/05/2014                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 13/05/2014                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 14/01/2014                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 18/03/2014                | Belo Horizonte | 4              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 23/12/2014                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 30/09/2014                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 31/10/2014                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2014                     | 06/06/2014                | Belo Horizonte | 3              | Ata de Conselho Fiscal                       |
| 2014                     | 18/03/2014                | Belo Horizonte | 1              | Aviso/Memorando                              |
| 2014                     | 03/07/2014                | Não aplicável  | 139            | Proposta                                     |
| 2014                     | 06/06/2014                | Não aplicável  | 57             | Laudo Técnico                                |
| 2014                     | 02/09/2014                | Belo Horizonte | 1              | Aviso/Memorando                              |
| 2015                     | 18/09/2015                | Belo Horizonte | 18             | Ata de reunião extraordinária                |
| 2015                     | 01/09/2015                | Belo Horizonte | 13             | Proposta                                     |
| 2015                     | 01/09/2015                | Não aplicável  | 24             | Proposta                                     |
| 2015                     | 28/09/2015                | Belo Horizonte | 9              | Ata de reunião extraordinária                |
| 2015                     | 09/09/2015                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação                         |
| 2015                     | 09/09/2015                | Não aplicável  | 16             | Proposta                                     |
| 2015                     | 09/09/2015                | Belo Horizonte | 6              | Proposta                                     |
| 2015                     | 27/03/2015                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação                         |
| 2015                     | 16/04/2015                | Belo Horizonte | 130            | Proposta                                     |
| 2015                     | 29/04/2015                | Belo Horizonte | 12             | Ata de Assembleia Ordinária e Extraordinária |

| <b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>LOCAL</b>   | <b>PÁGINAS</b> | <b>TIPO DE DOCUMENTO</b>                     |
|--------------------------|---------------------------|----------------|----------------|--|
| 2015                     | 01/09/2015                | Belo Horizonte | 9              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 02/09/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 08/07/2015                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 09/02/2015                | Belo Horizonte | 7              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 10/09/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 12/05/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 12/08/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 12/08/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 12/11/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 13/02/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 13/04/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 13/05/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 16/04/2015                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 19/03/2015                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 21/09/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 24/02/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 27/04/2015                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2015                     | 30/06/2015                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2016                     | 15/08/2016                | Belo Horizonte | 29             | Ata de reunião extraordinária                |
| 2016                     | 14/07/2016                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação                         |
| 2016                     | 14/07/2016                | Não aplicável  | 2              | Aviso/Memorando                              |
| 2016                     | 14/07/2016                | Belo Horizonte | 310            | Proposta                                     |
| 2016                     | 28/04/2016                | Belo Horizonte | 16             | Ata de reunião ordinária                     |
| 2016                     | 22/03/2016                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação                         |
| 2016                     | 22/03/2016                | Não aplicável  | 107            | Proposta                                     |
| 2016                     | 01/02/2016                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2016                     | 08/07/2016                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2016                     | 10/11/2016                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2016                     | 12/05/2016                | Belo Horizonte | 4              | Ata do conselho administrativo               |
| 2016                     | 12/08/2016                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2016                     | 15/03/2016                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2016                     | 21/12/2016                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2016                     | 08/07/2016                | Não aplicável  | 73             | Lauda Técnico                                |
| 2017                     | 26/08/2017                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação                         |
| 2017                     | 28/09/2017                | Belo Horizonte | 13             | Ata de reunião extraordinária                |
| 2017                     | 28/04/2017                | Belo Horizonte | 16             | Ata de Assembleia Ordinária e Extraordinária |
| 2017                     | 30/11/2017                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 07/12/2017                | Belo Horizonte | 4              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 10/11/2017                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 11/08/2017                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 12/05/2017                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 15/08/2017                | Belo Horizonte | 1              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 22/03/2017                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 26/09/2017                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |

| <b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>LOCAL</b>   | <b>PÁGINAS</b> | <b>TIPO DE DOCUMENTO</b>                     |
|--------------------------|---------------------------|----------------|----------------|--|
| 2017                     | 28/06/2017                | Belo Horizonte | 5              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 28/12/2017                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 29/09/2017                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 31/07/2017                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 31/10/2017                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |
| 2017                     | 31/08/2017                | Belo Horizonte | 3              | Ata de reunião ordinária                     |
| 2017                     | 25/08/2017                | Não aplicável  | 6              | Boletim de Voto                              |
| 2017                     | 28/03/2017                | Não aplicável  | 6              | Boletim de Voto                              |
| 2017                     | 28/03/2017                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação                         |
| 2017                     | 26/09/2017                | Belo Horizonte | 1              | Mapa   |
| 2017                     | 26/04/2017                | Belo Horizonte | 1              | Mapa   |
| 2017                     | 27/04/2017                | Belo Horizonte | 1              | Mapa   |
| 2017                     | 27/09/2017                | Belo Horizonte | 1              | Mapa   |
| 2017                     | 28/04/2017                | Belo Horizonte | 1              | Mapa   |
| 2017                     | 28/09/2017                | Belo Horizonte | 1              | Mapa   |
| 2017                     | 25/08/2017                | Belo Horizonte | 10             | Proposta                                     |
| 2017                     | 28/03/2017                | Não aplicável  | 132            | Proposta                                     |
| 2018                     | 02/08/2018                | Não aplicável  | 2              | Boletim de Voto                              |
| 2018                     | 27/03/2018                | Não aplicável  | 2              | Boletim de Voto                              |
| 2018                     | 02/08/2018                | Belo Horizonte | 1              | Edital de Convocação                         |
| 2018                     | 02/08/2018                | Não aplicável  | 20             | Aviso/Memorando                              |
| 2018                     | 30/08/2018                | Não aplicável  | 1              | Mapa   |
| 2018                     | 02/08/2018                | Não aplicável  | 12             | Proposta                                     |
| 2018                     | 03/09/2018                | Belo Horizonte | 21             | Ata de reunião extraordinária                |
| 2018                     | 03/09/2018                | Não aplicável  | 14             | Mapa   |
| 2018                     | 03/09/2018                | Não aplicável  | 1              | Mapa   |
| 2018                     | 26/03/2018                | Não aplicável  | 3              | Boletim de Voto                              |
| 2018                     | 26/03/2018                | Belo Horizonte | 2              | Edital de Convocação                         |
| 2018                     | 26/03/2018                | Não aplicável  | 130            | Aviso/Memorando                              |
| 2018                     | 26/03/2018                | Não aplicável  | 130            | Proposta                                     |
| 2018                     | 26/04/2018                | Belo Horizonte | 17             | Ata de Assembleia Ordinária e Extraordinária |
| 2018                     | 16/03/2018                | São Paulo      | 2              | Ata do Comitê de Auditoria                   |
| 2018                     | 16/03/2018                | Belo Horizonte | 2              | Ata de Conselho Fiscal                       |
| 2018                     | 16/03/2018                | Belo Horizonte | 3              | Ata de Conselho Fiscal                       |
| 2018                     | 02/08/2018                | Belo Horizonte | 8              | Ata do conselho administrativo               |
| 2018                     | 05/07/2018                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2018                     | 08/11/2018                | Belo Horizonte | 10             | Ata do conselho administrativo               |
| 2018                     | 09/11/2018                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2018                     | 11/05/2018                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2018                     | 14/08/2018                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo               |
| 2018                     | 28/06/2018                | Belo Horizonte | 6              | Ata do conselho administrativo               |
| 2018                     | 29/10/2018                | Belo Horizonte | 57             | Ata do conselho administrativo               |
| 2018                     | 16/03/2018                | Belo Horizonte | 4              | Ata do conselho administrativo               |
| 2018                     | 20/12/2018                | Belo Horizonte | 3              | Ata do conselho administrativo               |

| <b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>LOCAL</b>   | <b>PÁGINAS</b> | <b>TIPO DE DOCUMENTO</b>        |
|--------------------------|---------------------------|----------------|----------------|---------------------------------|
| 2018                     | 27/04/2018                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo  |
| 2018                     | 31/01/2018                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo  |
| 2018                     | 27/04/2018                | Belo Horizonte | 14             | Mapa                            |
| 2018                     | 24/04/2018                | Belo Horizonte | 1              | Mapa                            |
| 2018                     | 03/09/2018                | Belo Horizonte | 1              | Mapa                            |
| 2018                     | 25/04/2018                | Belo Horizonte | 1              | Mapa                            |
| 2018                     | 26/04/2018                | Belo Horizonte | 1              | Mapa                            |
| 2018                     | 22/04/2018                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo  |
| 2018                     | 17/10/2018                | Não aplicável  | 7              | Relatório de Agência Reguladora |
| 2018                     | 06/07/2018                | Não aplicável  | 15             | Relatório de Agência Reguladora |
| 2018                     | 16/07/2018                | Não aplicável  | 9              | Relatório de Agência Reguladora |
| 2018                     | 08/11/2018                | Belo Horizonte | 25             | Ata do conselho administrativo  |
| 2018                     | 17/10/2018                | Não aplicável  | 7              | Relatório de Agência Reguladora |
| 2018                     | 14/08/2018                | Belo Horizonte | 1              | Ata do conselho administrativo  |
| 2018                     | 09/11/2018                | Belo Horizonte | 2              | Ata do conselho administrativo  |
| 2018                     | 16/11/2018                | Não aplicável  | 28             | Lauda Técnico                   |
| 2008                     | 21/07/2008                | Não aplicável  | 89             | Demonstração financeira         |
| 2008                     | 16/10/2008                | Não aplicável  | 73             | Demonstração financeira         |
| 2008                     | 11/11/2008                | Não aplicável  | 67             | Demonstração financeira         |
| 2009                     | 28/05/2009                | Não aplicável  | 74             | Demonstração financeira         |
| 2009                     | 12/08/2009                | Não aplicável  | 76             | Demonstração financeira         |
| 2009                     | 10/11/2009                | Não aplicável  | 72             | Demonstração financeira         |
| 2009                     | 12/03/2010                | Não aplicável  | 68             | Demonstração financeira         |
| 2010                     | 11/05/2010                | Não aplicável  | 50             | Demonstração financeira         |
| 2010                     | 20/05/2011                | Não aplicável  | 133            | Demonstração financeira         |
| 2010                     | 16/11/2010                | Não aplicável  | 58             | Demonstração financeira         |
| 2010                     | 31/12/2010                | Não aplicável  | 164            | Demonstração financeira         |
| 2011                     | 30/05/2011                | São Paulo      | 91             | Demonstração financeira         |
| 2011                     | 09/08/2011                | São Paulo      | 93             | Demonstração financeira         |
| 2011                     | 09/11/2011                | São Paulo      | 98             | Demonstração financeira         |
| 2011                     | 31/12/2011                | Não aplicável  | 118            | Demonstração financeira         |
| 2012                     | 28/03/2012                | São Paulo      | 97             | Demonstração financeira         |
| 2012                     | 08/08/2012                | Não aplicável  | 86             | Demonstração financeira         |
| 2012                     | 08/11/2012                | São Paulo      | 97             | Demonstração financeira         |
| 2012                     | 19/03/2013                | Não aplicável  | 97             | Demonstração financeira         |
| 2013                     | 14/05/2013                | São Paulo      | 90             | Demonstração financeira         |
| 2013                     | 08/08/2013                | São Paulo      | 97             | Demonstração financeira         |
| 2013                     | 07/11/2013                | Não aplicável  | 97             | Demonstração financeira         |
| 2013                     | 18/03/2014                | Não aplicável  | 95             | Demonstração financeira         |
| 2014                     | 13/05/2014                | São Paulo      | 89             | Demonstração financeira         |
| 2014                     | 14/08/2014                | São Paulo      | 89             | Demonstração financeira         |
| 2014                     | 14/11/2014                | São Paulo      | 102            | Demonstração financeira         |
| 2014                     | 16/04/2015                | Belo Horizonte | 105            | Demonstração financeira         |
| 2015                     | 12/05/2015                | Belo Horizonte | 73             | Demonstração financeira         |
| 2015                     | 12/08/2015                | Belo Horizonte | 80             | Demonstração financeira         |

| <b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b> | <b>LOCAL</b>   | <b>PÁGINAS</b> | <b>TIPO DE DOCUMENTO</b> |
|--------------------------|---------------------------|----------------|----------------|--------------------------|
| 2015                     | 12/11/2015                | Belo Horizonte | 82             | Demonstração financeira  |
| 2015                     | 15/03/2016                | Belo Horizonte | 92             | Demonstração financeira  |
| 2016                     | 12/05/2016                | Belo Horizonte | 74             | Demonstração financeira  |
| 2016                     | 30/06/2016                | Não aplicável  | 83             | Demonstração financeira  |
| 2016                     | 10/11/2016                | Belo Horizonte | 65             | Demonstração financeira  |
| 2016                     | 22/03/2017                | Belo Horizonte | 100            | Demonstração financeira  |
| 2017                     | 12/05/2017                | Belo Horizonte | 61             | Demonstração financeira  |
| 2017                     | 11/08/2017                | Belo Horizonte | 67             | Demonstração financeira  |
| 2017                     | 10/11/2017                | Belo Horizonte | 67             | Demonstração financeira  |
| 2017                     | 11/03/2018                | São Paulo      | 107            | Demonstração financeira  |
| 2018                     | 11/05/2018                | Belo Horizonte | 64             | Demonstração financeira  |
| 2018                     | 14/08/2018                | Belo Horizonte | 73             | Demonstração financeira  |
| 2018                     | 09/11/2018                | Belo Horizonte | 85             | Demonstração financeira  |
| 2019                     | 29/03/2019                | São Paulo      | 114            | Demonstração financeira  |

### **ANEXO 3 — *A Carta do Caminho* – Aliança Brasileira pela Educação**

Maio – 2007

Revisão Junho – 2016

“Se todos quisermos, poderemos fazer do Brasil uma grande nação.”

(Alferes de Cavalaria Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes)

Faltando apenas seis anos para o Bicentenário da Independência, podemos afirmar que, não obstante o muito que avançamos no passado recente, a profecia do Alferes ainda não se concretizou de forma completa. O Brasil está longe de ocupar o lugar que, pelas suas potencialidades, lhe estaria reservado.

O que até hoje nos aparta dessa condição? Um dos obstáculos mais formidáveis é um sistema de educação básica muito deficiente. De fato, sem uma Educação de Qualidade para Todos não poderemos realizar as nossas potencialidades. Não poderemos almejar a equidade social, a retomada do crescimento econômico sustentável e a inserção competitiva e soberana do Brasil na economia internacional.

A decisão de criar a Aliança Brasileira pela Educação se nutre em uma transformação recente da nossa sociedade. Depois de décadas apenas acompanhando os esforços do Estado, a sociedade civil e suas lideranças se deram conta de que educação não é apenas assunto de governo, mas de todos. Portanto, é sua também a tarefa de melhorá-la.

Rememorando o fato de o primeiro documento oficial escrito sobre o Brasil haver sido a Carta de Caminha, os redatores deste manifesto decidiram batizá-lo de *A Carta do Caminho*. Essa alusão às nossas origens dá força à prioridade merecida pela Educação, pelo fato incontestável – como o demonstra vastamente a experiência internacional – de ser a política pública de maior impacto social, a que mais promove o desenvolvimento econômico e a plataforma mais efetiva para todas as demais políticas públicas. Com *A Carta do Caminho* queremos contribuir para a travessia entre o Brasil que temos e o Brasil que queremos e podemos ser.

Tanto quanto um apelo aos poderes instituídos, esta mensagem mobilizadora da razão, do sentimento e da ação de todos, é um chamado ao que temos de melhor, ou seja, a nossa consciência cívica. Convocamos – no marco de uma ética de corresponsabilidade – todas as forças vivas da sociedade para participar dessa Aliança Brasileira pela Educação. E, dentre todas as alianças possíveis e indispensáveis, destacamos a importância transcendente da coalizão entre família, escola e a comunidade em que vive cada educando.

É preciso ter sempre claro que o centro de gravidade da Aliança Brasileira pela Educação é o aluno, o principal destinatário e a razão de ser desta aliança. É ele a fonte do sentido e o suporte de significação de nossa causa, desta iniciativa. Se não chegar à sala de aula e não afetar o que ali acontece com o aluno, a aliança simplesmente não chegou a lugar algum, e, portanto, carece de razão, não merecendo sequer existir.

Estamos convencidos de que a Aliança Brasileira pela Educação tem em cada município o *locus* privilegiado para o início, a disseminação e o foco de todas as ações. Afinal, no município estão quase todos os atores que determinam os fracos resultados observados e, também, onde poderão acontecer as transformações que nos levarão à Educação de Qualidade para Todos.

Reconhecemos que o êxito desta aliança é fortemente dependente de três comunidades que integram o universo educacional. Primeiro, a comunidade que o lidera, constituída pelos dirigentes educacionais em todos os níveis – enfatizando de modo especial as diretoras e os diretores das escolas. Segundo, a comunidade que estuda a educação e que, nas universidades e centros de pesquisas, aponta as saídas e produz reflexões sobre o passado, o presente e o futuro dos sistemas e métodos de ensino. E terceiro, ainda mais importante, os professores, técnicos e funcionários, que se levantam todos os dias e fazem a educação acontecer em cada rincão do país.

Aonde queremos chegar? Em última análise, queremos juntos encontrar caminhos para que cada escola tenha um ambiente adequado e voltado efetivamente para a aprendizagem, pois a escola só é boa quando o aluno aprende. Temos hoje um bom conhecimento dos problemas que afligem a escola. Sabemos também das soluções de sucesso, dentre nós e pelo mundo afora.



Aprendemos que a educação de qualidade se faz com soluções simples, robustas e ao alcance de quase todas as comunidades brasileiras.

Boas escolas têm metas e prioridades claras, realistas e compartilhadas por todos.

Não é possível obter resultados satisfatórios em nenhuma organização sem boa gestão e sem a criação de um ambiente positivo e estimulante. Por isso, a boa liderança dos diretores é fator crítico para a escola de qualidade.

Um dos elementos indispensáveis é a aferição sistemática da aprendizagem, por meio de avaliação externa. É ela que nos permite entender as falhas, cobrar resultados e premiar os êxitos.

A presença da política nas decisões escolares é deletéria e precisa ser banida.

Ao lançarmos este manifesto, celebramos nossa adesão formal aos objetivos e metas do Todos pela Educação, para compartilharmos da evolução do nosso país no setor educacional, até o ano de 2022, data escolhida emblematicamente por ser o marco do Bicentenário da Independência.

Nosso altruísmo e desvelo estão sendo chamados para desencadear o processo que deixará para nossos descendentes uma educação melhor – que é a grande ponte para a travessia do país que temos para o país com que sonhamos.

Começamos com a palavra inspiradora do Alferes Joaquim José da Silva Xavier e com ela vamos fechar essa conclamação. “Dez vidas eu tivesse, dez vidas eu daria”. Não importa se o alcance desses objetivos poderá ultrapassar a duração da vida de muitos de nós. O que importa é que o nosso compromisso seja perene e digno da grandiosidade do nosso país.

Autor: Antônio Carlos Gomes da Costa

**ANEXO 4 — Ata da 52<sup>a</sup> reunião, extraordinária, da Comissão de educação, cultura e esporte da 2<sup>a</sup> sessão legislativa ordinária da 55<sup>a</sup> legislatura, realizada em 7 de dezembro de 2016, quarta-feira, no senado federal, plenário n. 9**

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, **sob a Presidência do Senador Pedro Chaves**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Antonio Anastasia, Lídice da Mata e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Lasier Martins, Paulo Paim, Wilder Morais, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, José Agripino, Alvaro Dias, Dalirio Beber, Romário, Roberto Rocha e Zeze Perrella. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 65/2016, de autoria do Senador Pedro Chaves. **Finalidade:** Debater o Projeto Aliança Brasileira pela Educação. **Participantes:** Evando Neiva, Presidente da Fundação Pitágoras; Gislaine Moreno, Diretora da Kroton Educacional; Cláudio de Moura Castro, Especialista em Educação; Orlando André Almeida Graça, Diretor da Escola Estadual Afonso Pena - Belo Horizonte/MG; Tomáz de Aquino Resende, Representante - Projeto Aliança Brasileira pela Educação; Helena Neiva, Representante - Projeto Aliança Brasileira pela Educação. Olacir Aparecido Alvarenga Oliveira, Representante - Projeto Aliança Brasileira pela Educação. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Pedro Chaves**

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

**SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Minhas senhoras e meus senhores, o nosso bom-dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 52<sup>a</sup> Reunião, Extraordinária, da 55<sup>a</sup> Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 65, de 2016, de minha autoria para realização de audiência pública destinada a debater o projeto Aliança Brasileira pela Educação.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. Teremos duas Mesas. Na primeira: Gislaine Moreno, Evando Neiva, Cláudio de Moura Castro e Tomáz de Aquino. Gostaria que respeitassem apenas a sinalização que está na frente da mesa. (*Palmas.*)

As instituições de ensino superior desenvolvem um papel importantíssimo para o desenvolvimento e crescimento do País. Ressalto que quase 75% do total dos alunos da educação superior estudam em instituições particulares, que além de oportunizarem a formação acadêmica de  $\frac{3}{4}$  dos universitários, promovem melhoria para as comunidades sob sua influência.

Assegurar a qualidade da educação básica é dever de todos, inclusive dos gestores de ensino superior, que são responsáveis pela qualificação dos profissionais que atuam na formação de crianças e jovens. Portanto, a responsabilidade quanto à educação básica e qualidade de sua formação cabe, também, aos agentes do ensino superior.

Nesse cenário, surgiu a iniciativa de criar a Aliança Brasileira pela Educação, por meio da união de forças e integração de parceiros para contribuir com o desenvolvimento do ensino básico público, além de estimular o protagonismo social de colaboradores e alunos.

A proposta de criar uma aliança de alcance nacional é resultado de uma experiência bem-sucedida realizada no Estado de Minas Gerais. A Conspiração Mineira pela Educação, coordenada pela Fundação Pitágoras, braço social da Kroton Educacional, participou de histórias transformadoras na educação pública.

Ao longo de sua trajetória de mais de 10 anos, a Conspiração Mineira já atendeu 1.353 escolas, beneficiando mais de 1 milhão de alunos, com 135 fóruns de diretores. Foram mais de 405 horas de capacitação destas lideranças. Os diretores participantes desenvolvem o seu método de gestão escolar, produzindo um ambiente positivo e estimulante para o aprendizado, o que contribui para a melhoria de seus resultados no indicador de qualidade da Educação Básica (Ideb).

A Aliança Brasileira pela Educação nasce com a proposta de replicar nacionalmente o trabalho da Conspiração, atuando em duas frentes:

a) Fortalecimento da liderança das escolas por meio de fóruns de Diretores, encontros sistemáticos mensais com os diretores das redes públicas municipais e estaduais. Os encontros de trabalho, regulares, promoverão a troca de experiência e melhores práticas, de forma simples e eficiente, trabalhando temas considerados fundamentais para uma escola de qualidade e resgatando a autoestima dos atores do processo educacional.

b) Compartilhamento de projetos de sucesso: pela oferta aos grupos de diretores, de projetos gratuitos com alta eficácia para os alunos, cedidos por parceiros do segundo e terceiro setores, altamente relevantes para a melhoria de sua aprendizagem.

Visando a inserir o Senado Federal nessa importante discussão sobre uma melhor qualificação para o ensino de qualidade, proponho a referida audiência pública que está sendo agora realizada.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800 612211, e e-Cidadania, por meio do portal [www.senado.gov.br/ecidadania](http://www.senado.gov.br/ecidadania), que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet.

Então, é com muita alegria que estamos aqui hoje, numa audiência extremamente importante para a educação brasileira, principalmente com os baixos rendimentos que temos verificado na educação básica, tanto no Ideb como no PIS. É necessário que haja, na verdade, uma ação efetiva por parte do Senado Federal, contribuindo com as instituições privadas, para melhorar realmente esse quadro dramático em que o próprio ministro da Educação e o presidente da república estão extremamente preocupados.

Essa foi a razão maior da reforma do ensino médio, que foi feita por medida provisória para dar celeridade ao processo, porque o Brasil não pode esperar mais. Já estamos realmente angustiados com esses resultados sempre danosos. O resultado do PISA deu o Brasil como um dos cinco piores países, dos setenta elencados pela OCDE. Então, é importante que haja ações desse tipo.

Eu quero parabenizar a Fundação Pitágoras e acima de tudo a Kroton, que é braço da Fundação Pitágoras, por essa iniciativa. Eu gostaria que fosse imitada por todas as outras instituições privadas. É uma colaboração que nós temos que oferecer às instituições públicas. É importante mostrar que esse trabalho, na verdade, tende a oferecer metodologias alternativas para as escolas municipais e estaduais. Parabenizo mais uma vez os diretores, os gestores. Que eles continuem a fazer esse trabalho.

Sem mais delongas, vamos passar a palavra, imediatamente, à Prof. Gislaíne Moreno, Diretora da Kroton Educacional.

**A SR<sup>a</sup> GISLAINE MORENO** – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos. Eu quero dizer que é um enorme prazer estar aqui. Senador, muito obrigada pela sua sensibilidade com o tema, por ter aberto as portas desta Casa tão importante, para debatermos esse assunto que é de interesse de todos, com certeza.

O senhor tem feito um brilhante trabalho na relatoria da MP do ensino médio e tem conhecido a educação de forma ainda mais profunda, ouvindo os diversos atores. Acho que a sensibilidade que o senhor já tinha está ainda mais aflorada. Ficamos felizes e honrados em ter um Senador como o senhor no nosso País.

Estou muito feliz de estar aqui porque vejo muitos amigos e vejo muita gente que acredita em educação, gente que vive para a educação. Vejo aqui o Raulino, sorrindo, ele que trabalha com educação por toda a vida; o Prof. Reinaldo Mota, que é reitor da Estácio e tem a vida dedicada à educação, faz um trabalho brilhante; o Prof. Carlos Monteiro, da CM Consultoria, um nome importante no cenário educacional; o nosso Prof. Gabriel, grande inspirador dessa aliança, que o tempo todo tem nos questionado sobre o porquê de não chegarmos até todo o Território nacional, com a iniciativa da Fundação Pitágoras; o Sólon, representando a ABMES, parceiro de muitas lutas; a Beth Guedes, da Abraes; e o representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) – vejam só, que secretaria importante tem o MEC. Vou repetir: Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. O MEC tem essa secretaria importante. Ficamos muito felizes de a Secadi estar sendo representada, e, tenho certeza, nós os teremos conosco nessa proposta de aliança.

Quero me apresentar, para quem não me conhece.

Sou brasileira, pedagoga e trabalho com educação desde sempre; não vou nem falhar há quantos anos porque, senão, vou me entregar. *(Risos.)*

Essas coisas a gente não fala, mas digo que é muito tempo. Comecei minha vida profissional na educação, trabalhei com crianças, tive o privilégio de trabalhar com alfabetização e fui seguindo, crescendo, até chegar ao ensino superior. Hoje trabalho na área administrativa, mas fico muito à vontade de ir para a sala de aula, de ir para o ambiente escolar porque esse ambiente é muito rico e faz com que sejamos melhores. Não tenho dúvidas de que a educação nos faz melhores. E estamos em um momento, no País, tão conturbado, tão cheio de problemas, mas acho que é um refrigério podermos parar hoje, aqui, neste momento, para falar de alguma coisa que é comum, que afeta todos nós e que também está nas mãos de todos nós.

Se vocês olharem aquele eslaide ali, verão que ele é muito significativo. Com toda a diferença que existe no nosso País, diferença de partidos políticos, diferença de classe econômica, diferenças profissionais, diferenças religiosas, encontrei o consenso de que a educação básica, sobretudo o ensino médio, que é o objeto da medida provisória que está sendo discutida, precisa melhorar.

Vi muita divergência em muitos assuntos, mas não vi ninguém discordar, Prof. Evando, de que a nossa educação precisa melhorar. Acho que isso é um consenso, independentemente de qualquer coisa. E falar sobre aquilo que é consenso é muito bom, porque chegamos desarmados e sabemos que também o público que nos assiste está querendo contribuir. É realmente um momento ímpar, e fico muito gratificada.

Como eu disse, é consenso que a educação precisa melhorar. Há números que são impressionantes e que não deixam dúvidas de que esse consenso é correto.

A fonte dessa informação é o próprio MEC. Eu deveria ter colocado ali um asterisco, mas me esqueci. O MEC me desculpe, mas dou aqui os créditos. De qualquer forma, é uma informação estarrecedora: o Censo de 2015 mostrou que 1,65 milhão de estudantes da faixa etária, matriculados em 2014, não renovaram a matrícula no ano seguinte. Estamos falando de educação básica. Isso é estarrecedor! Esses alunos não concluíram a etapa.

O Raulino está fazendo um sinal assim, e é exatamente esta a expressão: evasão. Alunos que deixaram de estudar; brasileiros que deixaram de estudar. Imaginem só o que isso significa.

O que a educação significa na vida da gente? Educação é a base de tudo. Eu acho que, se a gente conseguir melhorar a educação, muita coisa melhora na carona. A educação ajuda na nossa compreensão. Nós nos compreendemos como indivíduos por meio da educação. A educação eleva a nossa autoestima.

Vocês já perceberam isso? Vocês já viram alguma pessoa que não é alfabetizada? Já perceberam como ela é retraída, como ela tem vergonha de ir a determinados lugares, como ela acha que não se encaixa em muitos lugares?

Então, a educação é libertadora; a educação pode transformar um país. Se há algo que pode transformar um país, é a educação.

E quando a gente vê esse número tão grande de evasão, a gente precisa também concordar que alguma coisa precisa ser feita. E, aí, eu acho que a gente precisa parar de fazer a caça às bruxas e de falar “ah, o culpado é o fulano, é o sicrano...” Às vezes, a gente ouve, no ensino superior, os professores dizendo: “Ah, os alunos chegam fracos; o ensino médio é muito ruim...” Aí, quando se pergunta para o pessoal do ensino médio, eles falam o quê? “A educação básica é muito ruim; os alunos chegam fracos.” E, assim, a educação básica fala da educação infantil; e esta vai falar o quê? Que a culpa é da família. E de quem mais?

Assim, a gente fica nesse ciclo: “Ah, a culpa não é minha; eu já recebo alunos fracos. Portanto, posso lavar as minhas mãos”. Isso está errado, gente! A gente precisa fazer alguma coisa. A gente precisa entender que esse é um problema de todos nós. Não adianta dizer que o

problema está lá atrás. Então, vamos ajudar. Se o problema é lá no início, vamos ajudar, vamos lá no início descobrir e encontrar soluções para melhorar.

É isso que nos motivou a criar esse projeto da Aliança Brasileira da Educação, que vem com uma experiência já bem-sucedida em Minas Gerais.

Em Minas Gerais – e você vão ouvir essas explicações das pessoas que fundaram o movimento –, o movimento tem o nome de “Conspiração Mineira”.

Vocês já imaginaram se a gente viesse a Brasília com um movimento chamado “conspiração”? Vocês já imaginaram o que isso iria causar aqui no dia de hoje? (*Risos.*)

“Esse povo veio falar de conspiração no Senado? Chama a Polícia Federal! Socorro!”

Então, sabiamente, a Conspiração Mineira fica limitada ao Estado de Minas Gerais e, aqui, nós a chamamos de Aliança Brasileira pela Educação. Soa melhor. Ademais, quando a gente fala de aliança... Se vocês estão vendo essa aliança aqui no meu dedo, vocês sabem que existe alguém comigo, eu não estou sozinha. Eu tenho compromisso. É isso, Raulino! Eu tenho compromisso.

Então, o nome aliança é exatamente para mostrar que a gente precisa de parceiros comprometidos para que a gente possa fazer a diferença na educação.

Quando olhamos esse grande número de evasão, o mais importante é que fomos olhar as causas, os principais motivos para a evasão: mudança, trabalho infantil, problemas de saúde e insatisfação escolar. Acho que, aqui, talvez, não possamos fazer nada com respeito à mudança. O trabalho infantil, talvez, possamos denunciar, tentar melhorar. Quanto a problemas de saúde, dificilmente vamos poder resolver, pelo menos na nossa esfera, como cidadãos. Mas a insatisfação escolar, gente, está nas nossas mãos, porque podemos contribuir para que nossos professores sejam melhores. Em vez de taxá-los como culpados pelo fato de o ensino estar ruim, por que não fazemos uma aliança, por que não damos as nossas mãos e vamos tentar melhorar essa insatisfação escolar?

É com esse objetivo, é com essa causa que criamos a Aliança Brasileira pela Educação. Hoje, vamos fazer a apresentação pensando exatamente nesta pergunta que eu gostaria que cada um de vocês fizesse para si mesmo: o que cada um de nós pode fazer? Não existe ninguém aqui, nesta sala, independentemente da condição social, independentemente do grau de instrução, independentemente do partido político, independentemente de qualquer motivo, que não deva se sentir responsável pela educação. É isto que esperamos hoje, que, ao sairmos daqui, estejamos todos convencidos de que conseguimos, sim, promover uma educação de melhor qualidade.

Fico muito feliz e muito agradecida pela presença de todos.

Passo a palavra agora para os meus companheiros. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Meus parabéns à Prof<sup>a</sup> Gislaine!

Passo, imediatamente, a palavra para o Prof. Evando Neiva, Presidente da Fundação Pitágoras.

**O SR. EVANDO NEIVA** – Prezado Senador Presidente desta importante Comissão, ao ouvir suas palavras na abertura desta audiência, fiquei lembrando o filme dos nossos dez anos, desde o momento em que alguém – ainda bem que há um copo d'água aqui para eu poder temperar a emoção! – nos inspirou para esta caminhada.

Como a Gislaine, de forma tão inspirada, falou há poucos minutos, é uma oportunidade para convidarmos todos para entrarmos naquela ciranda brasileira pela educação. É um outro nome, Gislaine: corrente.

**A SR<sup>a</sup> GISLAINE MORENO** – É verdade!

**O SR. EVANDO NEIVA** – É uma corrente, não é?

E todos podem, realmente, dar uma contribuição individual, como voluntários, como parceiros institucionais. Temos visto esta caminhada de dez anos animadora. Acho que é por isso que estamos aqui, para trazer este depoimento e dizer que temos a ousadia de transformar a Conspiração Mineira numa aliança nacional. Estamos aqui, nesta Mesa, com pessoas fundadoras do movimento. Também na plenária, há parceiros importantes.

Quero me lembrar do momento em que estive com o Tomáz. Foi lá no gabinete dele, em Belo Horizonte. A gente estava começando a Conspiração, e eu me apresentei – acho que nós não nos conhecíamos – e comecei a descrever o que a gente pretendia fazer. Depois de conseguir, durante uns cinco ou dez minutos, explicar para ele qual era o nosso propósito, ele virou para mim: “Prof. Evando, o senhor está louco?” E aí ele me generaliza esta ideia: toda vez que você tem uma iniciativa e conta para um companheiro, se o companheiro tem essa expressão, é porque a ideia é boa. Não é isso, Dr. Tomáz? (*Risos.*)

**O SR. TOMÁZ DE AQUINO RESENDE** (*Fora do microfone.*) – Tem chance.

**O SR. EVANDO NEIVA** – Essa loucura se ampliou ao longo desse ano, ao fazer dez anos de Conspiração. Na medida em que a gente pretende fazer a mesma coisa na escala do Brasil, é uma loucura de ordem superlativa. Eu acho que é uma boa expressão para o que a gente está querendo fazer.

O que é o nosso propósito? E vocês vão ver isso num documento de frente e verso que nós chamamos de A Carta do Caminho, que faz referência à Carta de Caminha, como o



documento da origem da nossa nacionalidade. Então, A Carta do Caminho fala desse nosso propósito. Eu acho que é algo grandioso.

Nós nos propusemos a contribuir para a melhoria da escola pública em Minas Gerais nesses dez anos. E, por ousadia, resolvemos ampliar isso para a escola pública no Brasil. E sabemos dos números, da ordem de grandeza: vamos encontrar algo como 100 mil escolas públicas espalhadas por este Território grandioso. E queremos contribuir para melhorar a qualidade de 100 mil escolas públicas? Fala sério! Mas o propósito é esse mesmo.

Na minha frente está o Cabral, que também é um dos fundadores do movimento em Minas. E o Cabral fez outro dia uma metáfora. Eu acho que, diante de tanta variável, as metáforas nos ajudam a compreender. O Cabral fez a seguinte metáfora. “É como se a gente tivesse, há dez anos, um pequeno grupo – há alguns aqui –, e um dos membros falasse: 'vamos fazer uma caminhada?' 'Claro, vamos fazer uma caminhada.' 'Só que a nossa caminhada vai ser para atravessar a selva amazônica.' 'Como assim? Você está louco?'” Mais uma vez, não é? Nós queremos fazer uma caminhada, atravessando a selva amazônica, do Maranhão até os Andes peruanos, que é algo que dá 3.000km debaixo daquela floresta maravilhosa. Mas nós nos propusemos a fazer isso.

E, dez anos depois, com esses números que já foram até relatados pelo Senador Pedro Chaves, eu, proporcionalmente, diria que nós conseguimos, nessa floresta de 3.000km, avançar 30km, que é quase nada perto do todo. Mas acontece que, nesse avanço, nós conseguimos contemplar coisas extraordinárias, a beleza, a grandeza da floresta, seus perfumes e sabores, o que nos anima a continuar caminhando.

A propósito, a gente fala que a nossa missão é uma missão impossível. Quando é que vamos dizer que cumprimos a missão e podemos voltar lá para Paracatu?

Paracatu é a minha terra. A Gislaíne falou que é uma brasileira; eu diria que sou um paracatuense.

Então, quando é que posso voltar para Paracatu? Nunca! Então, nós vamos caminhar debaixo dessa floresta maravilhosa para o resto da vida. Não é esse o compromisso? Alguém vai afinar desse convite?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. EVANDO NEIVA** – Bem, então, essa é a ideia mais ampla, a razão de ser do nosso movimento.

Vocês vão ter mais dados por intermédio da Lelê, minha filha que está aqui, executiva voluntária da Fundação Pitágoras – todos nós somos voluntários –, e a gente vai ter uma ideia desse avanço, desses 30 quilômetros.

A Gislaine falou de muita coisa que me tocou o coração. Por exemplo, aliança. E a minha aliança é tríplice. A gente sabe que o nosso movimento se baseia numa tríplice aliança – não é isso Tomáz? Você nos ensinou isso há dez anos: aliança intersetorial que tem um vértice no Poder Público, e sem o Poder Público não é possível avançar nessa floresta; que tem um vértice nas empresas, e muitas empresas estão disponíveis, motivadas a contribuir, pelas razões que a Gislaine mencionou; e tem um vértice nas fundações, nas associações do terceiro setor sem fins lucrativos. A gente conseguiu fazer um *mix* dessas três forças da sociedade, e é por isso que a gente tem avançado, com resultados notáveis, com programas eficazes e de baixo custo. Aliás, eu nem diria de baixo custo, mas de custo zero, porque todos os nossos parceiros, voluntários, instituições que se integram, se propõem a oferecer o que há de melhor sem custo algum para o Poder Público, sobretudo atuando naquelas cidades que mais necessitam.

É claro que a gente fez um trabalho extraordinário lá em Sorocaba – vejo aqui o Prefeito Vítor Lippi e a Secretária de Educação Teresinha. Fomos parceiros naquele programa do Sistema de Gestão Integrada, que promoveu um salto de qualidade em Sorocaba, que, aliás, já tinha um nível muito elevado. Sorocaba se tornou a campeã nacional das grandes cidades no Ideb. Mas a gente também conseguiu fazer trabalhos notáveis em cidades muito singelas. Por exemplo, cidades – todos conhecem, mesmo a distância – do Vale do Jequitinhonha. Temos aqui representantes de cidades que, pelo menos, tangenciam o Vale.

A gente partiu de um IDH muito baixo, porque essa é a realidade socioeconômica lá, e de um Ideb muito baixo também. Eu me lembro – a Tânia, que trabalha conosco na Fundação, monitora isso – que, com esse trabalho no Vale do Jequitinhonha, nós fizemos com que uma das cidades – mínima – se tornasse a campeã mineira do Ideb, não é, Tânia? Saiu de quanto e foi para quanto?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. EVANDO NEIVA** – Então, eu vou repetir as palavras da Tânia: Aricanduva, no Vale do Jequitinhonha, depois de dois anos de trabalho conosco, saiu de um Ideb de 3,8 e foi para 7,2, sagrando-se campeã mineira do Ideb. É isso que nos anima a continuar caminhando debaixo dessa floresta.

Eu sei que nós vamos contar com o Senador para caminhar junto conosco, e com vocês. Fica o convite para essa grande ciranda.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço as palavras do Prof. Evando Neiva, Presidente da Fundação Pitágoras, o depoimento extremamente emotivo, que sensibiliza todos nós.

Passo a palavra agora, imediatamente, ao Prof. Cláudio de Moura Castro, especialista em educação.

**O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO** – Senador, o Cristovam era o Senador da educação, mas agora ele tem concorrente. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Nós somos parceiros. Temos uma aliança.

**O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO** – Vou contar um caso, um casinho pequenininho, singelo, mas, afinal, como mineiro naturalizado, eu tenho que contar caso. O caso é o seguinte: em meados da década de 90, começou a pipocar em Belo Horizonte um movimento de gente dizendo: “Eu quero fazer alguma coisa pela educação; a educação está ruim, as coisas não estão bem.” Era gente idealista, disposta a trabalhar, cheia de ideias. Aí, com o patrocínio, com o apoio da Associação Comercial, da Amcham, da Fundo Amigo, tiveram certo auxílio. Começamos a discutir mil ideias. Nesse momento, me veio à mente uma experiência de dez anos anteriores, quando eu estava na OIT. Um amigo comum me disse: “Convida um velhinho chamado Reginald Revans para falar aqui na OIT, porque ele tem uma experiência sensacional que se chama Action Learning. Eu chamei o cara e veio o velhinho de oitenta e tantos anos. Já tinha sido atleta olímpico, tinha um currículo interessante, estudou no Cavendish Lab, foi aluno do Rutherford, Prêmio Nobel, e tinha um doutorado de astrofísica, que muito pouca gente sabe para que serve – o Ronaldo sabe, mas não tem muito mais gente que saiba. (*Risos.*)

Ele teve o bom senso de largar a astrofísica e se meter na área de gestão. Foi para Manchester, virou professor de gestão na época em que a Inglaterra estava descobrindo que existia gestão. Com a nacionalização das minas de carvão da Inglaterra depois da guerra, ele recebeu a visita de um colega de universidade que disse: “Eu tenho uma mina que é igualzinha a essa daqui; essa daqui é produtiva, essa daqui não é. Você está mexendo com essas novidades de gestão e eu queria que você descobrisse...” “Aí o Revans respondeu, foi o caso que alguém me contou: “Só daqui a três meses.” A conversa seguiu: “Só daqui a três meses”. Perguntaram: “O que você vai fazer daqui a três meses que é tão importante?”

Ele disse: “Eu vou trabalhar em uma mina de carvão. Como eu posso falar sobre mina de carvão se nunca fui mineiro?” E o desgraçado foi para a mina de carvão, passou três meses enfiado em um buraco – diz ele que é um horror. E voltou e se encontrou com o cara, com o presidente, colega dele. E o presidente disse: “Você descobriu o que acontece com a mina? Por que essa produz?” Ele disse: “Não”. “Você não vai descobrir?” Ele disse: “Não”. “Mas e aí?” Disse: “É muito simples. O que eu descobri? Os caras dessa mina a conhecem profundamente, passaram a vida enfiados no buraco. Os caras da outra mina conhecem profundamente a mina,

enfiados no buraco. Então, se alguém conhece os problemas da mina, são esses caras. Se eles não resolvem o problema, é porque não há as condições objetivas para uma boa discussão”.

Então, ele descobre dois princípios básicos: primeiro, quem sabe dos problemas é quem vive os problemas; segundo, é preciso criar semiartificialmente – digamos assim – as condições para que essas pessoas possam se tornar, de vítimas, protagonistas. Então, ele criou um grupo de mineiros calejados, que começaram a discutir uns com os outros, de uma mina e de outra mina, para descobrir por que uma era produtiva e por que a outra não era produtiva. Com isso, resolveu-se o problema, e nesse momento estava criado o Action Learning. E eu fiquei encantado com o velhinho. Tanto assim que fui a Manchester e acabei fazendo um documentário com ele. Mas isso são águas passadas.

Quando eu vi um bando de gente dando palpite sobre o que se tinha que fazer na educação de Minas Gerais – e eu, inclusive, acho que tinha mais ideia do que todo mundo –, eu disse: “Esperem aí, esperem aí! Vamos ver onde é que o sapato aperta, dito pelo dono do sapato, pela pessoa que está com o sapato calçado no pé. Então, vamos entrevistar as diretoras. Vamos ouvir as diretoras”. Apareceram umas oito, falaram durante duas horas, e nenhuma falou de educação. Era droga, era desmotivação, era violência, era isso, era aquilo. Eu disse: “Esperem aí. Nós temos que começar por aqui. Algum dia vamos chegar à educação. Mas, se as diretoras estão dizendo que os problemas são esses, nós temos que chegar a esses problemas. E possivelmente a solução é o tal Action Learning, do velhinho”.

E aí o Evando disse: “Então, você saia e busque um cara que faça Action Learning”. E eu não conhecia ninguém. O velhinho já tinha morrido. Eu conhecia um oficial do exército americano que fazia Action Learning, mas também não resolveria muito o meu problema. Eu entrei na internet e descobri uma mulher que fez uma conferência sobre Action Learning no Rio Grande do Sul, mas que não sabia muito, e uma consultoria internacional chamada Caliper, que fazia Action Learning. Eu disse: “Ah, maravilha!” Mas, quando fui ver, eles estavam no Brasil fazendo consultoria para a Gerdau. E como um movimento que não tinha nem orçamento pagaria uma consultoria internacional padrão Gerdau? Escrevi para o cara e disse: “Lamentavelmente...” Aí, esse tal de George Brough, que era o diretor da coisa, disse: “Eu faço como voluntário. Paguem a passagem, que eu faço como voluntário”. E fez como voluntário. A cada duas semanas, ele ia a Belo Horizonte e se reunia com as diretoras.

Aí o que aconteceu? Na primeira reunião, devia haver umas 20 ou 30 diretoras, uma coisa assim...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO** – Havia mais? Umas 50...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO** – Uma confusão do demônio; uma confusão, que ninguém entendia nada, nada fazia sentido.

Quando acabou a reunião, eu disse: “George, virgem, Nossa Senhora! Esse trem não vai dar certo.” Ele disse: “Cláudio, é assim mesmo.”

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO** – É, um escocês que falava português direitinho, mas com sotaque: “Isso é assim mesmo. Pode deixar, não se preocupe.” Na segunda, o trem ajeitou. E o número já ultrapassou 400 reuniões, oito anos depois que o tal do escocês foi embora. Ou seja, criou-se um movimento autônomo, autossustentável, no qual um diretor convida os diretores das outras escolas para verem o que estão fazendo na sua escola para melhorar a educação. Nesse dia, limpam a escola – que já é um grande avanço –, há a festinha, há a cantoria e tudo, mas eles mostram as inovações que estão fazendo. Então, essa coisa se autorrealimenta.

E, quando falamos de orçamentos milionários, nós estamos falando de quê? Guaraná e pão de queijo; é o que custa a reunião. Portanto, o que estamos vendo? São alguns princípios fundamentais: quem sabe do problema é quem vive o problema; depois, quem pode resolver o problema é quem vive o problema. Mas, se o problema não foi resolvido, é preciso criar algumas condições adicionais para incensar, para botar fogo na imaginação, na motivação dessas pessoas para que cuidem, para que tratem de se sentir confiantes de que podem resolver o problema.

Com isso, a coisa andou. Muitos problemas foram resolvidos. O Ideb deu uma boa subida nesse período.

E uma das lições importantes é o protagonismo da escola, quer dizer, os problemas da escola são resolvidos na escola; não é por gente que vem de fora e começa a meter a mão e meter o bedelho. Nós temos que criar um movimento de dentro da escola. E isso que vai mudar a educação do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. EVANDO NEIVA** – Cláudio, permita-me? Damos a isso o nome de Fórum de Diretores.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer ao Prof. Cláudio de Moura Castro pela sua exposição.

Convido imediatamente o Prof. Tomáz de Aquino Resende, Procurador de Justiça, aposentado, consultor em terceiro setor e intersetorialidade.

**O SR. TOMÁZ DE AQUINO RESENDE** – Bom dia, Senador Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Prof. Evando, meus caros companheiros de Mesa, eu também vou ter que contar história. Aqui nós estamos só contando história.

Faz dez anos da Conspiração e eu lembro muito bem, como se fosse aqui agora: chegaram o Prof. Evando Neiva e o Prof. Cabral na minha sala, com uma capa muito bonita de um projeto. Eles falaram lá por uns dez, quinze minutos e eu pedi para ver o projeto. Eles disseram: “Não, não há nada ainda, não. É só a capa.” (*Risos.*)

Você se lembra, Cabral? “É só a capa. Nós vamos fazer ainda.” Eu falei: “O senhor está louco? Nós vamos fazer, então.”

Eu fui Promotor de Justiça por 23 anos em Minas Gerais; me aposentei em janeiro de 2013. Desses 23 anos, em 18 deles eu trabalhei com associações e fundações, um universo totalmente ignorado e desconhecido pela maioria dos Poderes, das instituições e por quase todos nós.

Eu me surpreendi sempre positivamente com o alcance e com a capacidade desse setor em atender demandas sociais e ambientais. Eu me encantei com isso e defendia que a solução dos problemas sociais e ambientais passava pelo terceiro setor.

Daí a pouco, veio a decepção porque ele, por si, além da administração amadora, falta de transparência e muita dificuldade de se manter, não resolve; quem resolve é o Estado. O Estado é quem cuida disso. O Estado tem essa capacidade, é gigante, alcança o Brasil todo. Também grande decepção.

Depois, eu achei que eram as empresas, que ganham dinheiro deste País, sugam as entranhas de Minas e não nos devolvem nem educação. Também não é.

Em 2005, pouco antes do início da Conspiração, eu participei e coordenei uma pesquisa sobre o terceiro setor e descobri que as instituições ou as ações produtivas, efetivas eram aquelas em que estavam os três setores funcionando cada um na sua especialidade. Ou seja, todos os bons programas, projetos que davam certo na área de assistência social, de saúde e de educação, esses problemas sociais graves eram aqueles em que estavam os três setores. Daí comecei a estudar, pesquisar e percebi, hoje, com toda a tranquilidade, que não há possibilidade de nenhuma solução para nenhum problema social ou ambiental se não estiverem presentes nele os três setores. Há de se ter Governo fazendo as regras, fiscalizando, fomentando, enfim, fazendo o seu papel; há de se ter mercado para financiar, senão não acontece, e há de se ter as organizações. Daí vem a fala do Prof. Cláudio: são as pessoas que sabem que fazem, os executores.

Então, não tenho mais dúvidas – o Prof. Evando comprou essa ideia lá no começo. Falamos muito disso no início da Conspiração – de que a ideia da intersectorialidade tem prevalecido. Temos trabalhado em escolas públicas com participação de voluntários de empresas e com as organizações da sociedade civil, as ONGs, as associações e fundações.

A Prof<sup>a</sup> Gislaine me lembrou de duas estórias, de dois casos. Esse negócio de Conspiração não é só de Minas. Falamos de conspiração e parece que estamos falando de um movimento contra alguma coisa. Não. Conspirar é respirar junto, é estar unido, estar de aliança. O nome aliança fica mais suave aqui no Senado, menos perigoso, menos arriscado. Mas, quando falamos “você está louco, Prof. Neiva?” Devem ter falado para o Tiradentes que ele estava louco. Devem ter falado para o Paulo Freire que ele era louco. Devem falar muito para o Cláudio que ele é louco.

**O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO** (*Fora do microfone.*) – É verdade. (*Risos.*)

Então, é nesse sentido de que esses loucos é que fazem as mudanças e as diferenças realmente.

Na minha história de promotor de Justiça, de associações e fundações, eu tive dois momentos, dois episódios que mudaram muito os meus conceitos e serviram para tratar dessas atividades de uma forma diferente. Primeiro, uma mulher chamada Dona Maria, que é catadora de papelão e presidente da Asmare

(Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte) e ficou famosíssima. A Mme Mitterrand levou-a à ONU, e ela disse lá: “A vida fez um papelão comigo e eu fiz do papelão minha vida”. Ela é catadora de papelão e sobreviveu com isso.

Mas isso não é o mais importante. Nós brasileiros, principalmente promotores de Justiça, somos muito hábeis, muito criativos em expressões, não é, Prof. Cláudio? Na época, a palavra da moda era “resgatar”. Nós fizemos um encontro lá no Ministério Público, convidamos as associações, as fundações, o Poder Público, empresas, e falávamos de resgatar. E, aí, todo mundo falava: resgatar a cidadania das mulheres da rua, resgatar a cidadania dos presos, resgatar a cidadania dos meninos na escola, resgatar, resgatar... Foram bons discursos. Foram excelentes discursos sobre o resgate da dignidade.

Quando acabou, a Mesa foi desfeita, D. Geralda espera ali do lado e fala assim: “Eu entendi bem o que vocês estão falando? Resgatar significa buscar o que a gente perdeu?” Eu disse: “Exatamente, a senhora compreendeu perfeitamente. Muito bem!” Ela disse: “Não, vocês é que não entenderam. Eles nunca tiveram. Como é que você vai resgatar o que nunca teve?”

Se você nunca teve chance de ter educação, como é que vai resgatar a educação? É fazer educação! É oportunizar educação. É fazer “com”. (*Palmas.*)

Outra coisa é que a nossa formação cristã brasileira nos leva a esse erro terrível de fazer “para”. Essa é uma bobagem que a gente tem feito, porque não volta, não acontece. É fazer “com”.

E depois, passado um tempo, já estava presente em outra Mesa o nosso cardeal católico Serafim Fernandes. E, aí, a palavra da moda, Senador, era “esperança”. Até houve aquela frase famosa, “A esperança venceu o medo”, todo mundo se lembra, e depois virou esta confusão. Venceu, mas não deu muito certo. (*Risos.*)

Está bem, não é adequado, me perdoe.

Mas aí eu tenho que fazer um parêntese, porque sou mineiro, de um lugar chamado Grotá, grotadas, de grotá mesmo. Eu calcei sapato quando tinha sete anos de idade. Eu sou o nono de 15 irmãos e sou mineiro, naturalmente. Fui promotor de Justiça por 23 anos, sou advogado do terceiro setor e atleticano – hoje é o dia, hein! Eu acredito! Ninguém entende mais de esperança do que eu. Posso dizer que sou a esperança viva, a esperança encarnada. (*Risos.*)

(*Manifestação da plateia.*)

**O SR. TOMÁZ DE AQUINO RESENDE** – Eu só sou atleticano porque tenho que ter esperança, senão eu seria de outro time que não precisa ter esperança, não é?

Então, vamos lá, nessas condições, com essa vida, eu falava de esperança e falei muito bem de esperança. Hoje, de improviso, não vou falar tão bem, mas quando eu me preparei para falar de esperança foi um bom discurso. Mas, enfim, quando acabei de falar, Dom Serafim tomou a palavra e disse: Tomáz, você falou muito bem, esperança realmente é o que faz a vida acontecer. Há um paralelo entre vida e esperança: você só tem vida se tiver esperança e só tem esperança se tiver vida. As pequenas esperanças do dia a dia, como a esperança de que o trânsito esteja bom, de que tenha um café da manhã; as médias e as grandes, como a esperança de que a gente atravesse a floresta e atinja a educação nacional. Então, a vida é esperança. A vela, a luz que move a pessoa é esperança. Mas há um problema, um fato:

Mais importante do que ter esperança é ser esperança. E ser esperança, Prof<sup>a</sup> Gislaíne, na sua fala, é fazer alguma coisa para mudar a realidade que nos incomoda. Isso é ser esperança. Então, vamos juntar as duas coisas: a Dona Geralda dizendo que você tem que fazer com, e o Dom Serafim dizendo que você tem que ser esperança. Não existe isto – eu concluí, não precisava de nenhuma inteligência para uma conclusão tão óbvia – de fazer alguma coisa sendo esperança conjugado na primeira pessoa do singular. Ou eu faço ou não vai acontecer. Ou o Evando Neiva toma o cabresto dessa cavalgada e nos conduz ou não vai acontecer, é o GPS; ou



o Cabral deixa lá a engenharia e a família e fica dia e noite reunindo com diretores ou não vai acontecer. E aí todos nós...

Eu sou talvez o menor dos voluntários da Conspiração hoje. Posso ter tido importância quando eu tinha um cargo público relevante, mas não deixo de fazer, porque fazer alguma coisa para mudar o que nos incomoda é ser esperança. E aí, Senador, sem chavão, sem palavra inventada, esperança é o que nos move.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Parabéns ao Tomáz de Aquino Resende, Procurador de Justiça, pelas suas palavras. Acho que elas foram extremamente positivas e despertaram em todos nós a esperança. Isso é bom.

Agora vamos fazer a segunda rodada. Eu peço aos convidados que aqui estão que ocupem os seus lugares na primeira fileira. Convido imediatamente Helena Neiva, Assessora da Fundação Pitágoras; e Olacir Aparecido Alvarenga Oliveira, Prefeito de Santa Maria de Itabira, Minas Gerais. (*Palmas.*)

Nós vamos deixar o questionamento para após a fala dos atuais convidados, quando todos estarão convidados a questionar, perguntar e colaborar com as suas opiniões.

Vamos manter aqui a Gislaine Moreno, Diretora da Kroton Educacional e uma das responsáveis por este evento.

Em continuidade a esta audiência pública, passo a palavra à Prof<sup>a</sup> Helena Neiva, Assessora da Fundação Pitágoras.

**A SR<sup>a</sup> HELENA NEIVA** – Bom dia a todos.

Senador Pedro Chaves, é uma enorme honra participar desta audiência.

Eu costumo dizer que eu tenho a paixão por educar correndo no meu sangue desde que eu nasci. Eu sou abençoada por ser filha do Prof. Evando Neiva e por ter ele como meu grão-mestre e também como meu espelho. É uma enorme alegria poder contribuir com os projetos de responsabilidade social da Fundação Pitágoras, da Conspiração Mineira e agora da Aliança Brasileira pela Educação.

Eu costumo dizer que estamos contribuindo para transformar a vida de quem mais precisa. E acredito que não possa haver uma missão mais nobre do que essa.

Quero começar a minha apresentação à luz de um pensamento de Einstein, que nos disse que “só uma vida dedicada aos outros merece ser vivida”. É isto que nós estamos fazendo: que as nossas vidas valham a pena.

Gostaria de começar mostrando com mais detalhes a operacionalização da Aliança Brasileira pela Educação. E um bom começo é partirmos dessa linha do tempo que mostra o caminho percorrido que nos trouxe até aqui.

Em 1966, portanto, há cinquenta anos, surgiu Pitágoras como uma instituição particular de pré-vestibular com uma pequena sala para 35 alunos em Belo Horizonte. Ao longo dos anos, o Pitágoras foi expandindo a sua atuação no Brasil e no exterior, oferecendo toda modalidade de educação básica e se firmando como uma instituição referência em qualidade de ensino.

Em 1999, surge a Fundação Pitágoras, com a missão de contribuir para a melhoria da gestão das redes públicas, com um programa especialmente talhado para as redes municipais, o SGI – Sistema de Gestão Integrado, que é uma metodologia de gestão que alia os esforços de todos os integrantes da comunidade escolar, começando pela Secretaria Municipal de Educação, passando pelas lideranças, pelos diretores, coordenadores, funcionários e professores até chegar aos alunos e as suas famílias, para colocar todos remando na mesma direção, qual seja, a melhoria do desempenho dos alunos, medida sobretudo através da evolução dos índices de aprendizagem. Se tivéssemos que resumir em uma frase, a nossa maior convicção é esta: escola boa é aquela em que o aluno aprende.

O SGI é um programa que tem implantação de dois anos. Ao final desse período, os educadores recebem certificação e pós-graduação em gestão escolar. E o mais importante, à medida que a tecnologia vai sendo transferida, os educadores vão implantando e adaptando-a para a realidade das suas escolas. Então é um programa mão na massa. Ao final do período de implantação, aquela rede municipal tem total autonomia e segurança para caminhar com as próprias pernas. Mais à frente eu vou mostrar os números do SGI.

Em 2006, como muito bem explicado pelo trio de professores que se apresentaram anteriormente, surge a Conspiração Mineira pela Educação, um movimento de voluntários também com a missão de contribuir com a melhoria da educação pública em Minas Gerais.

Eu queria mostrar esses números do SGI para deixar claro que existe uma trajetória que comprova a eficiência e a eficácia do trabalho. É uma proposta que já foi testada ao longo dos anos.

O SGI tem 18 anos de estrada. De 1999 para cá, ele já foi implantado em mais de 100 Municípios em todo o Território nacional, beneficiando mais de mil escolas, capacitando 30 mil educadores e chegando até a sala de aula, melhorando os índices de aprendizagem de 728 mil alunos. Um pouco mais à frente eu vou mostrar esses resultados.

Quero também mostrar o alcance da Conspiração Mineira nessa última década. Então, é um movimento que fica em Minas Gerais, atua especificamente em Minas Gerais, em 42

Municípios do Estado. Conseguimos, também, já reunir mais de 1,3 mil escolas, beneficiando um milhão de alunos, também com resultados notáveis na evolução dos índices de aprendizagem.

O SGI e a Conspiração são programas similares, mas também distintos. As similaridades são que ambos são coordenados pela Fundação Pitágoras e ambos têm o foco na escola pública com ênfase na educação básica. O que fundamentalmente os diferencia é o formato. Enquanto o SGI é uma metodologia de gestão, completa, complexa, que dura dois anos para ser implantada, a Conspiração atua através dos fóruns de diretores, que são os encontros sistemáticos, mensais, com grupos de diretores de um determinado território educativo. Eu acho que está aí a grande força desse formato, porque a gente reúne diretores de uma mesma vizinhança de escolas estaduais e municipais, que, geralmente, nem se conhecem. Então, a gente consegue reunir esses grupos para que eles possam trocar experiências, conhecer as melhores práticas e entre seus pares encontrar os caminhos para os grandes desafios que enfrentam.

Esse gráfico é muito importante, porque é fundamental mostrar que o resultado se traduz em resultados palpáveis. Então, a gente vê a evolução histórica do Ideb, da última década, dos anos iniciais do ensino fundamental, com quatro medidas. Temos a média do Brasil, naquela barra azul; a média de Minas Gerais; a média das escolas que participam dos fóruns da Conspiração; e também das escolas que já implantaram o SGI.

E o que a gente pode perceber é que, em 2005, tanto as escolas da Conspiração quanto as escolas que implantaram o SGI partem de um patamar abaixo da média de Minas – é bom lembrar que Minas Gerais é um Estado que tem os indicadores educacionais como referência, superiores em relação à média de outros Estados do Brasil – e gradativamente a gente percebe essas escolas galgando a evolução desse indicador até chegar em 2015, quando eles superam a média de Minas Gerais. Então, são saltos expressivos, mostrando que o que a gente faz de fato tem um resultado comprovado.

Essa mesma tendência é percebida nos anos finais do ensino fundamental. Da mesma forma as escolas da Conspiração e do SGI partem de um patamar inferior à média de Minas. E, ao final de 2015, superam-nas. A gente tem as escolas da Conspiração saindo de 3,5 e chegando a 5, em 2015, e as escolas do SGI saindo de 3,4 e chegando a 5,4, em 2015. Então, são saltos expressivos e que nos mostram, nos sinalizam que estamos no caminho certo, com formato bastante eficiente.

A síntese é a seguinte: se somarmos, linearmente, o tempo de estrada da Fundação Pitágoras com o SGI, os 18 anos de trabalho mais os 10 anos de trabalho da Conspiração com os Fóruns Diretores, nós temos quase três décadas de experiência trabalhando com as escolas

públicas. E, durante todo esse período, encontramos caminhos para contribuir de forma expressiva e, o mais importante, de forma absolutamente gratuita para o Poder Público.

A Fundação Pitágoras tem esses dois carros-chefes: o SGI e a Conspiração, os Fóruns de Diretores. Exatamente o formato dos Fóruns de Diretores é que será replicado na Aliança Brasileira pela Educação, nessa ideia poderosa de colocar escolas municipais e estaduais trabalhando juntas.

A Aliança Intersetorial já foi claramente explicada pelo Dr. Tomáz. É fundamental que essa aliança, que nasceu em Minas, se expanda para o Brasil. É uma honra poder começar por esta Casa, como o primeiro grande parceiro do Poder Público integrando essa aliança, passando pelo MEC, pelas secretarias estaduais e pelas secretarias municipais de educação. São simplesmente fundamentais para o sucesso desse projeto.

Já estamos sendo procurados por diversas empresas e fundações de diferentes áreas interessadas em integrarem a Aliança, não é, Gislaíne? Temos feito reuniões importantes para poder conseguir somar forças, porque sozinhos nós não daríamos conta de um desafio dessa magnitude, que é contribuir para a melhoria da educação pública do nosso País. Nós temos que ter realmente essa comunhão de forças.

A missão da Aliança sintetiza tudo isto: contribuir para a melhoria da qualidade das escolas públicas brasileiras com foco na educação básica, por meio de uma aliança intersetorial entre governo, empresas e fundações, tendo a Kroton como articuladora dessa iniciativa, convidando parceiros, sejam pessoas jurídicas sejam físicas, para se juntarem a nós. Todos são bem-vindos.

É importante também que tenhamos metas bem definidas, bem claras e as metas propostas são as que estão listadas nessa tela: o fortalecimento da liderança do diretor. Costumamos dizer que a escola tem a cara do seu diretor, para o bem ou para o mal. Então, se temos diretores comprometidos, confiantes, motivados, aquela escola certamente vai refletir isso.

Outra meta importantíssima é a alfabetização das crianças na idade certa: até os 8 anos de idade; também projetos de inclusão pelo esporte, essa também é uma área que a Aliança vai jogar forte; e a melhoria dos indicadores de aprendizagem como consequência desse trabalho.

Então, a Aliança Brasileira, que vai replicar o formato dos fóruns, trabalha sistemas estratégicos, que o Prof. Cláudio também já citou. São temas, eixos que sempre trabalhamos nos fóruns e que sempre discutimos com os diretores: a questão da pacificação, da motivação dos alunos, da motivação dos professores, da integração entre família e escola e da melhoria dos indicadores de aprendizagem.

Eu queria detalhar rapidamente um pouco mais a dinâmica desses encontros.

São encontros mensais que duram uma tarde por mês, de 14 às 17 horas. Vocês podem observar que é uma pauta dinâmica. A gente se inspira no formato TED, que é uma instituição que se especializou na arte das palestras e das apresentações e que se fundamenta nos conceitos da neurociência, que nos ensina que o tempo ótimo de concentração do cérebro humano dura cerca de 20 minutos. Então, hoje a gente tem atividades curtas, trabalhadas em profundidade e com a total concentração do grupo.

Nesses encontros, os diretores conhecem ferramentas de gestão aplicadas à sala de aula, assistem a palestras motivacionais e, sobretudo, trocam experiências, aprendem o que está dando certo na sua escola e o que podem levar para a sua escola.

Perspectivas para o próximo ano: propomos a total continuidade dos fóruns em Minas Gerais, que tem mais de mil escolas participando desses encontros. É bom lembrar que os grupos têm, em média, 50 pessoas. Pretendemos também expandir a Aliança Brasileira em São Paulo. Começamos um piloto em agosto. Já fizemos nove fóruns muito bem-sucedidos, com a total adesão dos diretores, e, para o ano que vem, queremos expandir essa atuação incluindo também as escolas municipais. Pretende lançar a Aliança Brasileira no Rio de Janeiro. Existe também a possibilidade de implantarmos o SGI, que é essa metodologia de gestão mais complexa em outros pontos do nosso País, em parceria com as empresas e fundações que queiram se juntar a nós.

Eu gostaria, agora, para finalizar, de mostrar um vídeo breve, de apenas cinco minutos, que traz depoimentos de diretores e lideranças que implantaram o SGI em seus Municípios e que participam dos fóruns de diretores. Eu acho que ninguém melhor que eles para atestar em primeira pessoa a força e a importância dessa proposta.

*(Procede-se à exibição de vídeo) (Palmas.)*

**A SR<sup>a</sup> HELENA NEIVA** – Bom, só para finalizar, vocês viram os depoimentos de privados de liberdade, depoimentos muito tocantes. Um dos principais trabalhos da Aliança também é atuar nas escolas do sistema prisional. Essas escolas já participam do SGI, já participam dos fóruns de diretores da Conspiração.

E quando a gente fala de incluir escolas do sistema prisional, nós estamos verticalizando para o nível mais profundo da exclusão. São milhares de jovens, em sua maioria negros, que jamais tiveram acesso à educação ou têm baixíssima, sequer cumpriram o fundamental nos anos iniciais. Então, levar educação para as escolas, levar educação de qualidade para as escolas do sistema prisional é uma possibilidade real de ressocialização. Então essa é uma missão também que nos enche de orgulho e de alegria.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Meus parabéns para a Helena Neiva. Excelente exposição. Acho que sensibilizou todo mundo, Helena? Parabéns!

Eu vou passar a palavra, agora, ao Prof. Olacir Aparecido Alvarenga Oliveira, Prefeito de Santa Maria de Itabira, Minas Gerais.

**O SR. OLACIR APARECIDO ALVARENGA OLIVEIRA** – Bom dia a todos. No nome do Sr. Senador Pedro, eu saúdo a Mesa. Cumprimento todos os presentes. Gostaria de saudar o Sr. Senador Cristovam Buarque. Bom dia, Sr. Senador.

Depois dessa fala técnica, fica até difícil de a gente falar, não é, Senador? Mas eu agradeço o espaço.

Se o senhor me permite, Senador, eu gostaria de contar uma história. Como todos estão falando uma historinha, uma historinha séria, a de vocês, a minha também, é séria. Eu não sou técnico, viu, gente? Eu sou bem simples mesmo, minhas palavras não são técnicas. Sou nascido na zona rural da minha cidade. É uma comunidade de 700 habitantes, uma comunidade bem pequena e simples.

Hoje, o motivo de eu estar aqui, mesmo eu não sendo professor, mesmo não sendo diretor, mesmo não sendo uma espécie que possa inteirar-se mais na educação, estou aqui como gratidão, em agradecimento, em nome do Município de Santa Maria de Itabira, em Minas Gerais, da Secretária de Educação, do meu Vice-Prefeito Israel de Oliveira Magalhães, nós estamos aqui para agradecer.

A história que vou contar, Senador e senhores, é que eu nasci na zona rural, sou nascido e criado na roça, estudei pouco naquela ocasião. Na época, lá, a gente só tinha a quarta série para estudar. Mudei para a cidade e depois de velho fiz até a oitava série. Até então, como diz a filha do Prof<sup>o</sup> Neiva, a gente não teve oportunidade, naquela ocasião, para concluir os estudos. Mas eu sou prova viva para contar essa história. Quando eu me candidatei a vereador e fui eleito, no primeiro mandato, percebi que vereador não faz nada. Desculpe-me dizer dessa forma, Senador, mas vereador é uma pegação no pé do prefeito. Eu fui vereador e sei. Falei: desisto! E me afastei. Eu me afastei, mas tinha os parceiros políticos ou mesmo amigos da gente, que pediram para eu sair candidato. Naquela ocasião, o trabalho prestado como vereador não foi um trabalho de assistencialismo, mas foi um trabalho prestado com dignidade para a comunidade do meu Município. E eles pediram para a gente sair candidato naquela ocasião. Nós saímos candidato e fomos eleitos. Nunca teve uma votação tão expressiva no meu Município com o nosso candidato.

O que é que ocorre? Qual o porquê do meu depoimento? Naquela ocasião, a minha credibilidade, do Olacir – o apelido no meu Município é Grilo – não chegou a zero porque Deus não quis. Os empresários maiores, com todo respeito a eles, não apostavam em nós. Apostavam que ia ser a pior administração dos últimos anos na nossa cidade. Mas nós buscamos parceiros. Primeiro eu falei com o pessoal: acreditem em mim, porque não tenho dúvida de que acredito em vocês. Um exemplo: quem vai dar aula na educação não é o prefeito, é o professor, em conjunto com os diretores, com a secretária. O prefeito vai autorizar vocês a trabalhar.

E sabendo eu que tinha pouco estudo, eu não sou louco de deixar a educação do meu Município sumir da face da Terra, vamos dizer assim, por minha conta, eu, Grilo, Olacir.

Falar em gratidão. Eu agradeço e depois ainda peço, se for possível, Senador, uma salva de palmas para o meu amigo, que considero como amigo, o Prof<sup>o</sup> Evando Neiva. (*Palmas.*)

Muito obrigado, professor, pela parceria que o senhor teve conosco em nosso Município. Quando a pessoa falou que o Grilo ia pegar a prefeitura, que ia acabar com a educação de Santa Maria, porque era um analfabeto que estava pegando a prefeitura, nós tivemos a coragem, a ousadia de buscar o senhor como parceiro. E o senhor nos deu a resposta imediata.

Hoje, só para vocês terem uma ideia, vou contar a história aqui, nós trabalhamos lá com 1,2 mil alunos. Nós fizemos curso, em parceria da fundação, com 150 profissionais e professores. Eu não estou aqui ganhando nada, gente, graças a Deus” Isso é coisa que eu quero falar porque aconteceu conosco no Município. E também a fundação não nos cobrou nada, foi de graça para o Município.

Baseado nessas parcerias, esses cursos de que já falei, cursos técnicos, levantaram nossa capacitação, com autoestima dos professores, em conjunto com os diretores e mesmo os alunos. Pensem na dificuldade que era os professores na sala de aula, o convívio do dia a dia de um com o outro ou mesmo dos diretores naquela ocasião. Como já havia esse clima na sala de aula, a minha chegada foi bem complicada: “Chegou mais um e vai acabar com a educação”. Resgatamos a autoestima dos profissionais. Fizemos parceria com os alunos, como foi dito aqui antes, eles dando o seu pitaco, vamos dizer assim, mostrando para os professores o que eles queriam, e os diretores colocando dia a dia o que era melhor para a escola e para o Município, de modo geral. Nessa oportunidade, nós padronizamos nossas escolas com orientações da equipe do professor.

Eles saíam de Belo Horizonte para dar suporte para a gente, o que não é fácil. O Município, de 11 mil habitantes, a dificuldade que o País está vivendo, e nós sabemos que nós tínhamos – desculpe, Senador – uma bomba para resolver naquele momento. Se eu deixo o

nome do meu Município ir para a lama, eram quatro anos que o meu nome também ia. Nós não queríamos isso, por isso buscamos com os parceiros...

Agradeço mais uma vez a forma como o senhor nos atendeu no seu gabinete. O nosso Município, em vista dos demais, é um ovo, e o senhor nos recebeu da mesma forma como recebe um Município grande. Muito obrigado pela parceria. (*Palmas.*)

Como eu já falei, a nossa reforma nas escolas, com orientação deles, a merenda escolar que existe hoje levantou nosso Ideb. O índice do nosso Ideb era de 5,5; hoje é de 6,4, posição de destaque na região.

Muito obrigado ao senhor. (*Palmas.*)

Por isso, estou aqui para agradecer ao senhor. Estou muito emocionado, porque aqueles que falaram que eu ia afundar a educação de Santa Maria de Itabira hoje se orgulham de nós. E o senhor está conosco.

Muito obrigado.

Aqueles empresários que duvidaram do nosso trabalho hoje se sentam conosco e falam: “Se fosse hoje, nós votaríamos em você”. Eu disse: a política passa, o Município continua. Vamos buscar mais parceiros para o futuro.

O nosso compromisso é o todo, não é só o Olacir, não é o Grilo só. É o todo, o Município é o todo, incluindo buscar essas parcerias do senhor. Eu parablenizo o senhor. O que aconteceu comigo, gente, é fato. O que aconteceu no Município de Santa Maria – a gente não está aqui como fanfarrão nem brincando com o emocional de ninguém – é excelente parceria.

Muito obrigado de coração.

Agradeço ao senhor, professor, à sua equipe, que organizou para a gente a parceria de todos. Não vou dizer nomes, porque é muita gente e eu acabo esquecendo.

Agradeço mais uma vez ao Vice-Prefeito, nós fomos parceiros, graças a Deus; agradeço também à Secretária, que, vendo as dificuldades, como eu mesmo, se não fosse ela também eu estava perdido. Mais uma vez destaco a parceria.

Agradeço mais uma vez ao Prof<sup>o</sup> Neiva. Nosso muito obrigado a toda a sua equipe. Que Deus os abençoe. Muito obrigado a vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu fiquei realmente emocionado com o depoimento do Olacir, que abriu o coração e falou de forma clara e tranquila. Na verdade, é um exemplo para este País, porque temos, seguramente, mais de 2.500 Municípios com menos de dez mil habitantes e que têm problemas semelhantes a este.

Tenho o prazer de registrar a presença do nosso Senador educação, Cristovam Buarque. É um prazer recebê-lo aqui. (*Palmas.*)



Nós vamos abrir agora para o debate, para quem quiser fazer uso da palavra. Não sei se o Cristovam quer começar a fazer algumas perguntas, questionando.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quero apenas dizer que acompanho o trabalho da/do Pitágoras – dependendo do que a gente fala, ou seja, colégio ou fundação – há muito tempo, não apenas pelo trabalho de vocês, mas também pelo Cláudio, que é um velho amigo meu.

Vejo nesse trabalho algumas coisas muito interessantes. Primeiro, uma entidade privada que não fica presa apenas aos alunos da sua rede. É uma entidade privada que tem responsabilidade social, nacional e que põe a educação de todos como um objetivo também. Segundo, esse trabalho, que eu não conhecia, com presos. Eu não conhecia. E me orgulho muito que a lei que permite redução de pena por estudo é minha, é de minha autoria. Levo muita pancada por causa disso, sobretudo devido ao fato de que hoje há um certo ódio da violência e muito identificada com os presos. Alguns deles, realmente, não merecem que a pena seja reduzida. Mas isso são exceções, pois a grande maioria merece.

Eu já tive a ousadia de pensar – existe um limite na ousadia, pensar é fácil, mas propor uma lei exige mais ousadia, que eu não tive até hoje –, tenho uma ousadia teórica de que o sistema prisional deveria estar no Ministério da Educação. Eu não tenho essa ousadia de propor uma lei nesse sentido porque vão achar que eu estou querendo passar a mão na cabeça de bandidos. Mas acho que a prisão deveria ser um sistema de recuperação e de não retorno à prisão. E só a educação permite isso. Só a educação. Eu percebi isso quando Governador, visitando a cadeia, a famosa Papuda hoje, que depois deixou de ser um lugar de visita de político. E eu percebia duas coisas, aliás: uma era o fato da falta de educação generalizada e, portanto, da falta de perspectiva; a outra que eu insisto também, e esta eu tenho a ousadia de propor já algumas vezes, embora muita gente não goste, que é o serviço militar obrigatório. É raro o preso que fez o serviço militar. Tem que levar em conta que não é um universo representativo. De fato, não é um universo representativo, mas o serviço militar traz três coisas que ajudam a barrar a violência que termina na prisão: um é disciplina numa idade específica, a juventude; a outra é amigos, companheiros que se consegue ali; e terceiro é aprender um ofício, podendo combinar um serviço com o ofício. Então, fiquei muito feliz com essa parte dos presos, muito, e gostaria até de ver se consigo o contato da Dr<sup>a</sup> Natália Fernandes, que aparece aqui, porque eu tenho sido muito procurado por grupos que querem levar adiante esse processo.

Então, eu fico muito feliz de ver o trabalho de vocês, o trabalho de levar um serviço de educação do seu setor privado ao setor público. Eu tenho insistido muito no fato de que a gente

precisa mudar o conceito de público como sinônimo de estatal. Há entidades estatais que não têm nada de público. E existem entidades privadas que são públicas, pelo serviço que prestam.

Uma faculdade que forma professor para rede, seja pública, seja privada, para ensino básico, essa entidade está prestando um serviço público. Ela é pública. E o ideal seria que o governo pagasse, como faz com o Prouni. Senão, a pessoa está pagando para ser professor. Logo, está pagando para um serviço público. O primeiro ponto da publicização, claro, é a qualidade. Se não tem qualidade, aí não é público, seja estatal, seja privado. Então, vocês trazem essa dimensão do público no setor privado, o que nós temos de aumentar ao máximo.

Sou defensor da cooperação público-privada, das OS, desde que a gente leve com cuidado para evitar corrupção, para evitar apadrinhamentos. Mas eu creio que não dá para prescindir da energia que há no setor privado para a realização do que a gente quer a serviço do público. E vocês estão fazendo isso, como outros grupos da educação estão fazendo.

Por isso, Gabriel, muito bom estar aqui, muito bom estar com vocês e muito feliz de ver o trabalho que estão fazendo. E fico feliz que esteja sendo feito aqui no Senado e que, eu espero, esteja sendo transmitido pela televisão, para que as pessoas vejam que é possível dar contribuição. Vocês não vão conseguir chegar aos 55 milhões de alunos, mas estão dando a contribuição de vocês. E, se outros fizerem isso, nós chegaremos mais rapidamente.

Ainda ontem foi divulgado o resultado do PISA, mais uma vez com resultados infames em 2015, em relação ao passado, com algo para que muitos de nós vêm alertando, com países avançando mais do que nós, países como a Indonésia, que vive dificuldades imensas, inclusive com centenas de idiomas diferentes, o que torna complexo o processo de educação. Pois bem, mais uma vez ficamos para trás.

Sem o esforço público-privado, aliás, sem o esforço estatal privado a serviço do público, nós não vamos dar o salto que precisamos. Por isso, parabéns, Pitágoras; parabéns, Kroton. Parabéns a todos vocês.

E eu espero que outros sigam o exemplo de vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – É com prazer que eu registro a presença do Deputado Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais. (*Palmas.*)

Ele é também da área de educação. Ele foi o autor do PL 6.840, que trata da reforma do ensino médio, cujo relatório eu aproveitei bastante para o projeto que eu concluí e que foi aprovado pela Comissão.

Passo a palavra ao Ronaldo, para fazer algum questionamento, porque nós estamos num debate intenso aqui, interativo. E eu acho que a gente vai elegendo algumas pessoas. Depois, todos poderão usar da palavra, sem nenhuma restrição.

**O SR. RONALDO MOTA** – Diante de um pedido do Senador Pedro Chaves, eu não posso falar não.

E me vêm muitas coisas à cabeça. Primeiro, assim, por mais que a gente seja otimista, e, particularmente, da Comissão de Educação, este evento supera qualquer expectativa, porque eu hoje estou aprendendo um monte de coisas e espero que todos também possam aprender igualmente, e me vem uma ideia de uma ficção.

Quer dizer, claro que nós temos no momento no País uma grave crise econômica, temos uma grave crise política e imaginem uma ficção em que alguém falasse assim: “Dá para fazer uma troca? Vamos fazer o seguinte: dá para agravar a crise econômica e agravar a crise política um pouquinho, mas a gente, em compensação, teria uma melhoria na educação?”

É uma aposta difícil, porque ninguém fez essa pergunta, mas, se fizesse, eu acho que valeria a pena, porque, mesmo num contexto de maior dificuldade econômica e de maior dificuldade política, se nós tivéssemos, e não temos, boas notícias no campo educacional, seria um grande motivo adicional para termos mais esperança.

Ou seja, a centralidade, a estratégia da educação é ela mesma. Quer dizer, se a gente quer pensar o futuro, o futuro está absolutamente ligado à educação, e educação não dá, como diz o Senador Cristovam, para ser uma responsabilidade unicamente estatal ou unicamente pública no sentido usual. Ela demanda um conjunto de ações de muitos atores, e, particularmente aí, o setor privado, através das suas fundações, tem um papel imprescindível.

Então, eu acho que, se nós temos, e voltando aqui a nossa crise não política, mas econômica, é difícil definir em resumo, mas eu diria que nós temos uma crise econômica também, ou como prioridade número um, a questão da produtividade. A baixa produtividade nossa está associada a outros fatores, mas o fator mais relevante é nós temos uma baixa produtividade e, portanto, somos menos competitivos, porque temos o problema de escolaridade, tanto em número de anos, quanto em qualidade dos anos cursados.

E se nós temos alguma expectativa de um desenvolvimento econômico, social, ambiental sustentável, isso só se dará através de educação. Não há fim de crise política, nem fim de crise econômica que não passe por nós termos um outro padrão educacional, uma outra capacidade de competir globalmente, e, portanto, gerarmos um desenvolvimento, que é o que nós queremos, que seja sustentável.

É isso, Senador.

Então, parabéns a todos, belíssima iniciativa. E sou voluntário para ajudar no que for possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Federal Vitor Lippi, de São Paulo, que está aqui desde o início do debate.

Peço as escusas por não anunciar antes.

Seja bem-vindo aqui.

Parece que o Raulino quer falar alguma coisa.

Pois não, Raulino. Vamos para o debate.

**O SR. RAULINO TRAMONTIN** – Senador Pedro Chaves, velho colega de guerra, eu queria comentar sobre a apresentação da Gislaine e dizer para a Gislaine que o IBGE lançou, há uma semana, mais ou menos, e está no teu e-mail, um relatório chamado Síntese dos Indicadores Sociais, numa reportagem sobre os “nem-nem”. Então, os números que você coloca aí, multiplica por cinco.

Nós temos, seguramente, quase 6 milhões, Senador Cristovam, que abandonaram, e esses aí provavelmente vão engrossar as cadeias. Eu me espantei com os números desse relatório. Sugiro a quem não leu o relatório que o faça. O relatório, que está disponível na internet – e se não acessarem, eu posso mandar, porque mandei para muita gente – mostra que nós tivemos uma evolução de 29%. Isso quer dizer que os números que você apresentou aí dá para multiplicar por 5. Não, mas o relatório que saiu em 2015 é muito maior do que aparece aí, é muito maior.

Eu queria, para terminar, Senador, dizer o seguinte: nós estamos fazendo alguma coisa, sim, e nós temos, aqui em Brasília, em algumas famílias, o Adote uma Família, para educação, e está dando certo.

Eu vou dar um exemplo, já que todo mundo conta a história: no Paranoá nos encontramos uma família com três rapazes que há 15 anos não trabalhavam e nem frequentavam a escola. E viviam em um barraco de madeirite.

Nós desafiamos. O que eu fiz? Comecei dar uma cesta de legumes toda semana. Fomos ao Sesc, no Setor Comercial Sul, fizemos uma parceria com Sesc, matriculamos esses rapazes. Alguns terminaram o ensino fundamental e temos os dois primeiros que estão terminando o ensino médio este ano, em um projeto chamado Adote uma Família.

Eu acho que o Adote uma Família, Senador Cristovam, é exatamente dentro desse espírito. Eu quero dizer o seguinte: esse programa – e eu acompanho pela internet o Conspiração Mineira há muito tempo – você imagina o que vai acontecer com esses mais de 6 milhões de pequenos, médios e jovens de até 18 anos que simplesmente abandonaram a escola, e não há possibilidade de voltar, do jeito que as coisas estão indo.

Eu acho que é dentro dessa faixa que nós temos que começar a pensar o que nós vamos fazer para não engrossar a fila das cadeias públicas brasileiras, que já estão lotadas.

Então, Gislaine, o que você apresentou é um pouco pior até, e eu parablenizo a Mesa pela oportunidade que nos deram de aprender um pouquinho mais. E quero dizer que nós educadores, que só trabalhamos com educação, ficamos cada vez mais entusiasmados no sentido de que a união faz a força e é possível efetivamente mudar. A mudança vem do compromisso com o querer fazer. *(Palmas.)*

**A SRª GISLAINE MORENO** – Raulino, que pena que os números são maiores. Mas a grande pergunta é: Você vai ser voluntário?

**O SR. RAULINO TRAMONTIN** – Eu já sou voluntário.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu pergunto ao Deputado Reginaldo e ao Deputado Vitor se gostariam de usar da palavra para fazer o questionamento ou para uma contribuição?

**O SR. VITOR LIPPI** (PSDB - SP) – Amigos e amigas, boa tarde.

Eu gostaria de cumprimentar o nosso querido Senador Pedro Chaves, o Senador Cristovam Buarque e também o nosso Deputado Reginaldo; cumprimentar essa equipe fantástica que traz tanta esperança, tanto amor e tanta ação – o que é sempre importante, a atitude – que é professor Evando Neiva, que tem inspirado tantas mudanças e conseguido fazer uma articulação importante para trazer novas soluções; cumprimentar a Gislaine Moreno, uma parceira fundamental do projeto; cumprimentar o Professor Cláudio de Moura Castro, que tem sido um crítico muito importante no processo de melhoria dos processos; cumprimentar a nossa Professora Teresinha, lá de Sorocaba, que foi a nossa Secretária de Educação, e, em nome dela, cumprimentar todos os educadores aqui presentes.

Eu queria, rapidamente, dizer que lá em Sorocaba tivemos a oportunidade de ter o SGI, e foi muito interessante porque percebia que, embora houvesse um grande interesse dos diretores em melhorar a sua escola, víamos que faltava método. Hoje a gente sabe que, para você ter uma melhoria de gestão, você precisa ter liderança, vontade, conhecimento e método. Faltava esse método, e a SGI permitiu fazer um alinhamento das expectativas, dos programas, enfim, para a gente poder trabalhar melhor com os indicadores. Então, foi uma experiência maravilhosa. Eu nunca vi a Secretaria da Educação tão entusiasmada, tão motivada.

Mas, agora, nós temos algo ainda mais interessante. Eu acho que é uma forma ainda mais simples de trabalharmos. E me encanta essa proposta, que já vem sendo colocada em prática. Helena, você também traz uma forma muito simples de mostrar esse processo. Nós que gostamos muito de gestão, de melhoria de gestão, e acho que essa é a grande questão,

precisamos buscar os resultados. Eu acho que aqui nós conseguimos ver que o método é um método simples, uma dinâmica muito simples. Isso é fundamental. Ela é participativa, porque legitima o processo e fortalece o protagonismo, o empoderamento dos diretores. Ela é territorializada, que é algo também fundamental. Não adianta falarmos: “não, cada um...”. Não, cada um no seu local para definir as suas responsabilidades. Ela também integra melhor as escolas públicas estaduais e municipais, porque não existe criança estadual e criança municipal. Existe criança, e essa criança precisa ser vista com os dois sistemas de educação de forma integrada. Ela é vivencial, que é fundamental, porque, sem a vivência, nós ficamos na teoria. Então, isso é muito importante. Ela trabalha com método, que é muito simples, e ela tem os indicadores. Então, para mim, isso é maravilhoso, porque é muito barato, muito simples. Ela valoriza a vivência, quer dizer, faz com que as pessoas se empoderem.

E vocês conseguiram identificar coisas que são comuns a todas as escolas brasileiras. Estamos muito preocupados com isso, queríamos estar comemorando estar entre os 11 melhores. Na avaliação PISA, estamos entre os 11 piores. Acho que precisamos fazer muita coisa. É possível? Eu não tenho dúvida de que é possível. E falta isso, porque vontade existe.

Foi dito aqui, com muita propriedade, sobre a esperança. Eu acho que, com essa esperança, não a esperança só de esperar, ser parte da esperança, da mudança, mas com método, com perseverança, nós haveremos de fazer grandes transformações.

Eu fico muito feliz de estar aqui. Conte com o nosso apoio, Reginaldo. Somos grandes entusiastas, porque sabemos que essa é a melhor forma realmente de termos um País com pessoas mais felizes, mais bem preparadas, mais confiantes.

Esperamos ter muito menos gente na prisão, porque sabemos que ali é o indicador de que não estamos bem. A cada ano, infelizmente, está aumentando o número de pessoas nos presídios brasileiros e não temos mais onde colocar as pessoas. Não tenho nenhuma dúvida de que não tem outro local mais adequado para trabalharmos isso que não seja através da educação.

Portanto, meus cumprimentos a vocês. Eu quero agradecer realmente, de coração, porque precisamos de algo assim, simples, com método, com participação e com o entusiasmo que vocês trazem a todos nós.

Parabéns pelo trabalho de vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – A palavra está livre a quem quiser fazer uso.

Deputado Reginaldo.

**O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG)** – Só para parabenizar pela iniciativa. De fato eu não participei aqui da apresentação do projeto, mas se é aliança, se é pacto, se é compromisso, eu estou junto. Acho que em relação à educação é fundamental.

Conheço o trabalho da Conspiração Mineira pela Educação, inclusive já fui palestrante há uns dois anos sobre a reforma do ensino médio, e o senhor foi Relator, na comissão mista, da medida provisória. De fato, tem que haver esse esforço colaborativo, republicano de todos pela educação no País, para melhorar os métodos, os resultados, os compromissos.

Eu diria até mais, é preciso mais vontade política – quero cumprimentar o prefeito que está aqui também, que é meu amigo e companheiro, da nossa cidade de Santa Maria de Itabira, o Olacir – no sentido de que, de fato, quando temos gestores municipais muito envolvidos, junto com toda a sua equipe, nós temos resultados importantes na educação.

É fundamental que tenhamos um compromisso de não deixar nenhuma criança para trás. Acho que esse compromisso com direito sagrado ao aprendizado deveria ser a principal política dos Municípios.

O nosso Deputado colocou muito bem: para o cidadão não tem diferença a escola ser municipal, estadual, federal, privada. Ele quer que o seu filho tenha um aprendizado de qualidade.

A política de educação, de maneira transversal, resolve os demais problemas – do desemprego à violência. Eu tive oportunidade de ser autor e presidir três comissões especiais no Parlamento. A primeira que gerou a nova lei sobre drogas, a 11.343, de 2006. Nós avançamos, despenalizamos o usuário, apesar de o sistema prisional ser seletivo, para não dizer outras coisas. E, Cristovam, em vez de prender menos prendeu mais, porque da cena do crime até o juiz que julga são muito elitizados, não compreendem a diferença de um usuário de um traficante. Depois, ali eu percebi que tínhamos muito problema na política de segurança pública. Mas, também, já estou mexendo com um tema tão polêmico, não vou ousar colocar outro na pauta, em tese, fingir que não existia.

Depois nós ajudamos a pensar a reforma do ensino médio, porque, de fato, é uma etapa em que o jovem precisa encontrar algumas respostas. O nosso modelo não dá essas respostas, e aí é evidente que aumenta os “nem-nem” – nem trabalho nem estudo. Nem trabalho porque não tem trabalho, e nem deve ter, o trabalho é educação. Ele tem que estudar. Nós temos que ter um modelo para ele estudar.

Olhamos os dados do ensino médio noturno, Cristovam, e é lógico que eu defendo. O Brasil não tem estrutura para botar fim no ensino médio noturno, mas um menino de 14 anos não deveria estar estudando no período da noite. Ele deveria estar estudando no período da

manhã ou da tarde. É porque não há escola, mas é porque também há uma falsa expectativa de trabalho. É porque não se considera neste País que educação é um dos melhores trabalhos de um adolescente. E o Brasil tem condições de ter uma política para financiar a sua permanência, como nós fazemos para os estudantes universitários. Mas nós não priorizamos a educação básica no País da mesma forma que priorizamos, em parte, a educação superior. Então, no ensino noturno, apenas 12,5 trabalham, mas, mesmo assim, achamos que não há saída. Temos que permanecer com o ensino noturno independentemente do resultado do Ideb do ensino médio no Brasil.

Depois eu cheguei a uma comissão, onde tive alegria, mas fiquei perplexo com os resultados, que foi a CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres, que presidi no Congresso. Nós temos uma dura realidade neste País. Esses jovens são colocados para fora das escolas. Não há uma política de coesão. Não há um modelo capaz de fazer uma busca ativa, como foi colocado pelo companheiro aqui, o Adote uma Família. O Estado é incompetente de fazer isso. Não se prioriza. Se ele não comparecer, não há *link* entre a Secretaria de Educação e aquela família ou aquele conselho de pais. Rompeu-se com essa lógica. É como se não fosse problema de ninguém. Os Municípios são incompetentes, não querem assumir as medidas meios, abertas. E, na ausência de cumprir e mostrar para o nosso jovem que o crime não compensa, nós fazemos das medidas meios um estoque para as medidas fechadas. Mas isso não importa à maioria de nós, porque, na maioria, são pobres, são negros. Há brancos pobres também. Então, nós criamos esse faz de conta. E chegamos à violência. O Brasil caminha para ser a maior população carcerária do mundo se continuar desse jeito. Nós já somos o terceiro, 700 mil presos.

E aí vem um sistema penal e uma persecução penal totalmente falidos, porque a ampla maioria são presos provisórios, porque não são feitas as audiências de custódia. A maioria dos presos poderia estar solta. São provisórios. Então, isso é resultado.

Qual é o problema e por que estou falando disso? Porque tem em comum o quê? A saída? A educação, com a vontade política, com métodos práticos e eficientes, que ousam, para além da teoria, ser sustentável e aplicável de maneira objetiva e concreta, um Pacto Federativo e republicano, mais o federativo também, da sociedade. Eu ouvi o Senador Cristovam falando aqui também. É um problema de todos. Se déssemos conta dessas três coisinhas, nós promoveríamos em todas as cidades uma coesão social, porque há cidade que é assim. Nós temos no Brasil cidades com alto índice de violência e homicídios, mas há cidades que, há mais de 50 anos, não têm nenhum homicídio. Por que uma cidade cria uma coesão social, e outras não? É possível ter uma cultura de paz. Eu sei que essa palavra é meio clichê, mas nós podemos criar. E o mecanismo passa por um modelo eficiente da educação. Ou nós encontramos esse



compromisso de fato ou vamos ficar nos discursos. Então, é isso. Eu quero dizer que passa por esse Pacto Federativo, mas também passa por um grande pacto republicano.

E quero aqui parabenizar a Mesa, porque é quase toda mineira, com mais o Senador, que nós vamos adotar como mineiro também. Então, nós temos uma Mesa bem mineira, viu, Cristovam? Parabenizo aqui, em nome da mineiridade.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SR<sup>a</sup> GISLAINE MORENO** – Eu queria aproveitar, quebrando o protocolo aqui, já que o Senador vai passar a ser mineiro a partir de hoje, para dizer que hoje é aniversário dele. Uma salva de palmas para ele! (*Palmas.*)

Quem sabe no dia de hoje ele renasça mineiro!

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Esta audiência pública já é um presente maravilhoso para mim. O que vi aqui foi muito bom.

Eu vou dar cinco minutos para os expositores, se quiserem usar da palavra. Todos aqueles que estiveram aqui fiquem à vontade.

**O SR. FERNANDO PINTO** – Oi!

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não. Pode falar.

**O SR. FERNANDO PINTO** – Eu queria falar mais por incentivo da Prof<sup>a</sup> Bete.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Fique à vontade.

**O SR. FERNANDO PINTO** – Eu sou assessor de Comunicação do Crub, mas não vou falar como assessor, porque, na verdade, quem viria seria a minha chefe, que havia sido convidada, mas ela teve outro compromisso e me pediu para vir. Eu vim de surpresa. Como a Prof<sup>a</sup> Bete conhece a minha história, ela queria que eu falasse um pouco da minha história. Então, eu não sou mineiro, mas vou contar uma história. Mexeu muito comigo a questão da educação, porque hoje, se eu cheguei aonde cheguei e estou onde estou, foi pela educação.

Vou resumir rapidamente. Eu nasci em uma cidade satélite, Brazlândia – quem é de Brasília conhece –, e sou fruto de um estupro. Não conheço meu pai, e minha mãe é deficiente. Quando descobriram que ela estava grávida, ela estava com oito meses. Chegou ao hospital passando mal, e disseram: “Ela está grávida”. E a minha história começou nessa confusão. Minha mãe já morava com outras pessoas, que já tinham que cuidar dela. Então, lá no hospital, já houve o problema quando eu nasci: quem vai cuidar dele? Então, veio uma tia e falou: “Eu cuido dele”.

Vivi a infância em uma pobreza, em uma violência, e por isso criei uma rebeldia muito grande com a vida, com a história. Eu não queria acreditar que eu tinha sido... Então, eu era um

péssimo aluno, muito revoltado. E, aos 11 anos, essa tia, pela minha revolta, me pôs para fora de casa. Eu já ia reprovar a 5ª série e estava entrando para o mundo da marginalidade. Fiquei por dois dias na rua e falei: vou seguir por esse mundo. Até que uma prima veio, falou que ia me ajudar, e a única coisa que ela impôs para que eu morasse com ela era que eu estudasse. Ela falou: “Nós só vamos sair de toda essa história pelo estudo”. E deu o exemplo dela. Ela também veio da nossa família, pobre, e tinha recentemente passado na UnB, passado em um concurso. Ela falou: “A gente não pode mudar o passado, mas podemos estudar”.

Então, eu estava reprovando a 5ª série, mas peguei com gás para estudar. Havia muitos programas como o da Fundação Pitágoras lá na minha cidade, e eu fui aproveitando todos, a questão psicológica, tudo para me ajudar, e fui focando no estudo. Isso, em escola pública. Estudei e consegui concluir. Depois, consegui fazer o curso que eu queria, com todas as bolsas, os incentivos. Formei-me em Comunicação Social, depois fiz uma pós-graduação em Assessoria. E é isso. Eu só sou hoje o que sou por causa da educação e porque, no meio do caminho, houve pessoas com projetos que me incentivaram a chegar aqui.

Então, eu fiquei muito emocionado de estar aqui e de ouvir isso. E eu tinha que falar isso, porque eu sou uma prova viva. E fiquei muito feliz de ver que a Kroton é... Porque eu me formei na Anhanguera e, por várias vezes, eu ia desistir, eu ia trancar a matrícula, e a coordenadora, a diretora da Anhanguera fez de tudo, me mostrou vários... Então, eu comecei pagando integral, terminei com bolsa, eles me apresentaram alternativas para eu não desistir. Eu tenho até uma coordenadora que sempre diz que eu tinha que escrever um livro.

Mas eu só queria reforçar isso. Eu só sou o que eu sou, eu só cheguei aonde cheguei hoje e tenho o que eu tenho graças à educação, porque o caminho que tinham me apresentado era da marginalidade, mas eu fui pelo da educação. Então, é isso.

Parabenizo todos vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Está de parabéns!

Pois não.

**A SRª RENATA DUARTE SILVA** – Boa tarde. Meu nome é Renata. Eu estou Secretária de Educação do Município de Santa Maria de Itabira. Eu sou filha de lavradora. Meu pai é vaqueiro. Eu comecei na prefeitura como auxiliar de serviços gerais. Fui votada como Secretária. Hoje fiz um trabalho. Sou convidada para continuar como Secretária na próxima gestão.

Eu queria contar para vocês que o SGI foi a esperança do nosso Município. O SGI, como disse o Professor Tomáz de Aquino, nos ensinou a fazer aquilo da melhor maneira, a ser

esperança e a praticar esperança. Nós conseguimos elevar o nosso Ideb por quê? Nós fortalecemos a nossa liderança e através dela chegamos até o aluno. Porque a escola, como diz a Helena, é só é boa quando o aluno aprende. Hoje, nós somos referência na nossa região, por causa do trabalho desenvolvido nesses quatro anos.

Então, como você, eu também tenho uma história. E graças a Deus, essa história está ficando no Município. E temos que agradecer muito, Professor Evando Neiva. Saber que esse trabalho se estenderá para o Brasil, para o mundo, é muito grande para nós, porque a prova é o nosso Município. Ele realmente melhorou o indicador de aprendizagem do nosso aluno. Os nossos alunos aprendem, e isso é prova viva.

Eu gostaria muito de agradecer a você, a toda a equipe Pitágoras e à equipe Kroton, que nos possibilitou isso, porque como diz o prefeito, é um Município sem recursos, com IDH baixo, com Ideb baixo, que hoje é referência na região. Então, estou muito orgulhosa, e poder participar dessa história é muito gratificante. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Depois eu passo para a Helena.

Então, por favor.

**O SR. TOMÁZ DE AQUINO RESENDE** – Eu não posso perder a oportunidade, Senador. Eu sou voluntário nas APACs, que também são uma experiência de Minas muito interessante. Nós temos lá 42 APACs, que são associações que administram prisões com todo tipo de presos dos três regimes. E há uma pesquisa da Fundação AVSI, e corroborando o que o Deputado Reginaldo falou, nós temos hoje, no Brasil, o terceiro maior prendedor do mundo. Perdemos para os Estados Unidos e – salvo engano – para a China. Estados Unidos, China e depois Brasil. São 700 mil presos, no Brasil, e em Minas Gerais são 70 mil.

A Fundação AVSI tem um estudo impressionante, que diz que 70% desses presos têm menos de 30 anos. Desses 70%, 90% não têm o ensino fundamental, todos com fundamental incompleto. Nenhum tem profissão. Nunca estudaram, nunca trabalharam, nunca fizeram nada.

Nós temos, em Minas, hoje, 42 prisões administradas pelo sistema APAC. Temos oito no Maranhão, duas no Paraná, uma sendo inaugurada no Rio Grande do Sul. E temos conseguido um índice de ressocialização ou de não reincidência de mais de 80%, chegando, em algumas prisões, a quase 90%. Um dos trabalhos principais existentes nessas prisões é justamente a questão da educação. Todos, todos, todos, lá em Minas, os três mil e poucos recuperandos – como a gente chama esses que estão nessas prisões – são obrigados a trabalhar, são obrigados a estudar e têm atividades o dia todo, das sete da manhã às nove da noite.

A principal atividade, disciplina e respeito, tem tido um resultado fantástico. Isso está incluído por causa da Helena. Ela sabe da minha paixão, do meu trabalho nesse voluntariado das APACs. Hoje, a Conspiração está dentro das APACs e estamos tendo um resultado fantástico.

Gostaria, Deputado Reginaldo, que o senhor também, nessa sua labuta pelo sistema de execução penal, que é, desculpe a grosseria, uma excrescência, uma vergonha, um crime o que acontece no Brasil... Eu fui promotor de Justiça por 23 anos. Nós prendemos, pioramos e devolvemos. Isso é um absurdo, uma vergonha! Agora, se não houvesse solução... Mas nós temos! Esse sistema APAC funciona – e funciona bem – junto com a Conspiração.

Eu precisava fazer esse depoimento porque eu acredito que, assim como a educação, nós não vamos atingir os milhões que precisam ser atingidos, nós não vamos conseguir atingir os 700 mil presos do Brasil, mas nosso interesse é, sim, atingir os 700 mil presos e os milhões de pessoas sem escola.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado pelo depoimento.

Vou passar a palavra para a Helena.

**A SR<sup>a</sup> HELENA NEIVA** – Eu pedi mais trinta segundos porque eu acho que vamos sair todos daqui hoje com os espíritos elevados e todos comprometidos a ser a esperança.

Vou ler uma frase, que está até no cartão de Natal da Conspiração, do Goethe, que diz o seguinte:

No momento em que nos comprometemos, a providência divina também se põe em movimento. Todo um fluir de acontecimentos surge ao nosso favor. Como resultado da atitude, seguem todas as formas imprevistas de coincidências, encontros e ajuda que nenhum humano jamais poderia ter sonhado em encontrar. Qualquer coisa eu você possa fazer ou sonhar, você pode começar. A coragem contém em si mesma o poder, o gênio e a magia. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Bom, vamos ao encerramento.

Convoco para o dia 13 de dezembro, terça-feira, em caráter excepcional, às 14 horas e 15 minutos, uma reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a participação de todos os convidados, todas as autoridades e Parlamentares.

Obrigado.

*(Iniciada às 10 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)*

Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=5710&codcol=47>. Acesso em: 2 fev. 2020.

**ANEXO 5 – Critérios PLND****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04/2015 – CGPLI****EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E  
AVALIAÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO  
LIVRO DIDÁTICO  
PNLD 2018**

A União por meio do Ministério da Educação (MEC), representada pela Secretaria de Educação Básica (SEB) com a cooperação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com base no art. 208, VII, da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394/1996, no Decreto nº 7.084/2010 e na Resolução CD/FNDE Nº 42/2012, faz saber aos detentores de direito autoral que se encontra aberto o processo de aquisição de obras didáticas destinadas aos estudantes e professores do ensino médio da rede pública.

**1. Do Objeto**

**1.1.** Este edital tem por objeto a convocação de editores, detentores de direito exclusivo de reprodução de obras caracterizadas neste edital, para participar do processo de aquisição de obras didáticas destinadas aos estudantes e professores do ensino médio das escolas públicas federais e as que integram as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal participantes do PNLD, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

**1.1.1.** Para fins deste edital, o termo editor se refere à pessoa jurídica a qual se atribui o direito exclusivo de reprodução da obra e o dever de divulgá-la nos limites previstos no contrato de edição.

**2. Dos Prazos**

**2.1.** As etapas de cadastramento dos editores, pré-inscrição e inscrição/entrega das obras didáticas e da respectiva documentação serão realizadas nos seguintes períodos:

**2.1.1.** Cadastramento de editores e pré-inscrição das obras didáticas

**Do dia 11/01/2016 até as 18h do dia 30/05/2016**

**2.1.2.** Inscrição/entrega das obras e da documentação

**Do dia 13/06/2016 a 20/06/2016, nos dias úteis, das 8h30 às 16h30.**

**3. Das Características das Obras Didáticas**

**3.1.** Serão avaliadas obras didáticas para os componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Física, Química, Biologia, Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Língua Estrangeira Moderna (Espanhol), Sociologia, Filosofia e Arte, destinadas aos estudantes e professores do ensino médio.

**3.1.1.** Cada obra didática constitui-se como uma proposta pedagógica única para o ensino e aprendizagem de um dos componentes curriculares referidos no **subitem 3.1** ao longo dos três anos desse nível de ensino.

**3.1.2.** As obras didáticas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Física, Química, Biologia, Língua Estrangeira Moderna Inglês e Língua Estrangeira Moderna Espanhol deverão obrigatoriamente ser organizadas por ano e em coleção.

**3.1.2.1.** Entende-se por coleção o conjunto organizado em volumes, inscrita sob um

único e mesmo título, ordenado em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada com o componente curricular do ensino médio.

**3.1.3.** As obras didáticas de Sociologia, Filosofia e Arte deverão ser obrigatoriamente organizadas em volumes únicos abrangendo os três anos.

**3.1.3.1.** Entende-se por volume único a obra didática individual organizada em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada com o componente curricular dos três anos do ensino médio. Não será admitida obra que se caracterize pela simples justaposição ou compilação de textos. A obra didática será composta de livro do estudante e de manual do professor. As obras individuais serão compostas de um livro do estudante e um manual do professor. As coleções serão compostas por três livros do estudante e três manuais do professor.

**3.1.4.** Nas obras de Arte, Língua Estrangeira Moderna Inglês e Língua Estrangeira Moderna Espanhol, cada volume deverá estar acompanhado de um CD em áudio, sendo considerado parte integrante da obra.

**3.1.4.1.** O CD em áudio do componente curricular Arte será destinado à aprendizagem da Música.

**3.1.5.** As obras didáticas deverão incluir referências a interfaces pedagógicas entre as áreas afins e também a outras áreas de conhecimento, bem como conduzir os estudantes a atividades de experimentação e situações reais para consolidação da aprendizagem.

**3.1.5.1.** As referências e atividades de experimentação, previstas no subitem anterior, terão caráter eliminatório e estão definidas no **Anexo III** deste edital.

**3.1.6.** Poderão ser inscritas obras inéditas ou reapresentadas, elaboradas para serem utilizadas no processo de ensino e aprendizagem escolar.

**3.1.6.1.** Entende-se por obra inédita aquela produzida sem tomar por base as obras já avaliadas pelo Ministério da Educação, mesmo que apenas parcialmente, ou sob outro título ou autoria diversa.

**3.1.6.2.** Considera-se obra reapresentada aquela já avaliada pelo Ministério da Educação, reinscrita com ou sem reformulações.

**3.1.7.** O manual do professor deve oferecer orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento, discussão sobre a proposta de avaliação da aprendizagem, leituras e informações adicionais ao livro do estudante, bibliografia, bem como sugestões de leituras que contribuam para a formação e atualização do professor.

**3.1.8.** As coleções dos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Língua Estrangeira Moderna Inglês, Língua Estrangeira Moderna Espanhol, Física, Química e Biologia serão compostas de livros reutilizáveis.

**3.1.8.1.** Entende-se por livro reutilizável aquele que permanece em caráter provisório com o estudante durante o ano letivo correspondente, devendo ser devolvido à escola após este período para posterior utilização por outro estudante.

**3.1.9.** As obras didáticas dos componentes curriculares de Sociologia, Filosofia e Arte a que se refere o **subitem 3.1** serão compostas de livros consumíveis, podendo ter ou não lacunas e espaços que possibilitem ao estudante a realização de atividades e exercícios propostos no próprio livro.

**3.1.9.1.** Entende-se por livro consumível aquele que permanece, em caráter

permanente, com o estudante, sendo desnecessária sua devolução à escola após o fim do período letivo correspondente.

**3.1.10.** Não poderá ser inscrito caderno de atividades.

**3.1.11.** Em caso de a obra conter anexos indispensáveis para a sua adequada utilização, esses materiais deverão, obrigatoriamente, fazer parte do corpo da obra, não podendo constituir volume em separado.

**3.1.12.** A obra didática deverá ter um único editor, um titular que detenha os direitos autorais de todos os volumes que a compõem.

**3.1.13.** Somente será aceita obra didática cujo(s) autor(es), organizador(es) ou editor(es) responsável(is) seja(m) pessoa(s) física(s), claramente identificada(s) na primeira capa do livro.

**3.1.14.** Os livros impressos deverão ser apresentados com limite de páginas, conforme especificado abaixo:

| Componente curricular | Máximo de páginas no livro do estudante | Máximo de páginas no manual do professor |
|-----------------------|---|--|
| Língua Portuguesa     | 360                                     | 460                                      |
| Matemática            | 288                                     | 420                                      |
| História              | 288                                     | 388                                      |
| Geografia             | 288                                     | 388                                      |
| Física                | 288                                     | 404                                      |
| Química               | 288                                     | 388                                      |



|            |     |     |
|------------|-----|-----|
| Biologia   | 288 | 388 |
| Inglês     | 224 | 324 |
| Espanhol   | 224 | 324 |
| Sociologia | 400 | 520 |
| Filosofia  | 400 | 520 |
| Arte       | 400 | 512 |

**3.1.15.** As obras deverão atender às normas do acordo ortográfico da Língua Portuguesa em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, à Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008, e ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008.

### **3.2. Das Composições das Obras**

**3.2.1.** O editor deverá apresentar obras compostas de livros impressos e livros em PDF.

**3.2.1.1.** O editor deverá fornecer arquivo em PDF de cada obra adquirida, com taxa de resolução de 150 dpi, que ficarão sob responsabilidade do Ministério da Educação para armazenamento institucional e para disponibilização aos estudantes e professores das escolas beneficiárias correspondentes, em ambiente restrito, embora isento de responsabilidade em caso de eventuais violações imprevistas.

**3.2.1.2.** A obra em PDF não poderá ser impressa ou reproduzida.

**3.2.2.** A obra didática deverá ser elaborada tendo em vista o uso tanto coletivo (em sala de aula, sob a orientação do professor) quanto individual (fora de sala de aula).

**3.2.3.** A reprovação de um dos volumes que compõe a coleção impressa será fator de exclusão de toda a coleção.

### **4. Das Condições de Participação**

**4.1.** Pessoas jurídicas interessadas em participar deste certame deverão observar as condições de participação no programa, regulamentadas pelo Decreto nº 7.084, de 27/01/2010, e pela Resolução/FNDE nº 42, de 28/08/2012. Os editores que tiverem obras didáticas aprovadas deverão observar também a Portaria Ministerial nº 07, de 05/04/2007, ou outra que vier a substituí-la.

**4.2.** Poderá participar do processo de aquisição, toda e qualquer pessoa jurídica estabelecida no país e que atenda às exigências previstas neste edital e na legislação específica, inclusive quanto à documentação.

**4.3.** Não poderá participar do presente processo de aquisição a empresa:

**4.3.1.** declarada inidônea;

**4.3.2.** suspensa de licitar em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal;

**4.3.3.** punida com impedimento de contratar com o Poder Público; e

**4.3.4.** estrangeira que não funciona no país.

### **5. Da Etapa de Inscrição**

**5.1.** A inscrição é composta do cadastramento dos interessados, da pré-inscrição das obras e da entrega das obras e respectivas documentações exigidas neste edital.

#### **5.1.1. Do Cadastramento dos Editores**

**5.1.1.1.** Para cadastrar-se no sistema informatizado, o interessado deverá solicitar *login* e senha pelo e-mail [preinscricao@fnde.gov.br](mailto:preinscricao@fnde.gov.br).

**5.1.1.2.** Será aceito somente cadastramento de editores que o formalize por meio de um responsável pessoa física devidamente identificado no sistema informatizado com nome completo e CPF, além do

CNPJ e da razão social da empresa.

**5.1.1.3.** Para evitar problemas na comunicação por meio de correio eletrônico entre o FNDE e o editor interessado, recomenda-se que se efetuem, no sistema de e-mail, configurações de liberação de modo a permitir o recebimento de mensagens provenientes do domínio “@fnde.gov.br” ou “@mec.gov.br”. Caso possua recursos de anti-spam (ou filtros de segurança) ativos em seu sistema de e-mail, esses recursos deverão ser desbloqueados para o recebimento de mensagens cujo remetente tenha o domínio “@fnde.gov.br” ou “@mec.gov.br”.

- 5.1.1.4.** Os interessados deverão disponibilizar um endereço eletrônico para comunicação com o FNDE.
- 5.1.1.5.** Os editores deverão manter seus dados permanentemente atualizados no FNDE por intermédio do endereço eletrônico [preinscricao@fnde.gov.br](mailto:preinscricao@fnde.gov.br) ou do portal [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).
- 5.1.1.6.** O FNDE não se responsabilizará por cadastramentos não concretizados por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 5.1.1.7.** Os editores deverão registrar no sistema informatizado a razão social da empresa e o nome fantasia e marcas/selos, quando houver.
- 5.1.1.7.1.** Entende-se por razão social a denominação jurídica da empresa registrada nos órgãos públicos competentes.
- 5.1.1.7.2.** Entende-se por nome fantasia a denominação pela qual a empresa se identifica no mercado, ou seja, designação popular de título de estabelecimento utilizado pela empresa, sob a qual ela se torna conhecida do público, que deve constar no cadastro do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.
- 5.1.1.7.3.** Entende-se por marca/selo todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifique e distinga produtos e serviços de outros análogos.
- 5.2. Da Pré-Inscrição**
- 5.2.1.** A pré-inscrição é o prévio cadastramento das obras didáticas e dos respectivos autores ou sucessores legais que atendam às disposições deste edital, devendo ser realizado pelo responsável identificado no sistema informatizado, exclusivamente por meio da internet, no endereço eletrônico [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).
- 5.2.2.** Ao realizar a pré-inscrição de obras, o interessado adquire o direito de participar exclusivamente com as obras que pré-inscreveu no processo de aquisição para o PNLD 2018.
- 5.2.3.** Para fins deste certame, define-se que as obras pré-inscritas ficam vinculadas ao editor que as pré-inscreveu. Havendo impossibilidade ou renúncia do editor em prosseguir no processo, as obras serão excluídas.
- 5.2.3.1.** Para os casos de pessoa jurídica que tenha sido incorporada ou vendida com a transferência dos bens, desde que comprovado o atendimento das condições do edital por parte da empresa adquirente, ficará permitida a mudança no cadastro do participante; mantendo-se, para o novo participante, todas as condições exigidas neste edital, inclusive quanto à atualização do material e da documentação pertinente.
- 5.2.4.** Os editores poderão informar um endereço eletrônico da internet para cada obra, que constará como hiperlink no guia do livro didático - PNLD, no formato [www.nomedaeditora.com.br/pnld2018/nomedaobra](http://www.nomedaeditora.com.br/pnld2018/nomedaobra), onde os professores poderão ter acesso no momento da escolha exclusivamente às obras aprovadas, na sua totalidade ou parcialmente. Esse conteúdo estará sob responsabilidade exclusiva de cada editor.
- 5.2.5.** Os dados das obras informados na pré-inscrição deverão ser os mesmos dados constantes no contrato de edição, na capa e na ficha catalográfica. Caso haja inconsistência e/ou divergência, a obra será excluída, salvo o disposto nos **subitens 6.2.2.2 e 6.2.2.3** deste edital.
- 5.2.6.** O editor deverá informar no sistema informatizado o nome de todos os autores da obra, assim identificados como pessoa física conforme constam no contrato de edição, na capa do livro e na ficha catalográfica.
- 5.2.7.** No caso de autor falecido, deverão ser informados também os dados dos herdeiros/sucessores.
- 5.2.8.** Somente serão pré-inscritas coleções que apresentarem número de ISBN para cada um de seus

volumes, tanto para o livro do estudante como para o manual do professor.

**5.2.8.1.** O número do ISBN deverá constar na 4ª capa do livro.

**5.2.8.2.** Os direitos autorais da obra a ser adquirida deverão pertencer a um único editor, sendo vedada a coedição.

**5.2.9.** A obra deverá ser pré-inscrita com o número da edição e o ano de edição.

**5.2.10.** Estará excluída do processo do PNLD 2018 a obra cujos dados preenchidos no sistema informatizado, no período da pré-inscrição, estejam incorretos ou incompletos ou, ainda, apresentem divergência em relação à obra, salvo disposto no subitem 6.2.2.2.

**5.2.11.** A obra pré-inscrita não poderá ser substituída ou mesmo alterada, salvo o disposto nos **subitens 6.2.1 e 6.2.2** deste edital. Caso fortuito de divergência e inconformidade na obra ou nos dados do sistema informatizado será deliberado na etapa de Controle de Qualidade, preservando-se sempre a qualidade da obra.

**5.2.12.** Será de inteira responsabilidade dos interessados a validade das informações fornecidas ao FNDE no cadastramento dos autores. Esse cadastro deverá conter dados atualizados, tendo em vista que será utilizado pelo FNDE em etapas do processo de aquisição.

**5.2.13.** Para fins de prova de comprovação da pré-inscrição, só será aceita ficha técnica do material, impressa em PDF, do relatório emitido pelo sistema informatizado.

**5.2.14.** O FNDE não se responsabilizará pela pré-inscrição de obras não concretizada por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

**5.2.15.** O editor deverá carregar, no sistema informatizado, os arquivos das imagens da primeira e quarta capas e da ficha catalográfica de cada volume da obra, cujos dados devem estar de acordo com o que consta nos contratos de direitos autorais a serem apresentados e no sistema informatizado.

### **5.3. Da entrega da Documentação e das Obras**

**5.3.1.** Os participantes que realizarem a pré-inscrição de obras serão convocados em dia, horário e local previamente agendados, respeitando-se os períodos citados nos **subitens 2.1.1 e 2.1.2**, para entrega da documentação, das obras e dos CDs.

**5.3.2.** A obra didática deverá ter um único titular que detenha, com exclusividade, os direitos autorais de todos os volumes que a compõem.

**5.3.3.** A entrega deverá ser realizada pelo representante da empresa indentificado no sistema informatizado ou por procurador constituído.

**5.3.4.** Somente serão recebidas as obras, os CDs em áudio e a respectiva documentação que foram pré-inscritas no sistema informatizado.

**5.3.5.** Caso a documentação e as obras sejam entregues por um procurador, deverão estar acompanhadas de instrumento público de procuração contendo poderes expressos de representação junto ao FNDE, com reconhecimento de firma.

**5.3.6.** Os exemplares das obras inscritas não serão devolvidos após as etapas de Triagem e Avaliação Pedagógica.

### **5.4. Da Documentação**

**5.4.1.** Os documentos obrigatórios referentes ao participante e às obras e o respectivo período de entrega estão relacionados no **Anexo XI** deste edital.

**5.4.2.** Toda documentação deverá ser entregue datada e assinada pelo representante do participante ou por seu procurador público.

**5.4.3.** Caso a documentação seja entregue por um procurador, deverá estar acompanhada de instrumento público de procuração contendo poderes expressos de representação junto ao FNDE e da cópia autenticadas do CPF e de documento oficial de identificação do(s) procurador(es).

**5.4.4.** O prazo de vigência do contrato de edição das obras ou dos instrumentos equivalentes deverá abranger todo o período de execução do programa objeto deste edital, inclusive a etapa de Inscrição.

**5.4.5.** Os documentos solicitados no **Anexo XI** poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que estejam autenticadas por cartório competente.

### **5.5. Das Obras**

**5.5.1.** Somente serão aceitas obras cujo(s) autor(es), organizador(es) seja(m) pessoa(s) física(s), identificadas na primeira capa de cada volume da obra e no sistema informatizado.

**5.5.2.** Não serão recebidos obras e documentos cujos dados não sejam exatamente iguais aos pré-inscritos no sistema informatizado.

**5.5.3.** Para avaliação, deverão ser entregues 10 (dez) exemplares do livro do estudante, acompanhados de 10 (dez) exemplares do respectivo manual do professor, sendo, obrigatoriamente, 06 (seis) exemplares do livro do estudante e do manual do professor caracterizados e 04 (quatro) exemplares do livro do estudante e do manual do professor descaracterizados, conforme definido no **Anexo I** deste edital. Deverá ser entregue, no ato da inscrição, um CD ou DVD com a imagem da capa do Livro do Estudante no caso das obras em volume único, ou a imagem da capa do Livro do Estudante do primeiro volume das obras didáticas inscritas como coleção, com as seguintes especificações CMYK, 300 DPI e formato TIF.

**5.5.4.** No caso das obras de Arte, Língua Estrangeira Moderna Inglês e Língua Estrangeira Moderna Espanhol, além dos exemplares a serem entregues na forma do **subitem 5.5.3**, também deverão ser entregues 10 (dez) exemplares do CD em áudio a que se refere o **subitem 3.1.5.1**, sendo, obrigatoriamente, 06 (seis) exemplares caracterizados e 04 (quatro) exemplares descaracterizados.

**5.5.5.** Os exemplares das obras a serem entregues deverão corresponder a mais recente edição e serem exatamente iguais.

**5.5.6.** Os exemplares das obras a serem entregues deverão estar embalados e identificados externamente por componente curricular, por título e por ano.

**5.5.7.** Os exemplares das obras deverão ser entregues em edição finalizada, com todos os textos, as imagens, a diagramação, as cores e número de páginas definitivas, inclusive com acabamento e matéria-prima definitiva (papel, grampo, cola etc.), e deverão, também, guardar consonância com as especificações informadas no sistema informatizado por ocasião da pré-inscrição, salvo no disposto no **subitem 5.5.8**. Todas as características do projeto gráfico e editorial da obra inscrita deverão ser mantidas caso a obra seja selecionada.

**5.5.8.** Exclusivamente para a etapa de Avaliação, além dos acabamentos definidos nas especificações técnicas, será aceito o acabamento espiralado para os livros impressos.

**5.5.9.** Não serão aceitos bonecos ou protótipos.

**5.5.10.** Será excluída a obra que apresente selos, etiquetas ou outros elementos diferentes dos especificados no edital e no contrato com o FNDE.

**5.5.11.** Todos os elementos presentes na obra devem ser impressos de acordo com as especificações deste edital, não sendo permitida a inclusão de qualquer item adesivado.

## **5.6. Da Comprovação de Entrega**

**5.6.1.** Para efeito de confirmação da Inscrição, será emitido comprovante de entrega, após serem conferidos os exemplares das obras, os CDs em áudio, e a documentação, respeitando-se os prazos definidos no **subitem 2.1.2**.

**5.6.2.** Somente será aceita a entrega da obra e emitido o respectivo comprovante mediante entrega conjunta da documentação, dos exemplares das obras, dos CDs em áudio, sendo vedado o recebimento parcial.

## **6. Das Etapas de Triagem, Pré-análise e Avaliação Pedagógica das Obras**

**6.1.** Cabe recurso na etapa de Triagem, Pré-Análise e Avaliação Pedagógica para as obras didáticas com parecer indicativo de reprovação.

### **6.2. Da Triagem**

**6.2.1.** A Triagem consiste na verificação dos atributos físicos, editoriais e documentais, sendo que as

obras e a respectiva documentação deverão atender às exigências contidas no **Anexo I**, à conformidade dos documentos relacionados no **Anexo XI** e aos demais requisitos deste edital, sob pena de exclusão.

**6.2.2.** A análise visual dos atributos físicos da obra e da documentação será feita em comparação às exigências dos **Anexo I** e **XI** e aos dados do contrato de edição/cessão de direitos ou similar, bem como à consistência dos registros no sistema informatizado.

**6.2.2.1.** Verificada a existência de falhas pontuais na obra impressa, limitadas a 5% (cinco por cento) do total de páginas por exemplar e a 8 (oito) volumes por titular de direito autoral, o interessado poderá reapresentar a obra corrigida no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação.

**6.2.2.2.** Verificada a existência de falhas pontuais no preenchimento de dados no sistema informatizado, o editor será notificado e terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para formalizar a solicitação de correção dos dados no sistema, limitadas a 5 (cinco) informações por volume e a 8 (oito) volumes por editor, correspondendo cada informação ao preenchimento de um campo do sistema.

**6.2.2.3.** Verificada a existência de falhas pontuais na documentação, limitadas a 2 (duas) ocorrências por obra/coleção, o interessado poderá reapresentar a obra corrigida no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação.

**6.2.3.** A obra, o CD em áudio e a documentação que não atenderem às exigências contidas nos **Anexos I e**

**XI** deste edital serão excluídos, salvo o contido nos **subitens 6.2.2.1 a 6.2.2.3.**

**6.2.4.** Havendo contradição entre os dados preenchidos no sistema informatizado durante a etapa de pré-inscrição e os dados constantes na documentação e nos exemplares da obra entregue, a obra será excluída, salvo o contido nos **subitens 6.2.2.1 a 6.2.2.3.**

**6.2.5.** O resultado da Etapa de Triagem será publicado na imprensa oficial e no portal do FNDE e os pareceres de Triagem disponibilizados no sistema informatizado aos editores participantes, assegurados os direitos de recurso previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93 no que couber.

### **6.3.** Da pré-análise

**6.3.1.** A pré-análise das obras será realizada com o objetivo de examinar a conformidade dos documentos apresentados em relação às obras inscritas, respeitando-se os requisitos estipulados neste edital.

**6.3.2.** Na pré-análise serão excluídas do PNLD 2018 as obras didáticas que:

**6.3.2.1.** Tenham sido excluídas em avaliação pedagógica anterior e não apresentem a Declaração de Revisão e Atualização acompanhada da versão anterior excluída e a Declaração de Correção, previstas no **Anexo XI**;

**6.3.2.2.** Constituam variantes de outra obra inscrita no PNLD 2018;

**6.3.2.2.1.** Considera-se variante a obra que, sendo – total ou parcialmente – do mesmo editor, também apresenta projeto didático idêntico ou semelhante em termos de seleção de conteúdos, lógica de organização da coleção segundo metodologia de ensino e perspectivas teóricas adotadas com projetos gráfico-editoriais diversos ou semelhantes.

**6.3.2.3.** For verificada a existência de informações em obras e mídias descaracterizadas que permitam a identificação da editora ou dos autores da obra.

**6.3.3.** O resultado da etapa de Pré-Análise será publicado na imprensa oficial e no portal do MEC e os pareceres de pré-análise disponibilizados no sistema informatizado aos editores participantes, assegurados os direitos de recurso previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, no que couber.

### **6.4.** Da Avaliação Pedagógica

**6.4.1.** A Avaliação Pedagógica das obras didáticas será realizada por instituições públicas de educação superior, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

**6.4.1.1.** Para realizar a Avaliação Pedagógica, as instituições públicas de educação superior constituirão equipes técnicas formadas por professores do seu quadro funcional, professores convidados de outras instituições de ensino superior e professores da rede pública de ensino, conforme Decreto nº 7.084/10.

**6.4.1.2.** A avaliação dos livros impressos será realizada com base em critérios comuns e específicos para os diversos componentes curriculares, constantes no **Anexo III** deste edital.

**6.4.1.2.1.** Fica estabelecido que, se verificada a existência de identificação de autoria, nome da coleção e/ou da editora nos volumes impressos e nas mídias durante a etapa de Avaliação Pedagógica, a obra será desclassificada por infringir o art.17, inciso II do Decreto 7.084/2010.

**6.4.1.3.** As obras avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos neste edital receberão pareceres elaborados pelas equipes técnicas que indicarão:

**6.4.1.3.1.** a aprovação;

**6.4.1.3.2.** a aprovação condicionada à correção de falhas pontuais apontadas ou



**6.4.1.3.3.** a reprovação.

**6.4.2.** Da Correção de Falhas Pontuais na Avaliação Pedagógica

**6.4.2.1.** Na hipótese do **subitem 6.4.1.3.2**, o titular de direito autoral deverá reapresentar a obra didática corrigida no prazo de quinze dias a contar da notificação ao editor para conferência e eventual aprovação.

**6.4.2.2.** O editor, para atender ao **subitem 6.4.2.1**, deverá entregar 5 (cinco) exemplares por volume objeto de avaliação.

**6.4.2.3.** A obra só será considerada aprovada para compor o Guia de Livros Didáticos se as falhas apontadas no parecer forem devidamente sanadas.

**6.4.2.4.** Não se constituem falhas pontuais a supressão ou substituição de trechos do texto, a correção de unidades ou capítulos, a revisão parcial ou global da obra, a adequação dos exercícios ou atividades dirigidas ou, ainda, quaisquer outras falhas que, não se restringindo à simples correção de um ou outro ponto isolado, demandem reformulação de texto(s), atividade(s), exercício(s) ou proposta(s) didática(s).

**6.4.2.5.** A incidência de falhas pontuais que comprometam o conjunto da obra, a critério dos avaliadores, será motivo de reprovação.

#### **6.4.3. Do Recurso da Avaliação Pedagógica**

**6.4.3.1.** O parecer referente à análise da obra reprovada, hipótese prevista no **subitem 6.4.1.3.3**, poderá ser objeto de recurso fundamentado por parte do editor, no prazo de dez dias, a contar da notificação, vedados pedidos genéricos de revisão da avaliação.

**6.4.3.2.** O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Educação Básica – SEB que proferirá decisão em até trinta dias.

**6.4.3.3.** Para análise dos recursos de que trata o **subitem 6.4.3**, a SEB contará com auxílio de equipes revisoras formadas por três avaliadores integrantes das equipes técnicas que não tenham participado da avaliação inicial da obra didática, conforme descrito no Decreto nº 7.084/2010.

**6.4.3.4.** A equipe revisora ficará encarregada de analisar o recurso e emitir manifestação exclusivamente sobre a procedência ou improcedência do recurso, vedada a reavaliação integral da obra didática.

#### **6.5. Do Guia de Livros Didáticos**

**6.5.1.** No Guia de Livros Didáticos constarão as resenhas das obras aprovadas, os princípios e critérios que nortearam a avaliação pedagógica, os modelos das fichas de análise e o hiperlink das obras aprovadas, para subsidiar a escolha de obras didáticas pelos professores e dirigentes das escolas participantes do PNL D.

**6.5.1.1.** O Guia de Livros Didáticos será disponibilizado na internet com o objetivo de auxiliar os professores na escolha das obras didáticas.

#### **6.8. Da Escolha das Obras**

**6.8.1.** Poderão receber obras do PNL D 2018 as escolas públicas federais e as redes de ensino municipal, estadual ou distrital que tenham firmado Termo de Adesão ao programa, conforme os termos da Resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012, observados os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação.

**6.8.2.** A escolha das obras didáticas será realizada de maneira conjunta entre o corpo docente e dirigente da escola com base na análise das informações contidas no Guia de Livros Didáticos.

**6.8.3.** A escolha será realizada em primeira e segunda opção para cada componente curricular, considerando-se a adequação e a pertinência das obras em relação à proposta pedagógica de cada instituição escolar.

**6.8.4.** Uma vez definidos os títulos, o dirigente da escola procederá ao registro da escolha no sistema informatizado, disponível no portal [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).

**6.8.5.** As escolas participantes devem receber as obras didáticas que escolherem, em primeira ou segunda opção, para cada componente curricular, mediante registro no sistema de escolha disponibilizado pelo FNDE.

**6.8.6.** As escolas participantes que não acessarem ou não gravarem alguma escolha no sistema devem receber um dos títulos constantes no Guia de Livros Didáticos, cujas obras serão todas adquiridas em quotas residuais iguais, no âmbito de cada componente curricular, e serão enviadas, atribuindo para cada escola pendente, se possível, os livros mais distribuídos no respectivo município ou ainda na unidade da federação, priorizando as localidades com menor alunado remanescente.

## **7. Da Acessibilidade**

**7.1.** Em atendimento à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, somente poderão participar do certame os editores que ofertarem suas obras participantes do PNLD, também em formato acessível, conforme especificado neste edital.

**7.1.1.** Os estudantes e professores com deficiência receberão as mesmas obras distribuídas às suas escolas em formato acessível EPUB3, salvo demandas específicas por obras em Braille e Língua Brasileira de Sinais – Libras.

**7.2.** A remuneração das obras acessíveis será objeto de negociação específica que levará em consideração os custos tanto da geração do conteúdo digital, quanto de reprodução das cópias físicas, se for o caso.

**7.3.** O atraso ou o não atendimento do fornecimento de obras digitais acessíveis resultará na aplicação de multa, nos termos e condições a serem definidos no contrato de aquisição.

**7.4.** Para as obras aprovadas do PNLD 2018, os editores deverão, até trinta dias após a publicação do Guia de Livros Didáticos, encaminhar ao FNDE arquivos em DOCX linearizado para a produção em Braille e o arquivo da imagem da 1ª capa das obras em extensão CDR com a resolução mínima de 300 DPI. Esses arquivos ficarão sob a guarda e responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI para disponibilização aos Centros Públicos de Produção de Material Didático Braille.

**7.5.** Os editores ficam autorizados a realizar a produção e a distribuição das suas obras aprovadas, no formato digital acessível – Libras/Língua Portuguesa, diretamente ou mediante contratação de instituição parceira, para aquisição do FNDE no âmbito do PNLD 2018, sujeita à regulação e contratação específicas.

**7.6.** O Livro Digital Acessível deverá ser apresentado em formato EPUB 3.0.1, disponível em <http://www.idpf.org/epub/301/spec/epub-overview.html>, conforme normas do IDPF - *International Digital Publishing Forum*, ou das normas ISO/IEC TS 30135, partes 1 a 7, ou versões posteriores, desde que compatíveis com as características apresentadas no **item 7**.

**7.7.** O MEC ficará responsável pela indicação do beneficiário do material em formato EPUB3 e a forma de distribuição será definida no contrato de aquisição.

**7.8.** O livro digital acessível – EPUB3 deverá corresponder à obra impressa e apresentar as seguintes características:

**7.8.1.** *Layout* dinâmico, cujo conteúdo possa ser acessado por meio de diversos dispositivos;

**7.8.2.** Formato capaz de suportar conteúdo XHTML5, imagens JPG, PNG, SVG e MathML, metadados com a informação geral do livro, estilos CSS, conteúdo multimídia (áudio e vídeo) usando HTML5 e textos em codificação UTF-8;

**7.8.3.** Suporte TTS (*text-to-speech*) para converter o conteúdo de texto em voz, com controle sobre a pronúncia e a prosódia, assim como a possibilidade de sincronizar o texto com a voz (*Media Overlays*);

**7.8.4.** Fontes *OpenType* e WOFF (*Web Open Font Format*);

**7.8.5.** Recursos de navegação universais e flexíveis, como navegação por tabela de conteúdos, bem como, elementos adicionais de navegação em pontos específicos, tais como em figuras e em tabelas;

**7.8.6.** Recursos para descrição de qualquer elemento do documento, como tabelas ou imagens;

**7.8.7.** Marcação semântica para elementos de destaque como glossários, legendas, fontes, créditos, ícones de atividades específicas, boxes de destaque, e outros elementos estruturais;

**7.8.8.** Os livros de idiomas devem sempre conter o áudio que acompanha a obra impressa embarcado.

**7.8.9.** Poderá ser utilizado mecanismo de proteção desde que não interfira com a leitura por softwares leitores de tela ou crie restrições para a utilização de qualquer software de leitura de livros no formato EPUB3.

**7.8.10.** Deve ser utilizado como leitor referência para homologação (Radium – <http://readium.org/>), hoje disponível para Windows, Mac, Linux e Android (beta) ou outro a ser definido ou criado no âmbito do MEC. Nesse caso, o leitor criado no MEC terá prevalência sobre o Radium.

## **8. Das etapas de Habilitação, Negociação e Contratação**

## **8.1. Da Habilitação**

**8.1.1.** A etapa de Habilitação ocorrerá a partir da publicação do resultado da Avaliação Pedagógica e consiste na análise das obras aprovadas na Avaliação Pedagógica e dos respectivos documentos previstos no edital, com base nos dados registrados no sistema informatizado pelo participante, de acordo com as exigências previstas na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 9.610/98 e demais legislações relacionadas.

**8.1.2.** Os participantes que tiverem obras aprovadas deverão apresentar, no mesmo local em que foi entregue as obras na etapa de Inscrição, os documentos relacionados nos subitens 1.1 e 2.2 do **Anexo XI**

**deste edital em até 5 (cinco) dias após a publicação do resultado final da Avaliação Pedagógica para que tenha início a etapa de Habilitação.**

**8.1.2.1.** A Habilitação do editor será realizada por meio de consulta *online* sobre os dados cadastrais, dados dos representantes e sobre as regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal ao SICAF e ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, de acordo com o previsto na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 3.722/01, Decreto 4.485/02, IN nº 02/10 – SLTI/MPOG, de 11.10.10, Lei nº 12.440/11, e respectivas alterações.

**8.1.2.2.** A Habilitação das obras ocorrerá pela análise da documentação encaminhada pelo editor na etapa de inscrição e de Habilitação, de acordo com o definido no Anexo XI, em conformidade à Lei nº 9.610/98, referente aos direitos autorais. Não haverá convocação do editor na etapa de Habilitação.

**8.1.2.2.1.** Entende-se por editor a pessoa jurídica detentora dos direitos autorais da obra e à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução e o dever de divulgação, nos limites previstos no contrato de edição.

**8.1.3.** O SICAF é o registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal que tem como finalidade cadastrar e habilitar pessoas interessadas em participar de licitações realizadas por órgãos/entidades federais e acompanhar o desempenho dos fornecimentos contratados. Seu acesso é realizado por meio da rede de teleprocessamento do Governo Federal.

**8.1.4.** As obras didáticas, se aprovadas na forma do **item 6** deste edital, somente serão adquiridas, produzidas e entregues se o editor comprovar, por meio documental, que detém com exclusividade o direito patrimonial para comercializar e produzir a obra no mercado.

**8.1.5.** Dentro do prazo previsto no **subitem 8.1.2**, os participantes com obras aprovadas deverão encaminhar ao FNDE ou à instituição por ele apontada os arquivos das cópias dos documentos constantes no **subitem 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3, 2.2.1, 2.2.2** do **Anexo XI** como forma de completar o seu cadastramento. Somente aqueles que encaminharem essa documentação estarão aptos para participar da etapa de Habilitação.

**8.1.6.** O FNDE não convocará os participantes para entrega de documentos. Caso o participante deixe de apresentar um dos documentos exigidos nos subitens 1.1 e 2.2 do **Anexo XI** nos cinco dias a partir do resultado da Avaliação Pedagógica, será notificado com sua primeira diligência.

**8.1.7.** Na etapa final de Habilitação, os participantes serão notificados em até duas diligências, se for o caso, para certificação da licitude, veracidade e eficácia da documentação e dos respectivos dados fornecidos. O participante será notificado caso seja observada a falta de documentos e/ou inconsistências nos dados da obra ou nos documentos entregues, conforme definido no **Anexo XI**.

**8.1.7.1.** As diligências serão enviadas por e-mail ao endereço eletrônico registrado no sistema informatizado pelo participante.

**8.1.7.2.** O FNDE não se responsabilizará por problemas de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores técnicos que impossibilitem a transferência de dados.

**8.1.7.3.** O participante terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de envio do e-mail de notificação, para atendimento da diligência.

**8.1.7.4.** O termo inicial para contagem de prazo para cumprimento das diligências requeridas será a data de envio do e-mail ao endereço eletrônico informado no sistema informatizado.

**8.1.7.5.** Para verificar se foram observados os prazos assinados, será considerado como termo final o seguinte:

**8.1.7.5.1.** A data de postagem efetuada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, caso os documentos sejam encaminhados por meio de SEDEX ou carta registrada para o endereço indicado na diligência;

**8.1.7.5.2.** Data de recebimento, caso a documentação seja entregue pessoalmente no endereço indicado na diligência.

**8.1.7.6.** O não cumprimento do prazo ou a não adequação dos documentos enviados após o recebimento das duas notificações ocasionará a exclusão da obra na etapa de Habilitação.

**8.1.8.** Se o participante entender que para melhores esclarecimentos deve encaminhar algum documento, deverá encaminhá-lo junto com os documentos exigidos nesta etapa, conforme definido no **Anexo XI**.

**8.1.9.** Será considerado habilitado o editor que, por meio dos documentos previstos no **Anexo XI** e da consulta ao SICAF e ao TST, atender às condições de habilitação e qualificação exigidas por este edital.

**8.1.10.** Os editores deverão manter regular e atualizada a situação no TST e no SICAF como forma de comprovação cadastral e das regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal durante todo o processo de aquisição de obras para o PNLD 2018.

**8.1.11.** A Comissão Especial de Habilitação, no curso do processo de análise da documentação, certificar-se-á da licitude, veracidade e eficácia da documentação e dos respectivos dados fornecidos.

**8.1.12.** Da etapa de Habilitação poderá resultar:

**8.1.12.1.** Habilitação do editor sem exclusão de obras didáticas;

**8.1.12.2.** Habilitação do editor com exclusão parcial de obras didáticas;

**8.1.12.3.** Não habilitação do editor.

**8.1.13.** A habilitação do editor com exclusão parcial de obras possibilitará que este prossiga nas demais etapas somente quanto às obras didáticas não excluídas.

**8.1.14.** A não habilitação excluirá o editor das demais etapas previstas neste edital.

**8.1.15.** Para a etapa de Habilitação cabe recursos, conforme prevê o art. 109 da Lei nº 8.666/93.

## **8.2.** Da Negociação

**8.2.1.** O FNDE, por intermédio de Comissão Especial de Negociação, convocará os editores habilitados para procederem à negociação de preços.

**8.2.2.** A Negociação tem como objetivo a pactuação de preço para aquisição das obras escolhidas em primeira opção pelas escolas federais e redes de ensino público.

**8.2.3.** Não havendo acordo entre as partes em relação ao preço, o FNDE poderá deixar de contratar a aquisição das obras escolhidas em primeira opção e contratar a aquisição das obras escolhidas em segunda opção, ou ainda, na eventualidade de novo impasse, fazer a opção pela obra mais escolhida em cada região.

**8.2.4.** O quantitativo de exemplares a serem adquiridos terá por base o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

**8.2.5.** O FNDE poderá solicitar planilha de custos praticados pelos editores, em formulário próprio.

**8.2.6.** A não negociação de preço para aquisição excluirá o editor das demais etapas previstas neste edital.

## **8.3.** Do Contrato Administrativo

**8.3.1.** O FNDE formalizará os contratos administrativos com os editores após a negociação dos preços.

**8.3.1.1.** Conforme previsto no **subitem 5.2.3**, para fins deste certame as obras pré-inscritas ficam vinculadas ao editor que a pré-inscreveu não sendo permitida a transferência de seus direitos a outro editor, no caso de impossibilidade ou renúncia do editor em prosseguir no processo para o PNLD 2018, as obras cujos direitos foram transferidos serão automaticamente excluídas.

**8.3.2.** O FNDE verificará, por meio de consulta virtual ao SICAF, a situação do fornecedor, inclusive os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) do editor.

**8.3.2.1.** Caso quaisquer desses índices estejam inferiores ou iguais a 1 (um), será exigida prestação de garantia em uma das modalidades previstas pelo § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e modificações posteriores.

**8.3.2.2.** Os títulos da dívida pública apresentados como garantia deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado



pelo Banco Central do Brasil.

**8.3.2.3.** A modalidade de garantia a ser prestada corresponderá a três por cento do valor a ser contratado, devendo ser entregue ao FNDE até trinta dias a partir da data de assinatura do contrato.

**8.3.2.4.** A não apresentação da garantia no prazo previsto no subitem anterior acarretará a aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo.

**8.3.2.5.** A liberação e a restituição da garantia somente ocorrerão ao término da vigência do contrato e do cumprimento das obrigações contratuais, em especial das cláusulas referentes ao Controle de Qualidade.

**8.3.3.** Caso a documentação constante no SICAF esteja vencida, tal irregularidade impossibilitará a contratação por parte do FNDE.

**8.3.4.** O FNDE fará pesquisa *online* ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para comprovar a regularidade trabalhista.

**8.3.5.** A critério e interesse da Administração Pública, o FNDE poderá prorrogar o contrato com base na Lei 8.666/93.

## **9. Das Etapas de Produção, Controle de Qualidade e Distribuição**

### **9.1. Da Produção**

**9.1.1.** Após a assinatura dos contratos, os editores estarão aptos a iniciar a produção das obras didáticas a serem distribuídas as escolas públicas de ensino médio.

**9.1.2.** As obras deverão conter na primeira capa os selos do Programa fornecidos pelo FNDE.

**9.1.3.** Não serão aceitos selos impressos ou adesivados, exceto aqueles fornecidos pelo FNDE.

**9.1.4.** Não serão aceitas quaisquer alterações nas obras didáticas aprovadas para o PNLD 2018, ou seja, os exemplares deverão ser impressos idênticos àqueles pré-inscritos no programa, salvo disposição em contrário a ser comunicada pelo FNDE e divergência decorrente de atualizações cadastrais do editor.

**9.1.5.** Só serão aceitos razão social, nome fantasia e marca/selo de editor, tanto nas capas como no miolo da obra, daquele contratado pelo FNDE e detentor comprovadamente dos direitos autorais. Não será admitida outra razão social, nome fantasia e marca/selo de outro editor, ainda que pertença ao mesmo grupo econômico.

**9.1.6.** O editor contratado deverá apresentar, conforme determina o Decreto nº 7.084, de 27/01/2010, a certificação de origem florestal e de cadeia de custódia da etapa de produção do papel, outorgada por terceira parte independente, acreditada em pelo menos um dos sistemas de certificação reconhecidos e acreditados internacionalmente ou no Brasil, pelo INMETRO.

**9.1.6.1.** O editor deverá apresentar uma declaração de que o papel utilizado na produção dos livros para o PNLD 2018 corresponde ao papel certificado quanto à origem florestal e à cadeia de custódia da etapa de produção do papel.

**9.1.7.** As obras adquiridas deverão conter, no verso da folha de rosto, o nome, endereço completo e CNPJ da gráfica que as imprimiu.

### **9.2. Do Controle de Qualidade**

**9.2.1.** Por ocasião da produção das obras, o FNDE ou empresa contratada para este fim poderá realizar o Controle de Qualidade, mediante amostragem definida na NBR 5426/1985 – ABNT, em nível de inspeção a ser definido em contrato, que consistirá na análise dos itens de não conformidade constantes da Resolução n.º 2, de 12 de janeiro de 2011, do Conselho Deliberativo do FNDE, publicada no Diário Oficial da União, ou outra que vier a substituí-la, com vistas à verificação da qualidade do produto a ser entregue.

### **9.3. Da Distribuição**

**9.3.1.** As obras serão entregues/postadas diretamente pelos editores ao FNDE ou à instituição contratada para esse fim, conforme instrução operacional a ser fornecida no momento da contratação.

## **10. Das Disposições Gerais**

**10.1.** Este edital não dispensa o atendimento às exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 8.666/93, quando da celebração dos futuros contratos administrativos.

**10.2.** A pré-inscrição das obras implica aceitação, pelo participante, de forma integral e irrevogável, dos termos deste edital, bem como da legislação aplicável, especialmente em matéria de direito

autoral, não cabendo controvérsias e impugnações posteriores.

**10.3.** A pré-inscrição das obras não implica qualquer benefício futuro em processos de avaliação de obras didáticas em programas relacionados ao livro didático.

**10.4.** O editor deve manter toda a documentação atualizada durante o período de execução do contrato, no que se refere às exigências de regularidade jurídica, econômico-financeira e fiscal no SICAF, regularidade trabalhista no TST, bem como a documentação referente às obras didáticas adquiridas.

**10.5.** Constitui obrigação de o editor informar ao FNDE, previamente ou imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolva as obras adquiridas com base no presente edital.

**10.5.1.** O FNDE poderá, a qualquer tempo, deixar de contratar o editor da obra aprovada, quando tiver ciência de litígio sobre direito autoral ou edição da obra.

**10.6.** O FNDE poderá, a qualquer tempo, revogar, total ou parcialmente, o processo de aquisição das obras didáticas, por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**10.7.** A inscrição das obras não implica na obrigatoriedade de assinatura de contrato de aquisição por parte do FNDE, tampouco confere direito a indenizações a título de reposição de despesas realizadas no cumprimento de etapas deste edital ou na produção da obra didática, bem como não confere direito a lucro cessante, em caso de não-aprovação nas etapas de Triagem e/ou Avaliação Pedagógica, Escolha e Negociação.

**10.8.** Sem prejuízo da documentação exigida durante o processo de habilitação, nos termos do **item 8**, o FNDE poderá exigir, a qualquer tempo, dos editores, a apresentação dos contratos firmados com os autores de ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra.

**10.8.1.** A recusa pelo editor em apresentar os contratos mencionados no **subitem 10.8**, ou sua apresentação intempestiva ou incompleta, poderá ensejar a não contratação pelo FNDE.

**10.9.** Não serão aceitas, após o período da pré-inscrição, solicitações de alterações nos dados cadastrados no sistema informatizado, na obra entregue e nos documentos apresentados no ato da inscrição, salvo atualização no cadastro do editor e o disposto nos **subitens 6.2.2.2 e 6.2.2.3**.

**10.10.** As etapas do processo de aquisição de obras didáticas para o PNLD 2018 - Ensino Médio estarão sob a integral responsabilidade:

**10.10.1. do FNDE:** cadastramento das editoras e pré-inscrição das obras;

**10.10.2. do FNDE e da instituição contratada por ele:** inscrição/recepção das obras e da documentação, bem como da triagem efetiva dos títulos inscritos;

**10.10.3. da SEB:** pré-análise, avaliação pedagógica das obras e elaboração do Guia de Livros Didáticos;

**10.10.4. dos Professores/Dirigentes de Escolas:** escolha das obras;

**10.10.5. da Comissão Especial de Habilitação/FNDE:** análise e deliberação quanto à documentação apresentada pelos editores;

**10.10.6. da Comissão Especial de Negociação/FNDE:** negociação das obras;

**10.10.7. do Editor:** produção e postagem;

**10.10.8. do FNDE e da instituição a ser contratada por ele:** Controle de Qualidade;

**10.10.9. da instituição a ser contratada pelo FNDE:** distribuição;

**10.10.10. do FNDE e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação:** acompanhamento/monitoramento da execução do Programa.

**10.11.** De acordo com as responsabilidades, definidas no **subitem 10.10**, os pedidos de esclarecimentos sobre o teor deste edital deverão ser feitos, exclusivamente e formalmente, pelos e-mails [cogeam@mec.gov.br](mailto:cogeam@mec.gov.br) ou [coher@fnde.gov.br](mailto:coher@fnde.gov.br).

**10.12.** Em havendo solicitação de esclarecimentos por parte dos interessados, até vinte e nove de janeiro de 2016, a SEB e o FNDE promoverão Reunião Técnica em data a ser definida.

**10.13.** Será de inteira responsabilidade dos editores a validade das informações fornecidas ao FNDE.

**10.14.** Em nenhuma hipótese serão devolvidas aos editores, a documentação, as obras, inclusive CDs e DVDs, apresentadas para fins de cumprimento das etapas descritas neste edital, independentemente do resultado da seleção.

**10.15.** Situações não previstas neste edital serão analisadas pelo FNDE e pela SEB, de acordo com as suas competências e com a natureza do assunto.

**10.16.** Integram o presente edital, como se transcritos fossem e como partes indissolúveis, os seguintes anexos:



- a)** Anexo I – Estrutura Editorial e Critérios de Exclusão na Triagem;
- b)** Anexo II – Especificações Técnicas para a Produção das obras Didáticas;
- c)** Anexo III - Princípios e Critérios para a Avaliação de Obras Didáticas;
- d)** Anexo IV – Modelo de Declaração de Edição;
- e)** Anexo V – Modelo de Declaração de Originalidade;
- f)** Anexo VI – Modelo de Declaração de Primeira Avaliação;
- g)** Anexo VII – Modelo de Declaração de Reinscrição;
- h)** Anexo VIII – Modelo de Declaração de Revisão e Atualização da Obra;
- i)** Anexo IX - Modelo de Ficha de Correção da Obra;
- j)** Anexo X – Modelo de Declaração Emprego Menor
- k)** Anexo XI – Relação de Documentos a serem Entregues pelo Editor
- l)** Anexo XII – Modelo de Declaração de Titularidade de Direito Patrimonial
- m)** Anexo XIII – Modelo de Formulário de Habilitação.
- n)** Anexo XIV – Modelo de Ficha Cadastral
- o)** Anexo XV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

**Brasília, 14 de dezembro de 2015.**

**Manuel Palacios da Cunha e  
Melo**

Secretário de Educação Básica

**Paulo Gabriel Soledade Nacif**

Secretário de Educação Continuada,  
Alfabetização, Diversidade e  
Inclusão

**Antonio Idilvan de Lima  
Alencar**

Presidente do FNDE